

# MICROFASCISMOS DIGITAL E DE GÊNERO

A ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ no *Instagram*

Philippe Oliveira Abouid  
Orientadora: Joana Ziller



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**PHILIPPE OLIVEIRA ABOUID**

**MICROFASCISMOS DIGITAL E DE GÊNERO:  
A OFENSIVA ANTIGÊNERO E CONTRA OS DIREITOS DA POPULAÇÃO  
LGBTQIAPN+ NO *INSTAGRAM***

Belo Horizonte

2024

PHILIPPE OLIVEIRA ABOUID

**MICROFASCISMOS DIGITAL E DE GÊNERO:  
A OFENSIVA ANTIGÊNERO E CONTRA OS DIREITOS DA POPULAÇÃO  
LGBTQIAPN+ NO *INSTAGRAM***

Versão atualizada da tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/FAFICH/UFMG), como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Comunicação Social.

Linha de Pesquisa: Textualidades Midiáticas

Orientadora: Profa. Dra. Joana Ziller de Araújo Josephson

Belo Horizonte

2024

301.16      Abouid, Philippe Oliveira.  
A155m      Microfascismos digital e de gênero [manuscrito] : a  
2024      ofensiva antigênero e contra os direitos da população  
LGBTQLAPN+ no Instagram / Philippe Oliveira Abouid. -  
2024.  
264 f. : il.  
Orientadora: Joana Ziller de Araújo Josephson.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. Comunicação – Teses. 2. Relações de gênero – Teses.  
3. Pessoas LGBTQI+ - Teses. I. Ziller, Joana.  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**"MICROFASCISMOS DIGITAL E DE GÊNERO: A OFENSIVA ANTI-GÊNERO E CONTRA OS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO INSTAGRAM."**

**PHILIPPE OLIVEIRA ABOUID**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof<sup>ª</sup> Joana Ziller de Araújo Josephson - Orientadora  
DCS/FAFICH/UFMG

Prof. Carlos Alberto de Carvalho  
DCS/FAFICH/UFMG

Prof. Carlos Magno Camargos Mendonça  
DCS/FAFICH/UFMG

Prof<sup>ª</sup> Kellen do Carmo Xavier  
UFMG

Prof<sup>ª</sup> Marcela Tessarolo Bastos  
Universidade Vila Velha

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Joana Ziller de Araujo Josephson, Professora do Magistério Superior**, em 17/12/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho, Professor do Magistério Superior**, em 17/12/2024, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Magno Camargos Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Tessarolo Bastos, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kellen do Carmo Xavier, Usuário Externo**, em 25/12/2024, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3768539** e o código CRC **1FB14A92**.

Para meus pais e primeiros professores,  
Antônio Abouid (*in memoriam*) e Márcia Aparecida Abouid.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Antônio Abouid (*in memoriam*) e Márcia Aparecida Abouid, pela vida, pelo cuidado, pelo amor, carinho, cumplicidade e ensinamentos. À minha irmã, Poliana Abouid, professora, que me ensina todos os dias a ser uma pessoa melhor, além de me apoiar em todas as metas e adversidades da vida. Ao meu sobrinho Bernardo Abouid, por alimentar em mim o amor e um sentimento de esperança por um mundo melhor. Esse sentimento se estende à Antonella Abouid, Ayla Paiva, Caetano Pawlow, Maria Eduarda Abouid, Moisés Abouid e Pietro Paiva.

Um carinho e agradecimento especial às minhas tias Antonieta Abouid (*in memoriam*), Dodora Paiva, Kátia Paiva, Marli Paiva e Wilma Paiva (*in memoriam*) por torcerem e apoiarem este e outros projetos. Ao meu primo Pietrine Paiva e à minha amiga Polyana Inácia, pela atenção e direcionamento no início desse processo. Aos meus avós, Alzira de Oliveira Paiva (*in memoriam*) e Jorge Abouid (*in memoriam*). Aos familiares Andrea Paiva, Ida Cássia Abouid, Ivan Alves, Jacqueline Abouid, José Expedito Rocha (*in memoriam*), Leane Paiva, Liliane Paiva, Luana Paiva (*in memoriam*), Pércia Paiva, Yasmin Paiva e Yoram Paiva.

Ao meu querido amigo Felipe Augusto, pela cumplicidade, apoio e por me ensinar que a coragem é o mais importante em nossas lutas diárias. Aos amigos Carolina Souza, Douglas Melgaço, Eliane Santos, Giuliana Oliveira, Lígia Pawlow, Lílian Rosane, Marcos Brandão, Maurício Brandão, Rafaela Silva e Vítor Vita por caminharem comigo há tanto tempo e dividirem momentos inesquecíveis.

Aos colegas que iniciaram o curso em 2020, agradeço pelas trocas e acolhimentos durante esse período crítico de conciliar os primeiros anos de doutorado com a pandemia da Covid-19, especialmente ao Antônio Fausto, Gracila Vilaça, Ives Teixeira e Roberto Reis por dividirem comigo vários momentos legais e tornarem esse período mais leve e menos estressante. À minha amiga Gaia Bê Limah, que apareceu na minha vida em um momento de muitas incertezas e conseguiu me mostrar caminhos possíveis diante das adversidades.

Agradeço especialmente à professora Dra. Joana Ziller, pelo acompanhamento, ensinamentos e paciência durante todo esse percurso. Ao professor Dr. Carlos Alberto de Carvalho, por me ensinar a docência por um lado

humano, ético e acolhedor. Ao professor Dr. Carlos Mendonça, que participou de grande parte desse processo formativo trazendo excelentes contribuições críticas. Aos professores Dr. Carlos D'Andréa e Dr. Phellipy Jácome, por terem compartilhado comigo as suas experiências em sala de aula durante os estágios docentes e por terem confiado no meu trabalho, inclusive nos momentos de insegurança. Aos alunos das disciplinas desses estágios docentes, especialmente a que ofertei em 2023, “Imagens, Imaginários, Colonialidades e Mídias Digitais”, pelo acolhimento, troca de experiências e aprendizados. À professora Dra. Sônia Pessoa, que me acompanha desde a graduação e me ensinou a refletir sobre os fenômenos e as pesquisas a partir de suas dimensões afetivas. Ao grupo de pesquisa Insurgente, por contribuir com a minha formação acadêmica, política e pessoal, além ser um espaço de acolhimento, amizades e reflexões críticas.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialmente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PGGCOM/FAFICH/UFMG), pela formação acadêmica de excelência e pelo ambiente de aprendizado rico e inspirador. Também expressei minha gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo financiamento através da bolsa de pesquisa, que foi fundamental para a realização deste trabalho. Aos professores que aceitaram participar da banca de avaliação pela dedicação em analisar este trabalho. A todos que, de alguma forma, contribuíram com essa trajetória acadêmica, o meu sincero e profundo agradecimento.



## RESUMO

Esta pesquisa investiga as manifestações dos microfascismos digitais e de gênero no *Instagram*, com foco na ofensiva antigênero e seus impactos sobre a população LGBTQIAPN+. O estudo baseia-se na compreensão de que as plataformas de mídias digitais constituem ambientes permeados por dinâmicas de poder, estabelecendo-se como um *lócus* central para a disputa política contemporânea. Metodologicamente, adota-se a análise de conteúdo qualitativa, criticamente adaptada ao ambiente digital, de um *corpus* composto por textos, imagens e recursos audiovisuais de perfis de dois vereadores LGBTQIAPN+ no *Instagram* que se posicionam à direita do espectro político: Fernando Holiday (PL-SP) e Jessicão (PP-PR). O percurso metodológico incluiu a definição do *Instagram* como ambiente de pesquisa, a categorização temática e a análise de conteúdo. A abordagem teórico-metodológica articula as teorias dos microfascismos com os estudos de plataforma e os estudos críticos de gênero e sexualidade. Os resultados da análise permitiram identificar e categorizar cinco frentes discursivas de ataque mobilizadas por esses perfis nessa ofensiva antigênero: (1) a contestação da identidade de gênero e a negação da existência de crianças trans; (2) a oposição à participação de mulheres trans em competições esportivas; (3) a regulação do uso de banheiros conforme a identidade de gênero; (4) a rejeição à linguagem não-binária; e (5) a deslegitimação do movimento LGBTQIAPN+ e de suas manifestações, como as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+. A análise demonstra a operacionalização de lógica microfascista de restauração de um *ethos* cisheteronormativo e de eliminação das diferenças. Conclui-se que essas publicações instrumentalizam o *Instagram* para promover a regressão de direitos e a violência simbólica de sujeitos LGBTQIAPN+. Esta pesquisa contribui para os estudos da comunicação ao detalhar os processos comunicacionais que sustentam a ofensiva antigênero, bem como para a compreensão de como os microfascismos se articulam contemporaneamente em plataformas de mídias digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** microfascismo; plataforma; gênero; LGBTQIAPN+; *Instagram*.

## ABSTRACT

This research investigates the manifestations of digital and gender microfascisms on Instagram, focusing on the anti-gender offensive and its impacts on the LGBTQIAPN+ population. The study is based on the understanding that digital media platforms constitute environments permeated by power dynamics, establishing themselves as a central locus for contemporary political dispute. Methodologically, it adopts a qualitative content analysis, critically adapted to the digital environment, of a corpus composed of texts, images, and audiovisual resources from the Instagram profiles of two LGBTQIAPN+ city council members who align with the right-wing of the political spectrum: Fernando Holiday (PL-SP) and Jessicão (PP-PR). The methodological path included the careful definition of Instagram as a research environment, thematic categorization, and content analysis. The theoretical-methodological approach articulates theories of microfascism with platform studies and critical gender and sexuality studies. The results of the analysis allowed for the identification and categorization of five discursive fronts of attack mobilized by these profiles in this anti-gender offensive: (1) the contestation of gender identity and the denial of the existence of transgender children; (2) opposition to the participation of transgender women in professional sports competitions; (3) the regulation of bathroom use according to gender identity; (4) the rejection of non-binary language; and (5) the delegitimization of the LGBTQIAPN+ movement and its manifestations, such as Pride Parades. The analysis demonstrates the operationalization of a microfascist logic aimed at restoring a cisheteronormative ethos and eliminating difference. It is concluded that these publications instrumentalize Instagram to promote the regression of rights and the symbolic violence against LGBTQIAPN+ individuals. This research contributes to communication studies by detailing the communicational processes that underpin the anti-gender offensive, as well as to the understanding of how microfascisms are articulated contemporaneously on digital media platforms.

**KEYWORDS:** microfascism; plataforma; gender; LGBTQIAPN+; Instagram.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Banner da campanha de Jessicão à vereadora de Londrina.....	16
Figura 2 — Meme Motociclista .....	17
Figura 3 — Holiday quer proibir crianças na Parada Gay .....	19
Figura 4 — Maratonista trans derrota 14 mil mulheres em corrida.....	20
Figura 5 — Print da publicação do vídeo sobre o impeachment de Dilma .....	22
Figura 6 — Tweet de Holiday contra crianças e adolescentes na Parada Gay .....	23
Figura 7 — Jessicão contra a militância LGBTQIAPN+ .....	24
Figura 8 — LGBT de direita.....	26
Figura 9 — Meme deputada Nikole tem razão .....	54
Figura 10 — Pôster político de Jessicão .....	55
Figura 11 — Holiday na paróquia Santo Agostinho .....	115
Figura 12 — Jessicão de joelhos .....	115
Figura 13 — Gays com Bolsonaro .....	120
Figura 14 — “Brincadeira sadia, talkey?” .....	121
Figura 15 — TBT de Jessicão “Fora Dilma” .....	125
Figura 16 — Número de Bolsonaro.....	125
Figura 17 — Jessicão no programa Pânico .....	127
Figura 18 — Páscoa e “ideologia de gênero” .....	129
Figura 19 — Meme sobre o termo “fascista” .....	136
Figura 20 — Acusações contra Holiday .....	137
Figura 21 — Holiday odiado pela esquerda .....	138
Figura 22 — Jessicão — Deus, pátria e família .....	139
Figura 23 — Prints do vídeo “De volta para o passado”.....	141
Figura 24 — LGBTyxz .....	143
Figura 25 — Luta do bem contra o mal .....	144
Figura 26 — Deixem nossas crianças II.....	145
Figura 27 — Deixem nossas crianças III.....	145
Figura 28 — Comitê de Holiday atacado.....	146
Figura 29 — Comitê de Jessicão atacado.....	147
Figura 30 — Jessicão sobre a esquerda I.....	148
Figura 31 — Jessicão sobre a esquerda II.....	148
Figura 32 — A esquerda se irrita com as verdades.....	150
Figura 33 — Holiday contra o PT .....	151
Figura 34 — “O PT abraçou os coitadinhos” .....	152
Figura 35 — Jessicão responde a críticas .....	154
Figura 36 — Defesa da família.....	155
Figura 37 — Deixem nossas crianças em paz I .....	156
Figura 38 — O antídoto da militância LGBT.....	157
Figura 39 — Holiday quer proibir crianças na Parada.....	157
Figura 40 — O todes foi fazer bagunça na Câmara de São Paulo.....	161
Figura 41 — Trans recebe prêmio de mulher do ano .....	163
Figura 42 — Ativista trans sonha em fazer aborto.....	165

Figura 43 — Menine de barba.....	165
Figura 44 — Elon Musk e crianças trans.....	169
Figura 45 — Texas proíbe a transição em crianças .....	169
Figura 46 — Hormônio trans .....	170
Figura 47 — Rejeição ao pensamento crítico.....	171
Figura 48 — Crianças trans (não) existem .....	172
Figura 49 — Relaxa, eu sou uma mulher .....	177
Figura 50 — Atletas trans na natação feminina.....	180
Figura 51 — Atleta trans vence pela oitava vez .....	180
Figura 52 — Jessicão tenta impedir atletas trans de competir .....	181
Figura 53 — Gênero não fluido .....	185
Figura 54 — Meme lacrolândia .....	185
Figura 55 — Holiday critica desenhos da Netflix.....	187
Figura 56 — Jessicão contra a linguagem neutra .....	187
Figura 57 — Não respondo a pronome neutro .....	188
Figura 58 — Meme Twitter x Escola.....	189
Figura 59 — Reportagem 24H News .....	192
Figura 60 — Informe Publicitário .....	193
Figura 61 — “Propaganda” LGBT .....	194
Figura 62 — Jessicão “sapatão raiz” .....	194
Figura 63 — Sobre o Orgulho LGBTI+.....	195
Figura 64 — Jessicão contra a Parada LGBTQIAPN+.....	196
Figura 65 — Não representa LGBT.....	197
Figura 66 — Patrocínio de Tarcísio à Parada LGBTQIAPN+ .....	199
Figura 67 — Meme “Toda sala de aula tem” .....	203
Figura 68 — Holiday sobre “todes” .....	203
Figura 69 — Nikole tem razão.....	206
Figura 70 — Selo Nikole tem razão.....	207
Figura 71 — Deputada Nikole passando por aqui.....	208
Figura 72 — Jessicão <i>Podcast</i> .....	210
Figura 73 — Gif Jessicão .....	211
Figura 74 — Vídeo apoio de Malta.....	211
Figura 75 — Holiday no Programa <i>Fio Diário</i> .....	212
Figura 76 — Reels e enquetes.....	213
Figura 77 — Gifs Arco-íris .....	214
Figura 78 — Entrevista na TV .....	214
Figura 79 — Debate sobre transição hormonal.....	216
Figura 80 — <i>Live</i> contra a agenda da lacração.....	217

## SIGLAS E ABREVIACÕES

AIB: Ação Integralista Brasileira

CA: *Cambridge Analytica*

CENPEC: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação

CFM: Conselho Federal de Medicina

CID: Classificação Internacional de Doenças

Covid-19: Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CRM: Conselho Regional de Medicina

ES: Espírito Santo

EUA: Estados Unidos da América

FEB: Força Expedicionária Brasileira

FPE: Frente Parlamentar Evangélica

FPÖ: Partido da Liberdade da Áustria

GGB: Grupo Gay da Bahia

GOP: Partido Republicano (*Grand Old Party*)

GPAHE: *Global Project Against Hate and Extremism*

ISTs: Infecções Sexualmente Transmissíveis

LCR: *Log Cabin Republicans*

LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binários e outras identidades

MBL: Movimento Brasil Livre

MG: Minas Gerais

MMFDH: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MP: Medida Provisória

Novo: Partido Novo

OMS: Organização Mundial da Saúde

Ongs: Organizações Não Governamentais

PL: Partido Liberal

PL: Projeto de Lei

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNLGBT: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

PP: Partido Progressistas

PR: Paraná

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira

PSD: Partido Social Democrático

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

Republicanos: Partido Republicanos

RS: Rio Grande do Sul

SP: São Paulo

STF: Supremo Tribunal Federal

STJ: Superior Tribunal de Justiça

STS: Estudos de Ciência e Tecnologia

SUS: Sistema Único de Saúde

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

TV: Televisão

USP: Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
2 PLATAFORMAS .....	33
2.1 Estudos de Plataformas: uma visão geral.....	34
2.2 Extrema-direita no Brasil e nas plataformas de mídias digitais.....	39
2.3 Estratégias digitais da extrema-direita e radicalização política .....	44
2.4 Gênero e Plataformas: abordagens críticas.....	47
2.5 Introdução ao microfascismo digital.....	49
2.6 Diálogos e debates políticos no <i>Instagram</i> .....	51
3 MICROFASCISMOS .....	58
3.1 Fascismo histórico .....	62
3.2 Características do Fascismo.....	64
3.3 Microfascismos: origens e desenvolvimento do conceito .....	70
3.4 Microfascismos na modernidade .....	75
3.5 Microfascismos Contemporâneos.....	78
3.6 Abordagem no Brasil e nas Américas .....	81
3.7 Microfascismo de gênero.....	86
3.8 A dinâmica de restauração/eliminação na agenda antigênero.....	93
3.9 Microfascismo digital.....	97
4 METODOLOGIA.....	107
4.1 Definição da plataforma do <i>Instagram</i> como ambiente de análise .....	108
4.2 Abordagem Teórico-Metodológica.....	110
4.3 Seleção e Coleta dos <i>corpus</i> .....	114
4.3.1 Fernando Holiday (PL-SP) .....	117
4.3.2 Jessicão: a opressora .....	124
4.4 Métodos para a análise dos Dados .....	131
4.5 Considerações Éticas .....	134
5 MOVIMENTO ANALÍTICO.....	136
5.1 “Ideologia de gênero” e a batalha entre o bem e o mal .....	140
5.2 Microfascismos digital e de gênero em publicações no Instagram .....	158
5.2.1 Identidade de gênero .....	160
5.2.2 Crianças trans .....	167
5.2.3 Banheiros unissex.....	175

5.2.4 Participação de mulheres trans no esporte .....	179
5.2.5 Linguagem não binária.....	184
5.2.6 Parada e movimento LGBTQIAPN+.....	191
5.3 Instrumentalização das linguagens e ferramentas do Instagram na ofensiva antigênero.....	201
5.3.1 Linguagem memética .....	202
5.3.2 Materiais eleitorais e comunicação digital .....	209
5.4 Enfrentamento aos microfascismos .....	218
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	225
6.1 Percurso da pesquisa .....	227
6.2 Questões que emergiram na análise .....	229
6.3 Implicações teóricas e práticas.....	232
6.4 Dimensões comunicacionais .....	233
6.5 Contribuições e limitações da pesquisa.....	234
6.6 Outras possibilidades de investigação.....	238



## 1 INTRODUÇÃO

A cruzada antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+<sup>1</sup> ocupa centralidade nas ações da extrema-direita no Brasil, assim como em diversos países do mundo (Butler, 2024; Junqueira, 2022). As políticas de gênero são alvo de resistência por parte dos que se opõem às demandas do feminismo, da população LGBTQIAPN+ e de outros grupos historicamente sub-representados. Essa resistência se insere nos recentes debates sobre as relações desiguais de poder que afetam as esferas econômicas, socioculturais, políticas, científicas, biológicas, raciais etc.

No Brasil, as mulheres alcançaram alguns direitos significativos, como o direito ao voto, ao divórcio e a tipificação do feminicídio. Elas lutaram pelo direito ao trabalho, abordaram a questão da disparidade salarial, ocuparam a política e os espaços de conhecimento, reivindicaram o controle sobre o próprio corpo, o que inclui a legalização do aborto, entre outros. Houve progressos na implementação de políticas públicas e medidas protetivas para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, como o programa Bolsa Família, que oferece auxílio financeiro a mulheres em extrema pobreza. A Lei Maria da Penha estabeleceu um marco legal importante para a proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar.

A luta do movimento LGBTQIAPN+ e de ativistas pelos direitos humanos nas últimas décadas resultou no alcance de direitos que eram negados, como o casamento entre pessoas do mesmo gênero, a adoção por casais homoafetivos, a criminalização das LGBTQIAPN+fobias. Além disso, ampliou-se o acesso aos processos de transição de gênero, garantiu-se o direito ao uso do nome social e a justiça brasileira progrediu no reconhecimento da cidadania de transexuais e travestis de acordo com a sua identidade de gênero.

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAPN+ se refere ao conjunto da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e/ou travestis, queers/questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binárias, entre outras expressões de gênero e sexualidade indicadas pelo símbolo “mais” (+). Essa terminologia foi adotada durante todo o texto, exceto quando a sigla aparece com outra configuração em citações, nomes, instituições, entidades, títulos de eventos, publicações etc., respeitando o modo como a sigla foi mobilizada e o seu contexto. O termo LGBTQIAPN+ é recorrente em publicações no campo dos estudos de gênero e sexualidade e o seu objetivo é indicar a multiplicidade das lutas e reivindicações reunidas em torno desse termo. Compreende-se que ele não dá conta da diversidade de identidades, vivências, experiências e lutas políticas, sobretudo nas intersecções entre gênero, raça, sexualidade, classe, etnia etc.

Esse cenário de aparente estabilidade democrática e a garantia de direitos civis e constitucionais de grupos historicamente excluídos e sub-representados provocaram movimentos de reação. Segmentos conservadores de direita, aliados a setores religiosos e conservadores cristãos, têm promovido várias incursões moralistas na política nacional, entre elas uma ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Nas últimas décadas, esse projeto político conservador ganhou força no Brasil, se consolidou no Estado e nas políticas públicas do governo federal (Pereira; Aragusuku; Teixeira, 2023). As instituições religiosas, que participam da política brasileira desde o período colonial, continuam a ter papel de influência nas estruturas dos poderes republicanos, persuadindo tanto a direita como a esquerda.

Após um conturbado processo político e social, Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, foi afastada do cargo. Em seguida, o Congresso apoiou o governo de Michel Temer na aplicação de uma política econômica neoliberal e na realização de reformas que reduziram direitos trabalhistas e previdenciários (Castro; Nascimento; Santos, 2018). No governo de Jair Bolsonaro (PL), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), chefiado pela pastora evangélica Damares Alves, adotou uma política controversa às diferentes demandas dos direitos humanos, sobretudo em relação aos direitos LGBTQIAPN+ (Pereira; Aragusuku; Teixeira, 2023). Nessa época, houve uma descontinuidade das políticas públicas LGBTQIAPN+, enquanto essas forças conservadoras ganharam espaço no Estado combatendo uma suposta "ideologia de gênero", um termo que orientou políticas públicas do governo Bolsonaro e, ainda hoje, influencia as decisões políticas de uma parte significativa do Congresso brasileiro<sup>2</sup>.

Desde 2019, foram apresentados no Brasil mais de 122 projetos de lei que visam restringir os direitos e a cidadania da população LGBTQIAPN+ (Nomura; Malvezzi, 2022). Muitos desses projetos têm como objetivo combater a política LGBTQIAPN+ e as demandas dessa população por reconhecimento, identidade,

---

<sup>2</sup> "Ideologia de gênero" foi um termo cunhado pelo Vaticano para se referir pejorativamente e desqualificar um conjunto de teorias e discussões filosóficas que denunciam as relações de poder e de opressão que atravessam e constituem as relações de gênero. Segundo Junqueira (2022), a "ideologia de gênero" pode ser vista como uma disputa por hegemonia que envolve a produção e ativação de práticas de representação no sentido de contrastar concepções que em alguma medida buscam a desnaturalização do corpo, gênero e sexualidade, além de promover uma ideia de rebiologização da diferença sexual e um movimento de reestabelecer as ordens social, moral e sexual tradicionais, a rehierarquização em torno das diferenças das normas de gênero, estruturalmente restritiva, heterossexista e transfóbica.

legitimidade, cidadania e direitos constitucionais. Sob o sintagma da “ideologia de gênero”, alimenta-se um imaginário de que os direitos LGBTQIAPN+ e sua agenda política são mecanismos para a imposição de uma suposta agenda ideológica por partidos alinhados à esquerda e ao comunismo, entendidos como um poder hegemônico que atua em diferentes instituições, desde a imprensa, as instituições do Estado, e até mesmo na vida privada das pessoas (Junqueira, 2022).

Figura 1 — Banner da campanha de Jessicão à vereadora de Londrina



Fonte: Jessicão (2022a).

Na retórica política e eleitoral da extrema-direita, o uso de banheiros públicos por pessoas transexuais e travestis, de acordo com sua identidade de gênero, é erroneamente associado à violência sexual e contra a mulher cis<sup>3</sup>. A participação de pessoas trans em competições esportivas é frequentemente obstruída por argumentos que se baseiam em uma visão binária de gênero<sup>4</sup>. A luta contra o *bullying* associado às LGBTQIAPN+fobias no ambiente escolar é distorcida e apresentada

<sup>3</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ct9sxGGumei/>. Acesso em: 18 out. 2023.

<sup>4</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CqI2Zi8ArKH/>. Acesso em: 18 out. 2023.

como um projeto de sexualização infantil que supostamente visa ‘homossexualizar’ as crianças<sup>5</sup>. Interpretações bíblicas controversas são usadas para legitimar a visão de que práticas homossexuais são pecaminosas e para defender a família heterossexual como o único arranjo familiar válido<sup>6</sup>. Essas perspectivas contribuem para a manutenção de estruturas e relações de poder baseadas no gênero e no patriarcado.

Para fins políticos e eleitorais, são criadas várias polêmicas e controvérsias com a finalidade de provocar um pânico moral na sociedade. Essas narrativas, que se disseminam por meio de instituições religiosas<sup>7</sup>, políticas, entre outras, são construídas midiaticamente e a partir de diversos agentes e produtos digitais, como vídeos, memes, *lives* etc. Essas diferentes linguagens são instrumentalizadas para fazer críticas à população LGBTQIAPN+, suas lutas políticas, além de simplificar os debates de temas complexos por meio do humor, do escárnio, da ofensa e do sarcasmo. A identidade de pessoas LGBTQIAPN+ e suas demandas políticas aparecem no debate público e eleitoral de forma memetizada, ridicularizada e reverberam nas mídias digitais por meio de uma rede de desinformação e discursos contrários às políticas LGBTQIAPN+.

Figura 2 — Meme Motociclista



<sup>5</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CoZnyHrADlo/>. Acesso em: 10 set. 2023.

<sup>6</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cuu5aFVJff7/>. Acesso em: 10 set. 2023.

<sup>7</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtejhojuMbH/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Fonte: Perfil de Jessicão no *Instagram*.<sup>8</sup>

A ascensão de movimentos políticos conservadores, populistas, neofascistas e reacionários tornou-se um fato social e político global, que também se manifesta nas mídias digitais (Empoli, 2019; Fuchs, 2022; Tiburi, 2020). O fascismo, como conceito e formação histórica, vem sendo estudado de forma multidisciplinar para entender os processos históricos de surgimento e desenvolvimento de movimentos políticos e reacionários de direita. Percebe-se uma cultura microfascista, que se espalha social e midiaticamente e se incorpora em nossas relações e subjetividades. Assim, é necessário ampliar o debate sobre os microfascismos e analisar suas dimensões cultural, histórica, social e econômica, que são as do capitalismo racial e do colonialismo (Bratich, 2022; Guattari, 2016).

O gênero e o patriarcado estão implicados em práticas microfascistas; e o colonialismo e o capitalismo são seus sistemas centrais (Bratich, 2022). Bratich (2022) propõe uma reflexão sobre o fascismo que não se restringe à raça e à etnia, que são os focos tradicionais desse debate. O autor defende que é necessário mudar a perspectiva sobre o fascismo para além do período entre guerras que ocorreu na Europa e abrangê-lo para cenários de soberania racial e colonial. Assim, o microfascismo emerge no projeto de branquitude que se manifesta no cotidiano das sociedades racializadas, bem como no machismo, sexismo, feminicídio, LGBTQIAPN+fobias, entre outras formas de violência, marginalização e opressão.

Bratich (2022) discute como o gênero se articula com o cenário de guerra, terror e morte no século XXI e como isso se relaciona com o crescimento da extrema-direita pelo mundo. Compreende-se que o gênero é o principal mecanismo do microfascismo na atualidade, especialmente na formação de uma subjetividade masculina microfascista. Entender o microfascismo como um investimento social em formas masculinas de soberania consiste em perceber as práticas microfascistas na instrumentalização masculina das mulheres, nos impulsos feminicidas, nos racismos, na xenofobia e nas LGBTQIAPN+fobias.

Esta pesquisa argumenta que o microfascismo, como conceito e manifestação político-social, é essencial para entender a agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+, especialmente ao levar em conta o fenômeno de

---

<sup>8</sup> Imagem publicada no perfil de Jessicão em 17 de mar. 2023 e retirada do ar pela administração da página.

emergência da extrema-direita não apenas na política, mas sobretudo nas subculturas relacionadas à internet ou nas plataformas de mídias digitais. Essas tecnologias são capazes de criar estéticas de renovação e eliminação, exploram os afetos por meio da ironia, diversão e podem gerar formas de iniciação como *redpilling* e ataques digitais<sup>9</sup> (Bratich, 2022; Felinto, 2023).

O microfascismo de gênero se manifesta nos interstícios da agenda antigênero e contra os direitos LGBTQIAPN+. Essas práticas, pautadas na lógica do eliminacionismo, visam levar a população LGBTQIAPN+ e suas reivindicações políticas ao esgotamento, à anulação, à desinstitucionalização, ao cancelamento e ao escárnio público. Entende-se que essa ofensiva tem como objetivo manter as estruturas de poder que incidem sobre esses corpos, bem como práticas segregadoras baseadas na cisheteronormatividade e na concepção do sistema sexo-gênero como um dado biológico imutável<sup>10</sup>.

Figura 3 — Holiday quer proibir crianças na Parada Gay



<sup>9</sup> *Redpilling* é um termo originado da cultura *on-line*, referindo-se ao processo de "despertar" uma pessoa para um suposto conhecimento oculto, geralmente alinhado a ideologias extremistas ou conspiratórias. Subculturas da internet, como fóruns e redes sociais, frequentemente iniciam *redpillings* através de discussões, memes e conteúdos virais que gradualmente introduzem e radicalizam novos membros. Esse processo manipula a percepção das pessoas, distorcendo fatos, e podem promover divisões sociais, formação de bolhas na internet e polarização política.

<sup>10</sup> Cisheteronormatividade é a crença de que a heterossexualidade e a cisgeneridade (identidade de gênero correspondente ao sexo atribuído no nascimento) são as normais e desejáveis. Esse conceito reforça a ideia de que o sistema sexo-gênero é um dado biológico imutável, ignorando a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Assim, qualquer variação é vista como desviada, o que perpetua discriminações e marginalizações sistemáticas.

Fonte: Holiday (2023a).

Este estudo propõe investigar as postagens e estratégias digitais nas redes sociais, com foco no *Instagram*, de dois políticos brasileiros LGBTQIAPN+ alinhados à direita conservadora: Fernando Holiday (PL-SP) e Jessicão (PP-PR). Busca-se examinar as postagens que abordam a agenda antigênero e contrária aos direitos da população LGBTQIAPN+ a fim de observar reverberações dos microfascismos digital e de gênero e suas configurações na plataforma do *Instagram*.

Apesar de Holiday e Jessicão se identificarem como bissexual e lésbica, respectivamente, em suas plataformas de mídias digitais, como o *Instagram*, eles moldam as suas imagens públicas projetando-se com uma agenda política conservadora e à direita do espectro político. Em seus perfis no *Instagram* e em suas ações legislativas, ambos atuam contra as demandas do movimento LGBTQIAPN+, especialmente da população de transexuais e travestis.

Figura 4 — Maratonista trans derrota 14 mil mulheres em corrida



Fonte: Holiday (2023b).

Fernando Holiday fez história nas eleições de 2016 ao se tornar o primeiro vereador gay e negro da maior capital do Brasil<sup>11</sup>, sendo eleito pelo partido Democratas<sup>12</sup> com 48.055 votos (Veja [...], 2016). Foi reeleito pelo partido Patriota nas eleições de 2020 com 67.715 votos, sendo o quinto vereador mais votado em São Paulo (Votação [...], 2020). Em 2024 não concorreu a uma nova eleição, mas apoiou a candidatura de seu amigo e correligionário, o bolsonarista Lucas Pavanato, que venceu com expressivos 161.386 votos, sendo o mais votado nesse ano (Veja [...], 2024).

A entrada de Holiday na política foi marcada por um envolvimento ativo nas manifestações organizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que ocorreram durante o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Embora seja um político bissexual e negro, Holiday se opõe às agendas do movimento negro e LGBTQIAPN+, o que revela a complexidade das questões identitárias na política brasileira. Além disso, o vereador molda sua imagem pública como alguém que adota valores cristãos e conservadores em sua plataforma política. Em 2022, em sua campanha para deputado federal, Holiday se posicionou como um candidato que, apesar de ser gay e ter crescido em uma área periférica, estudou em escolas públicas e superou adversidades para se tornar uma figura política influente da direita paulistana, contribuindo inclusive para o *impeachment* de uma “presidente” (Holiday, 2022a).

---

<sup>11</sup> A definição como um homem gay, negro e periférico se refere ao contexto das eleições de 2016, 2020 e 2022. Depois dessas eleições, ele passou a se identificar como bissexual (Holiday, 2023c).

<sup>12</sup> Fernando Holiday se filiou ao Partido Liberal, PL, logo após as eleições presidenciais de 2022. Entre os seus correligionários está o ex-presidente, Jair Bolsonaro. Naquela eleição, Holiday se candidatou à Câmara Federal pelo Partido Novo e no segundo turno apoiou o ex-presidente.



Figura 5 — Print da publicação do vídeo sobre o impeachment de Dilma



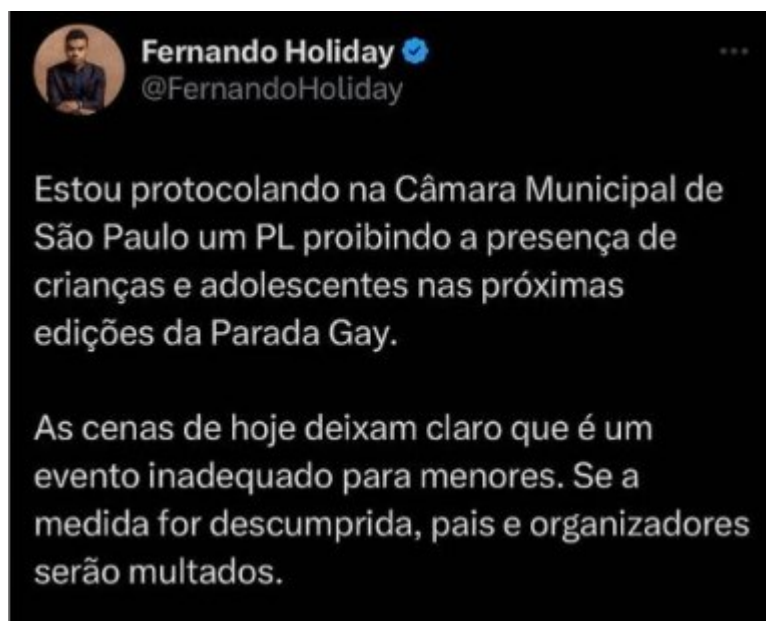
Fonte: Holiday (2022a).

O MBL é uma das organizações que teve destaque no desdobramento do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, entre outras coisas, devido ao seu expressivo engajamento nas mídias sociais, onde seus conteúdos críticos ao governo alcançavam milhares de visualizações e compartilhamentos. Além disso, o MBL se estabeleceu como uma plataforma para o surgimento de políticos alinhados à direita conservadora. Entre os exemplos emblemáticos estão Kim Kataguirí, que foi eleito para a Câmara Federal por São Paulo em 2018, e Gabriel Monteiro, ex-vereador do Rio de Janeiro. Monteiro teve seu mandato cassado por quebra de decoro após ser acusado de assédio sexual e pedofilia (Vereador [...], 2022).

Após sua saída do MBL, Fernando Holiday declarou que se dedicaria às discussões sobre as questões LGBTQIAPN+ dentro da direita liberal (Fucs, 2021). Ele adotou essa postura após conhecer a *Log Cabin Republicans* (LCR), um núcleo LGBTQIAPN+ que faz parte do partido Republicano nos Estados Unidos. Segundo Holiday, a abordagem dos republicanos visa fomentar o empreendedorismo, o livre mercado e a proteção das liberdades individuais para a superação da homofobia, do preconceito e da exclusão (Fucs, 2021). Entre as pautas alinhadas à direita, e até mesmo à extrema-direita, Holiday defende a prisão perpétua (Holiday, 2022b), a

cobrança de mensalidades em universidades públicas (Holiday, 2022c), a privatização da Educação (Holiday, 2022d) e o fim das cotas raciais (Holiday, 2022e). Ele é autor dos projetos de lei na Câmara Municipal de São Paulo que visam proibir a participação de crianças e adolescentes nas Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ (Figura 6) e o uso da linguagem não binária (São Paulo, 2021), entre outras pautas associadas à população LGBTQIAPN+.

Figura 6 — Tweet de Holiday contra crianças e adolescentes na Parada Gay



Fonte: Holiday (2023d).

Jessicão (PP-PR) foi a primeira mulher lésbica e a primeira pessoa LGBTQIAPN+ a se eleger vereadora em Londrina, a segunda maior cidade do Paraná (Regiões [...], 2023), nas eleições de 2020. Ela recebeu 2.523 votos para a Câmara Municipal em 2020 (Veja [...], 2020a) e 33.376 votos para a Câmara Federal em 2022 (Apuração, 2022). Nesta última, não conseguiu se eleger. Nas eleições de 2024, a vereadora foi reeleita com 15.057 votos, sendo a segunda candidatura mais votada na cidade (Bebiano, 2024).

Jessicão ganhou destaque na política regional por sua atuação nos Movimentos Direita Paraná e Direita Londrina<sup>13</sup>. O Movimento Direita Londrina, que tem Jéssica como líder, é uma organização política que representa o Movimento Direita Paraná na região. Jéssica é a presidenta desse movimento desde 2015 e ele

<sup>13</sup> Disponível em: <https://direitaparana.com/>. Acesso em: 20 out. 2023.

está presente em cerca de 200 cidades. Ela usava (e ainda usa) as plataformas de redes sociais, como o *Instagram* e o *YouTube*, para promover a campanha e a agenda do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores políticos na região sul do país.

Por meio de suas ações legislativas, Jessicão procura conter as demandas políticas e reivindicações do movimento LGBTQIAPN+. Em suas postagens no *Instagram*, ela evoca estigmas e concepções historicamente formadas sobre a homossexualidade e vincula essas lutas às ideologias de esquerda<sup>14</sup>. Alimentam-se várias controvérsias em seu perfil no *Instagram* ao utilizar discursos morais e interpretações tradicionais do cristianismo sobre gênero e sexualidade, principalmente com base na retórica de “ideologia de gênero”. No seu perfil na plataforma, ela expressa suas opiniões sobre uma série de questões polêmicas em que se opõe à militância e a política LGBTQIAPN+. Alega-se que o movimento LGBTQIAPN+ e suas reivindicações contribuem para a degradação da estrutura familiar tradicional<sup>15</sup>.

Figura 7 — Jessicão contra a militância LGBTQIAPN+



Fonte: Jessicão (2022b)

<sup>14</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: [https://www.instagram.com/p/Ci\\_MlwrtLn\\_/](https://www.instagram.com/p/Ci_MlwrtLn_/). Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>15</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CkHSjntgG2i/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Por outro lado, Fernando Holiday, em seu vídeo de campanha, associa a “ideologia de gênero” à linguagem não binária, ao aborto, aos movimentos populares de esquerda e, nesse sentido, diretamente ao feminismo e ao movimento LGBTQIAPN+ (Holiday, 2022f). No vídeo há referências de que um retorno ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT) poderia levar ao estabelecimento de uma ditadura comunista no Brasil. No enredo, tal regime poderia impor a linguagem não binária e a legalização do aborto à sociedade brasileira, entre outras mudanças significativas. Essas são algumas das opiniões que ele expressa em seus perfis nas plataformas de mídias digitais, entre eles o *Instagram*.

Diante desse alinhamento caracterizado por uma visão ideológica, simplista e a serviço de setores conservadores da sociedade brasileira, observa-se que Holiday e Jessicão são vereadores alinhados à extrema-direita que possuem milhares de seguidores nas diversas plataformas, como o *Instagram*. Eles também seguem o projeto político e conservador do qual Jair Bolsonaro (PL) se tornou referência. Assumem-se como bi e lésbica, respectivamente, e ao mesmo tempo se opõem às pautas defendidas pelo movimento LGBTQIAPN+ em sua luta por cidadania e direitos, relacionando-as às ideologias de esquerda<sup>16</sup>. Por outro lado, o projeto político da direita é frequentemente apresentado como aquele interessado na defesa da família, das crianças e da liberdade.

---

<sup>16</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiU7CZ4LINT/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Figura 8 — LGBT de direita



Fonte: Jessicão (2022c).

Há um conjunto de publicações em que ambos os vereadores se posicionam contra certas pautas e eventos relacionados ao movimento LGBTQIAPN+. Um exemplo recente é a tentativa de proibir a participação de crianças nas Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ (Holiday, 2023a). Em publicações que versam sobre essas temáticas, o movimento LGBTQIAPN+ é retratado de maneira homogênea e ameaçadora, sendo associado a militantes radicais de esquerda que atuam nas esferas públicas e institucionais com o objetivo de subverter valores conservadores e religiosos<sup>17</sup>. No entanto, o movimento LGBTQIAPN+ é diverso, composto por entidades, associações, indivíduos e ativistas com diferentes visões políticas e sociais. A representação homogênea do movimento pode levar a uma compreensão distorcida e redutora da realidade.

Na comunicação política realizada por Holiday e Jessicão no *Instagram*, nota-se que algumas reivindicações pelos direitos e cidadania da população LGBTQIAPN+ são retratadas como uma ameaça à moralidade, às crianças e à nação. A luta contra

<sup>17</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CkHSjntgG2i/>. Acesso em: 12 out. 2023.

a “ideologia de gênero” e ações do movimento LGBTQIAPN+ é conduzida de modo a afirmar suas posições como parlamentares conservadores e de direita e em oposição à agenda progressista e da esquerda. Essa retórica é usada para descreditar as experiências e vivências de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente mulheres trans, reiterando-as como alvo, dignas de escárnio público, sendo rejeitadas e apartadas em espaços esportivos, sociais, religiosos, culturais e levadas ao esgotamento político, à obstrução de suas pautas e à regressão de direitos.

Holiday e Jessicão se destacam como parlamentares LGBTQIAPN+ que fazem parte da direita conservadora, e suas candidaturas/mandatos jogam com essa dualidade de que desafiam o *status quo*, embora endossem as normas sociais, sexuais, de gênero, pautados na cisheteronormatividade. Suas candidaturas chamam a atenção por terem recebido muitos votos nas eleições de 2020, ficando entre os vereadores mais votados em suas cidades; e por terem milhares de seguidores em suas plataformas de mídias digitais. No entanto, seus mandatos e discursos políticos parecem reforçar as mesmas estruturas opressoras que os afetam, limitam e que supostamente deveriam combater, sobretudo nas relações de gênero e sexualidade. Tais candidaturas LGBTQIAPN+ se apresentam como legitimadoras das LGBTQIAPN+fobias no cenário político, pois assumem esses papéis de sujeitos bissexual e lésbica, enquanto operam a serviço das estruturas heteronormativas e cisgênero. Embora Holiday e Jessicão endossem o pacto da cisgeneridade, opondo-se à agenda de direitos da população LGBTQIAPN+, suas candidaturas são viabilizadas graças a um histórico de lutas dos movimentos LGBTQIAPN+ brasileiros.

Esta pesquisa de natureza qualitativa examina as publicações feitas pelos parlamentares em seus perfis no *Instagram*. O *corpus* é composto pelas postagens compartilhadas entre as eleições de 2022 (começo em 15 de agosto) e o primeiro semestre de 2023 (fim em 30 de junho). Esse contexto é oportuno porque em vários países do mundo, como México, Guatemala, El Salvador, Hungria, Estados Unidos e Brasil, as eleições nacionais têm sido marcadas pela influência da agenda antigênero e contra os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ (Butler, 2024).

Os vereadores e candidatos selecionados para a análise usam os seus perfis no *Instagram* para divulgar as suas propostas políticas e se comunicar com o eleitorado, buscando se consolidar politicamente, atrair votos e ganhar as eleições. Nas eleições de 2022, esses perfis se engajaram em suas campanhas políticas ao

poder Legislativo pelos estados de São Paulo e Paraná, respectivamente; e apoiaram à reeleição de Jair Bolsonaro (PL)<sup>18</sup>, bem como pautas conservadoras, antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. No primeiro semestre de 2023, analisou-se o contexto da atividade parlamentar durante os mandatos nas Câmaras Municipais. Embora não tenham sido eleitos em 2022, eles permaneceram como vereadores até o fim de 2024. Além disso, nas eleições de 2024, Jessicão foi reeleita com mais de 15 mil votos, sendo uma das vereadoras mais votadas de Londrina (Bebiano, 2024).

Interessa compreender como esses parlamentares utilizam o *Instagram* para construir uma narrativa antigênero e contrária aos direitos LGBTQIAPN+, especialmente a população trans, e em que medida é possível refletir sobre essas questões à luz das micropolíticas do fascismo (Guattari, 2016), ou de microfascismos de gênero e digital (Bratich, 2022). Suas publicações tendem a deslegitimar as lutas desse grupo, resultando em seu esgotamento político e social. Pautadas na lógica da restauração e eliminacionismo, que são elementos constitutivos dos microfascismos, essas postagens são criadas para que as identidades dissidentes e as transexualidades sejam ridicularizadas, bem como suas demandas e especificidades sociais, econômicas e políticas. Isso reforça os estigmas e preconceitos sociais existentes, perpetuando sua condição de subalternidade nas esferas pública, política e midiática.

O objetivo consiste em refletir sobre a comunicação política desses parlamentares no *Instagram* e entender como se constrói e se articula a relação entre "nós" e os "outros", entre o bem e o mal, direita e esquerda, entre homossexuais bons e ruins, sendo esses "outros" associados à indivíduos politizados e ao movimento LGBTQIAPN+, transexuais e travestis. Interroga-se sobre como esse regime de oposição binária, que também aparece nas relações de gênero, manifesta-se em sua comunicação política e eleitoral e como se configuram as táticas de esgotamento político das demandas LGBTQIAPN+.

Busca-se ampliar as discussões sobre a representatividade de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil e suas ações políticas, sua comunicação política e digital, e questionar se essas candidaturas são disruptivas, liberais ou conservadoras,

---

<sup>18</sup> No primeiro turno, Holiday apoiou a candidatura de seu correligionário, Felipe D'Ávila (Novo), à presidência da república.

capitalistas, colonizadoras e microfascistas, e como a violência política de gênero contra a população LGBTQIAPN+ atravessa essas questões no *Instagram* a partir dos perfis analisados.

A materialidade consiste em postagens que abordam questões sobre a política antitrans e contra as demandas da população e/ou do movimento LGBTQIAPN+. Foram selecionadas publicações compartilhadas nos *feeds* de notícias e *reels* — considerando que essa é a dinâmica mais usual de publicação nessa plataforma. Nesse recorte, decidiu-se por não arquivar/analisar o conteúdo dos *stories*, pois eles desaparecem em 24 horas e demandam questões mais complexas para o seu arquivamento. Além disso, em análise prévia se notou que o conteúdo dos *stories* nos perfis desses parlamentares muitas vezes reverbera as publicações feitas nos *feeds/reels* e, nesse sentido, grande parte do conteúdo dos *stories* já estaria contemplada nesse recorte. Examinaram-se 110 publicações (60 imagens e 50 vídeos) de Holiday e Jessicão levando em conta suas atividades parlamentares, projetos de lei apresentados e suas relações controversas com as pautas do movimento LGBTQIAPN+.

Nesta pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 1977) que considera os discursos acionados pelos candidatos, bem como as imagens, textos, discursos, recursos audiovisuais e digitais, os imaginários que emergem dessas imagens e outras representações midiáticas. Foram analisados vídeos ficcionais, materiais de campanha, *lives*, legendas, informes publicitários e vídeos opinativos, entre outros elementos textuais e imagéticos. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais ampla e detalhada das estratégias de comunicação utilizadas pelos candidatos e das narrativas construídas em torno de suas campanhas e comunicação política digital. A análise revelou como esses elementos são instrumentalizados para influenciar a percepção pública e moldar o imaginário coletivo.

O *Instagram* não é uma plataforma voltada especificamente para o debate político-eleitoral, mas acaba sendo influenciado por essa agenda midiática, já que os usuários, partidos políticos, candidatos, jornalistas, eleitores, instituições públicas e privadas, entre outros usuários e agentes midiáticos, circulam nesse espaço publicações que refletem os debates políticos e sociais atuais.



A moderação de conteúdos pelas plataformas de mídias digitais se apresenta como um desafio, considerando a subjetividade intrínseca à imagem, ao audiovisual e à linguagem memética, especialmente quando permeadas por dimensões políticas, ideológicas e violências de gênero que podem ser conformadas através de elementos simbólicos e comunicacionais. A partir dos perfis selecionados, a plataforma do *Instagram* foi examinada para entender como ela é instrumentalizada para reverberar essas práticas de microfascismos digital e de gênero, apesar dessas dinâmicas de moderação.

Os saberes marginalizados que surgem das contraculturas LGBTQIAPN+ e dos transfeminismos são convocados para essa reflexão, sobretudo porque trazem uma perspectiva em contraposição a esses modelos cisheteronormativos (Bento, 2017; Mombaça, 2021; Nascimento, 2021). É notável como a agenda antigênero e contra os direitos LGBTQIAPN+ contribui para a manutenção de um *establishment*, em que as homossexualidades e as transexualidades podem existir apenas em condições subalternas, assumindo sua marginalidade, seu lugar como transgressoras e/ou dissidentes das normas sociais e de gênero.

O primeiro capítulo analisa a plataformização do debate político e eleitoral, bem como o surgimento, a organização e a consolidação da direita nas mídias digitais e seu impacto na história recente do país. O papel do MBL no contexto do *impeachment* da ex-presidenta Dilma, de onde saiu a candidatura de Fernando Holiday, e a formação do Movimento Direita Brasil, incluindo o Direita Londrina, que preparou a candidatura de Jessicão, são exemplos da capacidade de articulação da direita no Brasil. As plataformas aperfeiçoaram condições para o estabelecimento dos microfascismos digital e de gênero, à medida que os sistemas tecnológicos se desenvolveram permeados por normas patriarcais. Assim, misoginia, tecnologia e cultura digital estão interligadas, e o gênero assume um papel central nos fenômenos emergentes de microfascismo nas sociedades plataformizadas (Bratich, 2022; Tiburi, 2020). Nesse contexto, busca-se compreender como o ambiente digital do *Instagram* se configura como um espaço propício para a proliferação dessas práticas de microfascismo.

No segundo capítulo, aprofunda-se a discussão sobre microfascismo (Bratich, 2022; Deleuze; Guattari, 1996; Guattari, 1981, 2016) como conceito e manifestação político-social para entender os fenômenos microfascistas que alimentam essa

agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Bratich (2022) considera o eliminacionismo como uma característica fundamental do fascismo, em que a oposição é vista como a personificação do mal e, portanto, deve ser eliminada. Esse processo de eliminação não se resume a matar, tem a ver com levar ao limite, anular e descapacitar os opositores. No contexto de gênero, as mulheres trans são paulatinamente excluídas em meio à gestão contínua dessa anulação. A ideia de restauração é central, buscando retornar a uma ordem conservadora e rígida, em que apenas as identidades cisheteronormativas podem ter espaço, o que perpetua a opressão e marginalização das diversidades sexuais e de gênero.

A metodologia de análise desta pesquisa, discutida no terceiro capítulo, baseia-se na análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 1977), que envolve a interpretação detalhada de textos, imagens, audiovisuais e recursos digitais. O processo inclui a definição do *Instagram* como ambiente de análise, a seleção dos perfis a serem estudados e a aplicação de métodos específicos para a análise dos dados coletados. Essa abordagem permite compreender as dinâmicas de poder que permeiam as relações de gênero e sexualidade nos conteúdos que circulam nas plataformas digitais. São consideradas as publicações realizadas nos perfis de Fernando Holiday e Jessião em seus perfis no *Instagram* e as ações legislativas desses parlamentares, especialmente projetos de lei e outras iniciativas de seus mandatos relacionados à agenda antigênero e contra os direitos LGBTQIAPN+. Nessa comunicação política e eleitoral, procura-se identificar quais estratégias são empregadas, quais são usadas para a difusão desse conteúdo no *Instagram*.

Em conexão com as discussões sobre a atuação da extrema-direita em plataformas de mídias digitais articulada aos microfascismos digital e de gênero que incidem contra as identidades, cidadania, os direitos e a política LGBTQIAPN+, o quarto capítulo prossegue com a análise da materialidade. Examina-se como esses perfis disseminam várias publicações com nuances LGBTQIAPN+fóbicas, principalmente transfóbicas, e colaboram para manter e atualizar relações desiguais de poder. Isso ocorre por meio do ataque antitrans e contra os direitos da população LGBTQIAPN+, em que as práticas microfascistas surgem entrelaçadas na violência do eliminacionismo e na idealização de uma restauração cisheteronormativa nos espaços público e político. Enfatiza-se a importância de políticas públicas inclusivas, a necessidade de educação crítica e a promoção de um ambiente digital seguro e

respeitoso. Essas medidas são essenciais para enfrentar as práticas discriminatórias e o uso indevido das plataformas de mídias digitais.

No quinto capítulo, apresentam-se as considerações finais no sentido de sintetizar as principais descobertas sobre as dinâmicas de poder e comunicação nas plataformas digitais, com foco nas práticas de microfascismos digital e de gênero. A análise ressalta como essas práticas são utilizadas para marginalizar e oprimir as identidades LGBTQIAPN+ e discute a necessidade de políticas públicas inclusivas e educação crítica para combater essas tendências. O capítulo finaliza destacando a importância de promover um ambiente digital seguro e respeitoso, que reconheça e valorize a diversidade, e aponta para futuras direções de pesquisa que possam aprofundar a compreensão desses fenômenos no contexto das plataformas digitais e da sociedade contemporânea.

## 2 PLATAFORMAS

As plataformas digitais emergem como um fenômeno significativo e transformador na sociedade atual e no sistema capitalista global. Elas desempenham um importante papel de facilitação e mediação de transações econômicas em todo o mundo ao conectar produtores, consumidores e fornecedores de uma forma sem precedentes. Empresas como a Meta (administradora do *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*), *Alphabet-Google*, entre outras, modificaram e redefiniram radicalmente setores inteiros da economia mundial, estabelecendo-se como grandes conglomerados empresariais baseados nas trocas, processos e mediações que operam por lógicas simbólicas, dadocêntricas e algorítmicas (Bucci, 2021; D'Andréa, 2020).

No contexto atual, é inviável estabelecer conexões na *internet* que operem fora dessa lógica de sociabilidade planejada das plataformas (D'Andréa, 2020). As plataformas utilizam lógicas algorítmicas e dados dos usuários, aproveitando-se das conexões que incorporam dimensões materiais, econômicas e políticas e que abrangem novos fluxos informacionais e comunicacionais gerados por essas trocas simbólicas. Esses processos envolvem a transformação das interações e comportamentos dos usuários em dados mensuráveis, que são processados por algoritmos para criar perfis de usuário, sugerir conteúdo e direcionar anúncios de forma mais eficiente e lucrativa, assim como se tornaram instrumentos de controle e poder (Bucci, 2021; D'Andréa, 2020; Lemos, 2023; Marchi, 2017).

As plataformas digitais também podem lucrar com a veiculação de conteúdos de caráter controverso, que agredem os princípios democráticos e o estado democrático de direito (Morais; Lôbo; Nemer, 2021; Ruediger, 2017). Entre eles, estão a desinformação, as fraudes financeiras, os discursos de ódio e os ataques às democracias, que encontram condições de emergência, circulação e capilaridade nessas ambiências digitais. Compreende-se que são questões desafiadoras não apenas para as plataformas, mas também para a sociedade e os estados nacionais, que suscitam debates sobre regulação de suas atividades, a transparência de suas ações, ferramentas e funcionalidades.

Este capítulo busca percorrer caminhos teóricos sobre a discussão de plataformas a partir dos estudos de ciência e tecnologia (STS), que são as bases

dessas pesquisas, e examinar alguns aspectos e dimensões conceituais, como modelo de negócios, algoritmos e datificação, governança, práticas e *affordances* (D'Andréa, 2020); além da ideia de plataformização (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020). Levam-se em conta os efeitos desse processo irreversível nas relações econômicas, sociais, culturais etc. Busca-se situar as contribuições desses estudos para entender o funcionamento desse “ecossistema de plataformas” que se articula em um paradoxo de centralização e descentralização de suas operações (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018).

Embora o *Instagram* não seja uma plataforma criada especificamente para promover o debate político, ela é utilizada como ferramenta de comunicação pública, política e eleitoral. Além disso, sua ambiência pode favorecer a propagação de discursos de ódio, preconceitos e extremismos em meio a um cenário de polarização política. Tal cenário é alimentado pela lógica do confronto, do ataque aos adversários, pelo discurso da antipolítica e, principalmente, pela criação de um inimigo comum o qual é preciso combater. É nessa ambiência midiática, simbólica e constituidora de sentidos que a agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ se espraia por meio de práticas de microfascismos digital e de gênero (Bratich, 2022), pautadas no eliminacionismo das mulheres e, de modo mais veemente, das mulheres trans. Dessa forma, ao observar as plataformas e a comunicação que ocorre nesse ambiente digital, é possível expandir a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos da primeira metade do século XXI, no contexto de ascensão de ideologias de direita e neoconservadoras em meio à plataformização da sociedade, das relações sociais e do capitalismo de plataformas.

## **2.1 Estudos de Plataformas: uma visão geral**

Os estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (STS) constituem um campo interdisciplinar que explora as interações complexas entre ciência, tecnologia e sociedade. No Brasil, os STS têm sido apropriados de diferentes maneiras, refletindo o contexto social, político, cultural e econômico do país. Com foco na infraestrutura e nas práticas específicas associadas às plataformas digitais, os estudos de plataformas têm evoluído ao longo do tempo, abordando questões como a apropriação das lógicas de conexão dos usuários pelas plataformas, as lógicas algorítmicas, dinâmicas de

datificação, infraestrutura, modelo de negócios, governança e práticas digitais (D'Andréa, 2020).

Pesquisadores brasileiros têm olhado para esses fenômenos e os conhecimentos gerados por esse campo científico para se concentrar em questões como a desigualdade e inclusão digitais (Neves; Couto; Cunha, 2016; Senne, 2019), a governança da internet<sup>19</sup> e o impacto das tecnologias emergentes nas comunidades marginalizadas (Narciso *et al.*, 2024). Estuda-se como a sociedade brasileira, a desigualdade digital e a política de dados estão sendo afetadas pelas plataformas digitais e sua economia. Além disso, empreende-se análises interseccionais, levando em conta como as plataformas digitais se relacionam com raça, gênero e classe (Carrera *et al.*, 2022; Ziller; Barreto, 2021).

A ideia de plataforma emergiu das discussões em torno da “Web 2.0” por volta de 2005. De acordo com Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), essa discussão indicava que a internet estava se transformando em uma plataforma para o crescimento de usuários e empresas. Ao explorar a evolução desse conceito, os autores destacam que a plataforma se tornou uma metáfora ou um imaginário que, para atrair usuários, obscurecia seus modelos de negócios e infraestruturas tecnológicas. A plataforma passou a ser associada à oportunidade de agir, comunicar e conectar de maneira mais eficiente. Isso levou à percepção de que a plataforma era “produtiva” por si só, incentivando os usuários a se organizarem em torno de “plataformas proprietárias e com fins lucrativos” (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 3).

As plataformas digitais passaram a ser descritas como infraestruturas que moldam interações e comportamentos através da datificação e algoritmos, influenciando a economia, cultura e política, e são controladas por grandes conglomerados privados (Lemos, 2023). Embora existam diferentes entendimentos, a dimensão computacional e o modelo de negócios se integram e ajudam a entender as plataformas como “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados” (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 4).

---

<sup>19</sup> A Rede de Pesquisa em Governança da Internet é uma rede acadêmica autônoma, multi e transdisciplinar formada por pesquisadoras e pesquisadores de temas relativos à Governança da Internet (Quem somos, [entre 2016 e 2024]).

Nesse contexto, a coleta massiva de dados e a monetização da informação pessoal consistem na própria lógica de funcionamento da plataforma, levantando questões como privacidade e manipulação desses dados. Não obstante, as plataformas criam mercados multilaterais, em que usuários finais, desenvolvedores de aplicativos e anunciantes interagem de maneiras complexas e interdependentes, que operam por meio de suas bases estruturais.

D'Andréa (2020) aborda cinco dimensões das plataformas que precisam ser consideradas em uma abordagem crítica e analítica: “datificação e algoritmos”, que examina arquiteturas computacionais; “infraestrutura”, que focaliza sistemas operacionais, suas mediações tecnológicas e econômicas; “modelo de negócios”, relacionado aos efeitos comerciais e setores produtivos, principalmente por meio da datificação de anúncios publicitários; governança, que trata dos processos de autorregulação das plataformas, e finalmente “práticas e *affordances*”, voltadas para o modo como diferentes usuários usam e articulam as funcionalidades da plataforma e que revelam um tenso processo de negociações e limitações.

Na perspectiva dos estudos de plataforma – e dos campos teóricos que os subsidiam –, as plataformas não são meras intermediárias em que a sociedade se faz visível e a partir das quais interações sociais podem ser estudadas, mas sim ambientes que condicionam a emergência de um social. Embora assimétricas, as articulações aqui não são unidirecionais: além de constituidoras do social, o Facebook, a Uber e/ou a Netflix são resultado das agências múltiplas e sobrepostas que abrigam (D'Andréa, 2020, p. 11).

Considera-se como datificação o processo pelo qual as atividades sociais são convertidas em dados quantificáveis. Os algoritmos das plataformas usam esses dados para personalizar a experiência do usuário, recomendar conteúdo e conectar pessoas com interesses semelhantes. A gestão e o uso desses dados são questões desafiadoras, porque esbarram nas dinâmicas e regulações de mercado, nas leis dos estados nacionais, nos termos de uso das plataformas, na dimensão ética e de responsabilização por todas as suas operações. É crucial, portanto, questionar e desafiar a narrativa de que as plataformas se apresentam como espaços democráticos e participativos, sem negligenciar a necessidade de maior transparência e responsabilidade no funcionamento das plataformas digitais e suas operações no capitalismo moderno.

O processamento algorítmico é essencial nas plataformas digitais, em que se utiliza sistemas complexos para analisar e tomar decisões baseadas em dados,

frequentemente operando como "caixas-pretas". Isso levanta preocupações sobre responsabilidade, justiça e ética, já que esses algoritmos não apenas filtram e recomendam conteúdos, mas também moldam práticas culturais e sociais. Winkes e Longhi (2022) destacam o papel desses algoritmos como mediadores culturais, influenciando expressivamente as dinâmicas sociais na *web*. No entanto, muitas pessoas desconhecem seu funcionamento e impacto, tornando-os ainda mais poderosos.

As plataformas digitais se baseiam em modelos de negócios que valorizam a produção e o intercâmbio de dados. D'Andréa (2020) argumenta que essas plataformas não apenas facilitam a comunicação e o comércio, mas também criam formas de engajamento e monetização, que transformaram a maneira como os usuários interagem e geram valor. O autor enfatiza a importância de entender esses modelos para compreender as dinâmicas de poder e controle nas mídias sociais e outras plataformas *on-line*.

O conceito de governança em plataformas digitais se refere à criação, implementação e monitoramento de regras, políticas e mecanismos para gerir e regular o funcionamento de ambientes *on-line*. Porém, a moderação de conteúdo se tornou um desafio para essas empresas, quer seja feita por algoritmos automatizados, quer por moderadores humanos. Recorrentemente, essas práticas de governança recebem críticas de censura ou vieses políticos. Isso inclui termos de serviço e diretrizes comunitárias que definem o que é aceitável e o que não é, abordando questões como discurso de ódio, nudez, violência e desinformação (D'Andréa, 2020).

Esses sistemas são criados para detectar e remover conteúdos que infrinjam as políticas da plataforma, mas há muitas complexidades que dificultam essa moderação. Por exemplo, o uso de memes para espalhar discursos de ódio por meio de imagens, símbolos e referências imagéticas costuma escapar aos sistemas de moderação, principalmente porque depende da interpretação e contextualização dos usuários. Aspectos da governança também geram preocupações sobre diminuir a visibilidade de certos tipos de conteúdo ou marcá-los como sensíveis. Além disso, há a necessidade de equilibrar a liberdade de expressão com a proteção contra conteúdos nocivos, enganosos e de promoção deliberada da violência e do ódio.

A governança em plataformas digitais é profundamente entrelaçada às questões de tecnopolítica, em que as decisões tomadas pelas plataformas podem ter



implicações significativas para a sociedade, política e economia (D'Andréa, 2020). Desse modo, observam-se os desafios dessas políticas de governança durante os processos eleitorais, sobretudo quanto à disseminação de desinformação e o seu impacto na formação da opinião pública. A transparência nas políticas de governança e nas ações de moderação se tornou uma demanda importante para a confiança dos usuários, mas principalmente para a sociedade em geral, na medida em que o uso dessas plataformas está inserido no cotidiano das pessoas e em suas práticas culturais. Além disso, as práticas e *affordances* nas plataformas digitais referem-se às ações possíveis sugeridas pelas características das plataformas e os modos como os usuários utilizam essas possibilidades. Essas *affordances*, projetadas inicialmente pelos desenvolvedores, são constantemente adaptadas e reinterpretadas pelos usuários, ilustrando um processo de cocriação dinâmica e contínua.

A literatura acadêmica tem ampliado a definição de “plataforma” para além de um objeto físico e aborda a ideia de plataformização como um processo ou uma ferramenta conceitual crítica (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020). Nesse contexto, os estudos de *software* foram pioneiros ao conceituar a plataformização, interpretando-a como extensões das plataformas da *web* que facilitam o fluxo de dados com terceiros. Isso inclui a integração de APIs e o desenvolvimento de *softwares* que se alinham com as infraestruturas das plataformas, além de outras ferramentas que promovem relações institucionais e fornecem um arcabouço tecnológico para colaboração e construção.

A plataformização é o processo pelo qual as plataformas digitais penetram em diferentes setores econômicos e esferas da vida, como infraestruturas, processos econômicos, governamentais e institucionais. Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) destacam que esse processo implica a extração e gestão de todas as instâncias de interação humana em dados. Tal modelo de extração de dados foi impulsionado pela expansão das infraestruturas das plataformas em uma variedade de dispositivos e contextos, permitindo uma coleta sistemática de dados que afetou a maneira como os sujeitos interagem com a tecnologia e em sociedade. Ou seja, esse fenômeno também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas.

## 2.2 Extrema-direita no Brasil e nas plataformas de mídias digitais

No início da década de 2010, o Brasil passou por uma crise política e econômica motivada por escândalos de corrupção, que culminou com a destituição da ex-presidenta Dilma do comando do Executivo Nacional. Grandes manifestações e protestos populares eclodiram contra o governo, levando milhões de pessoas às ruas. Muitas dessas mobilizações populares foram organizadas e articuladas a partir das plataformas de mídias digitais, como o *YouTube* (Silva, 2018), e apresentadas como movimento suprapartidário, apolítico e sem definições ideológico-partidárias e ajudaram a deslegitimar e enfraquecer o governo de Dilma Rousseff com base em uma narrativa *antiestablishment*.

Nos últimos anos, o mundo tem testemunhado um preocupante crescimento de ideologias extremistas e da extrema-direita. Movimentos ultranacionalistas e xenófobos têm ganhado força em diversos países, alimentados por crises econômicas, sociais e políticas. No Brasil, a ascensão de líderes populistas e a polarização política têm levado a um aumento da hostilidade e da violência. A disseminação de desinformação e teorias da conspiração nas redes sociais também contribui para a radicalização de indivíduos e grupos extremados. Esse cenário global de incertezas e instabilidade reforça visões e ideologias existentes, polariza ainda mais o discurso político e ameaça a convivência democrática.

A influência das novas dinâmicas das plataformas digitais também impactou o debate político e apresentou questões em relação à sua teatralização e comercialização. Isso faz da política um produto, espetáculo ou mercadoria de valor simbólico (Bucci, 2021). Tal cenário prejudica a qualidade, a diversidade e a pluralidade do debate público, que é fundamental para a formação da opinião pública, além de facilitar a manipulação, a alienação e a desinformação.

Personagens políticos estão presentes em plataformas de mídias digitais, falam diretamente com o público e ativam novos processos de estetização da política adaptados para esses canais. Da direita à esquerda, esse fenômeno tem se evidenciado pela geração e disseminação de um conjunto de postagens cheias de discursos moralistas, emocionais, que visam atingir o lado afetivo das pessoas, muito mais do que o racional. Essa estética instagramável da política tem a capacidade de submeter o conteúdo à forma, à imagem, à propaganda, criando uma narrativa que

chega aos eleitores, que também podem ser espectadores ou fãs, a partir das emoções e sensações (Bucci, 2021).

Ao mesmo tempo que as plataformas de mídias digitais criam condições para discussões públicas e representação política, elas também promovem grupos autoritários e vozes liberais. A confiança dos cidadãos nas instituições democráticas está em declínio, com aumento da polarização e agendas autoritárias ganhando força em várias regiões do mundo (Maia; Hauber; Choucair, 2023).

No Brasil, a extrema-direita cresce, se desenvolve e radicaliza o discurso e as práticas políticas, principalmente, nas plataformas de mídias digitais. Essa extrema-direita passou a alimentar um cenário de polarização política, que atualmente tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas sociedades democráticas (Pereira, 2016). As democracias ocidentais precisam lidar com as consequências e os efeitos dessa polarização, que vem acompanhada de sucessivos ataques aos processos eleitorais, à justiça social e ao funcionamento das instituições democráticas. Apresentam-se desafios no que se refere à propagação de discursos de ódio, desinformação, linchamentos virtuais e até em relação a ataques à estabilidade democrática de muitos países, como ocorreu nos Estados Unidos e Brasil.

Essa direita, mais conservadora, se radicaliza por meio de uma ideologia que orienta uma nova prática política, econômica, social e cultural e resulta de uma combinação entre o neoconservadorismo social, político, cultural e o neoliberalismo econômico (Pereira, 2016). Essas duas dimensões ideológicas, neoliberalismo e neoconservadorismo, se originaram no contexto norte-americano e têm se tornado dominantes globalmente. O prefixo *neo* é usado para enfatizar as diferenças contextuais e conceituais em relação à direita anterior, ou seja, mais liberal na economia e conservadora nos costumes. A dimensão ideológica impulsiona a penetração desses grupos conservadores e a disseminação desses conteúdos nos meios digitais.

Destaca-se a convergência de valores neoliberais, como o individualismo, o livre mercado, a meritocracia e o Estado mínimo, com valores neoconservadores, como o patriotismo, a religiosidade, a defesa da família patriarcal e um maior controle sobre as práticas sexuais e os papéis de gênero. A extrema-direita se caracteriza por uma combinação de conservadorismo moral e liberalismo econômico, sustentada por uma forte corrente ideológica que dialoga com diferentes estratos sociais. Esse

segmento da direita conseguiu se tornar coeso na batalha contra a suposta "hegemonia" da esquerda no país, na América Latina e em todo o mundo, contrapondo-se às suas conquistas nos campos social e cultural (Pereira, 2016; Rocha, 2018). Observa-se um gesto de ruptura com a direita tradicional brasileira, representada pelo governo privatista e neoliberal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Pereira, 2016). Esse é um fenômeno de crescimento dos valores neoliberais e conservadores que tem sido observado globalmente e encontrou no Brasil um terreno propício para o seu desenvolvimento.

O Movimento Brasil Livre, ou MBL, é uma organização política que se articulou e se desenvolveu por meio das plataformas de mídias digitais e teve um papel relevante na mobilização das manifestações contra o governo da ex-presidente Dilma. O grupo é considerado como um dos pioneiros desses grupos neoconservadores e se fortaleceu em torno da combinação ultraliberal-conservadora (Rocha, 2018). De acordo com Rocha (2018), o período que antecedeu o *impeachment* da ex-presidenta Dilma, entre 2014 e 2016, foi crucial para a emergência, expansão e influência política desse grupo no Brasil.

O MBL surgiu em meados de 2006, usando principalmente a internet para se opor ao governo Lula. Naquela época, as plataformas de mídias digitais já faziam parte de suas táticas de expansão e divulgação de suas ideias. Em aliança com outros grupos, como o "Vem pra Rua" e os "Revoltados Online", organizou-se para promover grandes protestos contra o governo em várias cidades do país. A influência desses movimentos foi potencializada pelo uso estratégico das plataformas de redes sociais. A ação desses grupos ajudou a fortalecer uma frente política ultraliberal e conservadora, tornando-se um ponto de referência para a emergência dessa nova direita no país (Rocha, 2018). Esses movimentos compartilhavam uma crítica à capacidade de representação dos partidos políticos tradicionais e concentraram suas objeções principalmente no Partido dos Trabalhadores (PT), que comandava o poder Executivo nacional (Baron, 2016). Naquele contexto, esses movimentos argumentavam que os partidos falharam em mobilizar a militância e em atender às demandas populares, o que levou a um distanciamento entre eleitores e representantes políticos, bem como do governo com os interesses da população.

O MBL e outros grupos de direita usaram a internet para mobilizar digitalmente apoio político em um cenário de plataformação dos debates público e político (Baron,

2016) e contribuíram para construir um ambiente político polarizado e hostil. O grupo também adotou um forte simbolismo nacionalista, utilizando as cores da bandeira brasileira, discursos patrióticos e anticorrupção para mobilizar as massas e ampliar o seu capital político.

O MBL cresceu rápido e de forma descentralizada na rede, criando núcleos regionais pelo Brasil (Rocha, 2018). Isso ajudou a promover e a facilitar a organização de protestos contra o governo e a favor do *impeachment*. O movimento se orgulha de ter sido protagonista de um dos maiores atos políticos já realizados no Brasil, que resultou na queda do governo do PT. As primeiras lideranças desse grupo, como Kim Kataguiri, Fernando Holiday e Renan Santos, utilizaram as plataformas como *Facebook* e *YouTube* e adotaram uma estética pautada no confronto político e em polêmicas que reverberavam nesses ambientes midiáticos e digitais, para ganhar visibilidade e atingir diferentes públicos.

Entre as estratégias adotadas pelo MBL e outros movimentos similares em plataformas de mídias digitais estavam recursos midiáticos e a construção de eventos políticos simbólicos com o objetivo de chamar a atenção das pessoas para as suas pautas e mobilizar esses públicos. Por meio de seus perfis em plataformas de mídias digitais, eles alimentam as suas redes de articulação e mobilização, compartilham conteúdos que muitas vezes aparecem replicados em diversos outros canais, além de interagir com seus seguidores (Rocha; Klein, 2018).

Utilizam-se estratégias do marketing de conteúdo e digital para melhorar a performance de seus conteúdos nas plataformas, assim como ampliar a capilaridade de suas redes de influência. Observa-se uma dinâmica da comunicação política e eleitoral adaptada à cultura digital, que enquadra, simplifica e desqualifica o debate político a fim de torná-lo compartilhável. A criação e circulação de memes políticos seguem a lógica persuasiva, valendo-se de sátiras, humor e deboche para promover ataques deliberados aos adversários e posicionar-se politicamente (Bachini *et al.*, 2022).

O grupo também obteve notoriedade através de controvérsias como a exposição *Queermuseu*<sup>20</sup>, as disputas em torno do projeto Escola sem Partido<sup>21</sup> e em confrontos com o deputado Jean Wyllys (Moura, 2020). Nota-se nessas polêmicas a persistência de temáticas relacionadas às políticas voltadas para as diversidades sexuais e de gênero e suas reverberações no Congresso Nacional. Muitas das produções do grupo nas plataformas de mídias digitais buscam posicioná-lo à direita do espectro político, contrapondo-se àquilo que seria instrumento de doutrinação ideológica da esquerda, como as políticas voltadas para a população LGBTQIAPN+.

Utilizando estereótipos e estigmas, o movimento delineou sua posição política como antagônica à esquerda, criando uma dicotomia entre o "nós" e o "eles" que ressoou com seu público-alvo. Em suas plataformas de mídias digitais, o MBL utilizou estratégias de comunicação eficazes, especialmente através de vídeos, para construir uma imagem de si mesmo em oposição ao "Outro", frequentemente representado pelo PT e ideologias de esquerda (Moura, 2020). Através de uma narrativa antipetista e antiesquerdista, o movimento solidificou sua identidade política pautada na defesa da liberdade econômica e do conservadorismo político e social.

O poder de articulação e engajamento que esses movimentos atingiam nas plataformas de mídias digitais, nas ruas e nos pleitos eleitorais fez com que diversos outros grupos digitais se espalhassem pelo país com objetivos similares. Nas eleições de 2018, por exemplo, além da atuação do MBL, também se observou a articulação de outros movimentos conservadores, como o movimento Direita Paraná e suas agremiações, a exemplo do Direita Londrina<sup>22</sup>. O segundo é uma extensão regional do primeiro, que atualmente tem presença em cerca de 200 cidades no Paraná (Vereadora [...], 2022). Eles começaram as suas atividades em 2017 para apoiar e fortalecer a eleição de Jair Bolsonaro, além de apoiar diversas candidaturas no Sul do país.

---

<sup>20</sup> A exposição *Queermuseu*, realizada no Santander Cultural em Porto Alegre, foi cancelada após uma onda de protestos nas redes sociais, liderados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que acusaram a mostra de promover blasfêmia, zoofilia e pedofilia. A controvérsia gerou um intenso debate sobre liberdade de expressão e censura no Brasil.

<sup>21</sup> O projeto Escola sem Partido é frequentemente associado a movimentos de extrema-direita no Brasil e tem gerado intensas controvérsias devido às suas implicações para a liberdade de expressão e a educação crítica nas escolas. Muitos críticos argumentam que o projeto busca limitar a discussão de temas sociais e políticos nas salas de aula, promovendo uma visão ideológica específica. A iniciativa também é vista como uma tentativa de politizar a educação pública, o que tem gerado debates sobre a natureza e os objetivos de sua aplicação no país.

<sup>22</sup> Esses movimentos são entidades políticas e civis de orientação conservadora, que defendem o conservadorismo nos costumes e o liberalismo econômico (Faça [...], [entre 2017 e 2024]).

A atuação desses movimentos nas plataformas de mídias digitais é um reflexo do fenômeno mais amplo de ascensão da direita política no Brasil, impulsionada pelo uso de redes sociais. O Movimento Direita Paraná se destacou como uma organização política e civil conservadora que defende uma agenda pautada no liberalismo econômico e moralismo cristão.

A direita política brasileira, incluindo o Direita Paraná, teve um papel significativo nas eleições de 2018 e na ascensão do ex-presidente Jair Bolsonaro ao poder. O grupo conseguiu eleger políticos fortemente alinhados ao governo Bolsonaro, como é o caso da vereadora Jessicão (PP-PR), que liderava esse movimento na cidade de Londrina, no Paraná. A atuação do grupo ocorria principalmente em plataformas como *YouTube* e *Facebook* e adotou uma estética muito parecida com a do MBL em suas produções midiáticas e digitais.

### **2.3 Estratégias digitais da extrema-direita e radicalização política**

A atuação da extrema-direita em plataformas de mídias digitais ganhou destaque nas últimas décadas por seu poder corrosivo para as instituições democráticas. Esses grupos políticos extremados encontraram nas redes digitais uma ambiência profícua para disseminar suas ideias, mobilizar seguidores e radicalizar discursos contra minorias representativas, como a população negra, as mulheres e a população LGBTQIAPN+. Observa-se a formação de ambientes digitais e, principalmente, em plataformas de mídias digitais, em que a misoginia, o assédio e um certo ativismo pelos direitos dos homens têm criado um ambiente hostil e coordenado contra as mulheres e outros grupos vulnerabilizados (Bratich, 2022).

A extrema-direita cresceu significativamente na última década em governos e organizações ao redor do mundo, como no Brasil, Estados Unidos, Nicarágua, Venezuela, Hungria, Itália, Ucrânia etc. Figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro utilizaram a radicalização político-ideológica nas redes sociais para ampliar sua base de apoio.

Um dos maiores escândalos da história das redes sociais envolveu a empresa *Cambridge Analytica* (CA), que trabalhou na campanha de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. A empresa obtinha dados por meio de aplicativos do *Facebook* sem o consentimento dos usuários. De acordo com Mello (2020), o

propósito dessa obtenção era a criação de campanhas políticas que exploravam as angústias de segmentos da população.

Steve Bannon, que era vice-presidente da CA e foi estrategista da campanha de Donald Trump, tornou-se referência entre os tecnopopulistas. Ele se dedicou ao *The Movement*, um grupo que promove o nacionalismo de direita no mundo, que também se opõe ao partido comunista chinês. Em 2018, manifestou apoio à campanha de Bolsonaro e sob o argumento de unir forças contra o marxismo cultural. Além disso, os principais acionistas da CA, Rebekah e Robert Mercer, financiavam causas e organizações conservadoras (Mello, 2020).

De modo similar, Arthur Finkelstein (1954-2017) foi um judeu homossexual e consultor do Partido Republicano (GOP) em Nova York. Ele trabalhou para candidatos conservadores e de direita nos Estados Unidos, Canadá, Israel, Europa Central e Europa Oriental por quatro décadas. Finkelstein também foi o estrategista das campanhas do senador Al D'Amato, do governador George Pataki, de Benjamin Netanyahu e se tornou o principal conselheiro de Viktor Orban na defesa dos valores tradicionais na Hungria<sup>23</sup>. Era famoso por suas habilidades em pesquisas, estratégia, mensagem, mídia, anúncios e gerenciamento de campanhas.

Empoli (2019) se refere a esses atores políticos como "engenheiros do caos", que operam com o objetivo de cultivar a ira individual e rearticular o conflito político com base em relações de oposição, como "povo" *versus* "elite". Nos fenômenos examinados nesta pesquisa, essas relações de oposição também se manifestam como "bem" *versus* "mal", "natural" *versus* "pecado", "esquerda" *versus* "direita", e "comunismo" *versus* "liberalismo". Por trás desse trabalho há dezenas de ideólogos, cientistas especializados em *Big Data*, sem os quais os líderes desse novo populismo não chegariam ao poder (Empoli, 2019).

Sua ação é a tradução política do *Facebook* e do *Google*. É naturalmente populista, pois, como as redes sociais, não suporta nenhum tipo de intermediação e situa todo mundo no mesmo plano, com um só parâmetro de avaliação: os *likes*, ou curtidas. É uma ação indiferente aos conteúdos porque, como as redes sociais, só tem um objetivo: aquilo que os pequenos

---

<sup>23</sup> Orban, que ocupa o cargo de primeiro-ministro desde 2010, tem sido objeto de críticas por promover políticas que discriminam a população LGBTQIAPN+. Ele é acusado de implementar políticas de imigração rigorosas, que alguns críticos classificam como xenofóbicas. Essas ações e políticas têm levantado questões significativas sobre os direitos humanos e a inclusão social no país.



gênios do Vale do Silício chamam de “engajamento” e que, em política, significa adesão imediata (Empoli, 2019, p. 19).

Esses articuladores da política mediada por plataformas são estrategistas e cientistas digitais que souberam como operar a propaganda eleitoral ajustada à era dos *selfies* e das redes sociais, que mudou a própria essência do jogo democrático (Empoli, 2019). A partir desse *modus operandi*, diferentes atores sociais, políticos e, principalmente, a mídia sensacionalista corroboram a espetacularização da política e o populismo de direita (Ituassu *et al.*, 2023).

O machismo, sexismo, racismo, as LGBTQIAPN+fobias e o nacionalismo exacerbado são algumas das apostas da extrema-direita na internet, que se expressam a partir de diferentes linguagens para construir uma identidade política moralmente conservadora e ancorada no liberalismo econômico (Fuchs, 2022).

As ações de milícias digitais alinhadas à extrema-direita também desafiam as estruturas tradicionais da democracia, especialmente no contexto eleitoral. Esses grupos utilizam algoritmos avançados e plataformas de redes sociais, que operam de maneira coordenada para influenciar a opinião pública e manipular o processo democrático. Suas estratégias consistem em desestabilizar as instituições, promover discursos de ódio e violência e até mesmo incitar ações antidemocráticas, como insurgências populares armadas. Assim, sua atuação transcende a esfera eleitoral e atinge o próprio Estado Democrático de Direito (Lôbo; Moraes; Nemer, 2020).

O relatório GPAHE (*Global Project Against Hate and Extremism*) detalha as atividades e ideologias de mais de 20 grupos de extrema-direita no Brasil. Esses grupos misturam ideologias neonazistas, nacionalismo de extrema-direita e sentimento antiLGBTQIAPN+, com alguns promovendo a “pureza racial” e posições anti-imigrantistas. Assim, a extrema-direita é vista como uma grave ameaça à democracia brasileira e tem protagonizado episódios violentos e antidemocráticos, como o ataque aos prédios federais em 8 de janeiro de 2023.

Como uma das plataformas de mídia social mais populares em todo o mundo, o *Instagram* tem investido em sistemas de monitoramento e denúncia para identificar e remover conteúdo prejudicial e que violem as diretrizes da comunidade. Por meio de suas operações algorítmicas, uso de inteligência artificial, ou mesmo a partir da moderação de humanos, a plataforma tem buscado aperfeiçoar a detecção e remoção de postagens que promovem violência, ameaças ou disseminam o ódio. Além disso,

os usuários são incentivados a denunciar conteúdo inapropriado e, nesse sentido, podem contribuir para a formação e manutenção de um ambiente mais seguro.

Por outro lado, as ferramentas de controle das plataformas de mídias digitais podem não ser tão eficazes quando se trata da diversificação desses discursos por meio das imagens, principalmente quanto à interpretação dessas imagens e sua contextualização geo-histórica. Essas imagens, inclusive, podem conter conteúdos controversos, como dimensões ideológicas, preconceitos sociais e até mesmo discursos de ódio e violência deliberada sobre determinados grupos sociais, como se percebe nos resultados desta pesquisa.

## **2.4 Gênero e Plataformas: abordagens críticas**

Os estudos de Plataformas têm demonstrado um crescente interesse em analisar como as tecnologias digitais influenciam e são influenciadas pelas questões de gênero. Pesquisadores e ativistas em todo o mundo têm analisado como as plataformas digitais podem tanto manter quanto questionar normas de gênero, além de oferecer espaços para a expressão e visibilidade de várias identidades. No Brasil, essa discussão também tem ganhado destaque, com um foco nas interseções entre gênero, raça e classe, além da importância de uma perspectiva interseccional. Além disso, abordagens que consideram o gênero para além do binarismo têm sido importantes para as discussões atuais sobre plataformas.

Observa-se, por exemplo, que a moderação de conteúdo muitas vezes reflete vieses de gênero, que podem resultar em uma aplicação desigual das regras de governança ao censurar determinados conteúdos e privilegiar outros. Além disso, as configurações das plataformas frequentemente reproduzem relações de poder baseadas no gênero, seja através de algoritmos que reforçam estereótipos de gênero ou de políticas de moderação que invisibilizam identidades não conformes. Torna-se necessário uma compreensão crítica do funcionamento das plataformas e de como as decisões algorítmicas podem impactar a diversidade de gênero.

Pesquisadores brasileiros em comunicação, sociabilidades, ciência e tecnologia também têm se dedicado a explorar as interseções entre tecnologia, diversidade sexual e de gênero. Um foco particular é a maneira como as plataformas digitais moldam as experiências e identidades da população LGBTQIAPN+. Por

exemplo, estudos recentes examinam como as plataformas de mídia social podem reverberar preconceitos sociais e banir usuários por sua identidade de gênero (Oliveira; Lemos, 2023), oferecer resultados enviesados segundo as normas hegemônicas de gênero e sexualidade (Ziller; Barretos, 2021), ou mesmo serem usadas por indivíduos LGBTQIAPN+, para criar espaços de resistência nessa ambiência digital (Ziller *et al.*, 2022).

Há pesquisas que exploram como a tecnologia médica e as plataformas digitais estão transformando as experiências de transição de gênero. Isso inclui a análise de como as tecnologias de informação e comunicação são usadas para acessar informações sobre terapias hormonais e cirurgias de redesignação sexual, bem como para conectar-se com comunidades de apoio (Arruda, 2023; Ferreira, 2021).

Há pesquisas nos estudos de plataformas que buscam entender em que medida as plataformas são moldadas por e reproduzem normas sociais e de gênero existentes (Bratich, 2022; Haraway, 2009; Ziller *et al.*, 2022). A análise crítica dessa relação envolve compreender como as questões de gênero influenciam e são influenciadas pelas plataformas, que vão desde as mídias sociais até sistemas de informações, econômicos, ou mesmo a inteligência artificial. A moderação de conteúdo nas plataformas pode ser aplicada de maneira desigual, podendo privilegiar determinado conteúdo e censurar aqueles que desafiam as normas sociais (Oliveira; Lemos, 2023). Interroga-se como aspectos relacionados ao *design* e à governança das plataformas podem ser influenciados por essas normas e demais suposições pautadas numa percepção cultural do gênero.

Um exemplo de enviesamento tecnológico e algorítmico na dimensão de gênero pode ser observado em plataformas de relacionamento, como o *Tinder*. Para Oliveira e Lemos (2023), a ferramenta de denúncia do aplicativo apresenta nuances consideradas transfóbicas por banir injustamente determinados perfis por meio de questionamentos à sua identidade de gênero feitos por outros usuários. Não obstante, faltam opções específicas para reportar práticas transfóbicas ou homofóbicas que reforçam a invisibilização e exclusão desse coletivo naquele ambiente digital.

Destacam-se as abordagens interseccionais nas plataformas digitais que consideram como o gênero interage com outras categorias de identidade, como raça e classe. Há pesquisas que questionam como algoritmos de recomendação podem reforçar estereótipos raciais e de gênero ao sugerir determinado tipo de conteúdo ao

usuário. Ziller *et al.* (2022) analisam como os algoritmos e a heteronormatividade influenciam o que é visível ou invisível nas plataformas, destacando a lógica “*rich get richer*” que favorece conteúdos já populares. Observa-se a predominância de mulheres brancas, magras, jovens e sem deficiência nos conteúdos relacionados à lesbianidade e como as usuárias negociam com as normas de gênero para aumentar a circulação de seus conteúdos.

Destaca-se a importância das representações midiáticas na perpetuação de racismo, sexismo e outras formas de opressão. Carrera *et al.* (2022) discutem a interseccionalidade nas pesquisas em Comunicação, focando como as opressões se manifestam em ambientes digitais e são expressas através de plataformas como redes sociais e serviços de *streaming*. Por outro lado, essas plataformas permitem que vozes marginalizadas, como as de mulheres negras, sejam ouvidas e compartilhem suas experiências de discriminação e resistência.

As plataformas de mídias digitais expandem o debate sobre temas como "liberdade de expressão" e "direitos das minorias", permitindo a emergência de novos atores políticos que desafiam as identidades estabelecidas. A liberdade de expressão é frequentemente confundida com o direito de propagar discursos de ódio, que podem incitar violência e discriminação contra esses grupos (Vencato, 2017). Nesse sentido, essas pesquisas são importantes para compreender as experiências completas dos usuários e desenvolver soluções críticas para a desigualdade de gênero, raciais, étnicas e econômicas no ambiente digital.

Tais questões levantadas nos estudos de plataformas revelam a complexidade das interações entre gênero, raça, e tecnologia nas esferas digitais e destacam a necessidade de abordagens críticas para compreender e enfrentar as desigualdades persistentes. À medida que se explora como as plataformas digitais podem se constituir como espaços de socialização e trocas comunicacionais, é importante examinar como esses ambientes virtuais podem facilitar a propagação de ideologias extremistas e discriminações sistemáticas. Discute-se, em seguida, como os microfascismos digital e de gênero se manifestam nas plataformas, influenciam subjetividades e buscam restaurar estruturas de controle e poder baseadas no gênero.

## **2.5 Introdução ao microfascismo digital**

Compreende-se que a cultura digital nas plataformas cria condições para a produção de uma subjetividade fascista, em que questões como vida ou morte são estilizadas, formatadas e estetizadas para a circulação nas mídias digitais. Essa estética de banalização da vida e da morte por lógicas algorítmicas e lucrativas acaba por influenciar a formação das identidades sociais, dos relacionamentos, da vida em comunidade (Bratich, 2022). A relação mediadora dos aparatos midiáticos para a representação da realidade pode reconfigurar o comportamento e as ações dos sujeitos e, desse modo, intervir na sua relação com o “outro”, com a sociedade e com o mundo.

As plataformas não só facilitam, como também possibilitam construir diferentes estratégias para aumentar o alcance das postagens e a mobilização de grupos ideológicos em rede (Bratich, 2022; Felinto, 2023; Fuchs, 2022). Essas ações são comumente usadas por grupos extremistas para espalhar ideologias fascistas e estimular a violência e evidenciam os desafios das plataformas para a regulação dessas ações (Bratich, 2022; Fuchs, 2022). Nessas plataformas formam-se comunidades em que os membros se conectam com base em ideologias comuns, que podem se basear no ódio e na exclusão (Bratich, 2022).

A rede de desinformação, de violência e de ataques criada em plataformas de mídias digitais favorece o surgimento do medo e a propagação de discursos de ódio. Observa-se como essas ações têm impactado desproporcionalmente as mulheres que participam ativamente nas esferas pública e política. Essas violências baseadas em gênero, raça e LGBTQIAPN+fobia têm como objetivo comprometer a liberdade de expressão e debilitar a estrutura democrática (Jardelino; Cavalcanti; Toniolo, 2020). Elas também são reconhecidas mundialmente como táticas para dissuadir a participação política desses grupos historicamente marginalizados. Usa-se do ódio como instrumento político para engajar as massas contra mudanças sociais e os progressos democráticos. Esse ódio é ativado quando grupos econômicos hegemônicos se percebem ameaçados. Tiburi (2020) explica o ódio como um sinal do esfacelamento da episteme democrática, alimentado pela desinformação e pela distorção da verdade.

De acordo com Bratich (2022), as plataformas podem amplificar a dimensão do desejo das pessoas individual e coletivamente e, nesse sentido, engendrar a constituição de sujeitos fascistas por meio da inspiração e da reprodução desses

desejos. O autor destaca a tendência política e cultural de eliminar o “outro”, a alteridade, a diferença, sendo esse eliminacionismo uma de suas características principais. Desse modo, as plataformas digitais tonam-se ambiência para a composição de coletivos fascistas, que agem de forma coordenada, embora nem sempre uniforme, e favorecem as composições de ações coletivas e individuais conectadas em rede. Segundo o autor, as plataformas podem tanto disseminar quanto combater ideologias fascistas.

Bratich (2022) discute a relação entre microfascismo e plataforma a partir da ideia de molecularização do desejo discutida por Guattari (2016), entendendo que as plataformas digitais contribuem para a proliferação de focos moleculares do microfascismo. Esses focos podem ressoar conjuntamente na construção de um Estado fascista. A cultura é vista como central na formação da subjetividade, dos valores, ideais e das relações de poder que o fascismo utiliza para a criação de um Estado controlador, autoritário e que reflete esses valores no campo político, social e digital. O fascismo conecta pessoas, cria corpos sociais e se difunde através de redes de influência e ação (Bratich, 2022). É nesses termos que as plataformas de mídias digitais potencializam suas estratégias de articulação em escala global.

A discussão sobre microfascismos, entre eles o microfascismo digital, será abordada de maneira mais aprofundada no próximo capítulo. No momento, é relevante destacar como as plataformas de mídia digital podem contribuir para a persistência e reprodução de práticas fascistas na atualidade, bem como oferecem condições e ferramentas para que elas cresçam e se perpetuem.

## **2.6 Diálogos e debates políticos no *Instagram***

O *Instagram* é uma plataforma de mídia digital que se tornou fundamental na comunicação política, sendo amplamente utilizada por parlamentares, partidos, candidatos e campanhas eleitorais. Através dele, é possível estabelecer uma conexão direta com o público, compartilhar mensagens, imagens e vídeos que destacam propostas, perspectivas ideológicas e plataformas de governo. Além disso, o *Instagram* atua como uma estratégia de aproximação de figuras públicas com seus seguidores e eleitores, permite o acompanhamento de momentos pessoais e

cotidianos dessas personalidades e contribui para a construção de uma conexão afetiva e emocional.

A linguagem memética é usada para transmitir mensagens de forma humorística e rápida, impulsionando a circulação dessas mensagens. Sua mensagem faz uso do humor, sátiras, deboches e piadas para elaborar críticas políticas, enquadrar perspectivas políticas e ideológicas, ou mesmo atacar adversários pessoais, políticos e instituições. Ela tem sido empregada como instrumento de ridicularização, escárnio público e deslegitimação das lutas individuais, coletivas, das vivências e experiências pessoais, bem como da cidadania e dos direitos LGBTQIAPN+. Por ser coloquial e popular, espalha-se rapidamente pelas mídias digitais, muitas vezes com o objetivo de simplificar e reduzir temas complexos a um enquadramento específico, caricatural e satírico (Ahmed; Masood, 2024; Denisova, 2022; Wiggins, 2019).

Os memes são uma maneira de se expressar, envolver e participar da política. Eles se tornaram uma ferramenta comunicacional cada vez mais usada no *marketing* político e eleitoral, tornando-se um elemento importante para a compreensão do processo político contemporâneo, principalmente por suas funções como instrumento retórico e persuasivo (Chagas, 2018). A partir do meme, várias linguagens e expressões culturais se combinam em um único texto multisemiótico e multimodal. Também se nota o seu aspecto intencional, intertextual e os meios comunicativos que ele utiliza, especialmente na esfera da comunicação eleitoral, que são discursos inerentemente persuasivos (Santos *et al.*, 2023).

No entanto, usar essas táticas como método de publicidade política implica renunciar, em boa parte, ao domínio sobre os resultados da atividade, o que não é um efeito positivo para a coordenação da campanha (Chagas, 2018). Segundo Chagas (2018), os memes políticos tentam convencer os eleitores usando a linguagem e os recursos das campanhas para produzir e difundir conteúdos que agem como paratextos no cenário eleitoral. Esses conteúdos imitam um formato iconográfico e infográfico que já surgiu de uma adaptação do *marketing* ao meio das redes sociais *on-line*. A linguagem memética é incorporada na produção de conteúdo publicitário para a divulgação de candidatos e suas propostas, como também para atacar e difamar adversários políticos.

Chagas (2018) aponta para a possibilidade dos memes serem usados como ferramentas de comunicação política populista, que fazem referência à cultura popular. A maneira como essa mensagem será apropriada e difundida depende da forma como o público irá interpretar esse conteúdo, de sua concordância com os significados gerados por essa mensagem, que pode ter implicações políticas, ideológicas e partidárias. Eles emergem em contextos políticos e sugerem uma certa forma de enquadramento (e contraenquadramento) de situações, imagens, discursos e narrativas em disputa. Desde o contexto das jornadas de junho de 2013 no Brasil, que culminou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma, a linguagem memética tem sido fortemente mobilizada pela direita brasileira para desafiar o *status quo* e as narrativas estabelecidas pela esquerda (Rocha, 2018).

Uma das características dos conteúdos meméticos em plataformas de mídias digitais é que eles têm propósitos comunicativos nítidos, são percebidos como “itens digitais” (Chagas, 2021), ou seja, mídias que se apresentam em diferentes formas como textos, imagens ou vídeos e consistem em dar sentido a essas referências textuais, discursivas e simbólicas. Eles são reconhecidos como um grupo de conteúdos que compartilham características e são criados e transformados coletivamente pelos usuários da internet. A definição moderna de memes de internet reconhece a agência humana e a participação ativa dos usuários da internet na criação, circulação e transformação desse conteúdo. Eles são vistos como práticas culturais generativas que permitem aos usuários criarem seus próprios usos e significados para a informação compartilhada *on-line* (Chagas, 2021).

A estratégia de produção e circulação do conteúdo memético e instagramável transcende o ambiente digital e passa a ser incorporada no discurso político dos parlamentares e/ou candidatos, inclusive em plenário, em entrevistas etc. Há uma constante busca pela captura do *frame* ideal para ser compartilhado nas redes, gerar compartilhamento, engajamento e viralizar entre os usuários das plataformas. É o caso da performance do deputado federal Nikolas Ferreira, que fez uso de uma peruca no plenário da Câmara dos Deputados para atacar a identidade e cidadania das mulheres trans. Rapidamente essa imagem circulou nas mídias digitais entre os seus apoiadores e entre os seus opositores, seja para defendê-lo, concordar com o seu discurso ou criticá-lo. Esse é o *modus operandi* da política memética, feita para reverberar no ambiente digital de forma simplista, debochada e caricatural.



Figura 9 — Meme deputada Nikole tem razão



Fonte: Holiday (2023e).

A complexidade em torno das práticas de moderação de conteúdos pelas plataformas digitais apresenta-se como um desafio, considerando a subjetividade intrínseca à imagem e à linguagem memética, especialmente quando permeadas por dimensões políticas, ideológicas e violências de gênero que podem ser conformadas através do meme.

Além do meme, os *banners* informativos, pôsteres políticos *on-line* e as *hashtags* são linguagens bastante utilizadas na propaganda política digital. Segundo Chagas (2018), os pôsteres são formas visuais que usam fotos de banco de imagens com legendas (ou *slogans*), que podem ser adicionadas pelos usuários para gerar um efeito humorístico, ou imagens que destacam aspectos da campanha. Os pôsteres são um modo de testar a possibilidade de difusão rápida e em grande escala proporcionada pela internet. Esses conteúdos se diferenciam dos memes e geralmente aparecem como mensagens elaboradas por candidatos ou partidos.

Figura 10 — Pôster político de Jessicão



Fonte: Jessicão (2022d).

*Banners* informativos e pôsteres de campanha são visualmente atraentes e amplamente compartilhados, enquanto *hashtags* organizam e categorizam as discussões, indicando contornos políticos e ideológicos. De acordo com Chagas (2018), um modo de ver as *hashtags* é como *slogans* publicitários, pois elas não só organizam as informações, mas também podem formar públicos. Essas estratégias têm sido empregadas por grupos políticos, militantes e movimentos sociais com certo grau de eficácia. Além disso, há o interesse que esse conteúdo seja distribuído levando em conta o uso dessas palavras-chave, que ajuda a segmentar o público-alvo e entregar esse conteúdo de forma estratégica e direcionada.

As *hashtags* são usadas para padronizar o discurso sobre um evento político específico, frequentemente com a intenção de propagar esse discurso a partir de lógicas algorítmicas e digitais. São práticas digitais que conformam experiências pessoais ou coletivas e agem como recurso de divulgação ou motivação. O uso de vídeos *on-line* também consiste em um método eficiente para engajar audiências, especialmente as mais jovens, sendo uma tática vantajosa para políticos que buscam

ampliar seu alcance. Atualmente, muitos vídeos de campanhas políticas são utilizados em plataformas de mídias digitais, seja por meio de anúncios eleitorais, vídeos para o *YouTube*, *TikTok*, *Kwai* ou no *Reels* do *Instagram*.

A capacidade de compartilhar vídeos produzidos pelos próprios usuários e com grande potencial de circulação transformou o *YouTube* em uma ferramenta eficaz de engajamento e mobilização de eleitores. Outras plataformas, como o *Instagram*, também incorporaram vídeos em suas funcionalidades, ampliando o uso da linguagem audiovisual nas campanhas legislativas. Essa integração de plataformas ampliou o alcance das mensagens políticas por meio de vídeos e narrativas audiovisuais, tornando essa abordagem mais presente nas estratégias de campanha para cargos legislativos, diferenciando-se dos formatos padronizados de propaganda eleitoral na televisão.

Os vídeos produzidos para as plataformas de mídias digitais durante as campanhas eleitorais são instrumentos utilizados na comunicação digital para posicionamento político dos candidatos e interação com os seguidores/eleitores. Esses vídeos também são usados para atacar/criticar adversários políticos, apresentar, discutir e defender programas de governo, além de engajar eleitores. Exploram-se elementos simbólicos, narrativas dramáticas e emotivas que se disseminam rapidamente nas plataformas de mídias digitais, contribuem para influenciar a opinião pública e maximizar o impacto e a visibilidade de suas candidaturas.

A eficácia desses vídeos reside na habilidade de captar a atenção do público e moldar percepções políticas em um ambiente digital dinâmico e interativo. O *YouTube*, nos últimos anos, tem sido amplamente mobilizado pela comunicação política e eleitoral no Brasil, especialmente por grupos de direita como o MBL, Endireita Brasil e o Movimento Direita Paraná, que utilizaram/utilizam a plataforma para promover embates, polarização e ataques a adversários políticos.

No campo político e eleitoral, as plataformas digitais oferecem novas possibilidades para o *marketing* e a propaganda política. Esses canais são usados para se conectar com o público, apresentar plataformas de campanha e atividades parlamentares, mobilizar e informar apoiadores, estabelecer redes de articulação com outros perfis, entre outras possibilidades (Abid *et al.*, 2023; López-López; Barredo-Ibáñez; Jaráiz-Gulías, 2023). Não obstante, também há desafios quanto à utilização

desses canais para propaganda ideológica e desacreditar opositores políticos, instituições e o próprio processo democrático (Abid *et al.*, 2023; López-López; Barredo-Ibáñez; Jaráiz-Gulías, 2023).

Portanto, as plataformas digitais têm proporcionado e facilitado novas formas de engajamento e mobilização política, ao mesmo tempo que apresentam desafios significativos relacionados à propaganda ideológica e à integridade democrática. Essa complexidade nas práticas digitais reflete um cenário político em constante transformação, em que as estratégias de comunicação são constantemente adaptadas e moldadas às novas tecnologias e aos comportamentos dos usuários.

No próximo capítulo, "Microfascismos", será discutido como o fascismo se manifesta em escalas menores, dentro dos indivíduos e nas relações sociais, ao contrário do fascismo de Estado conhecido por sua centralização de poder e violência. Serão abordados conceitos de pensadores como Deleuze, Guattari e Eco, que analisam a flexibilidade do fascismo para se infiltrar nas práticas culturais e cotidianas de maneira insidiosa. Serão exploradas as formas como o poder e a dominação se exercem em níveis micropolíticos e culturais, mantendo hierarquias e preconceitos sociais de maneira sutil. A discussão também inclui como o fascismo se adapta às condições do capitalismo e influencia desejos e comportamentos, moldando relações sociais, econômicas e culturais de maneira opressiva.

### 3 MICROFASCISMOS

O conceito de microfascismo, elaborado por pensadores como Deleuze e Guattari (1996), examina a maneira como o fascismo pode se expressar em uma escala micro, no interior dos indivíduos e em suas relações sociais. Ao contrário do fascismo de Estado, que é historicamente situável e conhecido por seu governo autoritário e frequentemente violento, o microfascismo é mais insidioso e difícil de detectar, pois se infiltra nas práticas culturais, normas e valores sociais. Ele se manifesta por meio de ações e comportamentos que sustentam hierarquias, preconceitos e exclusões sociais, frequentemente de maneiras sutis e consideradas normais.

É reconhecido que o fascismo de Estado, representado pelo regime de Mussolini na Itália do século XX, se estabeleceu através de um domínio totalitário marcado pela centralização do poder, nacionalismo exacerbado e supressão das oposições políticas. Esse sistema buscava controlar todos os aspectos da vida pública e privada, além de promover uma ideologia baseada na supremacia racial e na pureza étnica.

O microfascismo, no entanto, está relacionado à tendência de impor ordem e controle sobre os outros e sobre si mesmo e, nesse sentido, reflete estruturas de poder mais amplas da sociedade que se manifestam em escala micro. Esse conceito é usado para analisar como o poder e a dominação podem ser exercidos em níveis reticulares, não só por meio dos mecanismos institucionais e estruturais, mas também nas práticas culturais, no cotidiano das pessoas e nas relações pessoais e interpessoais.

Embora o regime fascista tenha sido derrubado após a Segunda Guerra Mundial, as ideologias e modos de pensar que o sustentavam social e culturalmente ainda persistem em diversas formas, sobretudo em manifestações de poder, opressão e violência, nos processos de seleção, aceitação de pessoas e nas dinâmicas de exclusão sociais.

Para além de sua localização geo-histórica, situada no continente europeu no período entreguerras, o fascismo não se limita apenas a essa forma de governo em sua dimensão macropolítica, mas, sobretudo, se espalha nas relações individuais, sociais, culturais e políticas em níveis micropolíticos que alimentam a hegemonia

fascista (Guattari, 2016). Nesse sentido, o fascismo deve ser encarado como um fenômeno político adaptável, de matriz sociocultural, capaz de encontrar novas formas de expressão em diferentes contextos (Eco, 2018; Guattari, 2016).

Eco (2018) identifica esses fenômenos como sinais de um "Ur-Fascismo" ou "fascismo eterno", enquanto Guattari (2016) se refere ao microfascismo como um fenômeno micropolítico e cultural. O microfascismo se refere ao fascismo permeado nas práticas culturais e atualizado ao longo do tempo, manifestando-se na vida cotidiana das pessoas (Bratich, 2022; Eco, 2018; Guattari, 2016).

O fascismo também é um agenciamento que mobiliza e direciona o desejo das pessoas. A micropolítica do fascismo discutida por Guattari (2016) examina como o desejo pode ser manipulado para sustentar sistemas de poder opressivos. O autor entende o fascismo não apenas como uma ideologia política, mas como um maquinismo que molda e direciona as relações sociais, econômicas e culturais. Esse maquinismo totalitário busca se ajustar às condições do capitalismo, criando padrões de desejo que as massas internalizam. Compartilha-se a ideia de que o fascismo, o stalinismo e as democracias burguesas têm em comum um "maquinismo totalitário" subjacente que se manifesta em diferentes estruturas sociais e políticas.

O fascismo e o stalinismo são considerados por Foucault (2006) como as "duas sombras gigantescas" que, apesar de serem fenômenos singulares, prolongaram uma série de mecanismos já existentes nos sistemas sociais e políticos do Ocidente. A organização dos grandes partidos, o desenvolvimento de aparelhos policiais e a existência de técnicas de repressão, como os campos de trabalho, são todos herança das sociedades ocidentais liberais que o stalinismo e o fascismo apenas aproveitaram. Para o autor, a questão colocada pelo fascismo e pelo stalinismo foi a do poder: "pouquíssimas riquezas" de um lado, "excesso de poder" do outro. O autor sugere que o fascismo está na mente e exerce poder sobre o corpo; e que o poder, em certa medida, flui através de nossas ações.

No microfascismo, o fascismo clássico é substituído por formas mais flexíveis e difusas de controle e poder, que se articulam e se desdobram a partir da desterritorialização das sociedades industriais e da mudança de realidades anteriores (Guattari, 2016). Essa dimensão do fascismo em escala molecular não é só uma questão de ideologia ou estratégia, mas está ligada aos processos materiais e à desterritorialização da produção. Guattari (2016) indica que o fascismo molecular

produz respostas repressivas que se ajustam e se infiltram nos grupos sociais, formando indivíduos e influenciando suas posições sexuais, relações com o corpo, com o conhecimento e visões de amor, honestidade e morte.

A desterritorialização da produção e a molecularização do fascismo são processos pelos quais as formas clássicas de fascismo se transformam em novas formas que permeiam a vida cotidiana. Guattari (2016) afirma que o fascismo se fragmenta em estruturas menores e mais flexíveis, como o familiarismo e o racismo, que podem ser mais eficientes do que métodos repressivos maciços e globais.

Nas sociedades contemporâneas, o fascismo molecular se manifesta por meio de práticas racistas e de uma adesão exagerada aos valores familiares tradicionais. O racismo, a intolerância religiosa, o sexismo, as LGBTQIAPN+fobias, entre outras formas de preconceito e discriminação, também se relacionam com práticas baseadas na restauração de valores tradicionais e conservadores, no autoritarismo e nas práticas eugênicas.

Em ambientes políticos, microfascismos ocorrem quando minorias são excluídas dos espaços de representação social, de debates, reuniões ou decisões importantes que afetam a vida de todos, principalmente de populações historicamente marginalizadas. Ignorar vozes dissidentes ou silenciar minorias se constitui como uma forma sutil de perpetuar o poder dominante e de contribuir para a manutenção de sistemas opressores de poder.

A violência exercida pelas linguagens, imagens, pelos signos e discursos que estigmatizam pessoas LGBTQIAPN+, imigrantes, ou pessoas em situação de vulnerabilidade, visando a sua incapacitação política, não pode ser vista apartada dessa perspectiva micropolítica do fascismo. Trata-se de relações de poder e mecanismos biopolíticos (Deleuze; Guattari, 1996) de controle e sujeição de corpos que operam nas sutilezas do cotidiano, muitas vezes passando despercebidos, porém não são menos violentos, perigosos e devastadores.

Na intersecção com o gênero, o fascismo se fundamenta em uma noção de soberania que busca o controle absoluto sobre as mulheres e, nesse sentido, também sobre a realidade (Bratich, 2022). Nas plataformas de mídias digitais, observa-se que o eterno fascismo a que se refere Eco (2018), ou os microfascismos em Guattari (2016), emerge quando indivíduos disseminam discursos de ódio contra as mulheres e, principalmente, as mulheres trans, imigrantes, pessoas negras, LGBTQIAPN+, ou

mesmo pessoas com opiniões diferentes. Esses pequenos atos de violência contribuem para a manutenção das estruturas de poder que geram a separação e a acepção de pessoas, fomentam a intolerância e a polarização, afetam a esfera pública, obstruem o diálogo democrático e os princípios de igualdade, equidade, cidadania e direitos humanos fundamentais.

Neste capítulo, busca-se aprofundar a compreensão do microfascismo, que servirá como conceito para a discussão proposta nesta pesquisa. Inicia-se com uma breve contextualização história do fascismo italiano para então avançar na sua dimensão molecular, em termos micropolíticos e em suas reverberações na atualidade.

As contribuições de Foucault (1977, 1988, 2006) sobre biopolítica e biopoder são mobilizadas, assim como suas preocupações com o surgimento dos fascismos no mundo, as guerras civis, a implantação das ditaduras militares e os objetivos geopolíticos opressivos de grandes potências, como os Estados Unidos no Vietnã, que aparecem brevemente no prólogo da obra *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, um livro que trata do conceito de micropolítica do desejo.

Em seguida, passa-se à breve contextualização do fascismo italiano e sua consolidação como governo, segundo as reflexões de Sassoon (2009). Utiliza-se Arendt (2012) para compreender como a ideologia e o terror operam nos mecanismos de controle dos regimes autoritários. Posteriormente, discute-se como o fascismo vai além das formas de governo e se manifesta nas práticas culturais e micropolíticas do desejo, fundamentadas em lógicas de violência e exclusão que ainda estão presentes nas sociedades contemporâneas (Bratich, 2022; Eco, 2018; Guattari, 2016).

A abordagem prossegue no sentido de estabelecer conexões entre o microfascismo presente no hemisfério Sul, especialmente nos trópicos (Donhauser; Mizoguchi, 2023), e as dimensões de gênero e digital (Bratich, 2022; Tiburi, 2020). Adicionam-se às reflexões sobre gênero os trabalhos de Bento (2017), Butler (2024) e Nascimento (2021), além dos estudos de Silva (2022) e Sodré (2023), que ajudam a identificar manifestações microfascistas e/ou microagressões em plataformas de mídia digital, baseadas em critérios eugênicos, raciais, étnicos, de gênero e sexualidade que se evidenciam na contemporaneidade.



### 3.1 Fascismo histórico

O fascismo é geralmente definido como um movimento político e radical de direita, embora não explicitamente, que surgiu na Itália em 1919 e chegou ao poder em outubro de 1922. Originalmente chamado de *Fasci di Combattimento*, o movimento tinha propostas trabalhistas e sociais que atraíram muitos seguidores<sup>24</sup> (Sassoon, 2009).

O Partido Nacional Fascista, fundado em 1921, organizou milhares de italianos para marchar sobre Roma, com a intenção de pressionar o rei Vittorio Emanuel III a nomear Benito Mussolini como primeiro-ministro. De acordo com Sassoon (2009), a Marcha surge como uma resposta a diferentes ideologias do século passado, como a democracia, o socialismo, o positivismo e o racionalismo, sendo mais simbólica do que uma verdadeira ocupação armada, com os fascistas agindo como um Estado dentro do Estado.

A Primeira Guerra Mundial foi crucial para desestabilizar o sistema parlamentar italiano e contribuiu para a eclosão de movimentos políticos e sociais. A guerra, amplamente antecipada e até recebida com entusiasmo por muitos, foi o resultado de uma série de fatores como rivalidades imperialistas, corridas armamentistas e o crescimento do nacionalismo. Como fenômeno histórico, o fascismo emergiu em um contexto de intensas transformações sociais e políticas.

A Itália entrou na guerra com a promessa de ganhos territoriais significativos, mas as negociações de paz não cumpriram totalmente essas expectativas. O final da guerra não trouxe a vitória completa esperada pelos italianos, levando a sentimentos de uma "vitória mutilada" que influenciou o surgimento do fascismo de Estado. Esse sentimento alimentou o crescimento de um partido beligerante, que buscava constantemente um "inimigo", fosse ele interno ou externo, e construiu o caminho para o governo fascista.

---

<sup>24</sup> Mussolini iniciou sua carreira política como socialista e tinha habilidade para defender ideias conflitantes. Sassoon (2009) relata, no entanto, que ele manifestava desprezo pelos ideais reformistas do Partido Socialista e foi expulso da sigla depois de atacar o neutralismo do partido e se posicionar a favor da participação da Itália na Primeira Guerra Mundial. De acordo com o autor, Mussolini via na guerra uma chance de transformação social capaz de unificar a nação, estimular um senso de comunidade baseado na disciplina e nos valores nacionalistas. Tornou-se, assim, um grande adversário do bolchevismo e do socialismo.

O período de pós-guerra foi marcado por uma busca por alternativas ao sistema liberal vigente, em que as elites, temerosas tanto do fascismo quanto da esquerda, permitiram a ascensão de Mussolini. O fascismo, portanto, não foi um resultado inevitável, mas uma das possíveis respostas à crise do pós-guerra. Ele explorou o descontentamento popular e a incapacidade das classes governantes em lidar com as demandas de uma sociedade em rápida mudança e soube mobilizar as massas em torno de um ideal de nação.

De acordo com Sassoon (2009), Mussolini soube capitalizar o momento, posicionando-se como um líder carismático que prometia restaurar a ordem e a grandeza da Itália. Seu governo inicialmente manteve aparências constitucionais, mas rapidamente evoluiu para uma ditadura. A violência fascista, embora instrumental na repressão dos trabalhadores e na eliminação da oposição, não foi suficiente para derrubar a ordem política por si só. Foi a combinação de apoio popular, fraquezas do sistema liberal e a habilidade política de Mussolini que permitiram a consolidação do fascismo como uma nova ordem, refletindo tanto as aspirações quanto os medos de uma nação em busca de direção.

O fascismo mobilizou a ideologia e o terror como estratégias fundamentais para a sua manutenção e expansão do poder (Arendt, 2012). A ideologia fascista, muitas vezes enraizada em noções de superioridade racial ou nacional, serve como um alicerce que justifica e promove a uniformidade de pensamento, além de minar e até mesmo eliminar a diversidade e o dissenso. No fascismo, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias políticas, mas um sistema fechado que pretende explicar tudo e justificar ações extremas. Ela é projetada como uma verdade oficial, inquestionável, que todos devem aceitar e promover.

A partir de Arendt (2012), observa-se que o terror é uma ferramenta utilizada para impor essa ideologia de maneira coercitiva, através da repressão, da censura e da violência. Com o uso do medo, o regime fascista conseguia suprimir qualquer forma de resistência ou crítica, mantendo a população em um estado constante de controle e submissão. O terror é outro mecanismo essencial para garantir a obediência, a conformidade, bem como para desarticular quaisquer tentativas de insurgências.

Ideologia e terror se complementam no fascismo (Arendt, 2012). A ideologia fornece a base teórica para o exercício do terror, enquanto o terror garante a penetração e a perpetuação da ideologia na sociedade. Segundo Arendt (2012), a

combinação de ideologia e terror resulta em uma sociedade em que a liberdade individual é severamente restringida, o pluralismo é aniquilado e o estado exerce controle absoluto sobre a vida dos cidadãos. A autora argumenta que o terror totalitário só pode se impor sobre pessoas isoladas umas das outras e que o isolamento é o solo mais fértil para o terror, levando à impotência e à incapacidade de agir coletivamente.

A discussão de Arendt (2012) contribui para a compreensão de que o totalitarismo se constitui como uma forma de governo que difere essencialmente de outras formas de opressão política, como despotismo e ditadura, por criar instituições políticas novas e destruir tradições sociais, legais e políticas. O fascismo utiliza a ideologia para moldar o pensamento e o comportamento das massas, enquanto emprega o terror para assegurar a dominação e eliminar focos de oposição. É esse ciclo de terror e o exercício do controle por meio da violência que sustentam o regime totalitário.

O totalitarismo, portanto, representa uma expressão política que dá origem a um governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica ideológica. Esse tipo de regime, embora possa conter em si o germe de sua própria destruição, permanece como uma potencialidade e um risco presente na sociedade moderna, que desafia a liberdade, as democracias e a dignidade humana em sua diversidade.

### **3.2 Características do Fascismo**

O fascismo apresenta certas características distintivas que se revelam em suas manifestações sócio-históricas, políticas, ideológicas e culturais. Eco (2018) argumenta que, embora o fascismo não seja uma ideologia monolítica, ele possui traços comuns que podem ser identificados em diferentes contextos históricos e geográficos. Essas características não precisam estar todas presentes simultaneamente para que um regime seja considerado fascista; a presença de apenas algumas delas já é suficiente para configurar uma ameaça fascista.

Historiadores do fascismo indicam como esse movimento promove um intenso sentimento de orgulho nacional e busca glorificar a nação e seus líderes. Esses regimes geralmente se desenvolvem a partir do aparelhamento do Estado, de um nacionalismo extremo e autoritário, que centraliza o poder nas mãos de um líder

carismático, suprime as liberdades individuais e as manifestações das oposições. Tal nacionalismo é muitas vezes acompanhado por uma retórica xenofóbica e racista.

O fascismo adota a figura de um líder populista, uma liderança autoritária que envolve organizações e instituições estatais, circunstâncias nacionais ou condições econômicas específicas, contextualmente localizadas. Promove-se a ideia de um indivíduo ou de uma forma de Estado que sustentará a autoridade do sistema (Bratich, 2022). Desse modo, esses elementos criam condições para o autoritarismo, o nepotismo e a corrupção desenfreada, além da institucionalização dessas práticas nos aparelhos estatais.

É importante destacar que o regime de Hitler, embora assuma características bem específicas, é frequentemente associado ao fascismo e à ideologia fascista. Ambos os regimes promoviam o nacionalismo extremo, a supremacia racial, a centralização autoritária do poder e a eliminação das dissidências. A glorificação da violência e da guerra, bem como o desprezo pela democracia e pelos direitos individuais, também são traços comuns que ligam o nazismo à ideologia fascista. Essas semelhanças ideológicas e práticas consolidam a associação entre o nazismo e o fascismo que se busca indicar.

Arendt (2012) é uma das filósofas que identificam as semelhanças entre esses dois regimes totalitários. Ela aponta a centralização do poder e a criação de uma ideologia única como elementos fundamentais para a manutenção desses regimes. A valorização da violência e a desumanização dos inimigos do Estado são outros aspectos que a autora identifica como comuns entre o nazismo e o fascismo.

Durante o período entreguerras, tanto o regime de Mussolini na Itália quanto o nazismo alemão utilizaram extensivamente os meios de comunicação para disseminar suas ideologias, justificar suas ações totalitárias. A propaganda foi uma ferramenta importante, com o uso de jornais, rádio e cinema para promover o imaginário ideológico do regime, a imagem dos líderes, além de inculcar os valores do Estado. Na Itália, Mussolini controlava a imprensa e utilizava discursos e filmes para exaltar o fascismo. Na Alemanha, Goebbels, ministro da Propaganda nazista, orquestrou campanhas massivas que glorificavam Hitler e demonizavam os inimigos do regime. Esses esforços de comunicação foram essenciais para consolidar o poder e manter o controle social.

A exaltação da nação e da raça, bem como a glorificação da guerra e do militarismo, são elementos centrais dessa ideologia (Bratich, 2022). O fascismo clássico utilizou a propaganda e a violência como ferramentas para manter o controle e coesão social e política. Alimentava-se um imaginário fundamentado no caos, na inimizade e na guerra que justifica o controle absoluto exercido pelo Estado, além de criar um ambiente social marcado pelo medo e pela repressão.

O fascismo se mantém por meio de um estado permanente de guerra e pela obsessão com o crime e a punição. Eco (2018) afirma que, para os fascistas, a paz e o pacifismo são vistos como conluíus do inimigo, e a guerra se torna uma necessidade constante para a manutenção do regime. No entanto, essa postura beligerante carrega uma contradição inerente: ao buscar o extermínio do inimigo, o fascista se vê forçado a viver em paz quando não há mais adversários a combater. Essa contradição revela a natureza insustentável do fascismo, que depende da perpetuação do conflito para justificar sua existência.

O militarismo é uma característica dos estados fascistas, que valorizam a força militar e endossam o poder absoluto dos militares. Esses regimes frequentemente buscam expandir seu território por meio de políticas militarizadas e bélicas. A glorificação dos militares e a preparação constante para conflitos armados são comuns, com grandes investimentos em armamentos e infraestrutura militar. Além disso, o machismo e a glorificação da violência são traços marcantes, com ênfase na virilidade e na força física como valores idealizados.

A circulação de teorias conspiratórias, em que os adversários são simultaneamente fortes e fracos, gera uma constante sensação de paranoia e um estado de alerta contra ameaças tanto internas quanto externas. Utilizada como uma estratégia retórica e persuasiva, essa abordagem visa identificar inimigos para criar uma causa unificadora. A criação dessas narrativas constitui-se como estratégia fortemente disseminada nos estados fascistas para justificar e manter o seu sistema de poder autoritário e violento.

Bratich (2022) argumenta que o fascismo busca recriar um passado mítico por meio da violência e exclusão, um fenômeno chamado palingênese. Esse movimento visa eliminar grupos considerados opostos ou indesejados. A cultura fascista não aceita a diversidade e procura eliminar diferenças, seja pela expulsão, exílio ou extermínio. Na sua forma extrema, isso se torna uma política de Estado, resultando

em assassinatos e genocídios. No cotidiano, essa visão emerge em microagressões como comentários improvisados e piadas ofensivas.

A repressão de opositores, a perseguição de minorias e métodos brutais para manter a ordem são práticas comuns no fascismo, pois os direitos humanos fundamentais são vistos como obstáculos para os objetivos do Estado. Além disso, ao invés de promover a luta de classes, regimes fascistas incentivam a cooperação entre trabalhadores e empresários sob supervisão estatal. Essa organização corporativista assegura a ordem social e alinha todos os setores aos objetivos governamentais.

O fascismo via o liberalismo como uma ameaça à unidade e à força do Estado, acreditando que a liberdade individual enfraquecia a nação (Rollemberg, 2017). O antiliberalismo, portanto, é outra característica distintiva do fascismo. Os regimes fascistas rejeitam os princípios do liberalismo, como a democracia, os direitos individuais e a liberdade de expressão. Em vez disso, promovem uma visão de sociedade em que o bem-estar do Estado é colocado acima dos direitos e liberdades individuais.

Uma diferença central entre o antiliberalismo fascista e a direita neoliberal no contexto do neofascismo reside na política econômica. O fascismo tradicional defendia uma economia corporativista, com o Estado coordenando as relações entre trabalhadores e empresários, enquanto o neoliberalismo preconiza a desregulamentação e a privatização. O antiliberalismo fascista é fundamentado em uma visão de mundo que exalta a nação e a raça e promove um nacionalismo extremo e, muitas vezes, racista. O neoliberalismo apoia a liberdade de mercado, a propriedade privada e a diminuição da influência estatal na economia. Apesar das diferenças, ambos compartilham uma desconfiança em relação ao socialismo e ao comunismo. Quando se manifesta em formas mais extremas, conhecidas como neofascismo, há uma convergência com o antiliberalismo fascista, particularmente na retórica autoritária, populista e na implementação de políticas que limitam direitos civis e liberdades individuais (Vares, 2016).

A cultura fascista é marcada pelo desprezo ao pensamento crítico, a ênfase é colocada na ação pela ação (Eco, 2018). Essa atitude rejeita o intelectualismo e prefere a ação constante, combatendo a inércia e promovendo uma mentalidade acrítica. A propaganda de Mussolini e Hitler enaltecia a obediência cega e a força, ignorando a análise crítica. Intelectuais e artistas eram vistos como ameaças ao poder

justamente por essa possibilidade de suscitar reflexões críticas, sendo desprezados para fortalecer o controle do Estado e fomentar a conformidade.

Eco (2018) argumenta que a recusa da modernidade é central para os regimes fascistas, que veem o Iluminismo e a era da razão como fontes de degeneração. Eles associam a modernidade aos problemas sociais e culturais e tentam retornar a um passado idealizado, preservando antigas tradições e valores. O culto à tradição e a rejeição do racionalismo em favor de uma visão romântica do passado são características dos fascismos modernos. Essa idealização do passado serve para justificar práticas culturais que resistem à mudança e promovem ideais fascistas.

O fascismo estabeleceu uma relação complexa com a religião, utilizando-a como uma ferramenta estratégica para consolidar seu controle e poder, inclusive integrando símbolos religiosos na propaganda política. As alianças incluíam concessões políticas e econômicas à Igreja em troca de apoio moral e ideológico. Isso serviu para legitimar o governo e criar uma imagem sagrada dos líderes e de suas ideologias.

Na Itália, foram usados rituais da Roma Antiga e da Igreja Católica para formar uma religião cívica. Na Alemanha nazista, Hitler foi retratado como uma figura messiânica e incluíram elementos pagãos para criar uma mitologia nacional. Assim, os regimes promoveram a ideia de inspiração divina e grandeza nacional (Pollard, 2011), consolidando seu poder e dificultando a oposição.

Pollard (2011) aponta que o fascismo italiano teve uma relação pragmática e oportunista com a Igreja Católica. Mussolini, inicialmente anticlerical, mudou de postura ao se aproximar do poder. Ele fez concessões à Igreja, culminando nos Pactos de Latrão de 1929, que reconheciam a soberania do Vaticano e tornavam o catolicismo a religião oficial da Itália. Essa aliança deu legitimidade moral ao regime fascista e garantiu à Igreja influência sobre a sociedade, promovendo valores conservadores e suprimindo dissidências. Em alguns casos, houve uma fusão explícita entre elementos do cristianismo e a ideologia fascista, fenômeno conhecido como clericalismo fascista (Pollard, 2011). Movimentos como a Guarda de Ferro na Romênia exemplificam essa fusão, em que a ortodoxia cristã foi entrelaçada com o nacionalismo extremo e o antissemitismo. Esses movimentos utilizaram a religião para justificar e promover suas agendas políticas, criando uma base de apoio entre os fiéis.

Muitos cristãos, especialmente aqueles que se opunham ao comunismo e ao liberalismo, foram atraídos pelo fascismo devido à sua retórica espiritual e moral. Pollard (2011) indica que o fascismo prometia uma regeneração moral e espiritual da nação, o que ressoava os desejos de muitos cristãos de reverter as tendências secularizantes e materialistas da sociedade moderna. Além disso, a oposição feroz do fascismo ao comunismo, que era visto como uma ameaça ateísta e materialista, fez com que muitos cristãos vissem no fascismo um baluarte contra a descristianização.

Outro elemento apontado por Eco (2018) é o apelo às classes médias frustradas. Após crises econômicas ou políticas, ou mesmo humilhações nacionais, essas classes se tornam terreno fértil para o surgimento do fascismo. O descontentamento e o sentimento de desvalorização alimentam o desejo de mudança radical, tornando essas classes suscetíveis às promessas fascistas de restauração da ordem e do orgulho nacional. Esse fenômeno é facilmente observável em diversos momentos históricos, em que movimentos fascistas ganharam força em períodos de instabilidade e crise.

De acordo com Eco (2018), o fascismo favorece um elitismo cultural, que se manifesta através da exaltação do "herói" e do desprezo pelos "fracos". No fascismo, todos são educados para serem heróis, e a morte é vista como uma realização do heroísmo. A mitologia criada em torno do heroísmo fascista exalta a coragem e o sacrifício, incentivando os indivíduos a buscarem a morte gloriosa em nome do regime. Esse culto ao heroísmo está intimamente ligado ao desprezo pela vida e à glorificação da violência, características que permeiam a ideologia fascista e sustentam sua estrutura de poder.

O medo do diferente e da diversidade é um elemento central do fascismo que aparece na abordagem de Eco (2018). No cenário do Ur-fascismo, esse medo manifesta-se na rejeição de qualquer forma de pluralidade cultural, étnica ou ideológica. O culto à tradição e a busca por uma identidade homogênea resultam na marginalização e perseguição daqueles considerados "outros" (Eco, 2018). Esse medo do diferente é utilizado por regimes autoritários para consolidar seu poder, promovendo a ideia de que a diversidade ameaça a coesão social e a segurança nacional.



### 3.3 Microfascismos: origens e desenvolvimento do conceito

O fascismo de Estado e o microfascismo são conceitos que, embora compartilhem a raiz "fascismo", divergem significativamente em suas manifestações e implicações. Guattari (2016) propõe uma abordagem que ultrapassa a mera criação de um Estado autoritário e soberano, concentrando-se nos indivíduos e na formação de sua subjetividade. Nesse sentido, o fascismo é visto sob uma perspectiva micropolítica, como um mecanismo de produção de desejos capaz de perpetuar e intensificar relações de poder desiguais baseadas em supremacia racial, discriminação e violência. Segundo o autor, o fascismo molecular substitui formas explícitas de controle e repressão, como os fornos crematórios dos campos de concentração, por métodos mais sutis e disseminados. Tais práticas servem como mecanismos para manter o domínio sobre as massas e perpetuar a economia capitalista orientada pelo lucro. Assim, o fascismo molecular é retratado como uma ameaça contínua e adaptável, podendo emergir em situações que à primeira vista parecem inofensivas.

De acordo com Guattari (2016), o microfascismo é alimentado pela energia libidinal, compreendida como uma força motriz do desejo que permeia todos os níveis da sociedade. Essa energia libidinal que alimenta o microfascismo é desviada e mobilizada pelo capitalismo no sentido de perpetuar suas estruturas de controle e de poder. Desse modo, o indivíduo também é visto como produtor-consumidor e é moldado desde o nascimento por essa estrutura capitalista. O capitalismo não apenas reprime o desejo de forma maciça e global, mas precisa necessariamente construir e impor seus próprios modelos de desejo. Observa-se, então, a molecularização dos processos de repressão, em que formas sutis e dispersas de controle e (micro)fascismo se infiltram no cotidiano e nas práticas sociais.

Guattari (2016) compreende o microfascismo como formas de poder e controle que operam em níveis menores, moleculares, e, nesse sentido, se espraiam na sociedade de modo reticular, diferentemente daquele fascismo clássico que opera em uma escala macropolítica. Assim, o microfascismo aparece nos pequenos gestos cotidianos, emerge nas relações familiares, na escola, no ambiente de trabalho, entre outros.

Segundo Guattari (2016), tais agenciamentos não podem ser vistos apenas como meios de comunicação, mas também como meios de subjetivação, em que as identidades e experiências são formadas. Assim, eles não são controlados por um único indivíduo ou autoridade, mas emergem das interações e do desejo coletivo dos membros do grupo, sendo fundamentais para entender como o desejo e o poder operam na sociedade e como as mudanças sociais podem ser realizadas através da transformação desses agenciamentos.

Enquanto o fascismo de Estado é implementado através de políticas e leis oficiais, o microfascismo é perpetuado por meio de atitudes e comportamentos que reforçam hierarquias e exclusões sociais. O microfascismo se manifesta através de atitudes cotidianas, preconceitos enraizados e a normalização da violência contra minorias. Ele opera em um nível mais íntimo e pessoal, influencia as relações sociais e a forma como as pessoas investem em suas interações. Esse tipo de fascismo é particularmente perigoso porque é menos visível e, portanto, mais difícil de combater (Donhauser; Mizoguchi, 2023).

O conceito de microfascismo explorado por Bratich (2022) se relaciona com o trabalho de Guattari (2016) e propõe repensar as formas e a escala do fascismo na atualidade. Para o autor, o microfascismo tem um aspecto subjetivo e três características distintas: aparece “antes” e além do Estado, existe na mente, no desejo, no corpo e nas práticas sociais e é moldado na cultura de modo a gerar ações individuais e coletivas. Essas manifestações criam condições para o surgimento do fascismo antes mesmo de se tornar um movimento. Desse modo, os autores se afastam de uma compreensão do fascismo restrita à macroestrutura do Estado e se concentram nos indivíduos e na constituição de sua subjetividade (Sales; Rocha, 2019).

A análise de Bratich (2022) indica como o fascismo pode aparecer nas práticas e nas culturas sociais, além de estar presente nas instituições do Estado. O autor aciona o trabalho de Guattari (2016) para mostrar que o seu poder micropolítico é perigoso, porque é um movimento das massas, que as afeta a partir de milhões de catástrofes. Esse fenômeno acontece antes de os aparelhos do Estado serem dominados por esse projeto de poder. Eles argumentam que o fascismo pode ocorrer em uma escala micro, dentro de indivíduos e em suas interações cotidianas, não apenas em níveis macro, como em regimes políticos.

O microfascismo está relacionado à tendência de impor ordem e controle sobre os outros e sobre si mesmo, muitas vezes de maneiras sutis e normalizadas, que refletem as estruturas de poder mais amplas da sociedade. Esse conceito é usado para analisar como o poder e a dominação podem ser exercidos em níveis pessoais e interpessoais, além de institucionais e estruturais. Na cultura, a política se configura e se estabelece como o espaço onde se criam valores, relações de poder, encontros subjetivos, ligações e conexões, além da própria liberdade. A cultura é o espaço em que são gerados valores e ideias que apoiam e oferecem condições para o desenvolvimento de um Estado fascista.

O fascismo de Estado busca uma homogeneidade forçada, enquanto o microfascismo pode existir mesmo dentro de sociedades que se consideram democráticas e pluralistas, infiltrando-se nas práticas diárias e na linguagem. A distinção entre esses dois conceitos é crucial para entender as diferentes formas que o fascismo pode assumir. Em diálogo com Sales e Rocha (2019), destaca-se que o fascismo de Estado é visível e muitas vezes violento em sua supressão de dissidência, enquanto o microfascismo é insidioso e pode ser difícil de detectar, pois está entrelaçado nas normas e valores sociais.

A sociedade de controle, como descrita por Deleuze e Guattari (1996), é um ambiente onde o microfascismo prospera. Nessa sociedade, a vigilância e o controle são onipresentes, e a liberdade individual é cada vez mais restrita por uma rede de regulamentações e normas que visam gerenciar e moldar o comportamento humano. Essas práticas microfascistas são frequentemente normalizadas e passam despercebidas, pois estão entrelaçadas com a vida cotidiana e as interações sociais. Elas podem incluir a imposição de normas sociais rígidas, a vigilância constante e a autocensura, bem como a marginalização de grupos e indivíduos que desafiam o *status quo*. O microfascismo também está presente na forma como as instituições exercem controle sobre os indivíduos, como, por exemplo, através da burocracia excessiva ou da manipulação da informação (Lemos; Reis Júnior, 2016).

Ao discutir a micropolítica do fascismo, Guattari (2016) afirma que, para melhor compreendê-la, é necessário observar e conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, que ressoam em formas dominantes de expressão e representação. Para o autor, o capitalismo está diante de uma revolução maquínico-semiótica que não tem volta. Ao romper as territorialidades humanas tradicionais, as forças

produtivas estão “aptas para liberar a energia ‘molecular’ do desejo” (Guattari, 2016, p. 181).

Para Guattari (2016), as sociedades industriais hoje funcionam com base em máquinas semióticas, técnicas e sistemas econômicos desterritorializados, que decodificaram todas as realidades e territorialidades anteriores. Segundo o autor, há uma relação entre as condições das sociedades industriais de liberar fluxos de desejo cada vez maiores e a molecularização das formas de repressão.

As máquinas e engrenagens do capitalismo influenciam a formação de subjetividades microfascistas ao moldar desejos e condutas, promovendo a expropriação da vida criativa e a perpetuação de relações de dominação (Sales; Rocha, 2019). A subjetividade é vista como um processo contínuo e não finalizado, influenciado por relações sociais e desejos inconscientes, em que o microfascismo pode emergir mesmo em grupos que se consideram progressistas. Sustenta-se que o fascismo se renova e está em constante mudança. Ele encontra sua força no âmago e no desejo de cada um de nós.

O fascismo expressa desejos e práticas subjetivos. Além de Bratich (2022), Ferreira Neto (2015), Genosko (2016) e Sales e Rocha (2019) são autores que utilizam a teoria de Guattari para explorar como o fascismo se manifesta não apenas como um fenômeno histórico, mas como uma força imanente ao desejo humano e às relações de poder. Argumenta-se que o fascismo é inerente à produção de desejo, encontrando energia no coração do desejo de cada indivíduo. Para Genosko (2016), entretanto, o desejo é múltiplo e diferenciado, não centralizado em um objeto ou pessoa, mas em intensidades singulares que se combinam de maneiras incompatíveis.

Ferreira Neto (2015) explora as possibilidades do conceito de micropolítica em Deleuze e Guattari (1996) e afirma que ele transcende a mera divisão entre o individual e o coletivo, inserindo-se no cerne das dinâmicas sociais e políticas. Para o autor, a micropolítica se manifesta através de fluxos de quanta<sup>25</sup>, que se referem a uma medida infinitesimal capaz de provocar mudanças em conjuntos maiores e

---

<sup>25</sup> “Fluxos de quanta” é um conceito utilizado por Ferreira Neto (2015) para descrever a dimensão “molecular” da micropolítica, que está em oposição e ligação permanente com a dimensão “molar” da macropolítica. Os fluxos de quanta são caracterizados por sua diferença em relação à linha de segmentos molar e são definidos por descodificação e desterritorialização. Eles representam um campo de intensidades que agita e remaneja os segmentos macropolíticos. Esse conceito é inspirado na obra de Gabriel Tarde e na física quântica, em que quanta é a menor quantidade possível que pode mudar o valor de uma grandeza física observável.

influenciar as questões estruturais da sociedade, ou macropolíticas. Assim, a micropolítica não se limita ao tamanho ou escala, mas à natureza de sua massa e ao impacto que pode ter no campo social. Ela se caracteriza por sua capacidade de operar no detalhe, além de afetar as grandes estruturas sociais e políticas.

A micropolítica tem implicações práticas significativas na medida em que movimentos moleculares podem desestabilizar e transformar organizações molares<sup>26</sup>. Ferreira Neto (2015) argumenta que, embora a política envolva decisões claras e binárias (sim ou não, certo ou errado), ela também mergulha em um mundo de indeterminações, atrações e desejos que devem ser avaliados de maneira diferente. A partir das discussões do autor, observa-se que o processo político não é apenas uma questão de simples escolha, mas influenciado por uma dimensão micropolítica composta de percepções, afecções, crenças e desejos que complexificam essas questões. As dimensões micropolíticas e macropolíticas estão permanentemente entrelaçadas, com a micropolítica pressupondo a macropolítica e vice-versa.

A discussão de Ferreira Neto (2015) aponta para a ideia de que não se deve supor que o molecular se refere apenas ao individual e interindividual, mas considerar que ele ultrapassa a esfera do meramente interpessoal e se manifesta no âmbito social. Segundo ele, a compreensão da segmentaridade molecular e micropolítica, conforme discutida por Deleuze e Guattari (1996), é frequentemente sujeita a equívocos quando aplicada em análises sociais e políticas. O autor sugere não ignorar que a micropolítica pode ser tão ou mais nociva, como se vê em relação ao fascismo, ou considerar que o molecular, por ser mais flexível, é intrinsecamente mais importante do que o molar. O molecular opera no detalhe, mas pode ser coextensivo a todo o campo social. Há sempre uma relação proporcional entre as dimensões molar e molecular, seja de forma direta ou inversa, em que movimentos moleculares podem desestabilizar e transformar organizações molares.

Observa-se que a micropolítica do desejo não busca representar as massas, mas contribuir para a formação de novos desejos e expressões políticas. Isso é

---

<sup>26</sup> Para Ferreira Neto (2015), as estruturas ou organizações molares são maiores e mais rígidas, como instituições ou grandes conjuntos sociais. Estão associadas a uma segmentaridade dura e a decisões macropolíticas que operam por meio de modelos classificatórios e binários. O molecular se relaciona com elementos menores e mais flexíveis, como percepções individuais, afecções e conversas. A segmentaridade molecular é caracterizada por sua flexibilidade e por operar no detalhe, influenciando o campo social através de fluxos de intensidades e micropolíticas. O autor enfatiza que, embora distintas, as dimensões molar e molecular são inseparáveis e coexistem, afetando-se mutuamente.

imediatamente político, porque implica que o fascismo pode ser ativado internamente nas relações de poder e porque o fascismo vem sobrevivendo e se adaptando às instituições contemporâneas e às novas expressões culturais.

Os microfascismos, como manifestações sutis e cotidianas de autoritarismo, emergem de dinâmicas sociais complexas que envolvem poder, controle e opressão. Esses fenômenos não se limitam a regimes políticos explícitos, mas permeiam as interações diárias, influenciando comportamentos e atitudes de maneira insidiosa. A origem do conceito está enraizada na análise crítica das estruturas de poder que operam em níveis micro, revelando como práticas aparentemente triviais podem reforçar sistemas de dominação. O desenvolvimento do conceito ao longo do tempo tem sido aprofundado para entender como essas práticas se manifestam em diferentes contextos, desde ambientes familiares até plataformas digitais, em que a vigilância e o controle social são exercidos de maneiras cada vez mais sofisticadas.

As plataformas digitais têm se tornado espaços para a proliferação de microfascismos, em que algoritmos e políticas de moderação são questões desafiadoras. A análise crítica desses ambientes revela como discursos de ódio e práticas discriminatórias são produzidos e dispersados, atualizando formas de exclusão e marginalização. Portanto, compreender os microfascismos em sua totalidade implica considerar as nuances das interações humanas e as implicações das tecnologias emergentes na perpetuação de práticas autoritárias.

### **3.4 Microfascismos na modernidade**

Os conceitos de biopolítica e biopoder foram discutidos por Foucault (1988) para descrever como os Estados modernos exercem controle sobre a vida e os corpos dos indivíduos. A biopolítica refere-se às estratégias e mecanismos através dos quais a vida humana é gerida sob regimes de poder, enquanto o biopoder é a forma específica de poder que se concentra na gestão da vida, saúde e corpos das populações.

Esses conceitos são fundamentais para a compreensão do microfascismo, pois revelam como o poder pode operar em níveis micro, influenciando e controlando os comportamentos e práticas cotidianas dos indivíduos. Foucault (1988) entende o biopoder como uma forma de controle que se estende a todas as esferas da vida,

desde a saúde pública até a sexualidade, e é fundamental para a manutenção do poder estatal. O biopoder opera não apenas através da repressão, mas também através da regulação da vida, saúde, reprodução e morte.

Assim como ocorre com o biopoder, o microfascismo atua por meio de mecanismos sutis e frequentemente invisíveis que controlam e disciplinam os comportamentos e atividades diárias das pessoas. Em relação ao microfascismo, observa-se como essas estruturas de poder se infiltram em nossa rotina diária, resultando na propagação de pequenos atos de opressão e controle que transcendem o aparato estatal oficial. Portanto, o microfascismo pode ser entendido como a manifestação de práticas autoritárias e opressivas em uma escala menor e mais cotidiana, muitas vezes imperceptíveis, mas profundamente enraizadas nas estruturas sociais.

Nos manicômios, indivíduos considerados desviantes eram isolados e submetidos a tratamentos desumanos, enquanto os campos de concentração representam a forma extrema de biopoder, onde vidas eram sistematicamente controladas e exterminadas em nome de um projeto ideológico de poder e aparelhamento estatal. Essas práticas de exceção são exemplos claros de como o microfascismo pode operar sob a aparência de normalidade e ordem em uma sociedade de controle. Para além das práticas eugenistas praticadas pelo Estado, elas ilustram como o microfascismo pode se manifestar no interior da cultura, que oferece condições de possibilidade para a sua emergência como fenômeno político.

Os sistemas totalitários exercem controle absoluto sobre a vida cotidiana dos indivíduos, transformando a obediência a ideologias extremistas em um mecanismo para a perpetração de atrocidades. Arendt (2012) argumenta que o totalitarismo não se limita ao controle político, mas se estende a todas as esferas da vida, incluindo a cultura, a economia e até mesmo as relações pessoais. Esse controle total é alcançado através de uma combinação de propaganda, terror e a destruição de instituições que poderiam oferecer resistência, como a família e a religião.

A obediência às ideologias extremistas, segundo Arendt (2000), é facilitada pela desumanização do "outro" e pela banalização do mal. Em regimes totalitários, a propaganda é utilizada para criar inimigos internos e externos, desumanizando grupos específicos a fim de justificar a violência contra eles. A banalidade do mal, conceito central na obra de Arendt (2000), refere-se à capacidade dos indivíduos de cometer

atrocidades sem questionar a moralidade de suas ações, simplesmente porque estão seguindo ordens ou aderindo a uma ideologia. Esse fenômeno é visto, por exemplo, no comportamento dos burocratas nazistas durante o Holocausto, que executavam ordens genocidas com indiferença a determinadas vidas.

Na modernidade, o microfascismo se manifesta de diversas formas, muitas vezes através de políticas e práticas que parecem inofensivas para quem já está sujeito às normas, mas que, na verdade, perpetuam relações de poder, controle e opressão que subjagam, sobretudo, aqueles sujeitos marcados pelas dissidências às normatividades. A vigilância constante, a medicalização da vida cotidiana e a criminalização de comportamentos desviantes são exemplos contemporâneos de como o microfascismo pode se infiltrar nas vidas dos indivíduos, promovendo um ciclo de violência, controle e sujeição.

Além disso, o microfascismo corrói a confiança nas instituições democráticas, que são fundamentais para o funcionamento do espaço público. Quando práticas autoritárias se infiltram nas instituições, seja através de políticas discriminatórias ou da corrupção, a legitimidade dessas instituições fica comprometida. Isso leva à desilusão e ao afastamento dos cidadãos da vida pública e, desse modo, enfraquece a democracia. Essas práticas se opõem à ideia do espaço público em Arendt (1998), que pressupõe a diversidade e a liberdade para o exercício da ação política. Para a autora, a vitalidade do espaço público depende da participação ativa e engajada dos cidadãos, e as exclusões e marginalizações empreendidas pelas manifestações microfascistas acabam por promover o oposto, como a apatia, a desconfiança e o fomento às estratégias de subversão. A instabilidade política promovida pela radicalidade e pelo extremismo alimentados pelos microfascismos representa uma ameaça significativa à participação democrática e ao Estado de direito.

A ação política é um elemento central para a vida pública e a democracia. Para Arendt (1998), a ação política consiste na capacidade dos indivíduos de se reunirem no espaço público para debater, deliberar e tomar decisões coletivas. Essa ação é essencial para a formação de uma sociedade livre e pluralista, pois permite a expressão de diversas perspectivas e a participação ativa dos cidadãos na construção do futuro comum. A ação política, segundo Arendt (1998), é o oposto da violência e da coerção, pois se baseia na persuasão e no diálogo. A autora argumenta que a



participação ativa na esfera pública é essencial para a liberdade e a resistência contra regimes autoritários.

A discussão de microfascismo se aproxima das reflexões de Arendt (1998, 2012) ao destacar como práticas autoritárias e opressivas podem se manifestar em escalas menores e mais cotidianas, transbordando-se nas práticas culturais. A autora entende que essas práticas autoritárias corroem a ação política e as instituições democráticas. Assim como os sistemas totalitários exercem controle absoluto, o microfascismo opera através de mecanismos sutis e muitas vezes invisíveis e, assim, influenciam comportamentos e práticas diárias de violência, controle e sujeição.

O diálogo proposto a partir das contribuições de Foucault (1977, 1988, 2006), Deleuze e Guattari (1996), Guattari (2016) e Arendt (1998, 2000, 2012) sobre o fascismo, o microfascismo e os regimes de exceção sugere que, para resistir a essas formas micropolíticas de opressão, é essencial promover a ação política e, nesse sentido, a inclusão e a participação ativa dos cidadãos na vida política, nos espaços de poder, de modo a garantir que o espaço público permaneça um lugar de liberdade, diversidade e deliberação coletiva.

### **3.5 Microfascismos Contemporâneos**

As configurações do sistema capitalista, principalmente neste cenário de plataforma das sociedades e das relações econômicas e sociais, estão focadas no lucro e no acúmulo de riquezas, mesmo que para isso seja preciso explorar as divisões sociais e políticas que fraturam e polarizam as sociedades democráticas. A lógica empresarial infiltrada na vida privada intensifica esse controle, comercializando relações e subjetividades. Essa dinâmica de controle e poder se perpetua em várias esferas, desde a vigilância impulsionada pelo contexto platformizado até a incapacitação social e política de grupos considerados desviantes. As sociedades contemporâneas se veem diante do desafio de enfrentar um ambiente onde as práticas autoritárias e excludentes se tornam cada vez mais normalizadas. Esses elementos alimentam um microfascismo contemporâneo que, embora sutil, exerce grande influência sobre a vida cotidiana, corroendo a confiança nas instituições democráticas e minando os princípios de liberdade e igualdade. O fascismo contemporâneo é visto como uma mutação do fascismo histórico, com novas formas

de organização e discurso, especialmente influenciadas pela tecnologia e a cultura midiática (Donhauser; Mizoguchi, 2023).

O fascismo, embora não seja um fenômeno novo, tem se tornado cada vez mais visível e discutido no Brasil contemporâneo. Esse movimento, caracterizado por práticas autoritárias e repressivas, encontra eco em diversas manifestações sociais e políticas atuais. A ascensão de figuras políticas como Jair Bolsonaro e eventos como o golpe institucional contra Dilma Rousseff e o assassinato de Marielle Franco são exemplos claros dessa tendência (Almeida, 2022; Butler, 2024; Donhauser; Mizoguchi, 2023).

A análise de Bratich (2022) destaca que o fascismo de hoje não é idêntico ao do passado. Enquanto o fascismo histórico, como o de Mussolini, se baseava na mobilização emocional e na guerra, o neofascismo contemporâneo está ligado às novas tecnologias e à sociedade de consumo, adapta-se às novas tecnologias e à cultura midiática. Esse novo fascismo utiliza a ambiguidade e a exacerbação dos sentidos para esvaziar significados e valores, promovendo uma hiperconectividade que, paradoxalmente, desconecta e isola os indivíduos (Donhauser; Mizoguchi, 2023).

Os discursos de ódio nas mídias digitais são reverberações do microfascismo digital na contemporaneidade, especialmente em relação à ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Esses discursos, muitas vezes disfarçados de liberdade de expressão, promovem a intolerância, a discriminação e a violência simbólica. As plataformas digitais, com sua capacidade de disseminação rápida e ampla, amplificam essas mensagens em grande escala. O microfascismo digital se manifesta em comportamentos autoritários, nos sistemas constantes de vigilância e controle social, utilizando-se de tecnologias para monitorar e punir dissidências. Dessa forma, as plataformas de mídias digitais não apenas refletem, mas também potencializam as dinâmicas microfascistas, contribuindo para a normalização de práticas antidemocráticas e excludentes.

Em relação ao gênero, observam-se manifestações de violência e ódio que se expressam através de comportamentos e discursos que reforçam estereótipos, promovem a desigualdade e perpetuam a violência simbólica e física contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. A violência de gênero e contra a população LGBTQIAPN+ pode ser vista como uma prática de microfascismo na contemporaneidade, pois envolve a imposição de normas e comportamentos autoritários que buscam suprimir

a diversidade e a liberdade individual. Essas ações apontam para uma mentalidade fascista em menor escala, em que o controle e a opressão são exercidos sobre grupos marginalizados para manter uma ordem social hierárquica e excludente. Além disso, a violência simbólica e física contra essas comunidades perpetua a discriminação e o preconceito, reforçando estruturas de poder desiguais e limitando o acesso a direitos e oportunidades. Tais práticas se constituem como manifestações de um fascismo cotidiano que mina os princípios democráticos e os direitos humanos fundamentais.

O fascismo no Brasil contemporâneo é um fenômeno desafiador, cujas manifestações se adaptam às novas realidades sociais e tecnológicas. É preciso observar suas nuances e modulações de modo a compreender como a micropolítica do fascismo, presente nas dimensões políticas e culturais da sociedade, é alimentada por um desejo de destruição que ameaça a própria existência das democracias.

A análise dos microfascismos na modernidade revela como as práticas autoritárias e opressivas se manifestam em contextos sociais e políticos contemporâneos. Esses microfascismos, caracterizados por ações cotidianas que reforçam hierarquias de poder e exclusão, encontram nos processos comunicacionais contemporâneos e nas plataformas de mídias digitais meios para a sua circulação. A modernidade, com suas promessas de progresso e igualdade, paradoxalmente, também abriga práticas que perpetuam a desigualdade e a opressão forjadas nos pactos patriarcais e nos processos coloniais. Nesse sentido, os microfascismos na modernidade se manifestam através de discursos e práticas que naturalizam a violência simbólica e física contra grupos marginalizados, como a população LGBTQIAPN+, mulheres e minorias étnicas.

Por outro lado, os microfascismos contemporâneos, especialmente no contexto digital, intensificam essas dinâmicas de poder ao utilizar as plataformas digitais como veículos de disseminação de ideologias opressivas. A ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ no *Instagram* exemplifica como os microfascismos contemporâneos se apropriam das tecnologias digitais com propósitos ideológicos, político-eleitorais, visando a obstrução e regressão de direitos LGBTQIAPN+. A narrativa da "ideologia de gênero" é utilizada para deslegitimar as demandas por direitos e reconhecimento, criando um ambiente hostil que visa a incapacitação política e social desses grupos. Assim, a articulação entre os

microfascismos na modernidade e os contemporâneos evidencia a continuidade e a adaptação das práticas fascistas às novas realidades sociais e tecnológicas.

### **3.6 Abordagem no Brasil e nas Américas**

O fascismo tem sido percebido de maneiras variadas em diferentes países do mundo e da América Latina. O termo “fascismo” é utilizado para descrever políticas autoritárias e discursos de líderes que promovem a centralização do poder e a repressão de opositores. Ele também aparece associado ao período da ditadura militar, tanto na Argentina, como no Chile, Brasil, entre outras nações latinas onde práticas repressivas e a violação dos direitos humanos foram ações comuns orquestradas por sangrentos regimes militares. No Chile, a ditadura de Pinochet é um exemplo claro de regime autoritário e fascista devido à sua brutalidade e controle rígido sobre a sociedade.

Na Venezuela, o atual governo tem sido acusado de práticas repressivas contra opositores políticos, de burlar o processo eleitoral, de restringir a liberdade de expressão e a dissidência política (Venezuela [...], 2017). Por outro lado, Nicolás Maduro alega estar em curso uma guerra contra a extrema-direita e o fascismo, que têm agido taticamente da mesma forma em diversos países do mundo, inclusive na América Latina (Santiago, 2024).

Na Bolívia, houve denúncias de perseguição política e uso excessivo da força contra manifestantes que protestam contra o governo (ONU [...], 2019). A situação política na Nicarágua é marcada por uma repressão crescente contra a oposição e a sociedade civil, com várias pessoas sendo exiladas ou expulsas pelo governo de Ortega (Nicarágua [...], 2021). Esses exemplos refletem uma tendência preocupante de erosão dos valores democráticos e de fortalecimento de regimes autoritários na região.

Nos Estados Unidos, o fascismo é um termo que tem ganhado destaque em debates políticos recentes. Alguns analistas e críticos utilizam o termo para descrever movimentos e líderes que promovem nacionalismo extremo, xenofobia e a erosão de instituições democráticas. A figura do ex-presidente Donald Trump é ilustrativa para a compreensão desse fenômeno na atualidade, em que se defendem as perspectivas neoliberais, os valores nacionalistas, os discursos morais, o ódio e os ataques aos

adversários políticos, imigrantes, além dos reiterados casos de abuso de poder político e violência política de gênero (Butler, 2024; Genosko, 2016). A presidência de Trump é vista como um "buraco negro" que atrai e retém a atenção e os afetos de muitos estadunidenses, perpetuando a vacuidade e a desorientação política (Genosko, 2016). A ascensão de grupos supremacistas brancos e a retórica polarizadora de certos políticos são frequentemente citadas como exemplos de tendências fascistas. Além disso, a tentativa de minar a confiança no processo eleitoral e a promoção de teorias da conspiração são vistas por muitos como sinais preocupantes de um desvio autoritário.

Para Donhauser e Mizoguchi (2023), a imagem de Jair Bolsonaro é considerada uma atualização das figuras históricas do fascismo, como Mussolini e Hitler. O autor afirma que, para além da figura de um líder autoritário, o fascismo contemporâneo no Brasil é sustentado pelo desejo inconsciente das massas, que investem libidinalmente no fascismo. Isso significa que as massas não foram ou estão sendo enganadas, mas sim que desejam o fascismo ou, no mínimo, a manutenção das relações e das estruturas de poder.

Esse também é o entendimento de Almeida (2022), para quem o fascismo tem ressurgido na cena política brasileira contemporânea, refletindo-se em discursos e práticas que evocam o passado integralista dos anos 1930. A Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, pregava um modelo de sociedade baseado nos pilares de "Deus, pátria e família", inspirando-se no fascismo europeu de Mussolini e Hitler. De um modo geral, a religião cristã era exaltada como o norte moral e político da nação. Esse lema, que visava a homogeneização social e a eliminação de adversários políticos, ressurgiu na atualidade, especialmente nas campanhas e discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No cenário político brasileiro, as Jornadas de Junho de 2013 são vistas como um ponto de inflexão em que o fascismo se tornou visível e discutível no país. Eventos subsequentes, como a polarização política, o controverso *impeachment* de Dilma Rousseff, a prisão de Lula, a morte de Marielle Franco, a emergência de Bolsonaro ao Palácio do Planalto e da sua política antiminorias e anticientífica, reforçam essa perspectiva de manifestações específicas de microfascismos nos trópicos (Donhauser; Mizoguchi, 2023), como a emergência de um pandemônio microfascista na política e no Estado brasileiro (Araújo, 2020).

A pauta conservadora e moral em toda a América tem se fortalecido nos últimos anos, impulsionada por uma aliança entre o neoliberalismo capitalista e o conservadorismo religioso. Essa combinação tem resultado em políticas que promovem valores tradicionais e moralistas, muitas vezes justificadas por discursos religiosos, bem como alimenta os processos de exclusão e marginalização sociais.

O projeto de poder político que aproximou os evangélicos de Bolsonaro tem muito em comum com as estratégias dos republicanos, nos EUA, na figura de Donald Trump. Enquanto Trump fortalecia a influência dessas doutrinas evangélicas na América Latina, Bolsonaro agia como um leal representante dos interesses religiosos e políticos dos EUA na região. Ambos defenderam políticas conservadoras e valores morais que ecoam entre o eleitorado evangélico, ligando a identidade nacional ao cristianismo (Pereira, 2023).

O crescimento do conservadorismo na política brasileira tem impactado negativamente os direitos de mulheres, de pessoas LGBTQIAPN+, populações negras, povos originários e comunidades tradicionais. A implementação de políticas econômicas neoliberais, combinada com a promoção de valores conservadores, resulta em um cenário de crescente desigualdade econômica e na perpetuação de estruturas sociais que historicamente privilegiam determinados grupos de pessoas.

Observa-se, nesse cenário, uma apropriação dos sentidos integralistas, em que a religião cristã é utilizada como ferramenta de controle social e legitimação de práticas autoritárias (Almeida, 2022). Para Almeida (2022), o *slogan* utilizado pela campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, exemplifica essa continuidade histórica, em que a memória do passado fascista é reativada para justificar ações políticas contemporâneas. A retórica de Bolsonaro, marcada por agressividade e polarização, busca mobilizar um sentimento nacionalista exacerbado, similar ao que foi observado no integralismo.

De acordo com Almeida (2022), o discurso religioso é apropriado pelo discurso autoritário para sustentar o capitalismo, especialmente através da teologia da prosperidade no contexto neopentecostal. A ascensão do neopentecostalismo no Brasil tem contribuído para a consolidação desse discurso autoritário. A aliança entre líderes religiosos e políticos de extrema direita fortalece a narrativa de um Brasil cristão e conservador, em que essa perspectiva é usada para marginalizar outras crenças e práticas culturais. Essa confluência entre discurso religioso e fascista cria

um ambiente propício para a disseminação de ideologias intolerantes e excludentes (Almeida, 2022).

A religião, ao ser utilizada como ferramenta de controle ideológico, cria uma narrativa que legitima a opressão e a exclusão. Promove-se um discurso autoritário que não permite a pluralidade de interpretações, que impõe uma visão monossêmica e totalitária da realidade. O discurso fascista brasileiro tem mobilizado a religião para controlar e homogeneizar os sentidos de "Deus", "pátria" e "família", apresentando-os como um valor característico das ideologias liberais e de direita.

Almeida (2022) afirma que o discurso religioso também serve para justificar a exploração capitalista, em que o capitalismo se apresenta como um sistema divinamente ordenado e o comunismo como um inimigo a ser combatido. Essa lógica aparece tanto no integralismo dos anos 1930 quanto no discurso político atual, em que a religião é utilizada para mobilizar apoio popular e legitimar a manutenção do *status quo* econômico.

A atuação de grupos religiosos e conservadores que visam restringir a identidade de gênero ao binarismo tem ganhado visibilidade política em países como Reino Unido, Espanha, México, Argentina e Colômbia. Essas narrativas são excludentes às pessoas trans, afetam o reconhecimento dos seus direitos e alimentam preconceitos e discursos de ódio, especialmente em uma região com elevados níveis de violência contra essa população, como ocorre no Brasil. Ressalta-se a luta pelo reconhecimento legal e social das identidades trans diante dos obstáculos institucionais vigentes na América Latina que impedem o pleno exercício de seus direitos (Bento, 2017).

Observam-se práticas e discursos que, embora não estejam centralizados em um Estado totalitário ou em figuras autoritárias clássicas, perpetuam a opressão e a exclusão de maneira micropolítica (Donhauser; Mizoguchi, 2023). Para Donhauser e Mizoguchi (2023), manifestações do microfascismo no Brasil permeiam todo o campo social e, como destacado, se manifestam através do racismo, xenofobia, misoginia, LGBTQIAPN+fobias. Esses elementos são vistos como variações do fascismo que operam no interior da sociedade brasileira.

Ao abordar o fascismo no Brasil, tanto histórico quanto contemporâneo, é necessário destacar que o fascismo depende da lógica racista (Sodré, 2023). Assim, o racismo é entendido como uma manifestação do microfascismo baseada na crença

de superioridade de uma raça sobre outras. Essas não são apenas variações do fascismo, mas sim manifestações de um modo de funcionamento que é intrínseco ao fascismo em si. O racismo permeia as instituições e as políticas, resulta em desigualdades sociais, econômicas e políticas que afetam desproporcionalmente as pessoas negras e outras minorias étnicas (Donhauser; Mizoguchi, 2023). A função assassina do Estado fascista é assegurada pelo racismo e funciona como uma tecnologia de separação e destruição.

O racismo contemporâneo decorre da própria estrutura social. Para Sodré (2023), ele não é uma patologia social nem um desarranjo institucional. Na verdade, o racismo está enraizado em nossas relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares. O autor destaca que o racismo se manifesta tanto de forma individual e subjetiva, quanto de maneira institucional e estrutural, ou seja, nas dimensões do Estado e da economia.

Assim como o racismo, as LGBTQIAPN+fobias também permeiam as instituições, as relações familiares, políticas, econômicas e jurídicas. Elas fazem parte de uma estrutura histórica forjada pelos sistemas colonial e patriarcal, que também são constitutivos do capitalismo moderno. É relevante considerar suas expressões subjetivas e o impacto delas na formação dos indivíduos, na sua interação com o Estado e a sociedade.

Sodré (2023) argumenta que tanto o racismo quanto o sexismo são componentes intrínsecos das relações ideológicas e políticas do capitalismo. Isso justifica a perpetuação de uma divisão de trabalho baseada em raça e/ou gênero. Segundo o autor, o racismo era uma tecnologia do poder na sociedade escravagista brasileira, que combinava elementos como estigmatização, discriminação e segregação, que se expressavam em leis e atos normativos. Essas relações de poder também estavam naturalizadas pelo arcabouço colonial, que também é simbólico e cultural. Formou-se um Estado fragmentado e dominado por oligarquias latifundiárias, que não tinham uma noção de identidade nacional no cenário colonial. O país era uma espécie de empreendimento colonial, em que a economia se baseava na atividade rural de cunho colonial, sustentada e dirigida pela família patriarcal e sob o domínio da Igreja Católica e do Império (Sodré, 2023).

De acordo com Sodré (2023), no Brasil se preservou um modelo de dominação político-social, que combinou autoritarismo com patrimonialismo. O primeiro diz



respeito ao poder militar e o segundo às relações de poder baseadas na estrutura familiar. Essa estrutura não foi abolida pela modernidade idealizada pelo capitalismo industrial. Combinam-se elementos que conectam o capitalismo com a dominação racial e o patriarcado. O fascismo também tem conexões com o conservadorismo senhorial brasileiro, que serviu como base e personificação do "integralismo" nas décadas de 1930 e 1940. De acordo com o autor, é o espírito colonialista que justifica a negação da igualdade ao outro e as ações de etnocídio. Assim, Sodré (2023) aproxima essa estratégia de hierarquização social, que se desdobra a partir do racismo, com os propósitos da ideologia fascista.

A exclusão e o desprezo pelas vivências e experiências LGBTQIAPN+ nos espaços público e político, assim como a violência simbólica, física e social contra essa população, podem ser vistos em toda a história colonial e republicana do Brasil. Bratich (2022) entende o colonialismo como uma forma que precede o fascismo do século XX. Segundo o autor, assim como o gênero e o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo são sistemas fundamentais do microfascismo.

O projeto neoliberal do capitalismo prepara o terreno para o fascismo. Segundo o autor, o avanço do fascismo social no plano micropolítico incide principalmente sobre aqueles que são considerados menos humanos, ou seja, os sujeitos racializados e/ou feminizados. Para Mombaça (2021), essa política de violência tem um propósito, cumpre um programa e trabalha a favor de um projeto de poder fundamentado na heteronormatividade, na cisgeneridade, no racismo, no neocolonialismo, no sexismo e na supremacia branca.

### **3.7 Microfascismo de gênero**

A relação entre gênero e fascismo é um campo de estudo que tem sido abordado contemporaneamente tanto por teóricos do fascismo, quanto por historiadores de gênero (Bratich, 2022; Passmore, 2011; Tiburi, 2020). A integração dessas duas áreas pode oferecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que sustentam regimes fascistas, bem como suas reverberações na atualidade.

O (micro)fascismo carrega um forte componente de gênero (Bratich, 2022). Há uma ênfase nos papéis de gênero tradicionais, na visão binária de sexo e gênero, nas

relações entre militarismo e masculinidade e no culto à ideologia nacionalista, que é idealizada a partir da centralidade da família nuclear heterossexual. A preservação do *status quo* se fundamenta em ideais conservadores e tradicionais, que englobam os papéis de gênero para o controle da ordem social dominante.

Passmore (2011) critica as teorias que abordam o fascismo e o totalitarismo e afirma que frequentemente elas assumem uma dicotomia de gênero entre elite e massa, que feminilizam essas massas ao relegar a maioria dos homens e todas as mulheres a um *status* passivo e irracional. Ele afirma que historiadores de gênero têm mostrado que as mulheres não são meramente passivas, mas ativas tanto na construção quanto na resistência a regimes fascistas. Elas trouxeram suas próprias agendas, além de contribuir com o capital social e cultural para os movimentos fascistas. Por exemplo, no movimento *Croix de Feu* e no Partido Social Francês, as mulheres desempenharam papéis significativos, tanto na esfera pública quanto privada, o que de certa forma desafia a visão tradicional de que o fascismo é exclusivamente um domínio masculino.

Na dimensão ideológica, as mulheres eram vistas como responsáveis pelo lar e pela criação dos filhos, o que era central para a narrativa nacionalista e patriarcal promovida pelo fascismo. As organizações fascistas mobilizavam mulheres fora do espaço privado, apesar de pregarem a domesticidade. Passmore (2011) afirma que elas eram incentivadas a se envolver em trabalhos sociais e de caridade, vistos como uma extensão dos valores maternos, a fim de promover a paz social.

Passmore (2011) argumenta que o nazismo, principalmente no contexto de batalha, também implicou em uma intensa camaradagem masculina, que está conectada a ideias de masculinidade exacerbada e à segregação de gêneros característica do período. Elas preenchiam algumas necessidades não satisfeitas no trabalho ou nas relações familiares. Em outros contextos, essas relações emocionais e afetivas podem ser vistas como inadequadas à masculinidade idealizada pelos regimes fascistas, principalmente se essas interpretações estiverem enraizadas em estereótipos que vinculam homossexualidade à “efeminação”. Não obstante, a consciência de *status* social dos homens alemães os tornava autoritários e dominadores, e, nesse sentido, eles esperavam submissão por parte de suas esposas. Nesse regime, a subordinação das mulheres aos homens e a valorização das masculinidades são elementos centrais. O fascismo associa a masculinidade a

atributos como força física, bravura, cavalheirismo, virilidade, agressividade e violência. Além disso, a masculinidade busca afirmar-se por meio da dominação e da eliminação.

A dimensão de gênero é central para entender o fascismo, em que a misoginia e a violência doméstica são vistas por Bratich (2022) como manifestações de microfascismo. Nesse sentido, as LGBTQIAPN+fobias também não podem ser vistas fora dessa compreensão microfascista que incide sobre as dimensões de gênero e sexualidade. Essas práticas de violência e dominação masculina se constituem como formas de eliminação lenta e contínua, que reduzem a capacidade das mulheres e reforçam a ordem patriarcal (Bratich, 2022).

Bratich (2022) interpreta o microfascismo como um investimento social em formas de soberania masculina. A partir da ideia de soberania autogenética<sup>27</sup>, o autor discute a eliminação das mulheres e da materialidade da vida, que são percebidas como uma ameaça à ordem masculina e à sua transcendência. Em sua relação com o fascismo, a soberania autogenética contribui para a formação do moderno por meio de seu sujeito principal, a figura do soberano. Ela é entendida por Bratich (2022) como uma forma de microfascismo, uma vez que representa uma extensão dos sistemas de poder e opressão que se manifestam por meio da violência mítica<sup>28</sup>. Como uma forma de violência de gênero, ela produz e reproduz estruturas de poder voltadas para a destruição da vida.

A soberania autogenética se manifesta no ambiente fascista em diversas esferas, incluindo filosofia, estética, religião, política e cultura. Ela opera por meio do medo, da fuga, da simulação e da eliminação das mulheres, da materialidade da vida, da natureza e da *mimesis* (Bratich, 2022). Esta é a estética do soberano, fundamentada no medo do sublime, na fuga da sensibilidade e na imitação do divino.

O sujeito autogenético soberano se apresenta como um criador que transcende e abstrai a realidade. Segundo Bratich (2022), esse é um traço tipicamente masculino, voltado para a abstração e suas próprias fantasias, diferenciando-se e distanciando-se da materialidade e da *mimesis*, que são associadas ao feminino, à natureza e à

---

<sup>27</sup> O conceito de soberania autogenética, mobilizado por Bratich (2022), sugere dimensões de subjetividade e poder, bem como a capacidade de criar e/ou imaginar a si mesmo *ex nihilo*. Esse termo é baseado no mito da autogênese, no qual um Deus abstrato autoriza o sujeito a se tornar um criador, dando origem à ordem política, estética e cultural.

<sup>28</sup> Refere-se à capacidade mística de um Estado estabelecer sua base como monopólio da violência e justificá-la como a própria realidade.

sensibilidade. A *mimesis* implica estar aberto à singularidade, à sensibilidade, à alteridade, à sociabilidade, conectando-se com os outros e com o ambiente, o mundo concreto. Por isso, ela representa uma ameaça à ordem masculina e é vista como algo a ser superado.

O sujeito microfascista é um simulacro do criador (Bratich, 2022). Ele imita a *mimesis* e a generatividade femininas, mas as transforma em realidades destrutivas de vida, baseadas na violência, na dominação e na eliminação. Bratich (2022) avalia que a guerra, como um ritual de passagem para os homens, visa imitar e substituir o processo de nascimento e morte. Assim, a guerra é uma forma de violência sacrificial que busca restaurar a ordem e a soberania através do extermínio do outro.

A masculinidade é definida pela fuga da *mimesis*, pelo desenvolvimento de abstrações, estruturas e ordens (Bratich, 2022). No entanto, essa fuga não é completa, pois, segundo Bratich (2022), é necessário retornar à esfera mimética para estabelecer o controle e reduzir as capacidades e representações das mulheres. É por meio da *mimesis* que se alcança o domínio, exercendo violência nos termos do eliminacionismo, desde a debilitação social e política até o feminicídio.

Essa estética é uma manifestação da soberania autogenética, na qual os sujeitos expressam uma hostilidade necrofílica à vida, incluindo a sua própria (Bratich, 2022). Sua estrutura subjetiva emerge de buracos negros alimentados pela guerra, pela eliminação e pelo suicídio. Esses também são a base do patriarcado, que se fundamenta em seus mitos de origem, ritos de passagem e outras dinâmicas que reforçam a lógica da soberania autogenética. A misoginia consiste no controle e punição das mulheres que se recusam a integrar esses sistemas de abstrações impostos pelo soberano autogenético. Desse modo, a soberania autogenética destaca seu potencial necropolítico, capaz de destruir a vida e a socialidade.

A política de eliminacionismo é uma característica do fascismo, e Bratich (2022) aborda como essa se manifesta no microfascismo de modo a reforçar a estrutura de poder existente e perpetuar as desigualdades de gênero na sociedade. A modernidade foi moldada por pactos patriarcais e uma ordem autoritária baseada em valores religiosos e bélicos.

O gênero interfere na forma como o eliminacionismo concebe a temporalidade, pois esse processo de exclusão pode ser gradual, levando-o ao limite. O eliminacionismo nem sempre visa matar, mas incapacita, desmotiva, consome,

levando ao esgotamento. No caso das mulheres, há uma inclusão anuladora, isto é, são incorporadas ao mesmo tempo que são reduzidas (Bratich, 2022).

Essa misoginia pode ser entendida como uma forma de microfascismo, uma vez que opera através da eliminação contínua das mulheres, que se expressa em formas de violência discursiva, simbólica ou mesmo física. Além disso, também é possível observar um projeto mais sutil de redução de suas capacidades sociais, econômicas e políticas, criando um processo de aniquilação gradual, lenta e cotidiana.

Essa tendência política e cultural de eliminacionismo possui relações coloniais e encontra sua expressão apenas parcialmente no Estado. O microfascismo de gênero, conforme discutido por Bratich (2022), refere-se às práticas cotidianas e ações micropolíticas que perpetuam a opressão de gênero e reforçam normas patriarcais. Essas práticas podem incluir desde comentários aparentemente inofensivos até comportamentos que, cumulativamente, mantêm estruturas de poder desiguais. O autor argumenta que esses microfascismos operam de maneira quase imperceptível, mas contribuem significativamente para a atualização das estruturas de poder e para a manutenção do *status quo*.

O patriarcado heteronormativo e colonial perpetua uma divisão rígida entre masculino e feminino, tratando qualquer desvio como uma ameaça à estabilidade e à ordem social. Essa construção política e histórica da diferença sexual não reflete uma realidade empírica, mas serve para legitimar a exclusão e marginalização de identidades trans, intersexo e não binárias. A rigidez dessa estrutura gera práticas de normalização e exclusão que reforçam os microfascismos ao tentar restaurar um passado idealizado e conservador. Ao não reconhecer a validade e existência das identidades não normativas, a sociedade perpetua a violência simbólica e física contra esses indivíduos.

O regime binário hétero-patriarcal é uma estrutura social e política que impõe e legitima uma ordem específica baseada na diferenciação e hierarquização de gêneros e sexualidades. Preciado (2020) defende que separar rigidamente os gêneros em masculino e feminino é uma construção política e histórica, não uma realidade empírica ou ordem simbólica universal. Esse regime baseado em uma epistemologia binária de gênero está em crise e não consegue abarcar a existência de identidades trans, intersexo e não binárias, gerando práticas de normalização e exclusão. Discursos e metáforas retratam o gênero como um perigo iminente devido à oposição

à rigidez da estrutura binária. Essas narrativas se fundamentam no medo do desconhecido e no desejo de manter uma ordem social que privilegia a cisheteronormatividade.

O microfascismo se expressa através de violência direcionada a grupos específicos, incluindo mulheres e pessoas negras, LGBTQIAPN+, principalmente transexuais e travestis. Essas práticas de dominação e exclusão são manifestações do microfascismo e podem levar a formas de violência de gênero, como o feminicídio, a misoginia e a transfobia.

Desse modo, apontam-se elementos da micropolítica do fascismo permeados na agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. A defesa dos valores cristãos, dos pactos patriarcais e, desse modo, da distribuição de papéis baseados na diferença sexual são elementos que indicam as manifestações do microfascismo de gênero. A construção de uma identidade nacional forjada a partir de uma ordem cisheteropatriarcal e da família monogâmica cristã é outro elemento que indica as nuances microfascistas na defesa desses ideais.

Racismo, sexismo e LGBTQIAPN+fobias fundamentam-se em estruturas econômicas, culturais e sociais que legitimam a discriminação e o trabalho mal remunerado no sistema capitalista moderno. Dessa forma, criam-se condições políticas, econômicas e ideológicas específicas do capitalismo que contribuem para o surgimento de uma sociedade fascista. A manifestação dessas práticas acaba por institucionalizar o autoritarismo nos níveis político e social.

As LGBTQIAPN+fobias, e sobretudo as transfobias, são expressões e manifestações de uma micropolítica do fascismo que se direciona contra pessoas LGBTQIAPN+, em especial as mulheres trans, negando-lhes o direito à identidade e até mesmo à vida. Ela se manifesta em atitudes discriminatórias, violência e exclusão social, em que se reforça a ideia eugênica de que existem formas “corretas” ou “naturais” de gênero e que os dissensos precisam ser eliminados para o estabelecimento da ordem.

No contexto dos microfascismos, a transexualidade e as identidades de gênero não normativas são vistas como ameaças ainda maiores à ordem social estabelecida. O fascismo promove uma visão binária e rígida dos papéis de gênero, em que as dissidências são consideradas práticas de subversão da "moralidade" e da "pureza" nacional. A transexualidade, portanto, desafia diretamente essas normas ao

questionar a imutabilidade dos gêneros atribuídos ao nascimento e o regime binário e cisheteronormativo, desafiando o *status quo*. Consequentemente, pessoas transexuais enfrentam uma repressão intensa e sistemática em regimes fascistas, em que a conformidade com os papéis de gênero tradicionais é rigidamente imposta para manter a coesão social e a hierarquia de poder.

Há um conjunto de mecanismos estruturais, linguísticos, jurídicos, pedagógicos, entre outros, que historicamente produzem e reforçam as normas de gênero na sociedade e sua distribuição desigual de poder. Bento (2017) argumenta que as lógicas de exclusão contra pessoas trans estão profundamente ligadas a estruturas sociais e culturais e exigem uma mudança importante nas atitudes e políticas para promover a inclusão e o respeito pela diversidade de gênero.

A violência de gênero tem incidência sobre as pessoas LGBTQIAPN+ desde a infância, especialmente transexuais e travestis. O sistema sociocultural de matriz eurocêntrica tenta reprimir a sua sexualidade, expressões e identidade de gênero. Esses mecanismos impedem que mulheres transexuais e travestis se reconheçam e se afirmem como mulheres, contestando as noções universalistas e bioessentialistas do sistema sexo-gênero (Nascimento, 2021).

Segundo Nascimento (2021), a vigilância binária dos gêneros resulta em um sentimento de não pertencimento e exclusão social. Desse modo, reivindica-se o direito à autodeterminação de gênero, enfatizando-a como um ato de resistência contra as normas cisgêneras e patriarcais. Essas lutas incluem o enfrentamento ao transfeminicídio, a busca pela despatologização de suas identidades e outros elementos institucionais e legais que assegurem o pleno direito à cidadania, reconhecendo e respeitando as diversas identidades de gênero.

Além disso, Mombaça (2021) destaca a contradição de viver em um mundo que está constantemente em colapso, mas ainda assim encontra maneiras de sobreviver e prosperar. A autora aborda como a violência sistêmica e a opressão de gênero se manifestam em eventos específicos e na vida cotidiana, bem como a necessidade de desenvolver táticas de resistência e sobrevivência. Além disso, explora-se a violência sistêmica contra pessoas trans, racializadas e empobrecidas, destacando a necessidade de reconhecer as raízes coloniais e patriarcais dessa violência.

Defende-se uma abordagem radical e interseccional para enfrentar a violência de gênero, bem como a necessidade de uma redistribuição dessa violência para o

estabelecimento da justiça social. Mombaça (2021) afirma que não é sobre declarar guerra, mas sim sobre afiar a lâmina para habitar uma guerra que já foi declarada contra essas comunidades. Esse gesto é tratado como um passo necessário para desafiar e dismantelar as hierarquias de poder que perpetuam a opressão e a violência contra corpos marginalizados. Para ela, é preciso encontrar brechas e oportunidades mesmo quando todas as portas parecem estar fechadas.

### **3.8 A dinâmica de restauração/eliminação na agenda antigênero**

No microfascismo, a relação entre eliminacionismo e restauração se entrelaçam para formar uma ideologia que busca tanto a renovação de um passado mítico quanto a eliminação de elementos indesejáveis. O microfascismo de gênero atua na tentativa de restabelecer uma ordem normativa rígida, em que qualquer desvio das normas tradicionais de gênero é visto como uma ameaça. A restauração, nesse sentido, tende a reforçar as fronteiras de gênero e suprimir as identidades que desafiam a binariedade, perpetuando a discriminação e a marginalização. Busca-se recriar uma sociedade baseada em valores tradicionais, muitas vezes idealizando um passado em que as normas cisheteronormativas eram predominantes. Assim, a restauração dos valores cisheteronormativos é central na agenda antigênero, que busca reforçar normas tradicionais de gênero e sexualidade. Essa agenda promove políticas e discursos que limitam os direitos da população LGBTQIAPN+, perpetuando a discriminação e a exclusão social.

O eliminacionismo visa a supressão, exílio ou extermínio de opositores, enquanto a restauração busca retornar a uma ordem social idealizada, frequentemente associada a valores tradicionais e conservadores. A lógica do eliminacionismo em plataformas de mídias digitais não implica necessariamente a eliminação física de indivíduos, embora isso possa ocorrer nas interseções de violências discursivas e relações de poder. O eliminacionismo se manifesta na tentativa de excluir e silenciar vozes dissidentes, promovendo políticas que restringem direitos e aumentam a discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+. Entende-se que o eliminacionismo social e político contra a população LGBTQIAPN+, principalmente contra transexuais e travestis, ocorre por meio dos ataques deliberados, da violência simbólica, da normalização da barbárie discursiva contra as



experiências e identidades LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo que se busca levá-las ao limite, ao esgotamento político, social, cultural, ou mesmo à morte física, revelando as dimensões do microfascismo na cultura e no ambiente político, social e midiático.

O movimento antigênero em curso na atualidade é permeado por práticas que remetem à reverberação do fascismo na contemporaneidade e impulsionado por um forte desejo de restaurar uma ordem patriarcal idealizada, ainda que essa ordem nunca tenha existido da forma como se pretende (Butler, 2024). Segundo Butler (2024), esse movimento é guiado por uma sintaxe baseada no medo e nas ansiedades relacionadas a questões como imigração, perda do poder patriarcal e pureza nacional. Nesse processo, busca-se eliminar aquilo que é percebido como fonte de destruição, incluindo a exteriorização do perigo sobre o gênero.

Ao observar a atuação do movimento antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ em plataformas de mídias digitais, onde circulam livremente narrativas de desqualificação e subalternização das identidades, experiências e direitos de pessoas transexuais e travestis, compreende-se que essa ofensiva também deve ser vista como práticas de microfascismos digital e de gênero. Essa reação violenta à modernidade e às transformações culturais trazidas pela globalização (Sodré, 2023), e aos progressos em relação ao gênero e aos direitos humanos, encontra nas plataformas de mídias digitais um importante aliado na busca pela restauração da ordem patriarcal (Bratich, 2022).

Fomentar um desejo de restauração do privilégio masculino serve a muitas outras formas de poder, mas constitui um projeto social próprio, a saber, reproduzir um passado ideal cuja reanimação atingirá, ou até eliminará, as minorias sexuais e de gênero. Esse sonho busca não apenas restaurar um lugar legítimo para a autoridade patriarcal, concebida como parte de uma ordem natural e ou religiosa, mas também reverter direitos e políticas progressistas, a fim de tornar o casamento exclusivamente heterossexual, insistir que o sexo atribuído no nascimento seja imutável, que o aborto seja impedido porque é o estado quem sabe que limites devem ser impostos ao corpo das pessoas grávidas. A retaliação que vemos contra o gênero faz parte desse projeto mais amplo de restauração que busca fortalecer regimes autoritários como formas legítimas de paternalismo, o sonho tornado realidade (Butler, 2024, p. 20).

A ideologia antigênero no fascismo se expressa com a percepção de que as minorias sexuais e de gênero são ameaçadoras, perigosas e destrutivas. A autora diz ainda que transformar o gênero em um constructo social demoníaco esconde a sua face política de privar as pessoas de seus direitos civis, legais e sociais. Essa visão é utilizada para justificar a privação de seus direitos e se dá em nome da moralidade,

da defesa dos valores nacionais e de um sonho erótico patriarcal fundamentado pelo nacionalismo autoritário.

A lógica eliminacionista que caracteriza o microfascismo de gênero se baseia nos ataques às capacidades políticas da população LGBTQIAPN+, às suas reivindicações e articulações por direitos. O microfascismo de gênero se materializa nos processos políticos e nas instituições do Estado e se manifesta através de práticas e discursos que marginalizam e oprimem a população LGBTQIAPN+, perpetuando a violência e a exclusão. Ao compreender que as LGBTQIAPN+fobias emergem das práticas culturais em consequência das relações desiguais de gênero e sexualidade, pode-se ultrapassar essa leitura binária que busca localizar e enquadrar as LGBTQIAPN+fobias em um determinado espectro político.

Compreende-se que o microfascismo de gênero pode ser observado na agenda antigênero e nas ações contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Essas ações são expressões desse microfascismo de gênero, enraizado nas práticas culturais das sociedades ocidentais. No contexto brasileiro, isso se revela nas políticas e discursos que marginalizam e excluem a população trans e LGBTQIAPN+, perpetuando a violência e a discriminação.

Recentemente, tem-se observado a participação de figuras políticas como Fernando Holiday e Jessião em iniciativas pautadas na “ideologia de gênero” e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ no Brasil. A luta contra o que é percebido como uma guinada ideológica sobre o gênero tem influenciado o debate político, com a adesão de grupos conservadores, frequentemente associados ao conservadorismo religioso e neopentecostal (Butler, 2024). No entanto, essa perspectiva pode surgir no discurso político de parlamentares de diferentes tendências ideológicas, da direita à esquerda.

O Congresso Nacional, assim como as casas legislativas estaduais e municipais, tem contribuído para a regressão de direitos LGBTQIAPN+ fortemente influenciados pelas forças políticas conservadoras. A presença dessas forças religiosas se manifesta, por exemplo, na formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que interfere no cenário político com pautas vinculadas à fé, à moral e à família. Em conjunto com os representantes do agronegócio (a bancada do boi) e da defesa do armamento (a bancada da bala), constitui-se uma grande coalizão alinhada à direita política e ao conservadorismo brasileiro. Essa coalizão tem a capacidade de

influenciar o debate político, pressionar governos e travar confrontos sobre direitos e garantias constitucionais.

Em 2023, essas forças políticas conservadoras apresentaram 293 projetos de Lei antitrans no Congresso Brasileiro (De acordo [...], 2024). Nesse ano, uma nova lei antitrans foi criada a cada 15 dias. Esses dados indicam a rápida disseminação de projetos de lei antiLGBTQIAPN+ no legislativo brasileiro, com a média de tempo de 5,75 dias para que um PL com perspectivas conservadoras, sobretudo nas dimensões de gênero e sexualidade, seja replicado em diferentes níveis governamentais (Carvalho, 2024). Desde janeiro de 2019, legisladores brasileiros apresentaram 437 projetos de lei que prejudicam a população LGBTQIAPN+. Atualmente, 342 desses projetos ainda estão em tramitação nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (César, 2024). Partidos de direita como PL, Republicanos, PP e PSD são os principais disseminadores (Carvalho, 2024). Estandarizados nas mídias sociais, os projetos que visam atacar esse movimento social e político são replicados em diversas casas legislativas e são pautados por estigmas, preconceitos e generalizações discriminatórias, conforme o entendimento do próprio Ministério Público Federal (César, 2023).

O Brasil tem um número crescente de leis que restringem os direitos de pessoas trans, com pelo menos 77 leis municipais e estaduais em vigor em 18 estados (Avelar, 2024). Essas leis, muitas vezes justificadas como proteção de direitos de crianças, mulheres e liberdade religiosa, são, na verdade, tentativas de institucionalização da transfobia e podem aumentar a violência contra pessoas trans. As normas incluem proibições ao uso de linguagem neutra, debates sobre gênero nas escolas, uso de banheiros e participação de atletas trans em competições esportivas.

Apesar das conquistas de direitos, a violência contra pessoas trans no Brasil se manteve estável em patamares altos nos últimos dez anos. Em 2017, 2018 e 2020, o número de assassinatos ficou acima da média dos últimos dez anos, que é de 146 assassinatos por ano (Benevides, 2024). O relatório produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mostrou que, em 2023, o perfil das vítimas mostrou que 72% eram negras, 27% brancas e 1% indígenas. Em relação à identidade de gênero, 94% eram mulheres trans e travestis e 6% homens trans. A faixa etária das vítimas variou, com 3% até 17 anos, 50% entre 18 e 29 anos, 27% entre 30 e 39 anos, 13% entre 40 e 49 anos, 5% entre 50 e 59 anos e 1% acima de 60 anos.

As principais ferramentas utilizadas para cometer esses assassinatos foram tiros (46%), facadas (24%) e espancamento (10%). No Nordeste, a proporção de assassinatos de pessoas trans supera a proporção em relação à população brasileira, destacando a gravidade da situação na região.

Refletir sobre esses dados sob a ótica das diversas camadas de poder, como raça, etnia, classe e gênero, revela a complexa teia de opressões que compõem as experiências de grupos marginalizados. A lógica eliminacionista e de restauração do microfascismo de gênero exacerba essas dinâmicas ao buscar a erradicação de identidades divergentes e a restauração de uma ordem social idealizada, frequentemente cisheteronormativa e patriarcal. Essa abordagem não só perpetua a exclusão social e a violência simbólica, como também reforça hierarquias de poder que desumanizam indivíduos com base em suas identidades interseccionais.

A combinação de restauração e eliminacionismo serve para reforçar uma ordem social conservadora, utilizando a religião como justificativa para a exclusão e marginalização de minorias sexuais e de gênero. Os microfascismos se manifestam nas dinâmicas excludentes que perpetuam uma ideia restrita de nação, excluindo mulheres, negros, LGBTQIAPN+, especialmente transexuais e travestis, das decisões políticas. Na contemporaneidade, essas dinâmicas podem ser observadas nas políticas e discursos que visam manter a hegemonia de grupos privilegiados, marginalizando e deslegitimando as reivindicações de direitos e cidadania de grupos dissidentes.

Essa manipulação das plataformas de mídias digitais para a restauração dos pactos machistas e patriarcais não apenas sustenta os microfascismos, mas também reforça uma cadeia complexa de opressões interseccionais que marginalizam ainda mais as populações já vulnerabilizadas, como LGBTQIAPN+, especialmente transexuais e travestis. Adiante, busca-se compreender a influência e os desdobramentos das dinâmicas microfascistas no ambiente digital, bem como suas reverberações na política brasileira.

### **3.9 Microfascismo digital**

A partir das discussões de Bratich (2022) e Guattari (2016) sobre o microfascismo, e cotejando-as com os estudos de plataformas, entende-se que o

microfascismo digital se desdobra por meio da capilarização de mecanismos automatizados de controle que infiltram, modelam e capturam os fluxos de desejo no ambiente online. Diferente de um poder centralizado, opera de forma molecular e dispersa, atua para normalizar condutas, amplificar vieses e cristalizar assimetrias de poder nas micro-interações do cotidiano digital.

É com essa lente conceitual que se observa o papel das plataformas digitais, que se configuram como as ambiências e infraestruturas tecnológicas por onde os fluxos semióticos, de desejos e materiais irão circular. Elas se constituem como espaços onde esses fluxos são intensificados, amplificados, constantemente criados e recriados, e assim influenciam a produção de subjetividade e a formação de identidades dos sujeitos. As plataformas medeiam as interações e relações sociais, econômicas, culturais etc.

Ao propiciar espaços de interação, compartilhamento de conteúdo e a formação de comunidades *on-line*, as plataformas de mídias digitais promovem aquilo que Guattari (2016) conceitua como “agenciamento coletivo de enunciação”, que se refere à maneira como grupos sociais produzem e expressam significados de forma coletiva. Constituem-se como sistemas complexos em que sujeito, objeto e expressão estão conectados e permitem que os fluxos de desejo se manifestem. As plataformas incluem relações de poder, práticas sociais e as linguagens, sendo responsáveis por gerar e transmitir discursos dentro de uma sociedade.

Nas plataformas de mídias digitais, os microfascismos se propagam através de discursos de ódio e desinformação, possibilitando a formação de bolhas de pensamento que reforçam ideologias extremistas. As plataformas são movidas por algoritmos que priorizam o engajamento e frequentemente promovem conteúdos polarizadores e sensacionalistas, criando um ambiente propício para o microfascismo.

Nas dimensões sociais e políticas, a hiperconectividade das redes sociais cria relações superficiais e atomizadas, em que o sentido político do voto e o exercício da cidadania são esvaziados. Isso inclui a liberdade de expressão, que é hiperbolizada a ponto de oferecer condições de possibilidade para a prática de violências pautadas em preconceitos sociais. Em diálogo com Donhauser e Mizoguchi (2023), observa-se que esse fenômeno midiático também se insere nesse cenário de emergência do neofascismo, e/ou de uma micropolítica do fascismo, caracterizado pela ambigüização

dos sentidos e valores, em que a liberdade de expressão é usada como justificativa para se promover discursos de ódio.

Donhauser e Mizoguchi (2023) falam de um neofascismo telemidiático que serve ao capitalismo contemporâneo, transforma o valor de uso dos bens em valor de troca e mistura o sentido de igualdade com o de equivalência, em que tudo passa a ter o mesmo valor. As redes sociais, por sua vez, são usadas para atrair indivíduos isolados, geram conexões superficiais que esvaziam o verdadeiro sentido de relação e cidadania e promovem uma falsa sensação de democracia.

A análise de Donhauser e Mizoguchi (2023) indica como plataformas digitais como *4chan* podem contribuir para a proliferação de microfascismos através de memes, artefatos pós-midiáticos e outras formas de produção semiótica. Os microfascismos encontram terreno fértil na era digital, cuja ambiência facilita a circulação rápida de ideias fascistas por meio de recursos simbólicos e de produção de sentidos. Desse modo, o fascismo é percebido como uma força persistente e adaptável, que se manifesta de maneiras sutis e micropolíticas na sociedade contemporânea, especialmente através das plataformas digitais e da espetacularização da política.

Um dos principais fatores que contribuem para a proliferação é o algoritmo das plataformas de mídias digitais, que, seguindo a lógica do capital, acaba promovendo e priorizando conteúdos que geram maior engajamento, independentemente de sua natureza. Dessa forma, discursos extremistas, controversos e até mesmo criminosos acabam circulando de maneira rápida e articulada. A falta de regulação das redes e a dificuldade em monitorar todo o conteúdo publicado tornam as mídias digitais espaços possíveis para a proliferação do neonazismo e outras formas de extremismo.

A crescente influência da extrema-direita nas plataformas de mídias digitais reflete uma estratégia meticulosa que visa moldar a opinião pública e radicalizar os discursos. Ao adotar técnicas de comunicação e engajamento originalmente associadas a movimentos populistas, esses grupos conseguiram moldar narrativas polarizadoras e mobilizar uma base de apoio sólida, que usa as mídias sociais para replicar massivamente os discursos conservadores e contrários às políticas LGBTQIAPN+. Com o uso de algoritmos e campanhas de desinformação, procuram deslegitimar adversários e fortalecer sua própria agenda, mobilizando a retórica do medo e da divisão. Observa-se a emergência de líderes autoritários que utilizam essas

plataformas para manipular a opinião pública e consolidar seu poder. Além disso, os preconceitos sociais são exacerbados por algoritmos que promovem conteúdos polarizadores, perpetuando estereótipos e discriminações.

A administração do ex-presidente Donald Trump é central para a compreensão do fascismo neoliberal na conjuntura política americana e revela as relações entre autoritarismo e capitalismo ao longo da história dos EUA (Fuchs, 2022). Entre as características apontadas por Fuchs (2022), destaca-se um modo de comunicação autoritário, em que a linguagem é usada como ferramenta para a promoção de ideologias e discursos de ódio. Exemplos são os *tweets* compartilhados pelo ex-presidente como forma de espetacularizar o discurso político, atacar opositores políticos e o governo de países que resistem ao imperialismo estadunidense.

Ao analisar as ações da extrema-direita durante as eleições australianas de 2016, Fuchs (2022) aponta como os apoiadores de Norbert Hofer, do Partido da Liberdade da Áustria, FPÖ, utilizaram elementos característicos do fascismo no *Facebook*. Entre eles, o autor destaca a emocionalização do nacionalismo a partir de estratégias retóricas como a de patriotas verdadeiros, a construção de uma ameaça externa, entre outras que buscam unificar e defender uma ideia de nação. Nesse processo, buscou-se construir a identidade nacionalista nessa lógica entre “nós” contra os “outros”, em que o outro é identificado como imigrantes, social-democratas, a União Europeia e, principalmente, como uma ameaça à Áustria.

Para a construção dessa narrativa, Fuchs (2022) destaca o uso de *links*, artigos, *blogs* e demais produtos midiáticos alinhados às suas perspectivas ideológicas, cujas interconexões contribuem para o lastreamento de suas ideias, suas posições políticas, bem como para validar os discursos depreciativos, as dinâmicas de exclusão social e o pânico causado pela promoção desses discursos.

D'Almonte e Silva (2024) exploram como Jair Bolsonaro utilizou o *Twitter* para disseminar discursos discriminatórios e de ódio, especialmente em relação à homossexualidade. Os autores argumentam que Bolsonaro empregou uma retórica conservadora e extremista para provocar pânico moral na sociedade brasileira, utilizando temas sensíveis como homossexualidade, família e religião para mobilizar seus seguidores e aumentar seu engajamento nas redes sociais. A análise de conteúdo e discurso das postagens de Bolsonaro revela a complexidade e

transversalidade de sua narrativa discriminatória, que visa deslegitimar e marginalizar grupos vulneráveis.

Concluiu-se que a estratégia de Bolsonaro no *Twitter* foi eficaz em consolidar sua base de apoio e em influenciar o debate público, especialmente durante os períodos eleitorais de 2018 e 2022 (D'Almonte; Silva, 2024). A análise quantitativa e qualitativa dos *tweets* mostra um aumento significativo no número de postagens relacionadas a temas sensíveis em anos eleitorais, indicando uma tentativa deliberada de mobilizar eleitores conservadores e indecisos. Além disso, a utilização de termos como "família" e "ideologia de gênero" em suas postagens reforça a narrativa de defesa dos "bons costumes" e da moralidade tradicional, ao mesmo tempo que estigmatiza e desumaniza a população LGBTQIAPN+.

As plataformas de mídias digitais, como o *Twitter*, desempenharam um papel estratégico na disseminação dos discursos de Bolsonaro. Para D'Almonte e Silva (2024), a natureza descentralizada e de fácil acesso dessas plataformas permitiu que Bolsonaro alcançasse um público amplo e diversificado, sem os filtros e limitações da mídia tradicional. A capacidade de engajamento direto com os seguidores e a viralização rápida de conteúdos polêmicos e discriminatórios ampliaram o alcance e o impacto de suas mensagens. Os autores destacam que essa dinâmica contribuiu para a criação de comunidades organizadas sob padrões ideológicos extremistas, que reforçam e perpetuam discursos de ódio e discriminação.

As plataformas de mídias digitais também foram usadas durante o governo Bolsonaro para disseminar desinformação e promover ataques a opositores políticos, jornalistas, meios de comunicação etc. Mello (2020) detalha a campanha de difamação e ódio que sofreu nesse período organizada por grupos extremistas após suas reportagens sobre o financiamento de disparos em massa de mensagens no *WhatsApp* durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. A matéria que ela havia publicado na Folha de S.Paulo denunciava o uso de robôs em plataformas como *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, visando o ataque à campanha de Fernando Haddad (PT). Além disso, a denúncia informava que a promoção dessas mensagens foi financiada por empresários e apoiadores do ex-presidente, o que é vedado pela legislação eleitoral e pode configurar como prática de caixa-dois.

Mello (2020) descreve o impacto pessoal e profissional das ameaças e difamações que sofreu, ao mesmo tempo que sinaliza os perigos que a desinformação



representa para a democracia. A jornalista alerta sobre os desafios de se trabalhar a integridade da informação e a liberdade de imprensa em tempos de crescente polarização política e manipulação digital.

Do mesmo modo, a articulação dos protestos contra Judith Butler em sua visita ao Brasil exemplifica como as redes podem funcionar como caixas de ressonância, em que opiniões semelhantes são repetidas e amplificadas, criando bolhas ideológicas. Em 2017, durante sua participação no Seminário Internacional “Os Fins da Democracia”, grupos conservadores organizaram uma série de protestos amplamente promovidos pelas redes sociais. Esses movimentos são alimentados por um pânico moral sobre o conceito de gênero e seus desdobramentos acabam por justificar atitudes microfascistas, como o silenciamento de debates sobre gênero e sexualidade (Margarites; Rodrigues, 2018).

No trabalho de Silva (2022), explora-se o conceito de microagressões como uma ferramenta analítica para compreender fenômenos que se estendem desde o racismo verbal até o racismo algorítmico. As microagressões, conforme trabalhada por Silva (2022), são manifestações comuns que podem assumir a forma de ofensas verbais, comportamentais e ambientais. Embora possam ser intencionais ou não, essas microagressões possuem uma finalidade comunicacional que passa pelo desrespeito, insultos e hostilidades. Elas são caracterizadas por discursos depreciativos ou negativos direcionados a grupos minoritários vulneráveis, incluindo, mas não se limitando a indivíduos racializados, mulheres e migrantes.

De acordo com Silva (2022), os aparatos midiáticos, incluindo educacionais, são identificados também como instrumentos da supremacia branca utilizados para propiciar ambientes em que a maioria das ações ofensivas não se manifesta através de violência física explícita e brutal. Em vez disso, essas ações se apresentam de maneira sutil, elas têm um efeito paralisante.

A partir das discussões de Silva (2022), busca-se refletir sobre as microagressões direcionadas à população LGBTQIAPN+, principalmente transexuais e travestis, que perpetuam e atualizam lógicas de preconceito e discriminação na sociedade e no ambiente digital. Considera-se produtiva a aproximação da ideia de microagressões em Silva (2022) com a ideia de microfascismo de gênero e digital (Bratich (2022). Convoca-se a dimensão do eliminacionismo proposto por Bratich (2022), a fim de compreender a ofensiva antigênero e contra os direitos da população

LGBTQIAPN+ nessa lógica de atacar e reduzir suas capacidades políticas, levando-a à exaustão, ao limite e ao escárnio público.

A extrema-direita brasileira constrói uma retórica política em que a luta por direitos da população LGBTQIAPN+, especialmente transexuais e travestis, consiste em uma ameaça à ordem cisheteropatriarcal e, portanto, deve ser atacada, senão eliminada. Criam-se condições para o crescimento do extremismo *on-line*, em que se manifesta o novo racismo<sup>29</sup>, o nacionalismo, a misoginia, as LGBTQIAPN+fobias e, especialmente, as transfobias. Assim, muitas vezes distorcem a realidade por meio de representações simbólicas, que é a matéria prima dos processos informacionais, comunicacionais e mercadológicos das plataformas digitais.

A pesquisa de Dias (2018) fez uma abordagem etnográfica em ambientes digitais para entender como esses grupos constroem suas identidades e legitimam suas ações através do ódio. A pesquisadora utilizou ferramentas como N\*Vivo e Gephi para observar a interação entre os membros dos grupos neonazistas e a disseminação de suas ideologias. A análise revela a endogamia desses movimentos, com *links* predominantemente internos, além de sites, *blogs*, fóruns e comunidades neonazistas na internet, indicando o crescimento alarmante de seu tráfego digital. Os estudos de Dias (2018) apontam que o neonazismo se fundamenta na construção de um "outro" desumanizado, visto como uma ameaça à identidade branca. Esse processo é sustentado por uma narrativa bidimensional que combina textos fundadores e uma cosmologia própria, reforçando a segregação e a eliminação de grupos considerados inferiores. Em sua análise, a autora observa que as LGBTQIAPN+fobias são usadas como ferramenta de propaganda para atrair e radicalizar novos membros, especialmente em fóruns *on-line*.

Nos conteúdos que circulam nesses fóruns, Dias (2018) observa discursos que consideram a homossexualidade um "crime contra a natureza", a defesa da morte de gays que promovem seu modo de vida, o estupro para "corrigir" a homossexualidade feminina, além de uma visão rígida e patriarcal dos papéis de gênero, em que a masculinidade é exaltada e a submissão feminina é naturalizada.

---

<sup>29</sup> Fuchs (2022) entende o novo racismo a partir do contexto australiano e da crença da insuperabilidade das diferenças culturais. Segundo o autor, essa manifestação racista não postula a superioridade de grupos, mas sugere a nocividade de eliminar as fronteiras culturais. Ele naturaliza as diferenças por meio da biologização ou das relações culturais e argumenta que determinadas culturais não devem se misturar.

Ao observar a relação entre microfascismo e gênero, é possível perceber que as normas de gênero tradicionais são frequentemente usadas como ferramentas de controle e opressão. A imposição de papéis de gênero rígidos e a marginalização de identidades de gênero dissidentes são manifestações de microfascismo que perpetuam a desigualdade e a discriminação. Essas práticas são reforçadas por normas sociais e culturais que promovem a cisheteronormatividade e excluem aqueles que não se encaixam nessas normas sociais.

Nas plataformas de mídias digitais, esses microfascismos podem se manifestar através de ataques coordenados, *cyberbullying* e a disseminação de desinformação, entre outras ações que contribuem para a construção de um ambiente hostil para pessoas LGBTQIAPN+. Além disso, os algoritmos dessas plataformas podem até mesmo reforçar os preconceitos existentes, ao mesmo tempo que promovem conteúdos que perpetuam a discriminação e a exclusão social, como no caso do racismo (Silva, 2022), dos machismos e das LGBTQIAPN+fobias (Bratich, 2022; Tiburi, 2020).

Não obstante, observa-se que enviesamentos ideológicos aparecem nos interstícios das ferramentas oferecidas pelas plataformas de mídias digitais, em que algoritmos de recomendação reforçam estereótipos raciais e de gênero (Ziller *et al.*, 2022). Ao mesmo tempo que as plataformas permitem a expressão de vozes marginalizadas e a denúncia de práticas discriminatórias, elas também reproduzem as normatividades de gênero. E nessa relação de forças, as dimensões do poder atuam a favor da manutenção de suas estruturas e das dinâmicas do poder.

As LGBTQIAPN+fobias, especialmente a transfobia, são uma forma específica de microfascismo que se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana de pessoas LGBTQIAPN+. As violências exercidas pelas linguagens, imagens, signos e discursos em plataformas de mídias digitais com o objetivo de estigmatizar e incapacitar pessoas LGBTQIAPN+, imigrantes ou pessoas em situação de vulnerabilidade são manifestações microfascistas que também se manifestam nas dimensões digital e de gênero. Trata-se de relações de poder e mecanismos biopolíticos de controle e sujeição de corpos que operam nas sutilezas do cotidiano, muitas vezes passando despercebidos.

Entre outras coisas, considera-se que o microfascismo digital se refere justamente às práticas de controle, opressão, exposição, ridicularização,

desqualificação, incapacitação, entre outras violências que ocorrem no ambiente digital, principalmente contra aqueles sujeitos marcados pelas dinâmicas raciais, étnicas, sexuais e de gênero. Essas práticas podem incluir os ataques aos adversários e opositores políticos, intimidação, ameaças, táticas de vigilância, a manipulação de informações e a imposição de normas comportamentais através de plataformas *online*. Além disso, também ocorrem por meio da circulação de discursos de ódio, ataques às minorias sexuais, de gênero, os racismos, as LGBTQIAPN+fobias que podem tanto se manifestar de modo mais visível, como passar quase despercebidas em imagens, textos, discursos, narrativas, *memes*, entre outras linguagens que reforçam preconceitos e exclusões sociais.

A presença de práticas neonazistas e extremistas nas mídias digitais tem sérias implicações para a sociedade. A normalização de discursos de ódio, a criação de inimigos comuns, a hostilidade e polarização política levam ao aumento de crimes motivados por preconceitos e radicalismos ideológicos. A ideologia se espalha por meio de discursos, ideias, práticas, palavras, textos, nas representações, significados, no sistema de crenças, nas instituições, e/ou na combinação desses elementos no sentido de justificar o poder, a dominação e a exploração de um grupo sobre outros (Fuchs, 2022).

O termo "turbotecnomachonazifascismo" é usado por Tiburi (2020) para descrever uma forma contemporânea de fascismo que incorpora tecnologia, machismo e elementos do nazifascismo. O prefixo "turbo" indica a velocidade e intensidade com que essas ideologias e práticas se disseminam na era digital. "Tecno" refere-se à utilização da tecnologia para a propagação de ideologias fascistas, a manipulação da verdade e o controle das massas. O termo "macho" ressalta o papel do machismo e da misoginia na sustentação do fascismo, especialmente no contexto brasileiro. As iniciais "nazi" aludem ao neonazismo, isto é, às dinâmicas de atualização do nazismo e do fascismo na modernidade. Por fim, o fascismo surge como o núcleo do termo. O objetivo é enfatizar a ideologia política autoritária, que propõe a supressão da diversidade e das dissidências por meio de uma ordem política e social homogênea e controladora.

Nas plataformas de mídias digitais, observa-se que a dinâmica fascista abordada por Tiburi (2020), o eterno fascismo a que se refere Eco (2018), o fascismo digital analisado por Fuchs (2022) ou as manifestações dos microfascismos (Bratich,

2022; Guattari, 2016) emergem quando indivíduos disseminam discursos de ódio contra grupos minoritários, imigrantes ou pessoas com opiniões diferentes. Esses pequenos atos contribuem para a violência verbal e discursiva, para a intolerância e a polarização, afetando a esfera pública e obstruindo o diálogo democrático. Em ambientes políticos, microfascismos ocorrem quando minorias são excluídas dos espaços de representação social, de debates, reuniões ou decisões importantes que afetam a vida de todos, principalmente de populações historicamente marginalizadas. Ignorar vozes dissidentes ou silenciar minorias constitui uma forma sutil de perpetuar o poder dominante e de contribuir para a manutenção de sistemas opressores de poder.

A partir de Guattari (2016) e Bratich (2022), é possível concluir que a oposição à micropolítica do fascismo envolve uma mudança das relações sociais em todos os âmbitos. Isso significa uma "revolução molecular", em que as "máquinas desejantes" individuais recuperam o controle das "máquinas técnicas" da sociedade, fomentando práticas analíticas e micropolíticas que contestam o poder hegemônico.

As discussões de microfascismo, LGBTQIAPN+fobia e racismo são interconectadas, pois todas elas se originam de um desejo de manter certas normas e hierarquias sociais. A interseccionalidade reconhece que as opressões se cruzam e se reforçam mutuamente, criando experiências únicas e complexas de marginalização (Donhauser; Mizoguchi, 2023). As reflexões propostas buscam destacar a importância de reconhecer os perigos dessa reapropriação fascista na conjuntura brasileira atual. A democracia, com sua pluralidade de vozes e respeito às diferenças, está ameaçada por discursos que promovem a homogeneização e a eliminação do outro. Estar atento a essas manifestações de microfascismos significa proteger os valores democráticos e a diversidade, combater o racismo, o machismo, as LGBTQIAPN+fobias, entre outras formas de preconceito, bem como o negacionismo científico, o fundamentalismo religioso, a polarização política e o culto a uma tradição idealizada, e até mesmo inalcançável, que muitas vezes acompanham o pensamento fascista. A história nos mostra que a resistência ao fascismo não é apenas uma questão militar e política, mas principalmente cultural, ética e subjetiva. Ela implica a luta pela liberdade, pela dignidade e pelo respeito à diversidade humana.

## 4 METODOLOGIA

No decorrer desta pesquisa, analisou-se o papel que as plataformas de mídias digitais desempenham na formação e circulação de dinâmicas microfascistas permeadas na agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Constatou-se que plataformas como o *Instagram* se tornaram espaços para a promoção de debates e discussões enviesadas sobre gênero e sexualidade, que impactaram profundamente a comunicação política e as campanhas eleitorais. As ferramentas oferecidas por essas plataformas também apresentam desafios, como a propagação de desinformação, o uso de *bots* e automação para manipulação de narrativas, além do fenômeno das bolhas de informação, discursos de ódio e conteúdos controversos que reforçam preconceitos e polarizam opiniões. Essas práticas podem estimular microfascismos digital e de gênero em várias instâncias digitais.

Neste capítulo, indica-se a abordagem metodológica que oferece condições para a análise dos fenômenos em observação, especialmente no contexto das plataformas de mídias digitais. Para isso, inicia-se definindo o *Instagram* e sua escolha como ambiente de análise. O *Instagram* é uma plataforma que valoriza a imagem sobre o texto e permite a circulação de conteúdos por meio de diversas ferramentas como *feed* de notícias, *reels*, *stories* e comentários. A escolha do *Instagram* justifica-se pela sua alta penetração e relevância no contexto das mídias sociais, especialmente no Brasil.

Em seguida, aborda-se o movimento teórico-metodológico por meio da análise de conteúdo. Essa metodologia permite a interpretação sistemática e objetiva de dados textuais e visuais, sendo amplamente utilizada em estudos de Comunicação para examinar mensagens e discursos em plataformas de mídias digitais como o *Instagram*. A análise de conteúdo qualitativa foca a interpretação e compreensão dos significados subjacentes no conteúdo, o que permite uma exploração profunda de textos, imagens, áudios, vídeos, entre outros conteúdos digitais. Essa abordagem é particularmente útil para entender como as mensagens são construídas nessas ambiências, especialmente no campo da comunicação, e nesta pesquisa será mobilizada para a compreensão das práticas de microfascismos digital e de gênero.

Descreve-se o método de seleção e coleta de dados, em que se pontua os critérios de seleção dos perfis no *Instagram*. Os perfis selecionados são de Fernando Holiday (PL-SP) e Jessião (PP-PR) e foram escolhidos por serem parlamentares que se reconhecem como bissexual e lésbica, mas evitam qualquer vínculo com movimentos políticos LGBTQIAPN+. Como se observou em análise preliminar em seus perfis, os parlamentares defendem um programa de governo alinhado com ideais da direita conservadora nos costumes e liberal na economia. A escolha desses atores políticos justifica-se pela relevância de suas posições políticas e pela forma como utilizam o *Instagram* para comunicar suas ideias, propostas legislativas e defender suas posições políticas em uma dimensão regional e nacional.

A pesquisa é qualitativa e os métodos de análise foram adaptados para as características específicas do *Instagram* e do fenômeno de análise. Isso inclui a abordagem da natureza visual e textual das postagens e a dinâmica das redes sociais. Verificou-se que os comentários refletem a disputa de narrativas característica do ambiente político polarizado em que esse fenômeno de pesquisa se insere; assim, há tanto comentários de apoio quanto de críticas às posições políticas desses parlamentares e suas declarações controversas. Porém, os comentários dos usuários não foram o foco principal da análise, pois as avaliações iniciais indicaram que eles ofereciam poucas contribuições para o objetivo principal desta pesquisa, que é a análise dos textos, das imagens e demais elementos simbólicos e produtores de sentidos que emergem das publicações em seus perfis no *Instagram* para atacar o movimento LGBTQIAPN+, especialmente mulheres trans e travestis, em meio à ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+.

Por fim, a análise de conteúdo no *Instagram* permite compreender como os atores sociais, políticos e personalidades públicas se comunicam com seu público e como as narrativas verbo-audiovisuais são construídas e disseminadas, sobretudo em relação às perspectivas ideológicas e preconceitos sociais presentes na política e na sociedade brasileiras.

#### **4.1 Definição da plataforma do *Instagram* como ambiente de análise**

O *Instagram* é um dos principais produtos do grupo Meta, com mais de 2 bilhões de usuários ativos em todo o mundo, sendo uma de suas maiores fontes de receita,

baseada em seu modelo de negócios e mercado de publicidade (Número [...], 2022). Trata-se da rede social mais usada no Brasil, com 36,52% de participação no mercado de mídias sociais (Bianchi, 2024).

A plataforma possui uma alta taxa de engajamento entre os usuários de 16 a 64 anos. Destaca-se que uma grande porcentagem desses usuários acessa o *Instagram* diariamente, utilizando-o principalmente para compartilhar fotos e vídeos, seguir marcas e influenciadores e interagir com amigos e familiares (Simon, 2024).

Em 2022 a empresa foi comprada pelo grupo Meta, que também controla outras grandes empresas de comunicação, como o *Facebook* e *WhatsApp*. Rapidamente o *Instagram* se tornou um dos maiores ativos da empresa. A capacidade do *Instagram* de atrair anunciantes e gerar receita significativa demonstra seu valor estratégico para a Meta, consolidando sua posição como uma das principais plataformas no mercado de mídia digital.

As receitas publicitárias têm sido a principal fonte de lucro do *Instagram*. Em 2019, a plataforma gerou \$20 bilhões de dólares em receitas publicitárias, um aumento significativo em relação aos \$11,3 bilhões de 2018 (Simon, 2024). Esse crescimento continuou nos anos seguintes, com receitas de \$22 bilhões em 2020 e \$32,4 bilhões em 2021. Em 2023, estima-se que a plataforma tenha gerado mais de \$39 bilhões em receitas (Simon, 2024).

O *Instagram* tem uma forte penetração em mercados emergentes, como a Índia e o Brasil, sendo o primeiro o seu maior mercado com mais de 360 milhões de usuários ativos, e no Brasil, aproximadamente 134 milhões em janeiro de 2024. Dessa forma, a plataforma ultrapassou o *Facebook* e se tornou a mais usada no Brasil em janeiro de 2023 (Dixon, 2024).

Quando foi lançado, o *Instagram* se diferenciou de outras redes sociais que permitiam o compartilhamento de fotos *on-line* por oferecer a opção de editar e aplicar filtros às imagens antes de postá-las na rede. Criado em 2010 para aparelhos com sistema iOS, o *Instagram* rapidamente ganhou espaço para outros sistemas operacionais, como o Android, e passou a adotar funcionalidades que já eram usadas em plataformas rivais, como o botão curtir, os recursos de *hashtag*, vídeos em formatos verticais, entre outros.

A plataforma permite que os conteúdos circulem por meio do *feed* de notícias, da ferramenta *reels*, que possibilita publicar vídeos curtos, dos *stories*, que são



compartilhados temporariamente, e das legendas e comentários que acompanham as publicações. Essas dinâmicas de produtos, serviços e lógicas de consumo que convergem nessa ambiência adaptam-se a formatos distintos, mobilizam diferentes ferramentas, envolvem múltiplas linguagens e exigem estratégias específicas e direcionadas. O êxito da publicação depende do envolvimento, do alcance e da interação que ela irá gerar.

Em cada perfil, há um espaço para escrever uma minibiografia, *links* para direcionar o conteúdo e os botões para seguir e mandar mensagens diretas. A plataforma oferece opções para gerenciar mensagens e interações indesejadas. As ferramentas de criação para os *stories* e *feeds*, as de edição (como a aplicação de filtros), e a opção de mencionar outros usuários nos conteúdos publicados são recursos que facilitam a comunicação, interação e a divulgação das publicações e consequentemente das ideias, produtos e/ou serviços que elas buscam destacar.

O *Instagram* viabiliza que as empresas criem conteúdo patrocinado, em que podem pagar influenciadores ou criadores de conteúdo para promover seus produtos ou serviços para seus seguidores. A plataforma criou condições para o surgimento de uma expressiva indústria de celebridades em sua ambiência. Tanto a promoção de conteúdos como a lógica de produção de celebridades são estratégias que aparecem nessas plataformas sendo apropriadas pela comunicação política e pelas campanhas eleitorais.

#### **4.2 Abordagem Teórico-Metodológica**

A análise de conteúdo é uma ferramenta metodológica usada em pesquisas científicas que permite a interpretação sistemática e objetiva de dados textuais e visuais. Segundo Bardin (1977), essa análise consiste em uma técnica usada nas ciências humanas para entender fenômenos comunicativos além de seus significados imediatos. Consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos variados, em que se evita a compreensão espontânea e intuitiva e promove uma abordagem crítica e metodológica. Essa metodologia oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade e busca revelar o latente e o não aparente nas mensagens que se apresentam para a análise. Para a autora, esse movimento serve para prolongar o tempo de latência entre intuições iniciais e

interpretações definitivas e, assim, obriga uma observação mais detalhada e rigorosa para uma abordagem científica.

Bardin (1977) indica que a análise de conteúdo tem funções heurísticas (exploratórias) e de administração da prova (verificação). Utiliza-se essa metodologia para inferir conhecimentos sobre a produção e recepção das mensagens, contribuindo para a compreensão de contextos e efeitos. No campo da comunicação, essa metodologia é utilizada para examinar mensagens e discursos em diversos meios, e isso inclui as plataformas de mídias digitais como o *Instagram*. Ao analisar publicações, comentários e interações, os pesquisadores podem identificar padrões, temas e tendências, que oferecem indícios sobre comportamentos e percepções dos usuários, principalmente quando se analisa o cenário da comunicação política digital. A análise de conteúdo no *Instagram*, por exemplo, permite compreender como os atores sociais, políticos e personalidades públicas se comunicam com seu público, como os usuários reagem a diferentes tipos de conteúdo e como as narrativas visuais são construídas e disseminadas.

A análise de conteúdo qualitativa foca a interpretação e compreensão dos significados subjacentes no conteúdo e permite uma exploração profunda de textos, imagens e vídeos. Essa metodologia envolve a observação detalhada para identificar temas, metáforas, narrativas e outros elementos significativos que emergem do material analisado. No campo da comunicação, essa abordagem é particularmente útil para entender como as mensagens são construídas e percebidas pelo público. Por exemplo, ao analisar publicações no *Instagram*, os pesquisadores podem identificar como os usuários, com diferentes objetivos na plataforma, utilizam narrativas visuais para engajar seus seguidores e como eles reagem a diferentes tipos de conteúdo.

A análise de conteúdo em pesquisa qualitativa, conforme discutido por Sousa e Santos (2020), é uma técnica essencial para a interpretação de dados em estudos sociais. Baseados na teoria de Bardin, os autores destacam sua capacidade de sistematizar e categorizar informações, permitindo uma compreensão profunda dos fenômenos estudados. Para os autores, a análise de conteúdo visa interpretar o que foi dito durante a investigação, construindo concepções em torno do objeto de estudo.

Na pesquisa qualitativa, propõe-se uma abordagem dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira envolve a organização inicial do material, enquanto a exploração do material foca a

categorização e codificação dos dados. Por fim, o tratamento dos resultados busca inferir e interpretar as mensagens coletadas (Bardin, 1977; Sousa; Santos, 2020).

A análise de conteúdo é caracterizada por sua flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes contextos de pesquisa, embora a sua aplicação prática requeira um processo sistemático. No pré-análise, o pesquisador realiza uma leitura flutuante e escolhe os documentos relevantes. Na fase de exploração, os dados são categorizados e codificados, permitindo uma análise detalhada. O tratamento dos resultados envolve a interpretação crítica e reflexiva das informações, buscando significados subjacentes. A validade dos resultados depende da coerência interna e da sistematização rigorosa das fases de análise.

Para realizar uma pesquisa em análise de conteúdo, Bardin (1977) indica que o primeiro passo é definir o campo de estudo, ou seja, determinar o que será analisado e com qual finalidade. Isso envolve a escolha do objeto de análise, que pode ser um conjunto de textos, imagens, vídeos ou qualquer outro tipo de comunicação. Em seguida, é necessário escolher as técnicas adequadas para a análise, levando em consideração o tipo de comunicação e os objetivos da pesquisa. Essas técnicas podem incluir métodos qualitativos, como o mobilizado nesta pesquisa, e quantitativos, como a análise de frequência de palavras, entre outras possibilidades de quantificação e interpretação de dados.

Após a definição do campo e a escolha das técnicas, o próximo passo consiste em coletar os dados relevantes para a pesquisa. Bardin (1977) afirma que é necessário reunir materiais de comunicação que serão analisados, como documentos, publicações, postagens em redes sociais, entre outros. Em seguida, realiza-se a codificação, que consiste em fragmentar e classificar o conteúdo em categorias específicas. Nessa etapa, organiza-se os dados de maneira sistemática a fim de facilitar os movimentos de análise. A coleta de dados pode utilizar técnicas como a amostragem aleatória ou estratificada para garantir a representatividade. Por fim, aplica-se a análise propriamente dita, utilizando as técnicas escolhidas para interpretar os dados e validar as hipóteses formuladas. Esse processo permite extrair significados e padrões do conteúdo analisado, contribuindo para uma compreensão mais profunda do objeto de estudo. Ele também envolve a criação de uma matriz de análise que facilita a organização e interpretação dos dados, garantindo que as inferências sejam baseadas em evidências sólidas.

Considera-se a análise de conteúdo como uma ferramenta metodológica que oferece condições para se investigar fenômenos comunicacionais em plataformas de mídias digitais como o *Instagram*. Nesse contexto, é importante entender a multimodalidade das comunicações, que abrangem texto, imagens e vídeos. A observação de dados, utilizando diferentes fontes e métodos, aumenta a validade dos resultados. Por fim, é importante manter uma postura crítica e reflexiva, reconhecendo as limitações da análise e evitando a sobreinterpretação dos dados.

Destacam-se algumas limitações em relação à análise de conteúdo como gesto metodológico. Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo pode criar uma falsa sensação de transparência dos fatos sociais, e, nesse sentido, é preciso considerar a complexidade e subjetividade das interpretações. Critica-se a confiança exacerbada nas estatísticas, que pode levar a uma falsa segurança e superficialidade nas conclusões. A análise de conteúdo exige um trabalho exaustivo e meticuloso, com constantes revisões e aperfeiçoamentos.

A análise qualitativa tem sido produtivamente aplicada em pesquisas de comunicação política, em que se busca compreender as estratégias discursivas e os significados implícitos nas mensagens políticas. Ao analisar discursos de campanhas eleitorais no *Instagram*, é possível identificar temas recorrentes, metáforas utilizadas pelos candidatos e a forma como essas mensagens são enredadas nas plataformas.

Essa metodologia foi mobilizada por Sarmento, Elias e Marques (2023) para examinar as postagens no *Instagram* de nove deputadas federais brasileiras eleitas por partidos de direita. O estudo focou duas datas comemorativas: o Dia Internacional da Mulher e o Dia das Mães, nos meses de março e maio, entre 2019 e 2021. A metodologia permitiu a coleta, catalogação e categorização das postagens, utilizando definições de Bardin (1977). A codificação foi realizada manualmente, o que garantiu exaustividade, representatividade e pertinência do *corpus*, composto por 423 *posts*. A análise temática visou descobrir os "núcleos de sentido" nas comunicações das deputadas e permitiu inferências sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens, bem como concluir que há uma utilização de pautas feministas esvaziadas de seu sentido crítico, adaptadas para alinhar-se com suas visões políticas conservadoras.

A análise de conteúdo no *Instagram*, assim como exemplificado por Sarmento, Elias e Marques (2023), revela a complexidade das narrativas político-ideológicas nas

redes sociais. Tal metodologia, embasada nos conceitos de Bardin (1977), permite desvendar como figuras públicas ressignificam temas sensíveis, como os direitos das mulheres, para alinhar-se com suas agendas conservadoras. Ao aplicar essa técnica no contexto expansivo e multimodal do *Instagram*, torna-se possível entender as estratégias de comunicação e os preconceitos ideológicos que permeiam as publicações, além de oferecer um olhar crítico sobre as interações entre os atores sociais e seu público. Assim, a análise de conteúdo se mostra uma ferramenta produtiva para a compreensão das dinâmicas comunicativas e da disseminação de ideologias nas plataformas digitais contemporâneas.

### 4.3 Seleção e Coleta dos *corpus*

Fernando Holiday (PL-SP) e Jessicão (PP-PR) são parlamentares que se reconhecem como bissexual e lésbica, respectivamente, mas evitam qualquer vínculo com movimentos políticos LGBTQIAPN+. Eles defendem um programa de governo que se alinha com ideais da direita conservadora nos costumes e liberal na economia. Apesar de não conseguirem se eleger para a Câmara Federal em 2022, eles cumprem os seus mandatos como vereadores nas cidades de São Paulo e Londrina. Holiday não se candidatou nas eleições de 2024 e por isso termina o seu mandato no final desse ano. Jessicão foi reeleita e continua vereadora até 2028. Em suas contas no *Instagram*, Holiday e Jessicão compartilharam diversos conteúdos que se opõem às políticas LGBTQIAPN+, principalmente em relação às mulheres trans e travestis.

Holiday se posiciona como um homem negro, bissexual, católico, conservador e de direita. Jessicão se identifica como lésbica, "sapatão raiz" (Jessicão, 2023a), de direita, conservadora, "a opressora" e "o antídoto da militância LGBT" (Jessicão, 2022e). Ela revela que já enfrenta um processo por homofobia (Jessicão, 2023b).

Suas imagens públicas como jovens religiosos e/ou tementes a Deus são frequentemente reforçadas na comunicação política que empreendem no *Instagram*. Também são frequentes imagens em encontros com líderes políticos e religiosos evangélicos que defendem as ideias conservadoras nos costumes e liberais na economia, como o senador Magno Malta (Jessicão, 2022f) e o deputado federal Nikolas Ferreira (Jessicão, 2023c). Isso se revela nas publicações de fotos com essas lideranças, vídeos e materiais de campanha que demonstram publicamente o apoio

mútuo entre eles. Assim, replicam algumas de suas mensagens, endossam seus posicionamentos públicos e políticos, entre outras intertextualidades que buscam posicioná-los à direita do espectro político.

Figura 11 — Holiday na paróquia Santo Agostinho



Fonte: Holiday (2022g).

Figura 12 — Jessicão de joelhos



Fonte: Jessicão (2022g).

No período das eleições de 2022, quando ambos concorriam a uma cadeira no Legislativo, os candidatos Fernando Holiday<sup>30</sup> e Jessicão usaram as redes sociais, incluindo o *Instagram*, como meios importantes de sua comunicação política e eleitoral. Nesse conjunto de postagens, é possível ver diferentes publicações que mostram sua completa oposição às pautas do movimento LGBTQIAPN+, rejeição às ideologias, partidos e lideranças de esquerda, aproximando-se de um discurso conservador. As questões identitárias, relacionadas às noções de raça, gênero e sexualidade, muitas vezes são vistas como parte de um projeto ideológico liderado por governos/intelectuais de esquerda, comunistas ou marxistas, que precisa ser combatido.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da coleta manual das postagens nos *feeds/reels* dos perfis do *Instagram* de Fernando Holiday e Jessicão. A coleta de dados ocorreu de 16 de agosto de 2022 a 31 de junho de 2023, abrangendo o período eleitoral em que foram derrotados e o primeiro semestre do ano seguinte, quando ainda exerciam seus mandatos como vereadores. Uma análise inicial dos perfis selecionados revelou que muitos dos conteúdos publicados no *Instagram* são replicados por esses parlamentares em outras mídias, como *Twitter* e *Facebook*, demonstrando repetições de publicações entre diferentes plataformas. Portanto, a escolha do *Instagram* como foco desta pesquisa não compromete o estudo deste fenômeno social, político e midiático, mas contribui para definir um recorte metodológico necessário para entender como esses parlamentares expressam suas posições políticas em meios digitais sobre questões de gênero, sexualidade e direitos da população LGBTQIAPN+. Esse recorte metodológico permite focar a forma como os parlamentares comunicam suas posições políticas nas redes sociais sobre gênero e direitos LGBTQIAPN+, sem perder a representatividade e a profundidade necessárias para a compreensão do fenômeno estudado.

O estudo selecionou publicações nos *feeds* de notícias e *reels*, garantindo rastreamento e coleta para análise posterior. No entanto, a análise prévia indicou que muitos *stories* reverberam as publicações dos *feeds/reels*, assim, grande parte do conteúdo relevante já está contemplada. Nesse sentido, as publicações dos *stories* não foram incluídas devido à dificuldade de extração dos dados, já que se apagam em 24 horas. Para organização, criou-se uma planilha no *Excel* com *links*, temáticas,

---

<sup>30</sup> Fernando Holiday concorreu em 2022 pelo Novo. Atualmente ele está no Partido Liberal (PL).

palavras-chave, *hashtags* e observações das mensagens, além de cópias das postagens (*print-screen*) arquivadas por data. No *Instagram* de Holiday, foram analisadas 28 publicações em formato de imagem (como memes, prints, carrosséis e material de campanha) e 14 vídeos; no perfil de Jessicão, 32 imagens e 36 vídeos.

A análise metodológica do conteúdo publicado no *Instagram* pelos parlamentares selecionados nesta pesquisa levou em conta diversos elementos comunicativos, como imagens, vídeos, *links*, reportagens, entre outros textos e discursos que buscam descrever e atacar as questões de gênero e as políticas LGBTQIAPN+. Observam-se as abordagens empreendidas em relação às demandas identitárias e políticas da comunidade LGBTQIAPN+, bem como seus direitos como cidadãos. Além disso, analisou-se como os parlamentares, ao se posicionarem à direita do espectro político e como conservadores, abordam as tensões entre a sexualidade e o combate à política LGBTQIAPN+.

Buscou-se identificar, na comunicação política e eleitoral, aspectos dos microfascismos nas dimensões de gênero e digital (Bratich, 2022; Butler, 2024; Tiburi, 2020). A partir dos perfis escolhidos, foi examinada a plataforma do *Instagram* para entender como é utilizada em práticas de microfascismos digital e de gênero.

#### 4.3.1 Fernando Holiday (PL-SP)

Fernando Holiday Silva Bispo é um homem negro e bissexual<sup>31</sup>, nascido em 22 de setembro de 1996 em Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo. Atualmente o parlamentar exerce o seu segundo mandato como vereador em São Paulo. Holiday fez história ao se tornar o primeiro vereador LGBTQIAPN+ a ocupar uma cadeira no legislativo municipal da maior cidade do Brasil. Em 2016, foi o 13º vereador mais votado da cidade de São Paulo, eleito pelo partido Democratas com 48.055 votos (São Paulo, 2016).

Holiday é filho de uma auxiliar de limpeza, estudou em escola pública e teve uma infância marcada pela ausência do pai, que desapareceu em abril de 1997, pouco depois de seu nascimento. Posteriormente, mudou-se para Carapicuíba, Cohab 5, uma região metropolitana e periférica de São Paulo, onde viveu até iniciar sua carreira

---

<sup>31</sup> Durante as eleições de 2022, Holiday se identificava como um homem gay, inclusive essa identificação aparece em sua campanha eleitoral. No primeiro semestre de 2023, ele passou a se identificar como um homem bissexual.



política. Em 2022, durante seu mandato, se formou em História pela Universidade Presbiteriana Mackenzie<sup>32</sup>. Em suas redes sociais, apresenta-se como "professor, historiador, analista político, católico e vereador de São Paulo"<sup>33</sup>.

O vereador viveu uma situação comum a muitas crianças negras no Brasil, que cresceram na periferia, com mães solteiras e/ou pais ausentes. Essas são as cicatrizes do racismo e do machismo nas estruturas sociais brasileiras. A sua imagem pública é construída a partir desses marcadores como raça, classe e sexualidade, que ele utiliza para validar seus discursos políticos conservadores<sup>34</sup>.

Declara-se um grande admirador de Billie Holiday, cujo sobrenome foi escolhido em referência à cantora. Ele considera suas músicas, como "*Strange Fruit*", que faz referência aos negros enforcados no sul dos EUA em meio aos conflitos do *apartheid* racial no país, uma fonte de inspiração. Holiday também expressa apreço por Martin Luther King, embora ressalte que as ideias político-ideológicas do ativista não representam as suas (Holiday, 2022i).

A inclusão dessas referências negras no diálogo pode surpreender aqueles que estão familiarizados com a trajetória política de Holiday, marcada pela oposição às principais pautas do movimento negro, incluindo o sistema de cotas raciais. O vereador acredita que esse sistema instituiu no Brasil uma espécie de "tribunal racial" e compara as bancas de heteroidentificação às políticas eugênicas nazistas, no que diz respeito à definição fenotípica para o estabelecimento de critérios e hierarquias raciais (Holiday, 2022j).

Em declaração realizada em entrevista no podcast Mano a Mano (2021), ele contou que sua primeira lembrança de um incidente racista ocorreu quando tinha seis anos. Na ocasião, um colega branco se recusou a brincar com ele, alegando que tinha medo de que crianças negras roubassem seus brinquedos, conforme seus pais teriam alertado. Fernando Holiday concorda que a cor da pele pode ser um fator de rejeição. No entanto, ele discorda das políticas do movimento negro em relação às soluções para os problemas raciais.

---

<sup>32</sup> O Mackenzie é uma instituição de ensino com tradição evangélica e conservadora, que ofereceu ao menos dois de seus quadros para o comando do Ministério da Educação no governo Bolsonaro.

<sup>33</sup> Biografia publicada em seus perfis oficiais no *Instagram* e *Twitter*. Acesso em: 24 out. 2021.

<sup>34</sup> Ver o vídeo "Conheça minha trajetória", publicado no início da campanha eleitoral de 2022 (Holiday, 2022h).

Sua carreira política se desenvolveu em uma organização ligada aos movimentos reacionários de direita, o MBL — Movimento Brasil Livre, que foi um ator importante no contexto do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Considerando as controvérsias em seus discursos políticos, Holiday já afirmou não imputar à ex-presidenta nenhuma responsabilidade direta em atos de corrupção, mas tem “convicções” de que o seu governo propiciou um ambiente favorável à prática corrupta, além de ter cooptado o Congresso brasileiro com o objetivo de enfraquecer o regime democrático (Mano a Mano, 2021). Ele afirma não se arrepender de ter sido favorável à sua destituição. Também defendeu o *impeachment* do ex-presidente Bolsonaro no contexto da crise sanitária de 2020, que resultou em mais de 700 mil mortes de brasileiros pela pandemia da Covid-19. Muitas dessas vidas poderiam ter sido salvas se o então chefe do executivo não tivesse promovido uma política antivacina e contrária às medidas sanitárias de distanciamento social. Naquele momento, Holiday concordava com as críticas contra as práticas negacionistas de membros do governo federal.

Rousseff foi afastada da presidência em 31 de agosto de 2016, no mesmo ano em que o MBL elegeu sete vereadores e um prefeito, por partidos de direita e centro-direita (Libório, 2016), como Fernando Holiday pelo Democratas<sup>35</sup>. O vereador deixou o partido após divergir em uma votação sobre o transporte por aplicativos, o PL 419/18, que pretendia restringir o uso de plataformas como Uber e 99 na cidade. Na ocasião, ele rasgou sua ficha de filiação ao partido, que o expulsou no dia seguinte. Holiday se filiou ao Patriota, pelo qual foi reeleito nas eleições de 2020, sendo o quinto vereador mais votado de São Paulo, com 67.715 votos (Veja [...], 2020b).

No começo de 2021, Holiday decidiu deixar o MBL, entre outras razões, para focar a causa LGBTQIAPN+ e o combate ao aborto<sup>36</sup>. Nesse mesmo ano, foi expulso do Patriota por desobedecer a direção do partido e não apoiar Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara Federal. Lira contava com o apoio do governo Bolsonaro, que era alvo de fortes críticas de Holiday, principalmente depois que Sérgio Moro saiu

---

<sup>35</sup> O partido Democratas é o extinto PFL, um partido que sempre se manteve à direita do espectro político, quando não com acenos à extrema-direita, seja em seu apoio e participação no governo Bolsonaro ou ainda durante a ditadura militar no Brasil, quando o partido ARENA deu sustentação ao regime. Quando parte do PSL rompeu com o Bolsonaro, o partido fundiu-se ao Democratas e criou o atual União Brasil.

<sup>36</sup> O vídeo "Nota de esclarecimento sobre minha saída do MBL", publicado no YouTube de Fernando Holiday, foi acessado para esta pesquisa em 5 de nov. de 2022, e posteriormente excluído pelo administrador da página.

do Ministério da Justiça. Nesse cenário, Bolsonaro cogitava se filiar ao Patriota para disputar as eleições de 2022, e Holiday entendeu a expulsão como uma represália à sua oposição ao governo (Zanini, 2021). Ele então manifestou seu apoio à candidatura de Marcel Van Hattem (Novo-RS) para a presidência da Câmara e posteriormente se filiou ao partido Novo para concorrer a uma vaga de deputado federal, mas perdeu a eleição com pouco mais de 38 mil votos (Veja [...], 2022).

Holiday se tornou um crítico do bolsonarismo, seguindo uma parcela da direita paulista liderada pelo então governador de São Paulo, João Dória (PSDB), que se afastava do governo federal por divergências sobre a condução da pandemia da Covid-19. Em um *tweet* feito em junho de 2020, Holiday diz que o presidente se eximiu das suas responsabilidades diante da crise sanitária, ocultou dados sobre mortes por Covid-19 e não apresentou reformas liberais contra a crise econômica<sup>37</sup>. Embora tenha se arrependido de apoiar Jair Bolsonaro em 2018 (Declaração realizada em entrevista no podcast Mano a Mano, 2021), Holiday declarou apoio ao presidente nas eleições de 2022 e usou suas redes sociais no segundo turno para defender sua reeleição e manter um governo conservador e liberal.

Figura 13 — Gays com Bolsonaro



<sup>37</sup> O *tweet* foi acessado no perfil de Fernando Holiday no contexto de coleta da materialidade desta pesquisa em 5 de nov. de 2022, e posteriormente excluído pelo administrador da página.

Fonte: Holiday (2022k).

Após a derrota para o cargo de deputado federal nas eleições de 2022, Holiday saiu do partido Novo e se filiou ao Republicanos. Ele comemorou a sua entrada em um partido alinhado com os ideais de direita (Holiday, 2022l) e fez duras críticas ao ex-presidente, João Amoedo (Novo), acusando-o de incompetente, desonesto e de destruir as bases da sigla (Mathias, 2022).

Em julho de 2023, Holiday saiu do Republicanos (Holiday, 2023f) em direção ao Partido Liberal, do ex-presidente Jair Bolsonaro. No evento de filiação, o vereador fez uma analogia à metáfora do “filho pródigo” para justificar o seu retorno ao núcleo bolsonarista depois do seu afastamento. Esse retorno, porém, não agradou o filho do ex-presidente e vereador, Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), que criticou a reaproximação daqueles que em outros momentos falaram mal do governo liderado pelo seu pai (Agostine, 2023).

Ainda nesse evento, Fernando Holiday afirmou, referindo-se ao ex-presidente, que a imprensa sempre tentou atribuir-lhe a imagem de homofóbico e racista (Holiday, 2023g). Agora, com sua filiação ao partido — sendo ele um homem negro e “*meio gay*” — essas acusações não fariam sentido. Durante seu discurso, Bolsonaro mandou um “abraço hétero” para Holiday. No *Instagram*, Holiday classificou essa interação como uma “brincadeira saudável”.

Figura 14 — “Brincadeira sadia, talkey?”



Fonte: Holiday (2023g).

A relação do vereador com Bolsonaro e aliados se estreita principalmente em pautas conservadoras e de costumes. Entre as questões de afinidade entre o vereador

e o ex-presidente Jair Bolsonaro estão o combate à "ideologia de gênero" e a defesa de uma ideia binária de sexo-gênero e do ideal de família monogâmica cristã.

O vereador afirmava viver uma homossexualidade abstêmia, acreditando que não se relacionar com outros homens é uma forma de viver sem pecado, apesar do desejo constante por pessoas do mesmo sexo. Segundo ele, essa é a única opção para quem é homossexual e deseja participar da igreja católica (Thomaz, 2018).

As discordâncias de Holiday em relação às políticas LGBTQIAPN+ tornam-se evidentes por meio da observação de sua atuação legislativa na Câmara Municipal. Durante seu primeiro mandato, Holiday se destacou como um dos principais articuladores do projeto Escola Sem Partido na Câmara de São Paulo, com o objetivo de combater o que eles entendem como doutrinação ideológica nas escolas. Ele é o autor do Projeto de Lei — PL 222/2017, que visava instituir esse programa no sistema municipal de ensino. Ele alega preocupação de que as escolas públicas brasileiras, inclusive no ambiente universitário, promovam a alienação ideológica em prol das perspectivas e intelectuais de esquerda. Além disso, diz ter receio, alimentado por religiosos conservadores, de que as escolas e os professores estejam livres para abordar temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, comumente associados às reivindicações e teorias ideológicas da esquerda.

Fernando Holiday apoia candidatos evangélicos conservadores, como o senador Magno Malta, reeleito em 2022 no Espírito Santo, que atuou sistematicamente contra a proposta de Lei 612/2011, que visava alterar o Código Civil para tirar referências de gênero sobre casamento ou união estável (Faria, 2018). Além disso, Holiday é o autor do PL 291/2017, que propõe alterações na lei 13.288/2002 para modificar o conceito de assédio moral, incluindo a coação ideológica. Ele também é responsável pelo PL 52/2021, que estabelece "medidas protetivas ao direito dos estudantes do município de São Paulo ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino". Esse projeto é uma resposta ao que seria o efeito da "ideologia de gênero" e/ou o ensino da linguagem não binária nas escolas.

Holiday encampou o controverso PL 84/2019, que autoriza o ensino domiciliar na Educação Básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e médio para menores de 18 anos. Esse projeto também surge em meio às polêmicas sobre a retórica da "ideologia de gênero" e o controle e protagonismo do Estado na educação

infantil. Ele é signatário e partícipe do projeto de resolução que cria a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, da Família e do Direito Natural. Esse projeto se posiciona contra quaisquer propostas que promovam arranjos familiares diferentes do que consideram como família "natural", excluindo, sob a ótica cristã, famílias homoafetivas.

Após a parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de 2023, Holiday apresentou um projeto de lei no âmbito municipal com o objetivo de proibir a participação de crianças e adolescentes no evento. O Projeto de Lei 01-00325/2023 prevê que, em caso de descumprimento, pais e organizadores poderão ser multados. Para Holiday (2023j), a parada "é quase uma festa sexual ao ar livre", que se transformou em pura e simples depravação. "A luta por respeito, a defesa da continuidade da união civil, a luta contra a violência, contra o preconceito etc." não fariam parte desse evento. Ali, crianças a partir de cinco anos ficariam expostas a homens *seminus* simulando sexo. Segundo ele, a Vara da Infância e Juventude não age nesses episódios, mas proíbe a presença de adolescentes em shows sertanejos.

Destacam-se duas propostas antagônicas às reivindicações do movimento negro. Uma delas é o projeto de decreto legislativo PDL 48/2017, que susta partes do decreto 57.557/2016. Este decreto regulamenta a lei 15.939/2013, que se refere às cotas raciais para o ingresso de negros no serviço público municipal. Há também o projeto de lei, PL 19/2019, que tem como objetivo revogar as leis de cotas raciais na cidade de São Paulo.

Não obstante, Holiday é um homem negro, oriundo da periferia, e reivindica esses lugares de fala para se opor ao sistema de cotas raciais no Brasil. O vereador entende que essa política afirmativa atualiza lógicas de preconceito e exclusão raciais. Ele traz como exemplo as bancas de heteroidentificação, que, segundo ele, por utilizarem critérios como cor da pele e características fenotípicas no sistema de seleção, podem aprofundar ainda mais os preconceitos sociais e a divisão entre negros e brancos. Ao longo de sua trajetória política, ele defende as cotas sociais em detrimento das raciais.

O estilo de Holiday nas redes sociais, inclusive no plenário, é marcado por ser intenso, crítico e combativo. Seguindo uma estética de *youtuber* típica do MBL, Holiday frequentemente provoca acalorados debates durante as gravações de conteúdos audiovisuais em espaços políticos, universitários e midiáticos. Nesses

vídeos eles questionam pessoas sobre temas como feminismo, cotas raciais e políticas LGBTQIAPN+ com o objetivo de desafiar seu posicionamento político e apontar possíveis incoerências<sup>38</sup>.

A Bancada Feminista do PSOL denunciou o vereador Fernando Holiday (Novo) e seu coordenador político, Lucas Pavanato, à CPI da Transfobia<sup>39</sup>. A denúncia foi motivada por um vídeo no *Instagram*, em que Pavanato critica a recusa de mulheres bissexuais e lésbicas em se relacionarem com pessoas trans, afirmando que só existem dois sexos biológicos. Holiday compartilhou o vídeo, reforçando a opinião de Pavanato. A Bancada acusa ambos de propagarem discurso de ódio e associarem a imagem de pessoas trans ao estupro (Bancada [...], 2021).

#### 4.3.2 Jessicão: a opressora

Jéssica Ramos Moreno, mais conhecida como Jessicão, é uma mulher branca, lésbica e a primeira vereadora LGBTQIAPN+ da história de Londrina, no Paraná, com 2.523 votos pelo PP em 2020 (Veja [...], 2020a) e reeleita em 2024 com 15.057 votos (Londrina [...], 2024). Ela tem o ensino médio e trabalhou como segurança (Câmara Municipal de Londrina, [2023]). Lidera o Movimento Direita Paraná, faz parte do Movimento Direita Londrina e ganhou notoriedade ao participar de protestos em sua cidade pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Foi se opondo ao governo petista que ela se tornou popular nas redes sociais e na política de Londrina.

---

<sup>38</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cha0dEbl12a/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

<sup>39</sup> A CPI da Transfobia, presidida pela vereadora Erika Hilton (PSOL), investiga a violência contra pessoas trans e travestis.

Figura 15 — TBT de Jessicão “Fora Dilma”



Fonte: Jessicão (2022h).

Figura 16 — Número de Bolsonaro



Fonte: Jessicão(2022i).

Londrina é a segunda maior cidade do Paraná. A preferência eleitoral pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ficou evidente no resultado do segundo turno das eleições de 2022 na cidade. O candidato à reeleição teve 72,86% dos votos válidos, o que equivale a 225.349 votos. Por sua vez, o candidato Lula teve 27,14%, ou 83.923 votos



(Londrina [...], 2022). Esses dados são relevantes para compreender o cenário social e político no qual a parlamentar atua, seu lugar de fala e as condições de possibilidade, de adesão e circulação de seus discursos conservadores, bem como o perfil de eleitores que ela irá representar.

O PP, o partido que a elegeu, faz parte do grupo que apoia o governo Bolsonaro, tendo inclusive se coligado com ele nas eleições presidenciais de 2022. Apesar de hoje defender fortemente o combate à corrupção, o PP foi um dos quatro partidos com mais pessoas presas e/ou denunciadas no caso da Lava Jato, operação que levou à prisão do ex-presidente Lula (Schreiber, 2022). O partido também integrava a base dos governos Lula e Dilma, antes de romperem nos desdobramentos do *impeachment* da ex-presidenta Dilma.

Em 2022, Jessicão concorreu ao cargo de deputada federal pelo PP com o número 1120, que era o mesmo que Bolsonaro usou nas suas três candidaturas a deputado federal pelo Rio de Janeiro (FIG. 16). Bolsonaro é um político que ela respeita e apoia desde as eleições de 2018, por compartilhar os mesmos valores e ideias.

Jessicão tem o hábito de vestir coletes na cor bege, que podem ter estampas diferentes dependendo do modelo. Em um dos lados, a bandeira do Brasil e seu cargo político "Vereadora de Londrina". No outro lado, o emblema utilizado pela Força Expedicionária Brasileira, FEB, na luta contra o Nazismo no final da Segunda Guerra Mundial.

Na parte de trás do colete, está estampado o *slogan* de sua campanha, "Jessicão, a opressora". Por baixo, Jessicão costuma vestir uma camisa de malha simples, fazendo referências ao Brasil ou usando camisas em apoio ao presidente Bolsonaro. É interessante refletir sobre esse codinome que Jessicão adotou, "a opressora", que é o oposto de vítima. Faz-se referência à sua posição antagônica não apenas à ideia de LGBTQIAPN+ como uma minoria oprimida e afetada por relações de poder, mas principalmente se coloca no lugar de quem oprime. Ela é a opressora que vai lutar contra a "militância colorida", como costuma se referir ao movimento político LGBTQIAPN+.

Em sua participação no programa Pânico, da Rede Jovem Pan (Lito [...], 2021), Jessicão afirma que, antes de ingressar na política, trabalhava como mototaxista em Londrina. Durante esse período, teve seu primeiro contato com manifestantes

contrários ao governo do PT, o que despertou seu interesse pela política. Ao se posicionar contra o PT pela primeira vez, sofreu retaliações de uma amiga, também lésbica, o que a levou a questionar a adesão imediata à esquerda por causa de sua orientação sexual. A vereadora afirma que, apesar de ser lésbica, nunca precisou de ninguém para se defender e se opõe veementemente à vitimização de pessoas LGBTQIAPN+ por sua sexualidade.

Figura 17 — Jessicão no programa Pânico



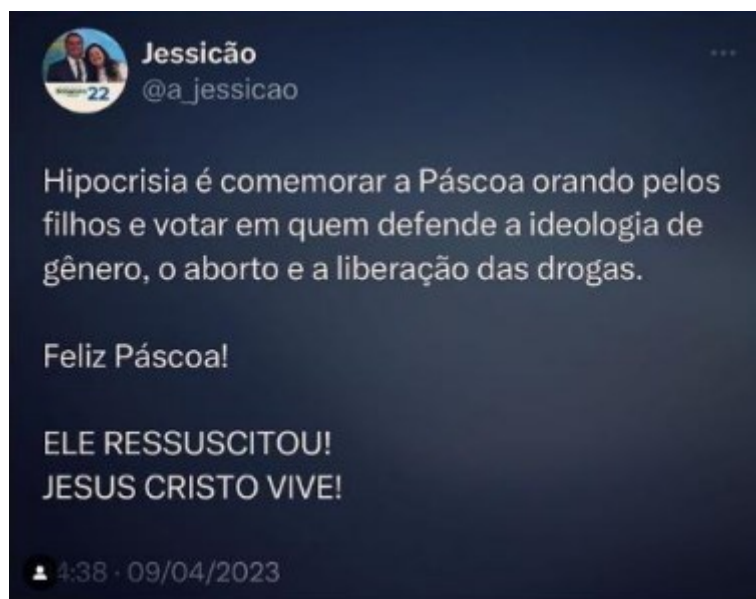
Fonte: Jessicão (2022j).

Em relação ao seu mandato como vereadora, Jessicão afirma que, embora goste de atender às necessidades dos cidadãos, também se dedica bastante à parte ideológica. Isso inclui o enfrentamento de questões como a dos banheiros *unissex*, a criação do Conselho LGBTQIAPN+ em Londrina e a oposição à criação de uma clínica de apoio às pessoas transexuais e travestis pela prefeitura. Todas essas pautas são vistas em contraposição à “ideologia de gênero”, que, segundo Jessicão, acaba “bagunçando tudo”. Ela argumenta que o casamento entre pessoas do mesmo gênero é arbitrário, pois foi uma decisão da Suprema Corte e não seguiu o devido processo legislativo.

A vereadora diz que políticas pró-LGBTQIAPN+ interferem na aposentadoria, pois a mudança de gênero pode reduzir o período de contribuição e gerar fraudes no sistema. Ela teme que tais políticas coloquem em risco a segurança das pessoas, abrindo espaço para a pedofilia e o incesto, especialmente em relação ao banheiro *unissex*, permitindo a entrada de homens que alegam se identificar como mulheres para violentá-las ou abusá-las. Em suma, adota-se um discurso fortemente conservador, fundamentado em LGBTQIAPN+fobias e imaginários historicamente associados às homossexualidades para aderir ao discurso reacionário contra a “ideologia de gênero”.

Jessicão acredita que, ao normalizar as transgressões de gênero, em breve se normalizará a pedofilia. A vereadora diz, sem indicar nenhuma fonte de informação, que já ocorreram casos em que o marido agressor alegou se identificar como mulher para não ser enquadrado na Lei Maria da Penha. Ela também afirma que houve um caso em que um homem que se identifica como mulher agrediu uma feminista porque esta não se sentiu confortável em compartilhar o mesmo banheiro. Segundo Jessicão, a força dessas pautas vem de parte da militância LGBTQIAPN+, cujo objetivo final "é sempre bagunçar tudo e colocar fogo no parquinho" (Lito [...], 2021). Esses relatos, pelo menos durante a entrevista, não foram confrontados e/ou verificados pela equipe do programa, nem foram disponibilizadas fontes verificáveis dessas informações.

Figura 18 — Páscoa e “ideologia de gênero”



Fonte: Perfil de Jessica no *Instagram*.<sup>40</sup>

Jessicão propôs vários projetos de lei que visam enfrentar os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente das pessoas trans e travesti, buscando impedir o reconhecimento de sua identidade de gênero e o exercício de sua cidadania. Argumenta-se combater o que os neoconservadores chamam de “ideologia de gênero” e, conseqüentemente, a destruição dos valores cristãos, da família e da sociedade brasileira.

A vereadora é autora do PL120/21, que quer proibir o uso de novas formas de flexionar o gênero na língua portuguesa em escolas e bancas examinadoras de seleção e concursos públicos. Busca-se estabelecer medidas que incluem sanções aos servidores que ensinem a chamada “linguagem neutra” direta ou indiretamente. As denúncias devem ser enviadas à Corregedoria do Município de Londrina. O infrator pode receber uma advertência ou ter o alvará de funcionamento da escola suspenso.

Ela também é autora do PL 240/21, que visa impedir a montagem, adaptação e uso compartilhado de banheiros por pessoas de sexos biológicos distintos em todos os lugares comerciais, educacionais e públicos da cidade, sob o perigo de infrações que podem variar de sanções administrativas à interrupção da licença de funcionamento.

---

<sup>40</sup> Imagem publicada no perfil de Jessica no *Instagram* em 9 de abr. de 2023 e posteriormente excluída pela administração da página.

Em outro projeto de Lei, PL 207/21, a vereadora defende a proibição explícita de atletas identificados em desacordo com seu sexo biológico de integrarem equipes do município que tenham recebido algum tipo de auxílio da prefeitura, como patrocínio, apoio institucional, entre outros. O texto diz no artigo 1, parágrafo 2:

Para efeito de aplicação desta Lei, define-se como sexo biológico de seu nascimento “Feminino” ou “Masculino”, prevalecendo assim a proibição da participação de atleta cujo gênero seja identificado em contrariedade ao sexo biológico de seu nascimento: Gay, Lésbica, Bissexual, Pansexual, Intersexual, Assexual, Transexual, Agênero, não binário de gênero, Cisgênero, Transgênero, Travesti, entre outros (Londrina, 2021a).

O projeto de lei também estabelece no artigo 2 a impossibilidade de emissão de alvará para a realização de eventos e competições que admitam pessoas com identidade de gênero divergente do sexo biológico (Londrina, 2021a). Além disso, o PL 185/21 impede a publicidade que “faça referência a gênero e orientação sexual, bem como movimentos sobre diversidade sexual relacionados às crianças e adolescentes, sob pena de multa e fechamento do estabelecimento” (Londrina, 2021b). Por último, o PL 95/22 busca vetar, na cidade de Londrina, a venda de produtos alimentícios em formato de órgãos sexuais em bares, lanchonetes, trailers e similares, sob o risco de multa e suspensão do alvará.

Jessicão também questiona o prefeito de Londrina sobre a realização da Semana Megg Rayara, que promove debates sobre políticas e cultura LGBTQIAPN+, através do pedido de informação PI 0413/21. Ela questiona como o evento foi conduzido, se houve edital público, quanto a prefeitura investiu, quem organizou, qual órgão municipal foi responsável, de onde saiu o dinheiro, como foram contratados artistas e palestrantes e como foi o material usado no evento, que seria voltado para pessoas maiores de 12 anos. Ela pede que sejam enviados à Câmara documentos, imagens, vídeos, materiais impressos e a prestação de contas detalhada do evento para que se possa verificar o material produzido.

Para Jessicão, a Parada LGBTQIAPN+ tem se mostrado um local inapropriado para crianças. Ela afirma que nesse evento há muitas pessoas alcoolizadas, seminuas, fazendo sexo ao ar livre e usando drogas. A vereadora apresentou um projeto de Lei na Câmara Municipal de Londrina, PL 158/23, com o objetivo de proibir a participação de crianças e adolescentes nesse evento. No projeto, nem mesmo crianças acompanhadas pelos pais poderão participar, sob o risco de serem responsabilizadas criminalmente. Quanto ao apoio do poder público, a vereadora

discorda. Ela também critica a realização do evento em via pública e diz que a Parada precisa ser um evento privado, uma vez que visa atingir um público específico, minoritário e é organizado para agradar o ego de algumas pessoas.

Jessicão faz parte das comissões que debatem os Direitos Humanos do Nascituro, da Criança, do Adolescente e da Juventude; e que fiscalizam e acompanham a Doação de Bens Públicos. A parlamentar se apresenta nas redes sociais como uma pessoa firme, combativa e desafiadora. A sua forma de se vestir, que remete a ideais nacionalistas e a uma estética militar, reforça essa imagem.

A vereadora tem milhares de seguidores em suas contas no *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e *YouTube*, que ela usa para divulgar sua campanha e sua atuação política. No período de eleições, nota-se que as redes sociais de Jessicão estão alinhadas com as propostas do governo Bolsonaro, assim como com sua retórica extremista. Suas postagens reverberam constantemente os assuntos e as controvérsias que estão em pauta, sempre tentando apoiar ou reforçar as questões ideológicas defendidas pelo bolsonarismo.

#### **4.4 Métodos para a análise dos Dados**

Para desenvolver esta pesquisa baseada na análise de conteúdo qualitativa, foi realizada uma observação crítica detalhada de textos, imagens e vídeos das postagens compartilhadas em seus perfis no *Instagram*. Primeiramente, as legendas das postagens foram examinadas para identificar temas, padrões e categorias recorrentes, permitindo uma compreensão das mensagens textuais. Além disso, as *hashtags* foram analisadas para entender como elas categorizam e conectam as postagens a tópicos mais amplos, enquanto as marcações de usuários podem revelar redes de interação e influência. Essas e outras ferramentas do *Instagram*, como legendas, *hashtags*, marcações e *gifs*, fornecem camadas adicionais de sentidos que são essenciais para uma análise qualitativa abrangente e permitem uma interpretação mais rica e detalhada das postagens na plataforma.

Em seguida, as imagens foram analisadas quanto aos elementos visuais, como cores, objetos, pessoas e cenários, como também os discursos políticos e ideológicos que emergem dessas imagens a fim de identificar significados e mensagens subjacentes. Por fim, os vídeos foram estudados considerando os elementos

audiovisuais, incluindo diálogos, música, gestos e expressões faciais, elementos ficcionais e imaginários que podem trazer indícios das estratégias comunicativas, políticas e ideológicas mobilizadas no *Instagram*.

Os métodos de análise foram adaptados para lidar com as especificidades da plataforma e com o fenômeno de pesquisa, que combina elementos visuais, textuais e audiovisuais. A análise qualitativa envolveu a observação minuciosa de legendas, *hashtags*, marcações entre outros elementos simbólicos e discursivos que permitem compreender as nuances das mensagens textuais. Já as imagens foram estudadas com o objetivo de identificar os significados implicados nas representações sobre o movimento e a política LGBTQIAPN+, sobretudo quanto à identidade, cidadania e direitos das pessoas trans e travestis. Para os vídeos, elementos audiovisuais como diálogos, composição, símbolos, imagens, elementos ficcionais e imaginários foram considerados. As dinâmicas das redes sociais foram analisadas para entender como as postagens circulam e podem influenciar a opinião pública, de modo a permitir uma visão objetiva e factível em relação às estratégias de comunicação no *Instagram*.

A pesquisa de Bonoto (2023) exemplifica como uma análise empreendida no *Instagram* pode contribuir para suscitar reflexões sobre o fenômeno de desinformação na contemporaneidade, que também permeia algumas camadas desta pesquisa. Muitas informações falsas frequentemente se baseiam em informações verdadeiras, porém distorcidas, o que possibilita interpretações equivocadas em relação a determinadas temáticas, como em relação à “ideologia de gênero”. Segundo a autora, essas características são exploradas por atores políticos e influenciadores para legitimar discursos e narrativas que reforçam a polarização entre “nós” e “eles”, “bem” e “mal”, característicos das ações da extrema-direita. A observação crítica permitiu identificar a manipulação das informações e o impacto dessas narrativas na opinião pública, ilustrando a eficácia das estratégias de comunicação utilizadas na plataforma.

A multimodalidade da plataforma do *Instagram*, que combina uma diversidade de imagens, vídeos, textos, memes, emojis etc., pode facilitar a criação de conteúdos de desinformação, que passam despercebidos por grande parte do público. Bonoto (2023) observa como essa plataforma foi instrumentalizada para disseminar desinformação sobre a “ideologia de gênero”, bem como o impacto dessa estratégia na opinião pública durante as eleições de 2022. As publicações analisadas não apenas apontam para a manipulação das informações, mas também o reforço da

polarização política e a criação de um ambiente polarizado, de antagonismo e desconfiança.

Outra conclusão de Bonoto (2023) ao olhar para essas publicações no *Instagram* diz respeito à utilização de teorias da conspiração, que oferecem narrativas alternativas às hegemônicas e sugerem a existência de planos secretos para destruir valores tradicionais. Essas teorias são particularmente eficazes em contextos de alta polarização política, em que o público já está predisposto a acreditar em informações que confirmem suas crenças pré-existentes. A combinação desses fatores cria inúmeras camadas de sentidos e é capaz de facilitar a manipulação da percepção dos usuários e a propagação de interpretações equivocadas.

As estratégias de legitimação identificadas por Bonoto (2023) incluem a circulação e associação de mensagens combativas à reputação de figuras públicas, como políticos e líderes religiosos; a utilização de argumentos aparentemente lógicos para “comprovar” os perigos da “ideologia de gênero”; e uma avaliação moral, que polariza o debate entre “bem” e “mal”. A autora também observa a construção de narrativas que associam a “ideologia de gênero” a ameaças como a pedofilia.

Em diálogo com Bonoto (2023), compreende-se que a multimodalidade e a popularidade do *Instagram* o tornaram um ambiente propício para a análise de fenômenos midiáticos, sociais e até mesmo políticos na contemporaneidade. A plataforma não só facilita a disseminação rápida de informação, mas também permite a observação de padrões de interação e influência capazes de moldar a opinião pública. Por meio da análise crítica de textos, imagens e vídeos, como os abordados nesta pesquisa, é possível compreender as dinâmicas de desinformação, polarização e manipulação da percepção pública, bem como aquelas que carregam práticas culturais de microfascismos de gênero e digital.

A metodologia desta pesquisa, portanto, envolve a observação e interpretação detalhada das postagens, com foco nas questões propostas. Primeiramente, verificou-se em que medida o conteúdo está relacionado à política e/ou ao movimento LGBTQIAPN+. Em seguida, analisou-se como o sujeito, a política e o movimento LGBTQIAPN+ são retratados nas postagens. Avaliou-se também como o conteúdo ataca a cidadania e os direitos da população LGBTQIAPN+, especialmente mulheres trans e travestis. Além disso, buscou-se identificar os sentidos subjacentes às imagens em relação às identidades sexuais e de gênero. A pesquisa examinou como a



sexualidade dos parlamentares é articulada às pautas políticas que defendem e como as relações de gênero aparecem entrelaçadas ao conteúdo e posicionamento político.

#### 4.5 Considerações Éticas

O uso do *Instagram* e a seleção de perfis para análise apresentam desafios éticos consideráveis, especialmente quando a pesquisa envolve parlamentares em exercício de seus mandatos. Esses desafios podem incluir a retórica política dos parlamentares e a conscientização das experiências culturais e intelectuais desses atores políticos.

A análise de perfis pode revelar práticas de violência discursiva, como discursos de ódio e ataques pessoais e a coletivos que aumentam as tensões sociais e políticas. Por isso, esses desafios requerem uma abordagem ética que assegure a integridade dos resultados da pesquisa. Considera-se que, por serem parlamentares eleitos, no exercício de seus mandatos, que utilizam as plataformas de mídias digitais para se comunicarem publicamente com seus seguidores/eleitores e mantêm as suas publicações na plataforma do *Instagram* com acesso público, não se faz necessário obter consentimento informado sobre esta pesquisa. No entanto, é essencial destacar que, tanto do ponto de vista ético quanto científico, o tratamento e análise desta materialidade, que seguem preceitos científicos da análise de conteúdo em diálogo com os aportes teórico-metodológicos, são realizados de forma ética e respeitosa, ainda que seja necessário apontar controvérsias, incoerências, distorções e práticas de violência LGBTQIAPN+fóbica que se manifestam culturalmente em práticas de microfascismos digital e de gênero, possíveis de serem compreendidas dessa forma a partir dos aportes acionados nesta pesquisa.

Além disso, há questões relacionadas às esferas subjetivas, em que as falas tanto dos parlamentares como dos segmentos que se pretende atacar politicamente não devem ser tiradas de contexto, ainda que isso implique indicar aspectos controversos e práticas de violência em suas ações e comunicação políticas. Considera-se que tais ações políticas, discursivas e suas reverberações no *Instagram* podem influenciar a vida de milhares de pessoas e não podem ser negligenciadas, principalmente por se tratar de vereadores a serviço do poder legislativo municipal.

Destaca-se, portanto, que esta pesquisa levou em conta a importância desses atores políticos no contexto atual, pois ambos são figuras públicas com poderes conferidos por seus mandatos legislativos, que fazem uso dos seus perfis midiáticos, entre eles o *Instagram*, para divulgar pautas e ações políticas que afetam toda a população e, neste caso, especialmente, a população LGBTQIAPN+.

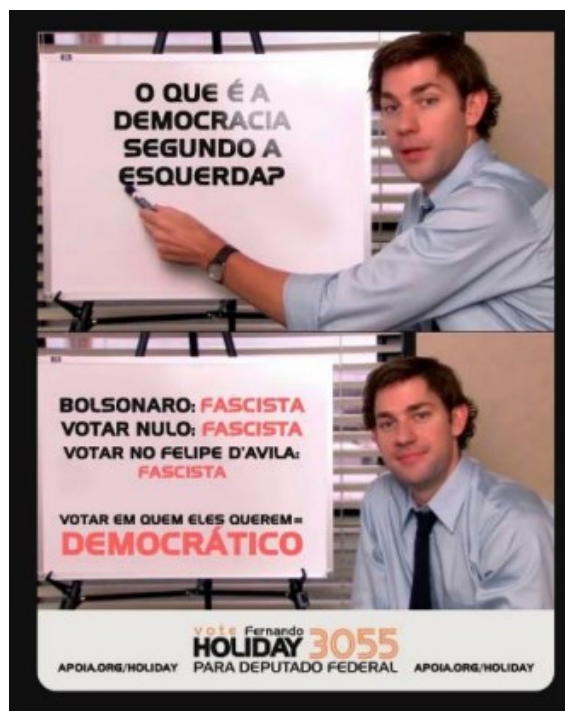
O uso do *Instagram* como ferramenta e estratégia política também levanta questões sobre transparência e ética. As estratégias de campanha eleitoral e de comunicação política, especialmente no *Instagram*, podem distorcer a realidade ou contribuir para a construção de uma imagem idealizada dessas lideranças políticas e de suas campanhas eleitorais, bem como reverberar preconceitos e alimentar imaginários historicamente construídos sobre as homossexualidades, como se dá a ver nesta pesquisa. Para mitigar essas limitações, a pesquisa adotou uma postura crítica e reflexiva, que levou em conta a veracidade e a autenticidade do conteúdo compartilhado, bem como o impacto das mensagens políticas, sobretudo, para as pessoas afetadas por essas relações retóricas, comunicativas, discursivas e de poder.

Considera-se produtiva a mobilização de metodologias da comunicação para a compreensão dos fenômenos culturais e políticos contemporâneos, especialmente no que se refere às práticas de microfascismos digital e de gênero em plataformas como o *Instagram*. A análise crítica e estratégica dos conteúdos compartilhados por perfis de parlamentares revelou como estas lideranças políticas utilizam a mídia social para exercer discursos que podem distorcer a realidade, alimentar preconceitos historicamente construídos e encampar uma agenda de obstrução e regressão de direitos. A pesquisa investigou as nuances dessas mensagens, considerando o contexto cultural, social e político, e buscou entender como essas práticas se configuram nessa ambiência e promovem polarizações e embates ideológicos e políticos pautados no enfrentamento às políticas LGBTQIAPN+. Ou seja, também foram considerados os movimentos autoritários e violentos no sentido de negar identidades de gênero dissidentes e incapacitar a política e o movimento LGBTQIAPN+. Dessa forma, os perfis selecionados na pesquisa exemplificam a complexidade e a relevância de estudar tais dinâmicas na comunicação digital contemporânea, principalmente em relação à política nacional.

## 5 MOVIMENTO ANALÍTICO

Muitos políticos brasileiros, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, o vereador Fernando Holiday e a vereadora Jessicão, já foram acusados de adotar comportamentos e discursos fascistas. Diante dessas acusações, certamente se questiona em que medida essas críticas podem fazer algum sentido, já que esses parlamentares muito provavelmente não concordam com as políticas de *apartheid* implementadas pelo nazifascismo, tampouco com o genocídio orquestrado pelo governo hitlerista, responsável pela eliminação em massa de milhares de pessoas, incluindo LGBTQIAPN+.

Figura 19 — Meme sobre o termo “fascista”



Fonte: Holiday (2022m).

Inúmeras críticas têm sido feitas a certa banalização do conceito de “fascismo”, em que o termo “fascista” não se reduz a um adjetivo pejorativo no sentido de desqualificar o outro, especialmente partidários da direita. As polêmicas quanto ao uso do termo geram debates intermináveis e dificultam a compreensão daquilo que é essencialmente importante para compreender e combater as manifestações do fascismo na atualidade, ou a micropolítica fascista permeada nas práticas culturais. Assim, desvia-se o foco das discussões sobre as questões concretas, sendo

necessário delinear o que realmente se perspectiva ao acionar o conceito de micropolítica do fascismo. Compreende-se que os microfascismos se espraiam pelas instituições, nos aparelhos e nas políticas de Estado, mas, principalmente, está entramado no cotidiano das pessoas, em suas práticas sociais e culturais.

Figura 20 — Acusações contra Holiday



Fonte: Holiday (2022n).

Figura 21 — Holiday odiado pela esquerda



Fonte: Holiday (2022o).

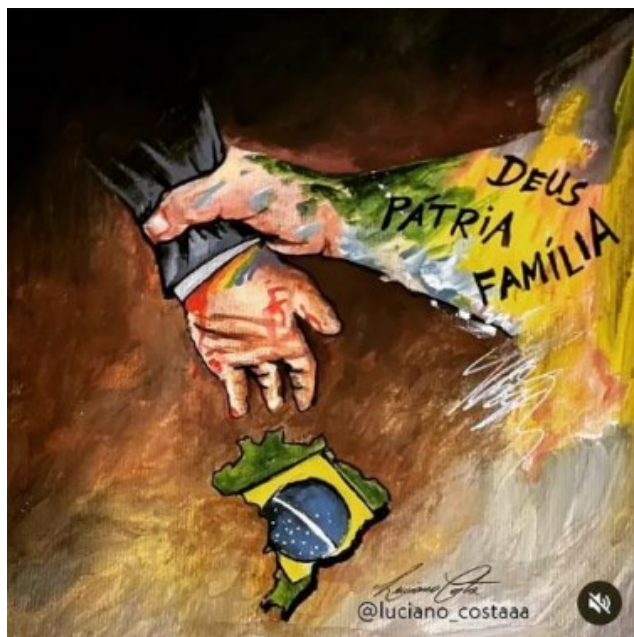
Nesse sentido, destaca-se que esta pesquisa não conclui e não caminha no sentido de verificar se os perfis no *Instagram* selecionados para a análise foram usados para promover ou se identificar com o nazifascismo europeu e/ou com suas políticas de morte. A apologia ao nazifascismo é crime no Brasil, embora haja inúmeros exemplos na política recente envolvendo simbologias e gestos controversos que possibilitam relativizar essa afirmação<sup>41</sup>.

No entanto, a questão não está em descobrir se Jessicão tem ou não consciência de que o lema “Deus, pátria e família”, mobilizado diversas vezes em suas publicações no *Instagram*, tem sua gênese na ideologia fascista e foi adotado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), em referência ao contexto do fascismo europeu,

<sup>41</sup> Durante a gestão Bolsonaro, alguns políticos foram acusados de realizar gestos controversos relacionados a supremacistas brancos e grupos neonazistas. Um acontecimento que foi destaque nas mídias jornalísticas é a foto do ex-ministro da Comunicação, Fabio Wajngarten, acusada de fazer alusão à outra fotografia de Joseph Goebbels, ministro da propaganda do regime nazista de Adolf Hitler. Goebbels desempenhou um papel crucial na disseminação da ideologia nazista e na criação da imagem pública de Hitler, utilizando os meios de comunicação para promover o antissemitismo e outras ideias do partido nazista. Outro caso foi o de Filipe Martins, assessor especial para Assuntos Internacionais, que fez um gesto considerado alusivo a movimentos racistas de supremacia branca durante uma sessão no Senado. Esses episódios geraram grande repercussão na mídia e levantaram preocupações sobre a influência de ideologias extremistas no governo.

buscando representar os valores cristãos tradicionais como referência para uma ideia de nação brasileira (Almeida, 2022). Tampouco se questiona a coerência de Fernando Holiday ao apresentar na Câmara Municipal de São Paulo o projeto de Lei 612/23, que instituiu no município de São Paulo o “Dia de Combate ao Antissemitismo e Fascismo”.

Figura 22 — Jessicão — Deus, pátria e família



Fonte: Perfil de Jessicão no *Instagram*.<sup>42</sup>

Ainda que se considere esses apontamentos, é inescapável perceber, no conjunto das publicações analisadas e que foram postadas em seus perfis no *Instagram*, os sucessivos ataques à identidade, à cidadania, à sociabilidade, à participação desportiva e aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, principalmente de transexuais e travestis. Esses ataques se baseiam em uma lógica eliminacionista, higienista e num modelo de *apartheid* social e político calcado nos microfascismos de gênero e digital e em suas manifestações LGBTQIAPN+fóbicas.

Adiante, a pesquisa visa demonstrar as manifestações microfascistas que aparecem nos interstícios das publicações analisadas. Inicialmente, aborda-se a identificação da população LGBTQIAPN+ e suas reivindicações políticas como ameaças à ordem social, à sociedade, às crianças e às famílias. Há um movimento

<sup>42</sup> Imagem publicada no perfil de Jessicão no *Instagram* em 26 de out. de 2022 e posteriormente excluída pela administração da página.

no sentido de identificá-las como perigosas e um mal a ser combatido, além de associá-las à “ideologia de gênero”, à esquerda e ao comunismo. Em seguida, será analisado o engendramento da agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ nessas publicações no *Instagram*.

A partir da análise de conteúdo qualitativa que se empreendeu sobre os *corpus* de pesquisa, identificou-se que as temáticas sobre diversidade sexual e de gênero giram em torno da suposta “ideologia de gênero” e suas consequências devastadoras para a sociedade. Entre as questões destacadas, identificaram-se cinco frentes de ataque em meio a essa ofensiva antigênero: (1) a identidade de gênero, e consequentemente a existência de crianças trans, (2) o uso de banheiros por pessoas trans segundo sua identidade de gênero, (3) a participação de mulheres trans nos esportes nas categorias femininas, (4) a linguagem não binária, (5) e o movimento LGBTQIAPN+, com ênfase nas paradas do Orgulho. A suposta “ideologia de gênero”, que aparece associada ao comunismo e a uma batalha entre o bem e o mal, atravessa todas essas polêmicas. Analisou-se como essas temáticas reverberam nos perfis de Fernando Holiday e Jessicão no *Instagram*, evidenciando nuances da violência LGBTQIAPN+fóbica e as manifestações de microfascismo de gênero e digital.

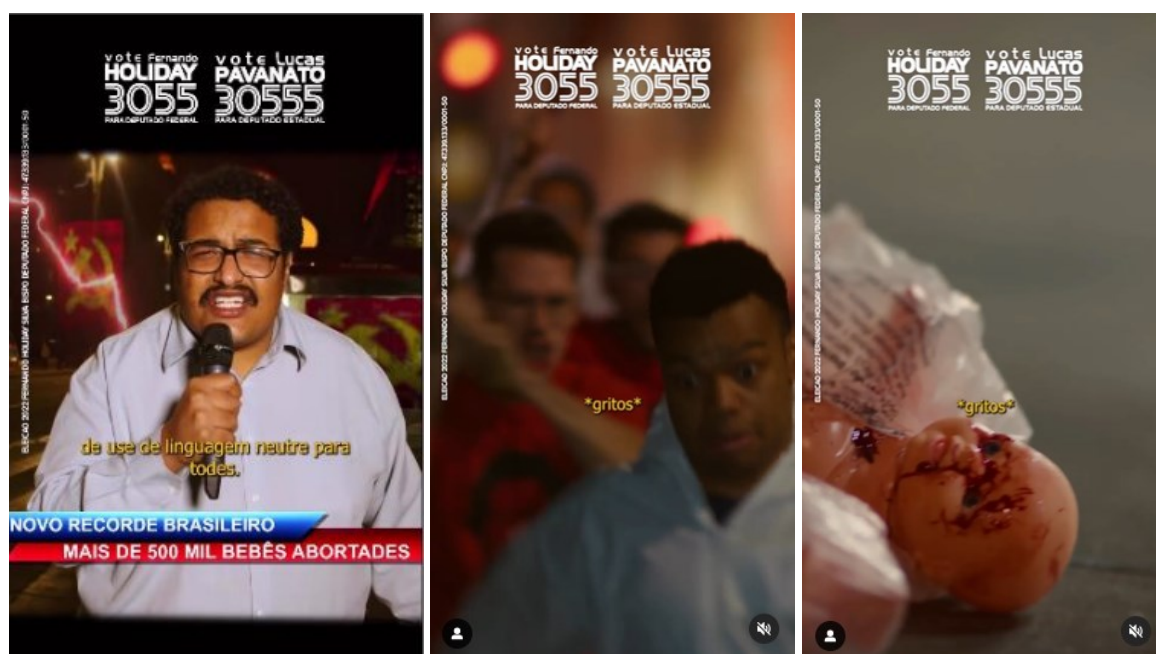
### **5.1 “Ideologia de gênero” e a batalha entre o bem e o mal**

Um vídeo produzido para a campanha eleitoral de Fernando Holiday e Lucas Pavanato nas eleições de 2022 retrata a narrativa enredada pelos perfis de Holiday e Jessicão no *Instagram* sobre os perigos das políticas LGBTQIAPN+, do feminismo, dos governos de esquerda, do comunismo e da “ideologia de gênero” para a sociedade brasileira (Holiday, 2022p). A história se passa em 2024 e retrata o Brasil após a vitória do PT. O ambiente é caótico e escuro, com símbolos comunistas misturados a uma fotografia de Lula como um líder supremo. Um repórter, ao vivo em rede nacional, informa à população que o Congresso acaba de aprovar a obrigatoriedade do uso de linguagem não binária para “*todes*” e que o Brasil teria atingido um novo recorde com “mais de 500 mil bebês *abortades* em quase dois anos de governo Lula”.

Nessa ficção, o repórter relata que pessoas perderam suas residências para movimentos sem-terra e que a fome, a inflação e a pobreza assolaram o país. O

repórter é empurrado por Holiday, que foge de manifestantes que querem atacá-lo. Esses manifestantes estão vestidos com uma camisa vermelha na qual os contornos da imagem de Lula estão estampados em preto. No chão, uma boneca suja de sangue simboliza as crianças mortas pelos abortos deliberados. Entre os manifestantes, um homem vestido de preto empunha uma arma e atira contra Holiday, fazendo-o cair no chão. O correligionário e candidato à Assembleia Legislativa de São Paulo, Lucas Pavanato<sup>43</sup>, aparece para socorrê-lo, mas Holiday não resiste e morre. Pavanato precisa usar um poder que lhe permite voltar no tempo, reencontrar Holiday para, então, lutarem juntos contra a vitória do PT e esse projeto político devastador.

Figura 23 — Prints do vídeo “De volta para o passado”



Fonte: Holiday (2022p).

O vídeo retrata Lula como um líder autoritário e seus militantes como violentos, utilizando o vermelho para simbolizar a esquerda. O discurso do repórter no vídeo conecta as pautas do movimento feminista, LGBTQIAPN+ e de esquerda,

<sup>43</sup> As mídias sociais de Fernando Holiday têm muitas publicações do seu amigo e aliado Lucas Pavanato, que perdeu a eleição para deputado estadual em 2022. Pavanato é um homem branco, jovem, evangélico, gay, conservador, bolsonarista, que faz política com Fernando Holiday alinhado às forças políticas dessa nova direita neoconservadora.



mencionando a imposição do aborto, da linguagem não binária e da “ideologia de gênero” como projetos de governo defendidos pelo PT.

Na narrativa construída por Holiday e Jessicão no *Instagram* durante o período analisado, o fantasma da “ideologia de gênero” e da ameaça comunista aparece fortemente vinculado às pessoas e políticas LGBTQIAPN+ (FIG. 1, FIG. 7, FIG. 18, FIG. 22, FIG. 23, FIG. 25, FIG. 30, FIG. 35, FIG. 36, FIG. 38, FIG. 55, FIG. 58, FIG. 77). O conjunto de publicações indica a construção de uma relação binária e conflituosa entre direita e esquerda, comunismo e liberalismo, Lula e Bolsonaro, LGBTQIAPN+ bons e ruins etc., que compõe o pano de fundo da agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ (FIG. 1, FIG. 7, FIG. 19, FIG. 21, FIG. 22, FIG. 23, FIG. 24, FIG. 25, FIG. 26, FIG. 29, FIG. 31, FIG. 32, FIG. 36, FIG. 38, FIG. 40, FIG. 42, FIG. 43, FIG. 49, FIG. 63, FIG. 64). Além disso, temas como comunismo, doutrinação ideológica, drogas, conservadorismo e homofobia são abordados a partir dessa lógica oposicional e binária (FIG. 1, FIG. 10).

Nesta guerra estabelecida entre o bem e o mal, as pessoas, movimentos e políticas LGBTQIAPN+ são identificados como parte desse mal. O combate às políticas LGBTQIAPN+ se soma à oposição às políticas identificadas como de esquerda, entre elas as questões de gênero (FIG. 7, FIG. 30, FIG. 40, FIG. 46, FIG. 47); algumas pautas dos feminismos, como o aborto (FIG. 18); além da legalização das drogas (FIG. 1, FIG. 10, FIG. 18); a doutrinação ideológica (FIG. 22, FIG. 23, FIG. 24, FIG. 34, FIG. 36); a destruição dos valores, da família (FIG. 7, FIG. 34) e a militância LGBTQIAPN+ (também chamada de militância colorida), vistos como ameaças, principalmente às crianças (FIG. 34, FIG. 35).

Os discursos que emergem dessas publicações sugerem que os homossexuais “maus” seriam aqueles ligados à essa agenda progressista, especialmente ativistas, os movimentos LGBTQIAPN+, partidários de esquerda, bem como aqueles que frequentam as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ etc. Esses homossexuais ameaçam as famílias, as crianças<sup>44</sup>, a moralidade e a fé cristã. Para Jessicão, o homossexual “bom e decente só quer viver uma vida em paz” (Jessicão, 2023d). O entendimento de Holiday também caminha nessa direção.

---

<sup>44</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CkHSjntgG2i/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Observa-se uma simplificação maniqueísta que embaça a compreensão sobre as demandas políticas dessa população, além de contribuir para a desinformação, a polarização e a violência política. Tal simplificação que separa homossexuais bons de maus, ou esquerda e direita, reduz a complexidade da realidade a termos binários e desvia a culpa para grupos específicos. Desse fenômeno emerge a rearticulação de uma ideia eugênica e processos de separação e acepção de pessoas.

Figura 24 — LGBTyxz



Fonte: Jessicão (2022k).

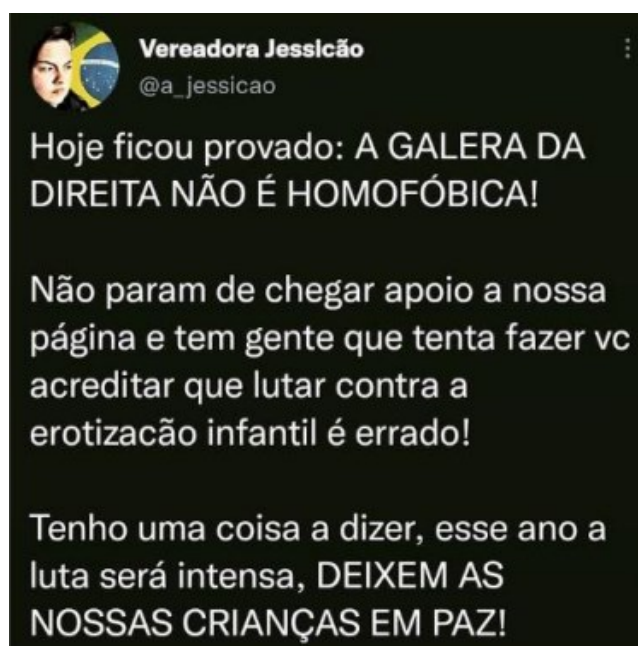
Figura 25 — Luta do bem contra o mal



Fonte: Jessicão (2021).

A frase "deixem as nossas crianças em paz" é constantemente referenciada no perfil de Jessicão para atacar as políticas, os movimentos sociais e a militância LGBTQIAPN+ (FIG. 26, FIG. 27, FIG. 37). Tanto Holiday como Jessicão corroboram a ideia de que a "ideologia de gênero", a esquerda e os movimentos LGBTQIAPN+ precisam ser combatidos, porque colocariam a sociedade, e principalmente as crianças, em perigo. A alegação de que o gênero coloca em risco a vida das crianças é uma acusação poderosa e fartamente utilizada por conservadores nessa retórica política (Butler, 2024). Para Butler (2024), tal acusação tem objetivos claros, uma vez que essa campanha moral, no limite, busca retirar direitos conquistados, restringir liberdades básicas, promover o ódio racial, bem como rebaixar, caricaturar, patologizar e criminalizar as experiências que fogem à normatividade sexual e de gênero.

Figura 26 — Deixem nossas crianças II



Fonte: Perfil de Jessião no *Instagram*.<sup>45</sup>

Figura 27 — Deixem nossas crianças III



Fonte: Jessião (2022m).

Observa-se a construção de um imaginário em que a esquerda agiria como um *establishment* opressor, que promove alienação ideológica, principalmente, por meio

<sup>45</sup> Imagem publicada no perfil de Jessião no *Instagram* em 29 de jun. de 2023 e posteriormente excluída pela administração da página.

de instituições públicas educacionais, desde as escolas até as universidades (FIG. 7, FIG. 18, FIG. 22, FIG. 23, FIG. 24, FIG. 26, FIG. 27, FIG. 33). No enredo construído por Holiday, o sistema opressivo e colonizador, que ele considera como característico da esquerda, é percebido como uma “senzala ideológica”<sup>46</sup>. Segundo o vereador, essa dimensão ideológica culmina na perseguição de professores, alunos de direita e outras instituições que se posicionam contra as pautas identitárias. Assim, as instituições de ensino são acusadas de penalizar pedagogicamente os alunos que se opõem às restrições ideológicas<sup>47</sup>. A ideia de que são censurados, ameaçados, perseguidos, reforçam a narrativa que eles criam em suas redes, em que a esquerda (o comunismo, a extrema-esquerda) está sempre à espera para atacá-los.

Figura 28 — Comitê de Holiday atacado

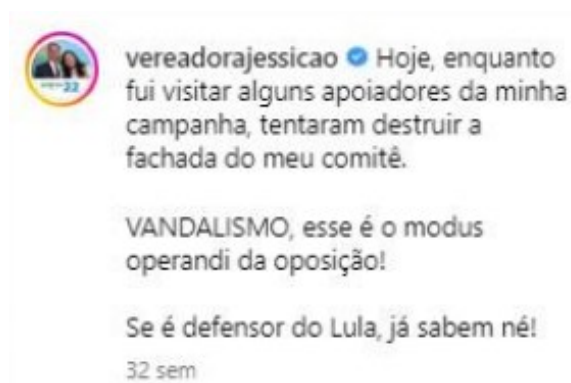


Fonte: Holiday (2022q).

<sup>46</sup> O vereador Fernando Holiday lançou recentemente o livro *Senzala Ideológica*, em que argumenta que a esquerda brasileira manipulou a história do país para se apropriar indevidamente do discurso antirracista. Holiday acredita que essa narrativa falsa aprisiona a população negra em uma "senzala ideológica", impedindo uma reflexão mais crítica sobre a pauta racial. Ele também critica a forma como a esquerda brasileira utilizaria a pauta LGBTQIAPN+ para promover uma agenda política específica, que contribui para a divisão social e a manipulação ideológica.

<sup>47</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsEWvneskgZ/>. Acesso em: 18 out. 2023.

Figura 29 — Comitê de Jessicão atacado



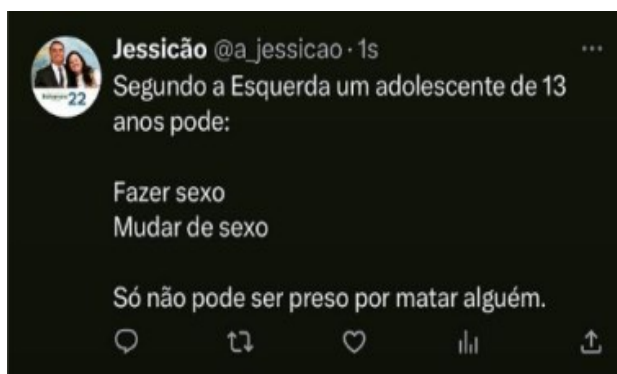
Fonte: Jessicão (2022n).

Nas publicações de Jessicão no *Instagram*, “esquerdistas” são identificados como aqueles que fazem ameaças contra ela e a agridem em suas mídias digitais. Pessoas LGBTQIAPN+ aparecem como potenciais agressoras<sup>48</sup> e são relacionadas aos militantes de esquerda. Quando a vereadora responde a um desses ataques recebidos, o agressor é identificado a partir desse espectro político (FIG. 29). Para ela, a esquerda e os esquerdistas representam o mal que precisa ser combatido (FIG. 22, FIG. 34, FIG. 36, FIG. 38, FIG. 58, FIG. 72).

Lula, então candidato à presidência pelo PT, é uma referência constante nas publicações de Holiday e Jessicão, principalmente durante o período eleitoral de 2022. Entre as estratégias usadas para atacar a candidatura de Lula está a sua associação ao movimento LGBTQIAPN+, à “ideologia de gênero”, a “pessoas que vão às praças públicas atacar e dizer que Jesus é *viado*” (Jessicão, 2022o) e até mesmo à transfobia (Holiday, 2022r). Dessa forma, buscam vinculá-lo ao estereótipo de anticristão, profanador, defensor do aborto (Jessicão, 2022o), que apoia a legalização das drogas, defensor da ditadura (Holiday, 2023h), ladrão (Jessicão, 2022o), entre outras associações pejorativas.

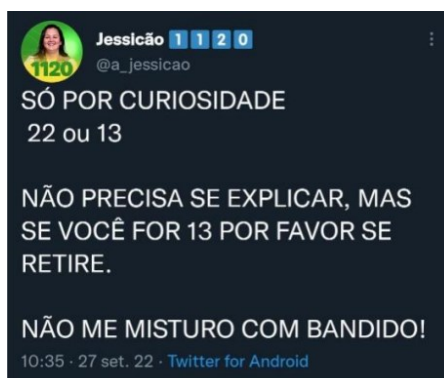
<sup>48</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cu4cSnPA7RL/>. Acesso em: 18 out. 2023.

Figura 30 — Jessicão sobre a esquerda I



Fonte Perfil de Jessicão no *Instagram*.<sup>49</sup>

Figura 31 — Jessicão sobre a esquerda II



Fonte: Jessicão (2022p).

Em suas publicações no *Instagram*, Holiday afirma que é necessário “dar um basta a essa esquerda racista e homofóbica, que se utiliza de todos os preconceitos possíveis, mas são os primeiros a apontar o dedo [...]” e propagar essas divisões. Holiday se refere especificamente às críticas que recebeu ao se declarar bissexual e ao publicar nas redes sociais um relato sobre o término de seu namoro com uma mulher (Holiday, 2023c). Essas críticas, atribuídas à esquerda, o acusavam de se tornar homofóbico ao tentar negar sua sexualidade, tratando-a como uma doença ou algo do qual quisesse se livrar. O mesmo aconteceria em relação ao racismo e à sua posição contra as cotas raciais. No entanto, esse fato reverbera em suas publicações como se essas críticas e acusações representassem o comportamento comum

<sup>49</sup> Imagem publicada no perfil de Jessicão no *Instagram* em 28 de mar. de 2023 e posteriormente excluída pela administração da página.

daqueles que se identificam com a esquerda. O vereador alega nesse relato que “da esquerda só recebi racismo e homofobia” (Holiday, 2023c).

Então eles pegam uma característica sua e te carimbam e te colocam numa caixa. Naquele momento, você é simplesmente proibido a mudar de ideia ou ter um posicionamento que contradiga aquilo que eles acreditam. Enquanto nós estivermos em uma sociedade ou em um debate público, onde a cor da sua pele é um pressuposto para definir se você é uma pessoa boa ou uma pessoa ruim, é evidente que nós não vamos superar o racismo. E aí parece que essas pessoas, parece não, acho que se torna evidente, que essas pessoas querem que essas características sejam definidoras do seu caráter, porque interessa a eles manterem essa divisão. Interessa a eles continuarem com a dicotomia de negros contra brancos, de gays contra héteros, de ateus contra cristãos, porque senão você perde a essência da esquerda, que é uma luta permanente, uma luta permanente de religião, uma luta permanente de classe, uma luta permanente de cores. E é assim que eles vão alimentando essa militância, que é movida, infelizmente, a ódio (Holiday, 2023c).

A percepção de Holiday sobre essas dimensões LGBTQIAPN+fóbicas nos comportamentos e discursos usados contra ele é coerente, mas a pesquisa revela que seu perfil no *Instagram* opera a partir dessas mesmas estratégias de deslegitimação e anulação dos sujeitos e políticas LGBTQIAPN+. Observadas em conjunto, essas publicações indicam manifestações de poder pautadas nas LGBTQIAPN+fobias e em práticas microfascistas em relação às pessoas trans e travestis, embora não as reconheçam. Essa contradição evidencia a complexidade das dinâmicas de poder dentro do espectro político e das próprias categorias políticas e identitárias da população LGBTQIAPN+.



Figura 32 — A esquerda se irrita com as verdades



Fonte: Holiday (2023i).

Ao observar o contexto das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+ no Brasil, percebe-se que a associação da esquerda aos movimentos políticos LGBTQIAPN+ e às pautas identitárias não é fortuita. Tal relação está diretamente ligada à trajetória de ativistas e movimentos sociais, entre eles alguns LGBTQIAPN+, que levaram e construíram suas lutas em diversas agremiações políticas desde o processo de redemocratização. Naquele contexto, muitos militantes homossexuais no Brasil se organizaram em partidos, especialmente os de esquerda, devido aos atravessamentos das lutas dos movimentos sociais a partir dessas agremiações (Câmara, 2018). Alguns desses ativistas ajudaram a fundar o PT nos anos 1980. Não obstante, os movimentos LGBTQIAPN+ brasileiros admiravam democracias liberais como Holanda, Canadá e Noruega, que serviam como exemplo de respeito aos direitos humanos em relação às diversidades sexuais (Câmara, 2018). Embora haja uma relação próxima entre o movimento LGBTQIAPN+ e setores progressistas, é importante reconhecer a diversidade política e de pensamento do grupo, inclusive nessa perspectiva histórica.

Figura 33 — Holiday contra o PT



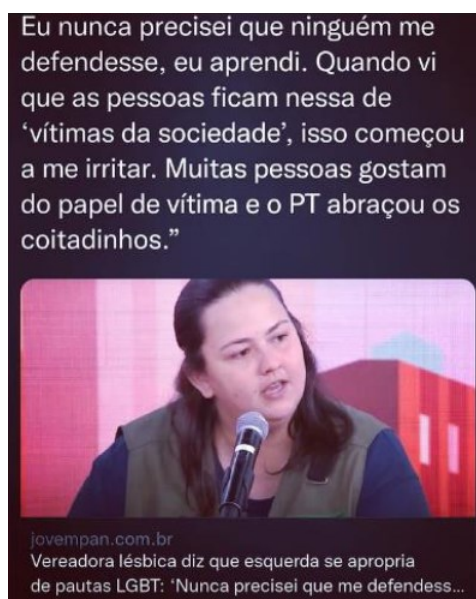
Fonte: Holiday (2022s).

O PT foi pioneiro entre os partidos políticos no Brasil ao criar um núcleo de gays e lésbicas dentro de sua legenda, em 1992 (Santos, 2016). Depois, outras agremiações de esquerda, inclusive o próprio PT, criaram setoriais ligados à sua estrutura partidária. De acordo com Santos (2016), até o começo dos anos 2000, PT e PSTU eram os únicos partidos do país a ter segmentos LGBTQIAPN+. Somente depois de 2006 surgiram setoriais em outros partidos. Ainda na esquerda, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) criou o setorial LGBT socialista; e nas eleições gerais de 2010, o PSOL mostrou, pela primeira vez no Brasil, um beijo entre dois homens no horário eleitoral. No ano seguinte, o partido formou o setorial LGBTQIAPN+. O “Diversidade Tucana”, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), foi o primeiro setorial LGBTQIAPN+ que se formou em partidos ligados à direita e/ou centro. Embora tenha sido oficializado em 2006, havia grupos LGBTQIAPN+ que participavam das campanhas eleitorais do partido desde 1994. Outros núcleos LGBTQIAPN+ se estabeleceram em partidos à direita, como o Diversidade PTB e o Movimento Diversidade PMDB (Santos, 2016).

Nos governos Lula e Dilma, ambos do PT, o movimento LGBTQIAPN+ no Brasil avançou em políticas públicas, apesar da oposição de grupos conservadores e

parlamentares de direita (Pereira; Aragusuku; Teixeira, 2023). Na gestão de Lula, foi criada a primeira política de Estado para a população LGBTQIAPN+: o programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 pela Secretaria dos Direitos Humanos com apoio de movimentos sociais e ativistas (Santos, 2016). Esse programa estabeleceu diretrizes sobre diversidade sexual e de gênero. A secretaria ainda apoiou três conferências nacionais LGBTQIAPN+, uma delas com a presença inédita de um presidente da República, marcando um avanço significativo em um contexto de invisibilidade política desses sujeitos, especialmente na esfera federal. Apesar das muitas críticas aos governos FHC, Lula e Dilma, é possível dizer que eles abriram oportunidades de interlocução entre o movimento LGBTQIAPN+ e o governo federal, ainda que modestas e limitadas (Câmara, 2018).

Figura 34 — “O PT abraçou os coitadinhos”



Fonte: Jessião (2023e).

Por outro lado, a administração do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi caracterizada pela normalização de discursos violentos contra as homossexualidades e por sua oposição explícita às políticas relacionadas à questão LGBTQIAPN+ (D'Almonte; Silva, 2024). Identificando-se como um presidente abertamente homofóbico (Minervino, 2018), Bolsonaro institucionalizou sua política antiLGBTQIAPN+, entre outras coisas, por meio da dissolução do Conselho Nacional LGBT, na transferência da pasta dos Direitos Humanos para setores reacionários e neopentecostais (Prado, 2022), além do alarmismo moral em torno da "ideologia de

gênero", entendida, entre outras coisas, como uma conspiração ideológica e um projeto de poder comunista articulado por militantes LGBTQIAPN+ (Butler, 2024; Junqueira, 2022).

No início do mandato, o ex-presidente Jair Bolsonaro retirou do SUS todas as diretrizes que abordavam as transexualidades e apagou a população LGBTQIAPN+ das políticas de direitos humanos com a MP 870/19 (MP assinada [...], 2019). O MMFDH promoveu uma agenda conservadora e fundamentalista cristã. Liderado inicialmente pela pastora neopentecostal Damares Alves, o ministério adotou políticas tradicionalistas em relação aos costumes e direitos humanos. Entre as controvérsias, destacam-se as relacionadas à diversidade sexual e de gênero, como a declaração de Damares de que "menino veste azul e menina veste rosa", defendendo a rigidez do sistema sexo-gênero e a oposição à "ideologia de gênero" (Fiz uma [...], 2019). Em sua gestão também houve um expressivo desmonte das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+, e o fim de seu mandato foi marcado pela escassez de recursos direcionados à medicamentos básicos de saúde pública, principalmente para a prevenção e o tratamento de ISTs, Infecções Sexualmente Transmissíveis (Movimento [...], 2022). É inevitável recuperar que, no contexto de expansão da aids na década de 1990, a homofobia contribuiu para que a parcela conservadora da população celebrasse o que Eve Kosofsky Sedgwick descreveu como a realização de um sonhado "holocausto gay" iniciado nos campos de concentração nazistas (Carvalho; Azevêdo, 2019). O desmonte desse sistema de prevenção e tratamento do

HIV por setores conservadores apresenta muitas semelhanças com a análise de Sedgwick.

Figura 35 — Jessicão responde a críticas



Fonte: Jessicão (2022q).

Em relação às críticas que recaem sobre Bolsonaro de ser LGBTQIAPN+fóbico e promover políticas contrárias à população LGBTQIAPN+, algumas publicações de Holiday e Jessicão procuram desconstruir essa imagem. A sexualidade desses vereadores, aliada à relação amistosa com o ex-presidente, aparece para legitimar a narrativa que defende que ele não tem nada contra esse grupo de pessoas (FIG. 7, FIG. 13, FIG. 14, FIG. 35, FIG. 36, FIG. 48, FIG. 73). Assim, relativizam-se as LGBTQIAPN+fobias associadas à Bolsonaro em nome da defesa das famílias, das crianças e da sociedade brasileira. A vereadora afirma que o ex-presidente nunca teve uma atitude homofóbica; que durante o seu governo, nenhum gay foi perseguido,

nenhuma lei contra os gays foi criada (Jessicão, 2022r). Em várias publicações, está presente a relação amistosa entre Jessicão e o ex-presidente. Segundo ela, eles defendem a mesma bandeira e possuem afinidades ideológicas (Jessicão, 2023f). Desse modo, o ex-presidente não teria nada contra as pessoas LGBTQIAPN+, mas, por outro lado, quer proteger as crianças.

Figura 36 — Defesa da família



Fonte: Jessicão (2022s).

Figura 37 — Deixem nossas crianças em paz I



Fonte: Jessicação (2022t).

É possível perceber ao longo desse enredo construído no *Instagram* a construção de um líder em torno do ex-presidente Jair Bolsonaro (Butler, 2024), que é visto como necessário para salvar o país dessa grande ameaça (FIG. 7, FIG. 8, FIG. 13, FIG. 14, FIG. 35, FIG. 36, FIG. 48, FIG. 73). Esse líder é apresentado como a personificação de uma política moralista e conservadora e promete restaurar a ordem e os valores tradicionais. Outras lideranças, nas quais Holiday e Jessicação se inserem, aparecem no entorno de Bolsonaro, sendo leais aos valores defendidos pelo ex-presidente (FIG. 7, FIG. 8, FIG. 12, FIG. 13, FIG. 14).

A construção da figura de um herói populista envolve a identificação de líderes combativos que se alinham a ele. As publicações destacam que Holiday e Jessicação também se projetam como lideranças capazes de derrotar o mal, representado pela oposição. Esses líderes se apresentam de forma aguerrida, enfrentando diversas ameaças e permanecendo empenhados nessa batalha. Seus trabalhos e agendas políticas são focados em combater esse mal chamado “ideologia de gênero”. A narrativa de herói é reforçada pela imagem de líderes que, apesar das adversidades,

continuam firmes em sua missão de proteger e defender seus ideais, o país e a sociedade brasileira.

Figura 38 — O antídoto da militância LGBT



Fonte: Jessicão (2022e).

Figura 39 — Holiday quer proibir crianças na Parada



Fonte: Holiday (2023j).



Jessicão ressalta que o seu trabalho na Câmara Municipal de Londrina consiste em combater o mal da “ideologia de gênero” (FIG. 1, FIG. 7, FIG. 36). Em sua comunicação política, a vereadora indica a criação de leis proibitivas em relação à linguagem não binária, à participação de crianças na Parada LGBTQIAPN+, ao debate e ao uso de material pedagógico para discutir orientação sexual com crianças, entre outras<sup>50</sup>. Holiday também adere ao discurso de combate à “ideologia de gênero” para promover essas agendas conservadoras voltadas para a negação de direitos e incapacitação política da população LGBTQIAPN+, especialmente de transexuais e travestis. Os valores que refletem essa agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ estão pautados no conservadorismo moral e em leituras tradicionais do cristianismo. Segundo Butler (2024), esse projeto de poder objetiva impor à sociedade o retorno a um passado idealizado, a uma sonhada ordem patriarcal, que o elemento religioso propõe indicar.

O *modus operandi* dessa ofensiva pode ser percebido nos ataques digitais orquestrados contra esses grupos, na oposição total às temáticas relacionadas às diversidades sexuais e de gênero, sobretudo em relação aos direitos e cidadania da população LGBTQIAPN+, bem como nos inúmeros projetos que têm sido apresentados buscando a regressão de direitos desse grupo social e político. A seguir, busca-se compreender como essa agenda de regressão de direitos aparece entramada nas publicações desses vereadores, e como se articula o discurso que se coloca contra os projetos políticos associados à população LGBTQIAPN+.

## 5.2 Microfascismos digital e de gênero em publicações no Instagram

Nesta pesquisa se observa que as plataformas de mídias digitais, sobretudo o *Instagram*, reverberam manifestações de microfascismos digital e de gênero (Bratich, 2022; Guattari, 2016). As representações midiáticas de mulheres trans, ataques a suas identidades, cidadania e direitos sociais, tentativas de silenciamento e outras violências baseadas na injúria, deboche e humor sarcástico e transfóbico indicam a presença de microfascismos digital e de gênero em narrativas no *Instagram*. A análise

---

<sup>50</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: [https://www.instagram.com/reel/CumUoC\\_gSTZ/](https://www.instagram.com/reel/CumUoC_gSTZ/). Acesso em: 12 out. 2023.

dessas publicações revela a emergência desses microfascismos, seguindo a lógica do eliminacionismo e restauração descrita por Bratich (2022).

A normatividade de gênero que emerge dessas publicações opera como uma ferramenta de controle social, em que a conformidade com os padrões cisgêneros é rigidamente vigiada. A violência resultante dessa vigilância é uma manifestação do cissexismo, que busca manter a hierarquia de gênero e punir qualquer desvio percebido.

As plataformas digitais podem ser espaços de exclusão e violência simbólica (Oliveira; Lemos, 2023). O que se observa nas publicações analisadas é a banalização da violência LGBTQIAPN+fóbica, principalmente a transfóbica, muitas vezes confundida com liberdade de expressão, crença e posicionamento político-partidário. É o que se observa no conjunto de publicações analisadas, em que a humanidade, a identidade e a cidadania de mulheres trans são rechaçadas e ridicularizadas nessas ambiências digitais. Assim, as LGBTQIAPN+fobias são instrumentalizadas como retórica política e eleitoral e como estratégia de *marketing* político e digital.

Cinco frentes de ataque dessa agenda antigênero aparecem nas postagens analisadas e giram em torno da “ideologia de gênero”. Essas polêmicas são (1) ataques ao uso de banheiros por pessoas trans segundo a sua identidade de gênero, (2) participação de mulheres trans em competições esportivas, (3) o uso da linguagem não binária, (4) a negação das identidades de gênero não-normativas, e nesse sentido a negação de acolhimento às crianças trans; (5) e ao movimento LGBTQIAPN+ e as Paradas do Orgulho. Além de atacar os direitos e a cidadania de pessoas LGBTQIAPN+, essas postagens também se voltam contra ativistas, movimentos LGBTQIAPN+, bem como parlamentares e outras figuras públicas que apoiam a diversidade sexual e de gênero.

A seguir, será examinada a forma como os discursos de rejeição às identidades LGBTQIAPN+ são construídos e disseminados nesses perfis digitais, em especial no *Instagram*, pelos vereadores Holiday e Jessicão. A investigação abordará as diferentes estratégias utilizadas para desqualificar e marginalizar essas identidades, em que se explora desde a utilização de memes e vídeos opinativos até a insistência na manutenção de uma rígida dicotomia de gênero. A análise buscará revelar como esses microfascismos digital e de gênero se manifestam e perpetuam e contribuem

para a exclusão e desumanização da população trans, ao mesmo tempo que se instrumentalizam tecnologias de gênero para criar barreiras legais e sociais. Ao explorar esses aspectos, a discussão visa lançar luz sobre a dinâmica de poder e marginalização que sustenta a retórica antigênero e suas implicações, especialmente em relação aos sujeitos LGBTQIAPN+, a partir do contexto das plataformas de mídias digitais.

### 5.2.1 Identidade de gênero

A análise dos perfis de Holiday e Jessicão no *Instagram* revela uma rejeição sistemática às identidades trans, utilizando diversas estratégias para desqualificar essas vivências e suas demandas políticas. Essas práticas incluem o uso de imagens, memes, manchetes de reportagens, trechos de programas de rádio e TV e vídeos opinativos publicados nos *Reels*, *stories* e *feeds* de notícias (FIG. 2, FIG. 3, FIG. 9, FIG. 32, FIG. 40, FIG. 41, FIG. 42, FIG. 43, FIG. 44, FIG. 45, FIG. 48, FIG. 49, FIG. 51, FIG. 58, FIG. 69, FIG. 70). Holiday, por exemplo, publicou um trecho de uma discussão envolvendo o vereador Rubinho Nunes em que insistia em se referir a uma pessoa não binária no masculino, sugerindo que essas identidades causam "bagunça" nas discussões legislativas. A edição do vídeo utiliza metáforas e efeitos visuais para ridicularizar a linguagem não binária e as identidades não normativas, reforçando um discurso conservador.

Figura 40 — O todes foi fazer bagunça na Câmara de São Paulo



Fonte: Holiday (2023k).

O conjunto de publicações analisadas revela que as dinâmicas de poder e marginalização das pessoas trans são perpetuadas nessa narrativa construída em plataformas de mídias digitais. A observação permite perceber como os discursos antigênero circulam e ganham força nesse espaço, contribuindo para a marginalização e desumanização da população trans. A vigilância binária de gênero permeada nesses discursos é uma ferramenta que perpetua a exclusão e a marginalização das identidades transgêneras (Nascimento, 2021). Ao insistirem na manutenção de uma dicotomia rígida entre masculino e feminino, esses discursos não apenas invalidam as identidades transgêneras, mas também perpetuam violências

simbólicas e físicas contra pessoas que não se conformam às normas de gênero estabelecidas.

Os corpos trans rompem com as normas cisgêneras, reinventando modos de ser que vão além das feminilidades e masculinidades tradicionais (Nascimento, 2021). Nesse sentido, a rejeição às identidades trans e o seu escárnio em publicações no *Instagram* se configuram nos interstícios dos microfascismos digital e de gênero. O microfascismo se manifesta em ações cotidianas e discursos que anulam, desumanizam e marginalizam pessoas com base nessas concepções rígidas de gênero.

Vidas e meios de subsistência estão sendo atacados, a identidade trans está sendo anulada, mulheres e outras pessoas grávidas estão regressando aos becos para conseguir procedimentos cirúrgicos; os direitos ao casamento e a parentalidade para gays e lésbicas estão sendo questionados ou, às vezes, claramente recusados; jovens trans não conseguem encontrar assistência médica ou uma comunidade em lugares onde a transfobia se tornou política pública ou lei; aulas de educação sexual são canceladas e difamadas para uma Juventude que tem o direito a compreender, de forma bem-informada, o gênero e a sexualidade, a aprender sobre consentimento e ética sexual em um sentido mais amplo (Butler, 2024, p. 29).

A utilização de tecnologias de gênero, como dispositivos linguísticos, jurídicos e educativos, é instrumentalizada por discursos conservadores para dificultar o reconhecimento e a aceitação das identidades transgêneras. Essas tecnologias são empregadas para criar barreiras legais e sociais que impedem a plena participação de pessoas trans na sociedade (Nascimento, 2021).

Holiday questiona a definição de uma pessoa trans e sugere que a cirurgia de mudança de sexo é necessária para a validação dessas identidades. Jessicão, por sua vez, também reforça a ideia de que a transexualidade é uma opção (Jessicão, 2023g). Além disso, também se alimenta a ideia de que mulheres transexuais, travestis e pessoas não binárias competem com mulheres cis para ocupar espaços sociais e esportivos, sendo associadas a impostores com intenções de obter proveito e privilégios nesses espaços. Esse tipo de discurso perpetua a ideia de que as identidades trans são passíveis de escolhas e não dignas de reconhecimento público e social, porque fogem à cisheteronormatividade. A sociedade precisa reconhecer que

a identidade de gênero é uma construção social e política, não apenas uma escolha individual.

Rodovalho (2017) critica a visão redutora entre “cis” e “trans”, em que “cis” significaria apenas “pessoa que se identifica com o gênero atribuído ao nascimento”. Ela argumenta que essa definição simplista não captura a complexidade das identidades de gênero. Segundo a autora, a luta das pessoas trans é por legitimidade e reconhecimento, não apenas por passabilidade ou conformidade com estereótipos cis. Por outro lado, afirma-se que a autoidentificação continua sendo importante para não demonizar a escolha de cruzar a linha de gênero, ainda que seja insuficiente para resolver todas as questões de identidade. A exigência de procedimentos médicos invasivos para a mudança de gênero em documentos oficiais é uma forma de controle que reforça a vigilância binária de gênero. Ao mesmo tempo, esses discursos conservadores ignoram as experiências e manifestações políticas de pessoas trans e travestis, de modo a despolitizar essas vivências nos espaços sociais, políticos e digitais.

Figura 41 — Trans recebe prêmio de mulher do ano



Fonte: Jessicão (2023h).

Os imaginários, que associam as homo e as transexualidades às práticas subversivas à moral e à ordem pública, como atentado aos costumes, estão presentes tanto nos discursos que permeiam o conjunto de publicações analisadas, quanto nos

discursos sustentados pelo regime militar brasileiro, como nos discursos eugênicos do nazifascismo. Durante a ditadura militar no Brasil, homossexualidades e transexualidades foram estigmatizadas como imorais e corruptoras dos valores nacionais, sendo perseguidas como ameaças à ordem social (Quinalha, 2018). As políticas de repressão refletiam ideais eugênicos, nacionalistas e higienistas, promovendo masculinidades valorizadas pelas instituições militares. Homossexuais eram associados à subversão moral, política e sexual, comprometendo a concepção de um Estado forte e soberano.

A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente (Quinalha, 2018, p. 23).

O movimento de identificar as minorias sexuais e de gênero como perigosas e ameaçadoras para a sociedade com o objetivo de privá-las de seus direitos e liberdades individuais se constitui como uma face do fascismo na contemporaneidade, enredada pela “ideologia de gênero” (Butler, 2024). Segundo Butler (2024), tais imaginários são capazes de imobilizar as pessoas, amedrontá-las, de modo que aceitem não apenas causas ultraconservadoras, mas, sobretudo, reconheçam, na figura de um líder autoritário, a possibilidade de restauração dos valores e da ordem, alimentando uma tendência neofascista na sociedade política contemporânea.

Figura 42 — Ativista trans sonha em fazer aborto



Fonte: Holiday (2023l).

Figura 43 — Menine de barba



Fonte: Jessião (2022u).

Em alguma medida, é possível estabelecer relações entre as políticas eugênicas nazifascistas e os processos de marginalização e exclusão contemporâneos que acometem transexuais e travestis, os discursos excludentes usados para demonizar e desumanizar essas pessoas e a hostilidade dos espaços



públicos e sociais. Assim como no nazifascismo determinados grupos sociais eram retratados como ameaças à nação e à ordem social, discursos transfóbicos contemporâneos representam pessoas trans como subversivas, perigosas e ameaçadoras. Esses discursos criam uma narrativa de medo e ódio, justificando a exclusão e a violência contra esses sujeitos. A marginalização de transexuais e travestis, assim como as dinâmicas de exclusão da cultura fascista, contribuem para reforçar a ideia de uma nação baseada em uma identidade homogênea e excludente, que não reconhece a diversidade e os direitos de todos os cidadãos, sobretudo aqueles que fogem à cisheteronormatividade.

Para Butler (2024), as identidades trans são vistas como escolhas excêntricas e/ou excesso de liberdade pessoal e, portanto, não seriam dignas de reconhecimento público e social. Ela afirma que tanto o Vaticano como igrejas neopentecostais corroboram a ideia de que aqueles que exploram o gênero de maneira não normativa querem assumir o poder criativo de Deus e, portanto, representam uma força demoníaca que ameaça a ordem divina.

Alimentar esse fantasma do gênero se constitui em uma estratégia encontrada pelos poderes existentes (Estados, igrejas e movimentos políticos) para fabricar temores de modo que as pessoas aceitem a censura e o controle sobre os seus corpos e subjetividades e a externalização de seu ódio contra as populações vulneráveis (Butler, 2024). Essa estratégia, que visa criar a ilusão de medo e perigo, tem um objetivo subjacente. Esse objetivo envolve o controle dos corpos, a imposição de normas e a censura.

O sujeito generificado é efeito das relações de poder (Nascimento, 2021, p. 80). A negação das identidades trans acarreta consequências devastadoras, como a autonegação, evasão escolar, comprometimento do desenvolvimento pessoal e social e até mesmo a morte e o suicídio. Essa rejeição não só prejudica diretamente os indivíduos afetados, mas também revela uma falência da sociedade em resolver problemas que impactam a vida de milhares de pessoas. A violência contra pessoas trans e a negação de suas identidades estão enraizadas no microfascismo de gênero, que busca apagar a diversidade de identidades de gênero e perpetuar a falsa noção de que apenas identidades cisgêneras são válidas.

### 5.2.2 Crianças trans

Observa-se nas publicações de Holiday e Jessicão em seus perfis no *Instagram* a tentativa de negar a existência de crianças trans e a rejeição aos projetos que visam o acolhimento e a atenção especializada a essas crianças. Essa temática é frequentemente associada a um programa ideológico, à "ideologia de gênero", e vinculado aos movimentos LGBTQIAPN+, às universidades e a setores progressistas (FIG. 30, FIG. 44, FIG. 45, FIG. 46, FIG. 47). Observa-se que esses movimentos não são apenas retóricas de oposição política, mas exemplificam manifestações de microfascismo de gênero e digital.

A transgeneridade em crianças e adolescentes é um tema complexo que envolve o reconhecimento das identidades de gênero desde cedo. Como afirma Nascimento (2021), a cisgeneridade impõe uma hierarquia social que considera abjetos todos os corpos que fogem à normatividade. Essa perspectiva é particularmente relevante quando se trata de crianças trans, que, muitas vezes, enfrentam a negação de suas identidades de gênero nos processos formativos, nas estruturas sociais e institucionais.

A imposição de normas cisgêneras sobre essas crianças não apenas invalida suas experiências, mas também perpetua um ciclo de opressão, marginalização e exclusão. A identidade transgênera é frequentemente negada ou reprimida, com discursos que insistem na "naturalidade" dos corpos cisgêneros e na imutabilidade das identidades de gênero atribuídas ao nascimento. O discurso desses vereadores sugere que a aceitação da transgeneridade em jovens seria uma "imposição ideológica" e não um reflexo genuíno da identidade da criança ou adolescente (FIG. 45).

A referência a um projeto do governo conservador do Texas que proíbe tratamentos para crianças trans é um exemplo claro de como essas narrativas são utilizadas para justificar políticas eliminacionistas, que buscam excluir pessoas trans do acesso a cuidados de saúde e reconhecimento social. Em alguma medida, observa-se o modo como essa agenda antigênero aparece articulada em escala global e indica a desterritorialização dessa ofensiva (Guattari, 2016). Sugere-se que os pais obrigam seus filhos a mudarem de gênero, associando essa prática a uma

dimensão ideológica e aos partidários de esquerda (FIG. 45). Na legenda dessa publicação, Holiday parabeniza o governador pela medida (Holiday, 2023n).

O parlamentar utiliza sua plataforma para compartilhar vídeos, manchetes jornalísticas e imagens que mobilizam símbolos identificados com as lutas LGBTQIAPN+, como a bandeira trans, no sentido de gerar perplexidade sobre essa temática ao indicar a presença de crianças em meio às reivindicações por reconhecimento de suas existências e identidades (FIG. 3, FIG. 46, FIG. 49). Tal estratégia de comunicação serve para criar uma narrativa de pânico moral, em que as políticas de acolhimento e atenção especializada são vistas como uma ameaça à ordem social e instrumento de alienação ideológica. Ao propagar acontecimentos e situações descontextualizados, sem profundidade analítica, Holiday e Jessião buscam deslegitimar as identidades trans e suas demandas políticas, reforçando a ideia de que essas identidades são perigosas e subversivas (FIG. 42, FIG. 43, FIG. 42).

O parlamentar publicou um *tweet* do POPTime afirmando que o empresário Elon Musk ajudará financeiramente para que a transição de gênero entre menores de idade seja proibida e criminalizada (FIG. 44). Segundo a publicação, o empresário defende a prisão a longo prazo para a equipe terapêutica e os médicos envolvidos nesses procedimentos (Holiday, 2023m). Ou seja, Holiday congratula figuras políticas que defendem essas medidas extremas e compartilha apoio à criminalização de procedimentos de transição de gênero para menores, promovendo uma agenda que visa eliminar o reconhecimento e os direitos das pessoas trans. Jessião, por sua vez, reforça essas ideias ao posicionar a transexualidade como uma escolha pessoal e, portanto, corrigível, reproduzindo discursos históricos que patologizam e desumanizam as diversidades sexuais e de gênero.

Em outra publicação, Holiday destaca uma manchete da Revista Oeste em que *blogs* de esquerda teriam criticado o ex-ator Carlos Veneza por dizer que crianças trans não existem, chamando-o de transfóbico (FIG. 48). Essa publicação visa demonstrar que o parlamentar se opõe a essas críticas, ao mesmo tempo que defende discursos negacionistas sobre as ciências que envolvem os estudos de gênero (FIG. 46, FIG. 47).

Figura 44 — Elon Musk e crianças trans



Fonte: Holiday (2023m).

Figura 45 — Texas proíbe a transição em crianças



Fonte: Holiday (2023n).

O vereador (Holiday, 2023o) compara a proibição do Conselho Regional de Medicina (CRM) quanto ao uso de hormônios para tratamentos estéticos e desempenho esportivo com a realização de mais de 280 processos de transição de gênero em crianças e adolescentes no Hospital das Clínicas da USP (FIG. 46). Esse

jogo de imagens sugere que a "ciência" e as "instituições científicas" agem ideologicamente nesses processos de transição de gênero. Em outro meme, o parlamentar (Holiday, 2023p) faz críticas à USP por realizar transições de gênero em crianças e adolescentes enquanto se opõe à educação domiciliar, um projeto que o vereador defende em que os pais devem ser responsáveis pelo processo educacional dos filhos (FIG. 47).

Figura 46 — Hormônio trans



Fonte: Holiday (2023o).

Figura 47 — Rejeição ao pensamento crítico



Fonte: Holiday (2023p).

Ao analisar essas publicações, observa-se que a lógica de restauração e eliminacionismo se manifesta nos perfil de Holiday e Jessião por meio dessas práticas de negação dessas identidades, bem como a partir da disseminação de informações enviesadas sobre os acompanhamentos direcionados às crianças trans em instituições hospitalares e acadêmicas, omitindo e/ou deturpando o fato de que esses tratamentos não podem ser iniciados sem critérios técnicos e científicos específicos e que a ciência já avançou em relação às não conformidades sexuais e de gênero.

Figura 48 — Crianças trans (não) existem



Fonte: Holiday (2023q).

No perfil de Jessicão, a imagem de uma publicação no *Twitter* destaca que, segundo a esquerda, é possível que um adolescente faça mudança de sexo e pratique sexo desde cedo, mas não que seja preso por matar alguém (FIG. 30). Essa publicação associa a esquerda à proteção de bandidos e menores infratores e à promoção da mudança de sexo em crianças. No conjunto de publicações, o discurso que associa a perseguição ideológica e sexual às crianças, com a frase “deixem nossas crianças em paz”, está articulado a essa narrativa.

No Brasil, o tratamento hormonal para crianças e adolescentes transgêneros é regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT). Com esse programa se objetiva garantir o acesso à saúde pública de acordo com a identidade de gênero, incluindo o uso do nome social. Um marco importante ocorreu em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu que pessoas trans e travestis têm o direito de alterar seu nome e gênero em registros civis sem a necessidade de cirurgia ou laudos médicos. Políticos conservadores frequentemente criticam a PNLGBT, argumentando que ela promove uma agenda que contraria valores tradicionais e familiares. Essas críticas se intensificam quando políticas públicas

buscam garantir direitos e acesso à saúde para a população LGBTQIAPN+, como o uso do nome social e o acesso a tratamentos específicos.

Diante de um histórico de silenciamento, omissão e violência do Estado em relação às identidades trans, entre elas as crianças, atualmente se vê alguma possibilidade de acesso ao Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece uma série de procedimentos médicos e psicológicos para o acompanhamento integral dessas crianças (Brasil, 2013). De acordo com a Resolução CFM n.º 2.265/2019, o uso de bloqueadores de puberdade criticado pelos vereadores pode ser iniciado a partir dos primeiros sinais, enquanto a hormonização pode ser iniciada a partir dos 16 anos (CFM, 2019), norma que foi contestada pelo MMFDH (2020) em virtude de suas posturas conservadoras.

Esses critérios relacionados aos processos de transição de gênero foram estabelecidos com base em estudos e diretrizes internacionais que visam garantir um tratamento seguro e eficaz para essas pessoas. É preciso considerar que a iniciativa de tratamento hormonal é sempre individualizada e envolve uma equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliar e acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes transgêneros, o que de certa forma refuta outra ideia transmitida por políticos conservadores de que a transição de gênero em crianças e adolescentes ocorreria por uma imposição dos pais que se identificam com valores da esquerda e com a “ideologia de gênero”. O decreto n.º 8.727/2016 trata do uso do nome social e do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública (Brasil, 2016). Esse decreto inclui medidas específicas para garantir o respeito à identidade de gênero e o uso do nome social em ambientes escolares e outros espaços públicos.

Não obstante, a crítica ao discurso binário de sexo e gênero é necessária para desconstruir as noções rígidas e excludentes que têm sido perpetuadas inclusive pelas práticas médicas e científicas (Preciado, 2020). De acordo com Preciado (2020), a medicina e a psiquiatria frequentemente tratam corpos trans como anomalias a serem corrigidas, em vez de reconhecerem a legitimidade e a autonomia dessas identidades. A psicanálise, por sua vez, muitas vezes enquadra a transexualidade como uma patologia ou uma falha no desenvolvimento psíquico, reforçando estigmas e preconceitos. Historicamente, essas disciplinas têm patologizado corpos e



identidades que não se encaixam nas categorias binárias de masculino e feminino, tratando-as como anomalias a serem corrigidas.

No campo da saúde mental, Sales, Lopes e Pereira (2016) enfatizam a necessidade de oferecer programas específicos para travestis e transexuais, tendo em vista diversas nuances que atravessam as suas experiências corporais e/ou identitárias. Os autores discutem a desconstrução de modelos binários e normativos de gênero e sexualidade no sentido de reconhecer e reafirmar as expressões dissidentes. Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a transexualidade da lista de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças (CID), reconhecendo-a como uma condição de saúde sexual. Essa mudança visa reduzir o estigma e promover o acesso a cuidados de saúde adequados para pessoas transgêneras (WHO, [2018]).

A ciência contemporânea mostra que a diversidade de corpos e identidades é uma realidade biológica e social. Estudos em genética, endocrinologia e neurociência revelam que a variação nas características sexuais e de gênero é muito mais complexa do que a simples dicotomia homem-mulher (Preciado, 2020). Portanto, insistir em um modelo binário é não apenas cientificamente impreciso, mas também socialmente prejudicial. Essas críticas de Preciado (2020) ao binarismo de gênero e às tentativas de negação das identidades trans é um chamado urgente para a revisão das práticas e teorias que sustentam a marginalização dessas identidades. O autor apela para uma transformação radical na forma como se compreende e aborda o gênero. Ele defende a necessidade de uma nova epistemologia que vá além do binarismo de gênero e da violência patriarcal-colonial.

O entendimento de grupos conservadores em relação a essas práticas médicas e científicas se restringe a uma concepção natural e biológica da espécie, constituída por macho e fêmea. Nesse contexto, o gênero é visto como uma questão estabelecida, rígida e fixa, sobre a qual não se deve refletir criticamente. Fomenta-se uma retórica de que a luta por direitos da população LGBTQIAPN+, especialmente transexuais e travestis, consiste em uma ameaça à ordem cisheteropatriarcal e, portanto, deve ser atacada, senão eliminada. Essas postagens refletem uma tentativa de mobilizar apoio através de valores tradicionais e medos contemporâneos, criando uma narrativa que justifica a exclusão e a opressão de grupos marginalizados.

Nesse movimento também se percebe a rejeição ao pensamento crítico, que corrobora a agenda de regressão de direitos orquestrada por políticos conservadores. Essa rejeição aparece nessas publicações não apenas quando rejeitam e/ou negligenciam as diretrizes técnicas e pesquisas científicas sobre o assunto, mas também nas críticas realizadas contra os cientistas da USP a partir de critérios puramente ideológicos, retratando-os como coniventes com os processos de hormonização em crianças e adolescentes (FIG. 46, FIG. 47). Ao tentar bloquear o pensamento crítico que contesta o *status quo* heteronormativo, o movimento antigênero fomenta o anti-intelectualismo, colabora com as paixões fascistas e o surgimento de regimes autoritários (Butler, 2024).

Essas práticas de microfascismos digital e de gênero têm consequências para as pessoas trans e contribuem para a sua marginalização e violência. Ao negar a existência de crianças trans e difundir desinformação, Holiday e Jessião promovem um ambiente em que o apagamento de crianças e adolescentes trans se torna um projeto de poder, que impacta negativamente a vida e o desenvolvimento de muitas pessoas.

Nas publicações analisadas também se destacam reportagens da imprensa identificada com a direita, que reverberam esse tipo de polêmica em suas manchetes com perspectivas tendenciosas (FIG. 46, FIG. 48). Holiday também utiliza *hashtags* para segmentar publicações sobre essa temática na plataforma do *Instagram*. As *hashtags* usadas nessa publicação, que incluem #lgbt, #direita, #sp, #direitaconservadora e #trans, não apenas contribuem para o direcionamento, circulação e engajamento, mas também são usadas para definir esses posicionamentos ideológicos na plataforma (FIG. 48).

### 5.2.3 Banheiros unissex

A transfobia estrutural que permeia a sociedade brasileira se manifesta de modo veemente nessa temática sobre os banheiros. A presunção de má-fé e os estereótipos discriminatórios contra pessoas trans são utilizados para justificar a exclusão dessas pessoas em banheiros públicos, sob o pretexto de proteger mulheres cisgêneras. As publicações no perfil de Holiday e Jessião durante o período de análise indicam uma clara rejeição desses vereadores ao uso de banheiros por

pessoas trans de acordo com sua identidade de gênero. Em ambos os perfis, a ideia de perigo às famílias e às mulheres cis é destacada, sugerindo que a prática de permitir que pessoas trans usem banheiros que correspondam à sua identidade de gênero colocaria as mulheres, as crianças e as famílias em risco.

O imaginário de que pessoas trans são potenciais ameaças às mulheres cis por abuso sexual não encontra nenhum parâmetro de análise e desconsidera o cenário de violência contra a mulher e o feminicídio, que muitas vezes ocorrem dentro de casa com ex-companheiros ou atuais, e não em banheiros públicos, desmentindo a narrativa transfóbica que associa o uso de banheiros por mulheres trans a um aumento de riscos (Benevides, 2024). A manutenção dessa discriminação não apenas viola o princípio da dignidade humana, mas também instrumentaliza as pessoas trans a um ideal cissexista de sociedade, em que apenas identidades cisgêneras são consideradas dignas de respeito e reconhecimento.

No perfil de Holiday, a linguagem memética é utilizada para indicar o suposto risco de abuso sexual em banheiros femininos, remetendo esses riscos às mulheres trans ou não binários. Um meme retrata mulheres cis apavoradas diante de um homem barbado que diz se identificar como mulher (FIG. 49). Em um vídeo publicado por Holiday, uma travesti aparentemente agressiva e com o rosto barbado profere ameaças contra mulheres cis, que parecem constrangê-la a não utilizar o espaço. O vereador utiliza esse vídeo para validar o discurso transfóbico proferido pelo deputado Nikolas Ferreira na Câmara Federal (NIKOLAS [...], 2023). Esse vídeo também aparece no perfil de Jessicão com o mesmo objetivo de indicar o perigo de mulheres trans frequentarem os banheiros femininos (FIG. 43).

Figura 49 — Relaxa, eu sou uma mulher



Fonte: Holiday (2023r).

No perfil de Jessicão, vídeos opinativos compartilhados no *reels* demonstram sua rejeição a essa pauta. Em uma publicação, Jessicão compartilha o trecho de sua participação no programa *Pânico*, em que discute o uso de banheiros por pessoas trans, tratando-as como "marmanjos" que podem oferecer perigo às filhas e esposas (Jessicão, 2023g). Jessicão afirma que essa é uma situação que precisa ser combatida, destacando uma linha tênue entre ser acusado de homofóbico e defender questões nas quais acredita, como "homem é homem, mulher é mulher". Ela sugere que, por ser "sapatão", está legitimada a discordar sem ser considerada homofóbica, defendendo a integridade das crianças. Os apresentadores não questionam ou contra-argumentam, reforçando e concordando com a indignação de Jessicão.

Essas violências simbólicas e discursivas se aproximam à lógica dos microfascismos digital e de gênero, ao tentarem criar um imaginário de que pessoas trans são ameaçadoras, configurando-as como inimigos a serem combatidos. Esses discursos, imagens e imaginários, baseados na lógica da exclusão de pessoas trans e travestis, bem como na associação de sua imagem à violência, ao estupro de vulneráveis, entre outras, atualizam relações de poder e opressão por meio dessas práticas microfascistas.

A oposição ao uso do banheiro por pessoas trans de acordo com a sua identidade de gênero reflete uma moralidade histórica e transfóbica que estigmatiza e marginaliza essas pessoas ao buscarem uma necessidade básica e universal. Casos

de violência, expulsão e assédio em banheiros públicos são frequentes, evidenciando a urgência de medidas legais e sociais que garantam o acesso seguro e respeitoso a esses espaços (Benevides, 2024). O relatório anual da ANTRA destaca que a decisão pendente do Supremo Tribunal Federal sobre o Recurso Extraordinário — RE 845.779/SC, que trata do direito de pessoas trans usarem banheiros de acordo com sua identidade de gênero, é um exemplo da necessidade de avanços jurídicos para assegurar esses direitos fundamentais.

A ANTRA acionou o STF para garantir que mulheres transexuais possam utilizar banheiros femininos sem sofrer discriminação, contestando leis municipais em Cariacica (ES), Londrina (PR) e Juiz de Fora (MG) que proíbem o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero das pessoas. A argumentação da ANTRA é de que vincular o uso de banheiros públicos à designação do sexo biológico constitui uma prática discriminatória e violadora dos direitos humanos. Ao questionar tais leis, a associação reforça a necessidade de um olhar crítico sobre políticas que, sob o pretexto de segurança e ordem, acabam perpetuando a exclusão e a marginalização de pessoas transgênero.

A nota técnica elaborada pela ANTRA, intitulada "Direitos Humanos e o Direito dos Banheiros", destaca a importância de legislações inclusivas que respeitem a autodeterminação de gênero. O documento, apoiado por 139 instituições, argumenta que a segregação de banheiros com base no "sexo biológico" é uma forma de *apartheid* de gênero que vulnerabiliza e invalida identidades trans (Benevides, 2024). Também se aponta que a criminalização do uso de banheiros por pessoas trans, presente em diversos projetos de lei, é uma violação dos direitos humanos e da cidadania dessas pessoas.

A sociedade possui diversos tipos de espaços públicos onde os banheiros são de uso coletivo, independentemente do gênero, como em bares e pequenos negócios. Além disso, não há dados oficiais que legitimem o imaginário de risco de abusos sexuais a mulheres cis e crianças nesses espaços por mulheres trans. Pelo contrário, impor o uso de banheiros segundo o sexo biológico pode resultar em situações de violência contra pessoas trans, uma vez que são constantemente ameaçadas e desrespeitadas nesses lugares. Homens trans também enfrentam muitos desafios, podendo sofrer hostilidade tanto em banheiros femininos, onde são vistos como

intrusos, quanto em banheiros masculinos, onde há riscos à sua integridade física e pessoal.

Em fevereiro de 2024, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou um projeto de lei que proíbe o uso de banheiros escolares com base na identidade de gênero, permitindo apenas o uso conforme o gênero registrado ao nascimento. Esse projeto, proposto pelo senador Magno Malta, foi justificado com argumentos de segurança e proteção de menores, mas enfrentou forte oposição de ativistas pelos direitos humanos e organizações LGBTQIAPN+, uma vez que a medida viola os direitos das pessoas trans e perpetua a discriminação. O STF recentemente rejeitou um recurso sobre o uso de banheiros por pessoas trans por questões processuais, e a questão continua sem deliberação. Os desafios incluem a falta de regulamentação federal clara e a crescente polarização do debate, que reflete a tensão entre movimentos conservadores e defensores dos direitos humanos.

Essas reverberações nos perfis de Holiday e Jessicão se articulam por meio dos microfascismos de gênero e digital, não apenas ao considerar essas pessoas como inimigas e opositoras, mas principalmente pelos ataques às identidades de pessoas trans e não binários, bem como sua incapacitação política, social e cultural. Esses ataques são amplificados pelo compartilhamento de conteúdo em plataformas de mídias digitais e alimentam a exclusão e marginalização na sociedade, além de reforçar valores conservadores e cisheteronormativos.

#### 5.2.4 Participação de mulheres trans no esporte

A análise das publicações nos perfis de Holiday e Jessicão revela uma forte oposição à participação de mulheres trans nos esportes, desrespeitando sua identidade de gênero. Os argumentos centrais apontam que, por terem nascido biologicamente com o sexo masculino, essas mulheres teriam vantagens competitivas em relação às atletas cisgênero.

As postagens dos vereadores sobre essa temática destacam os altos índices de desempenho de mulheres trans em competições na categoria feminina, em contraste com as baixas performances dessas mesmas atletas nas categorias masculinas, antes da transição de gênero (FIG. 4, FIG. 50, FIG. 51). No perfil de Jessicão, um meme compara as vantagens competitivas entre mulheres trans e

cisgênero à relação entre uma moto e uma bicicleta (FIG. 2). Uma manchete da revista Oeste destacada por Jessicão refere-se a uma atleta trans que venceu pela oitava vez na categoria feminina (FIG. 51). Nessas publicações, além de atacar a participação das pessoas trans nos esportes, também se observa o interesse em desqualificar as identidades de gênero não normativas.

Figura 50 — Atletas trans na natação feminina



Fonte: Perfil de Jessicão no *Instagram*.<sup>51</sup>

Figura 51 — Atleta trans vence pela oitava vez



Fonte: Jessicão (2023i).

<sup>51</sup> Imagem publicada no perfil de Jessicão no Instagram em 12 de mar. de 2023 e posteriormente excluída pela administração da página.

Além disso, Jessicão é autora de um projeto de lei em Londrina que visa proibir a competição de atletas trans no município. Uma foto de Jessicão, vestindo uma camisa com a imagem de Bolsonaro, ilustra uma dessas reportagens e indica os contornos políticos e ideológicos em torno desse projeto. Ela concedeu entrevistas e gerou algumas reportagens sobre essa pauta, nas quais se destacam a autoria do projeto e o fato de ela ser lésbica (FIG. 59, FIG. 60, FIG. 61).

Figura 52 — Jessicão tenta impedir atletas trans de competir



Fonte: Jessicão (2023j).

Ao responder a uma mensagem nas redes sociais na qual é questionada sobre sua posição contra a participação de pessoas trans no esporte, Jessicão recorre à biologia para afirmar que é injusto um homem se passar por mulher para competir na categoria feminina contra outras mulheres. Segundo ela, esses homens estão usurpando o espaço das mulheres, pois não se vê "mulheres que se identificam como homens" competindo com outros homens.

Porque ela sabe que *ela* vai perder mesmo *ela* se sentindo um homem. Agora, o que nós estamos vendo mundo afora é um monte de marmanjo, que sempre foi ruim na modalidade masculina, fingindo que é mulher. Então isso é injusto.



Nada contra a opção deles, mas no esporte tem que ter justiça (Jessião, 2023g).

A linguagem memética é utilizada em ambos os perfis para abordar essas questões de maneira humorística e jocosa, reforçando as percepções de injustiça. Um exemplo é uma manchete do jornal digital *Gazeta do Povo* sobre uma maratonista trans que teria derrotado 14 mil mulheres após competir como homem meses antes, reforçando a ideia de vantagens adquiridas após a transição (FIG. 4). Ou seja, observa-se o movimento em representar essas mulheres trans como oportunistas, que podem mudar de gênero para obter melhores rendimentos esportivos sobre as mulheres *cis*, aproveitando-se de suas supostas superioridades biológicas garantidas pelo sexo masculino. Argumenta-se que aspectos relacionados ao corpo, e, portanto, ao sexo biológico, proporcionariam condições desiguais de competição no esporte.

Mulheres e mulheres trans não são a mesma coisa. Existem mudanças genéticas que jamais poderão ser modificadas, apesar de qualquer transição de hormônio que se possa fazer. E apesar dessas transições em competições esportivas, por exemplo, é óbvio que as mulheres trans, no geral, vão acabar tendo muito mais vantagem, porque a sua genética masculina lhe dá mais força e lhe dá mais praticidade no esporte (Holiday, 2023s).

Em ambos os perfis, esse antagonismo está intrinsecamente ligado à retórica da “ideologia de gênero”. Busca-se provocar indignação ao destacar vantagens competitivas percebidas como injustas. A associação de que o corpo masculino é inerentemente superior ao corpo feminino reforça estereótipos machistas e ignora a diversidade de fatores que contribuem para a performance atlética. As normas esportivas tradicionais tendem a se basear em uma visão binária e fixa de gênero, que não leva em conta a diversidade e a complexidade dessas identidades. Preciado (2020) sugere que essas normas cisgêneras são parte de um sistema maior de controle e regulação dos corpos, que visa manter uma ordem social específica. O autor argumenta que a diferença sexual é uma construção histórica e política, não uma realidade natural, e que essa construção está em crise e transformação.

A inclusão de mulheres trans em competições esportivas, segundo sua identidade de gênero, pode ser vista como um passo em direção à descolonização e despatriarcalização do esporte. A suposição de que a genética masculina confere vantagens às mulheres trans em competições esportivas é contestável. Embora existam diferenças, é possível estabelecer parâmetros alternativos para competições esportivas que não se baseiem especificamente no sexo biológico. Isso implica

reconhecer que as categorias de gênero no esporte são construções sociais que podem e devem ser reavaliadas à luz de novas compreensões sobre gênero e corpo.

O recorte de gênero não é suficiente para determinar maior capacidade física e técnica entre atletas. Diversos critérios podem ser considerados além do gênero, como idade, estrutura corporal, habilidade e força. Portanto, é extremamente possível adotar uma abordagem mais abrangente ao avaliar a equidade nas competições esportivas, que não a centralidade na determinação do sexo biológico. No entanto, isso requer uma reavaliação das normas e práticas esportivas, alinhada com uma compreensão mais inclusiva, como defendido por Preciado (2020).

As reportagens em veículos de imprensa desempenham um papel na validação e credibilidade dessas informações, reforçando a narrativa de que a proibição da participação de mulheres trans nos esportes não é preconceituosa, mas sim uma questão de justiça competitiva. Dessa forma, esses perfis tentam deslegitimar as críticas às suas posições, enquadrando a proibição como uma medida necessária para manter a equidade nos esportes.

Essa postura conservadora e autoritária busca não apenas preservar as estruturas de poder existentes, mas também restaurar valores machistas e patriarcais. A proposta de proibição da participação de mulheres trans nos esportes se insere em um contexto mais amplo de preconceito e discriminação, objetivando impedir a integração dessas pessoas na sociedade. A retórica da "ideologia de gênero" é utilizada para provocar indignação e justificar políticas que visam anular as conquistas e direitos da comunidade LGBTQIAPN+, perpetuando um cenário de exclusão e marginalização.

A análise dessas publicações, a partir do microfascismo digital, revela um esforço deliberado em divulgar informações tendenciosas sobre a participação de pessoas trans nos esportes. Esses perfis utilizam argumentos centrados em dimensões biológicas e sexuais para justificar uma suposta superioridade das mulheres trans em relação às mulheres cis, retornando a uma visão reducionista e excludente que fere o direito à participação esportiva desses indivíduos. Essa centralidade no sexo biológico para legitimar a exclusão configura-se como uma forma de *apartheid* social, negando às pessoas trans a plena participação e sociabilidade no ambiente esportivo, bem como suas identidades de gênero. Nesse sentido, as ações dos perfis de Holiday e Jessião exemplificam as nuances de microfascismos digital

e de gênero, em que o controle e a opressão se manifestam através de discursos e práticas digitais que buscam manter a cisheteronormatividade e suprimir a diversidade de gênero.

#### 5.2.5 Linguagem não binária

A temática da linguagem não binária também contextualiza a agenda antigênero nas publicações de Fernando Holiday e Jessicão no *Instagram*. A análise revela uma forte rejeição ao uso da linguagem não binária no Brasil, especialmente por instituições oficiais e educacionais. No perfil de Holiday, a linguagem não binária é frequentemente ridicularizada em forma de memes e utilizada em ferramentas digitais para segmentar o público e aumentar a circulação desse conteúdo nas redes sociais (FIG. 9, FIG. 23, FIG. 40, FIG. 53, FIG. 54, FIG. 56, FIG. 57, FIG. 67, FIG. 68).

No vídeo ficcional compartilhado durante o período eleitoral, a linguagem não binária é um elemento que conecta o enredo distópico, em que a vitória de Lula naturaliza a violência e o assassinato de bebês por meio do aborto. Nesse vídeo, o próprio Holiday é morto por manifestantes de esquerda (Holiday, 2022p). O vereador sugere que a linguagem não binária é um instrumento de controle da “ideologia de gênero”, vista como um sistema ideológico hegemônico, comunista e alienador. Segundo as publicações de Holiday, esse sistema também atinge os grandes conglomerados de mídia, como a Netflix, que são alvos de críticas em uma de suas publicações (FIG. 57).

Figura 53 — Gênero não fluido



Fonte: (2023t).

Figura 54 — Meme lacrolândia



Fonte: Holiday (2023u).

No perfil de Jessicão, um meme produzido durante o período eleitoral indica que ela não responde a pronomes neutros (FIG. 55). A ilustração traz um personagem vestido de vermelho com uma estrela no peito, remetendo ao PT, à esquerda, aos militantes e ativistas. O personagem aparece raivoso, sugerindo que a rejeição ao pronome neutro o irrita profundamente. A publicação indica que Jessicão não apenas se opõe à linguagem não binária, mas também à esquerda, ao PT e a quem se

identifica com essa perspectiva política. Em outra publicação, Jessicão afirma que a linguagem não binária desconstrói a identidade do indivíduo, sendo uma manobra coordenada pela esquerda para abrir as portas da “ideologia de gênero” (FIG. 58).

Figura 55 — Holiday critica desenhos da Netflix



Fonte: Holiday (2023v).

Figura 56 — Jessicão contra a linguagem neutra



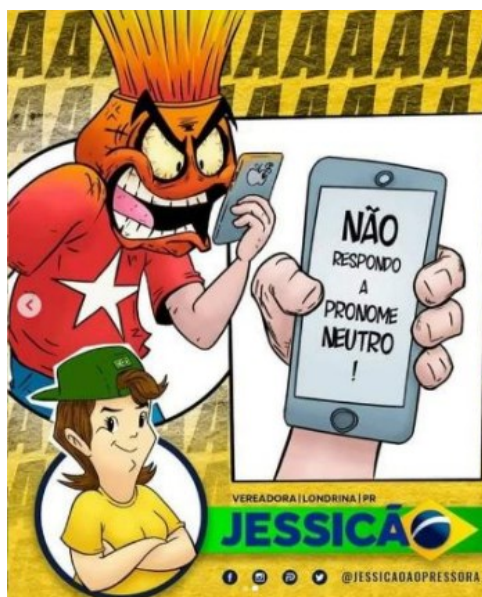
Fonte: Jessicão (2022v).

A análise de conteúdo qualitativa dos perfis de Holiday e Jessicão revela uma oposição explícita à linguagem não binária, utilizada como ferramenta de

posicionamento político e ideológico no campo da direita conservadora. Esses embates e propostas de proibição devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva autoritária, conservadora e cisheteronormativa, que visa garantir as estruturas de poder existentes e eliminar quaisquer tentativas de críticas e subversões. Além de defender uma visão tradicional das estruturas linguísticas, busca-se assegurar a cisheteronormatividade e atacar as políticas LGBTQIAPN+.

Ao sugerir que existe um projeto de poder interessado em modificar os padrões da língua portuguesa, Holiday e Jessicão alimentam um imaginário distópico sobre um país governado pela esquerda, em que a "ideologia de gênero" tentaria subverter todas as normas sociais estabelecidas, incluindo a língua. Esse imaginário também reforça a ideia de um poder ideológico com interesses de alienar a população, especialmente as crianças, uma vez que esses projetos estariam direcionados às diretrizes educacionais. Dessa forma, a oposição à linguagem não binária é instrumentalizada para sustentar uma narrativa de controle e preservação das estruturas tradicionais de poder e identidade, além de se posicionar à direita do espectro político.

Figura 57 — Não respondo a pronome neutro



Fonte: Jessicão (2023k).

Figura 58 — Meme Twitter x Escola



Fonte: Holiday (2023w).

A linguagem não binária e o seu uso em espaços de poder e conhecimento são frequentemente vistos por conservadores como uma ameaça à ordem, à racionalidade e às estruturas da língua portuguesa. Nessas críticas realizadas contra a linguagem não binária, é possível perceber que os vereadores entendem as estruturas gramaticais e linguísticas como fenômenos rígidos não passíveis de questionamentos em relação às dimensões de gênero. Não obstante, a língua portuguesa está interligada a um sistema de dominação cultural europeu que incluía uma definição rígida em relação às marcações binárias de gênero e sexualidade, alinhada com os interesses do Estado colonial em diversos territórios, como Brasil e África (Leal, 2021).

Assim como a linguagem não binária, o pajubá<sup>52</sup> é um exemplo de como uma linguagem que emerge das subculturas LGBTQIAPN+ brasileiras, em especial da cultura travesti, contesta a cisheteronormatividade. Em diálogo com Leal (2021), compreende-se que a linguagem não binária, assim como o pajubá, é uma forma de resistência anticolonial e uma reivindicação de espaço, expressão e voz para identidades marginalizadas. Elas emergem como insurgência e ruptura contra as estruturas de dominação colonial e de gênero. Cria-se um espaço de resistência e afirmação de identidades não normativas e transgêneras que desafia e contesta a

<sup>52</sup> O pajubá é uma expressão linguística proveniente do saber travesti que inverte e desafia as normas de gênero impostas pelas lógicas da colonialidade.



cisheteronormatividade e propõe novas formas de expressão e pertencimento que são contrárias às dinâmicas coloniais.

Movimento similar é feito por Lélia Gonzalez (2020) ao provocar reflexões sobre o pretuguês, em que se destaca a influência das línguas africanas no português falado no Brasil. Questiona-se a narrativa construída pelos colonizadores portugueses de que a sua língua e cultura seriam superiores a outras formas e expressões linguísticas. Desse modo, o pretuguês também é visto como um gesto de subversão contra essas hierarquias impostas pela colonialidade, reconhecendo a contribuição histórica das expressões culturais africanas, inclusive para a língua portuguesa. O pretuguês, assim, é um modo de defender a cultura, recuperar e valorizar a identidade afro-brasileira a partir das questões que ele faz suscitar.

Destacam-se as nuances coloniais presentes nas estruturas e no vocabulário linguístico (não apenas na coloquialidade cotidiana), em que se considera as dimensões de poder e saber que operam e se revelam por meio dos discursos. A partir dessas reflexões, há entidades e organizações que buscam promover a inclusão e o respeito à diversidade sexual e de gênero nas instituições, entre elas as escolares e acadêmicas, trabalhando didaticamente uma linguagem mais inclusiva, principalmente em relação à visibilidade de pessoas não binárias e de gênero fluido. Por exemplo, o CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação) desenvolveu oficinas e materiais educativos que abordam a utilização de pronomes e termos que não demarcam o gênero, como "todxs" e "querides", cujo debate tem se destacado mais no campo moral do que propriamente pedagógico e/ou político<sup>53</sup>.

No Brasil, a controvérsia em torno da linguagem não binária é frequentemente usada como uma ferramenta para criar um pânico moral, desviando a atenção de questões realmente importantes na educação. Ao focar excessivamente em debates morais, ignora-se problemas urgentes enfrentados por estudantes LGBTQIAPN+, como *bullying* e violência no ambiente escolar, altas taxas de evasão, e a ausência de estruturas institucionais de apoio, entre outros desafios. Além disso, a falta de informações adequadas sobre gênero e sexualidade nas escolas pode levar a

---

<sup>53</sup> O CENPEC é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1987, que atua para melhorar a qualidade da educação pública no Brasil. Para mais informações, ver: <https://www.cenpec.org.br/>.

consequências graves, incluindo gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo favorecer o abuso de vulneráveis.

Vários projetos de lei em diferentes cidades brasileiras buscam proibir essa prática. A Aliança Nacional LGBTI+ identificou cerca de 20 leis em vigor no país com esse propósito (Castro, 2024). Entre elas, estão os projetos apresentados pelos vereadores Fernando Holiday, em São Paulo, e Jessicão, em Londrina. Na contraofensiva, entidades LGBTQIAPN+ como a Aliança Nacional LGBTI+ questionaram judicialmente essas leis municipais que proibiam o uso da linguagem não binária. Em maio de 2024, o STF suspendeu essas leis, argumentando que os municípios não podem legislar sobre currículos escolares, área de competência exclusiva da União<sup>54</sup>. A decisão visa proteger a liberdade de expressão, docência e os direitos da população LGBTQIAPN+ e considera essas leis como censura e ataque à dignidade e cidadania dessas pessoas.

#### 5.2.6 Parada e movimento LGBTQIAPN+

A análise da materialidade nos perfis de Fernando Holiday e Jessicão revelou uma sistematização de ataques ao movimento e às Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ como um todo. Ambos os perfis se destacam pelas acusações direcionadas às Paradas LGBTQIAPN+, caracterizando-as como eventos que desrespeitam e destroem valores morais e religiosos, além de promoverem a intolerância religiosa e a corrupção da infância (FIG. 63, FIG. 64). Eles apresentam propostas no âmbito do legislativo municipal para proibir a realização desses eventos em espaços públicos e impedir a destinação de recursos públicos em apoio à sua organização.

As Paradas LGBTQIAPN+ são manifestações políticas e culturais que simbolizam a luta e a resistência de pessoas LGBTQIAPN+ que, a partir da década de 1970, se organizaram politicamente para reivindicar cidadania e direitos básicos. Embora internacionalmente celebradas para marcar o aniversário da Revolta de Stonewall, essas marchas possuem antecedentes que ultrapassam esse evento específico, refletindo uma trajetória contínua de ativismo e demandas por

---

<sup>54</sup> As leis em questão são de Ibitaré, em Minas Gerais, e de Águas Lindas, em Goiás, embora essa decisão sirva como parâmetro para projetos similares que se proliferam pelo país.

reconhecimento e respeito (Quinalha, 2023). Elas se estabelecem como um evento para celebrar a diversidade, promover a visibilidade das questões LGBTQIAPN+ e desafiar as estruturas sociais e estatais que historicamente negaram os acessos desse grupos aos espaços públicos, culturais, sociais e econômicos.

No Brasil, as manifestações LGBTQIAPN+ começaram a ganhar forma mais próxima das Paradas como se conhece hoje a partir de 28 de junho de 1996, em São Paulo (Camargos, 2018). Esse evento marcou o início de um movimento mais organizado e visível, proporcionando um espaço de luta para a comunidade LGBTQIAPN+ expressar suas demandas e celebrar suas identidades. Desde então, as Paradas têm crescido em tamanho e relevância, refletindo a crescente politização de pessoas LGBTQIAPN+ na sociedade brasileira, bem como da sociedade como um todo diante de alguns direitos historicamente reivindicados por essa população. Elas não apenas celebram as lutas e as vitórias obtidas, mas também continuam a tensionar a sociedade e as instituições democráticas e sociais sobre a importância do reconhecimento e de sua plenitude de acesso à cidadania e direitos.

Figura 59 — Reportagem 24H News



Fonte: Jessicão (2023!).

Figura 60 — Informe Publicitário



**Urgente**

**Vereadora Jessicão de Londrina quer proibir crianças na Parada LGBT**

**Vereadora Jessicão**

A vereadora Jessicão (PP) protocolou um projeto de lei (PL) na Câmara Municipal de Londrina, nesta terça-feira (13), que visa proibir a participação de crianças na parada gay, a fim de evitar o que aconteceu no final de semana na parada gay, em São Paulo, onde os pais e responsáveis levaram as crianças para participar do parade. De acordo com o parlamentar, esses tipos de evento têm cunho erótico e de apologia ao sexo às drogas e bebidas alcoólicas.

**Informe publicitário**  
13/06/2023 Londrina-PR

Saiba mais

Fonte: Jessicão (2023m).

Especificamente no perfil de Jessicão, observa-se a tentativa de proibir a participação de crianças e adolescentes nas Paradas LGBTQIAPN+, além de restringir a organização e atividades de movimentos sociais que tratam da diversidade sexual e de gênero. As publicações nesse perfil frequentemente são manchetes de reportagens de diferentes veículos da imprensa digital, que reverberam as suas propostas de proibição (FIG. 59, FIG. 60). Uma dessas reportagens é identificada como informe publicitário, sugerindo financiamento comercial para a disseminação dessas ideias (FIG. 60).

O perfil de Jessicão também se empenha em se distanciar e atacar o movimento político LGBTQIAPN+, afirmando que a LGBTQIAPN+fobia é mais um instrumento retórico do que uma realidade (FIG. 62). Jessicão argumenta que respeito é conquistado com caráter e dignidade e desconsidera a necessidade de reconhecimento das LGBTQIAPN+fobias.

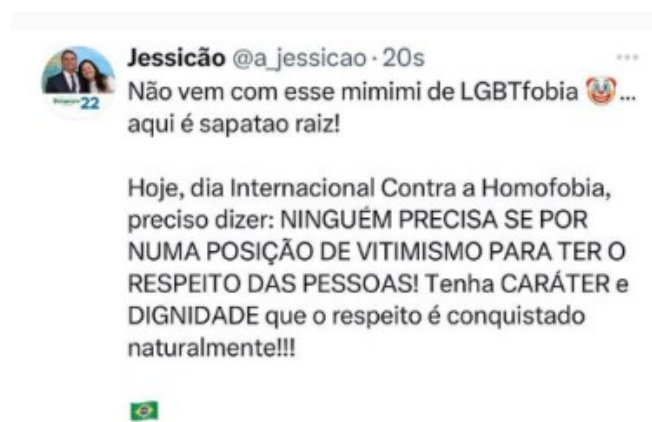
No plenário da Câmara Municipal de Londrina, como presidente da Comissão de Defesa do Nascituro, do Adolescente e da Criança, a vereadora projetou imagens de crianças ao lado de adultos com vestimentas eróticas, acusando a Parada de promover depravação e atentado ao pudor. Jessicão acusa as Paradas de atacarem a religião, ferirem princípios cristãos e desrespeitarem a família tradicional (Jessicão, 2023n). Ela afirma sentir nojo e vergonha desses eventos e afirma que homossexuais decentes levam vidas comuns, sem extravagâncias.

Figura 61 — “Propaganda” LGBT



Fonte: Jessião (2023o).

Figura 62 — Jessião “sapatão raiz”



Fonte: Perfil de Jessião no *Instagram*.<sup>55</sup>

No perfil de Holiday, também aparecem publicações focadas na proibição da participação de crianças e adolescentes nas Paradas, em que se utiliza um discurso que romantiza as primeiras lutas do orgulho LGBTQIAPN+ como uma busca pelo direito de viver "sua vida privada" livremente. Esse argumento mostra uma incompreensão do caráter público e da luta pela expressão de diversidade sexual e

<sup>55</sup> Imagem publicada no perfil de Jessião no Instagram em 17 de mai. de 2023 e posteriormente excluída pela administração da página.

de gênero que as Paradas LGBTQIAPN+ representam. Holiday também critica a utilização da sexualidade como uma ferramenta política, ao mesmo tempo que promove um projeto para proibir o evento. O vereador alega que o argumento sobre a “existência de crianças trans” nessas Paradas e a presença de crianças e adolescentes nesses espaços geram revolta e indignação. A representação visual de uma dessas publicações mostra, de um lado, Holiday em um discurso aguerrido, e do outro, a imagem de uma criança segurando um cartaz com os dizeres “crianças trans existem”, em que se objetiva reforçar a narrativa de oposição em relação à realização das Paradas LGBTQIAPN+ (FIG. 3). Em outra publicação, o vereador afirma que "há uma agenda ali que não faz parte da imensa maioria da agenda de homossexuais, de LGBTs pelo país inteiro" (Holiday, 2023j).

Figura 63 — Sobre o Orgulho LGBTI+



Fonte: Holiday (2023x).

Em ambos os perfis, são usados exemplos da Parada LGBTQIAPN+ de São Paulo para ilustrar os argumentos, com imagens e discursos sugerindo que crianças e adolescentes são expostos a condutas eróticas e sexuais nesses eventos. Isso demonstra um esforço coordenado para caracterizar as Paradas LGBTQIAPN+ de maneira negativa e justificar propostas de restrição e proibição dessas manifestações

culturais e políticas essenciais para a visibilidade das reivindicações políticas da comunidade LGBTQIAPN+.

Esses eventos têm sido alvo de críticas por parte de parlamentares conservadores, que os acusam de promover comportamentos imorais e desrespeito aos valores religiosos. Eles afirmam que as paradas afrontam as famílias tradicionais e a moral cristã e utilizam símbolos religiosos de maneira provocativa. Movimentos sociais, por outro lado, defendem as paradas como uma forma legítima de expressão e resistência e destacam a importância de visibilidade e direitos para a comunidade LGBTQIAPN+.

Algumas edições das Paradas já utilizaram a simbologia religiosa para chamar a atenção para os problemas de preconceito e exclusão enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+. Um exemplo foi a performance de Viviany Belebony, uma mulher trans que apareceu crucificada durante a Parada do Orgulho LGBT de 2015 em São Paulo. A performance fazia referência às políticas de morte e extermínio contra a população LGBTQIAPN+, muitas vezes legitimadas pelo discurso religioso e interpretações conservadoras do cristianismo. Essas ações buscam provocar uma reflexão crítica sobre como certos paradigmas religiosos podem ser excludentes e perpetuar a violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Figura 64 — Jessicão contra a Parada LGBTQIAPN+



Fonte: Jessicão (2023p).

Figura 65 — Não representa LGBT



Fonte: Jessicação (2023q).

As Paradas são manifestações sociais e políticas de grande relevância em prol dos direitos e da cidadania LGBTQIAPN+. Nesses espaços de luta e reivindicação política, destacam-se a presença, as experiências, os afetos, as expressões culturais e estéticas dos participantes, em que se cria um ambiente de resistência contra as estruturas opressoras de gênero e sexualidade. A Parada LGBTQIAPN+ deve ser entendida como uma manifestação de resistência contra as relações de poder que moldam a sociedade patriarcal e impõem a cisheteronormatividade no espaço público.

A questão de estabelecer uma classificação etária para esses eventos é complexa, dado o direito dos pais de educarem seus filhos segundo seus valores. No entanto, argumentar que a exposição a corpos estetizados e politizados compromete a inocência das crianças é controverso sob vários aspectos. Comparativamente, eventos como o Carnaval, que também têm componentes de celebração da diversidade e liberdade, enfrentam críticas semelhantes sobre a erotização. Porém, apesar das críticas ao Carnaval, não se vê por parte desses vereadores a mesma tentativa de midiaticar a sua proibição, ainda que possam se opor a essa festividade, o que levanta a questão de um duplo padrão quando se trata da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+.

As investidas contra as paradas LGBTQIAPN+ em publicações nas plataformas de mídias digitais refletem elementos dos microfascismos digital e de gênero. Esses movimentos buscam deslocar eventos políticos de grande expressividade para



espaços privados, minando sua visibilidade e impacto. A distinção entre espaço público e privado é uma ferramenta de controle que mantém a cisheteronormatividade visível e dominante, enquanto empurra a diversidade sexual e de gênero para a clandestinidade. O microfascismo de gênero se manifesta nesses processos de segregação e exclusão, bem como na tentativa de silenciar as paradas LGBTQIAPN+.

Atualmente, a Parada LGBTQIAPN+ ocupa o centro econômico da maior metrópole do país, ela desafia essas hierarquias sociais, culturais e políticas e reivindica o direito à visibilidade, legitimidade, identidade e à cidadania plena, enfrentando as investidas do Estado, do mercado e do conservadorismo político. Ao tentar confinar essas manifestações a espaços privados, perpetua-se a hierarquia de gênero que marginaliza e invisibiliza corpos dissidentes, reforçando a cisheteronormatividade e as LGBTQIAPN+fobias.

Os ataques direcionados à Parada LGBTQIAPN+ não podem ser vistos fora da tentativa de restauração dos valores tradicionais e dos pactos patriarcais que são constituidores dos espaços público e político. Ou seja, essa dinâmica de exclusão está intrinsecamente ligada às hierarquias de gênero que operam na sociedade patriarcal. Esse gesto autoritário e coercitivo caminha no sentido de se opor a essa ocupação de corpos dissidentes e politizados nesses lugares.

Proibir a participação de crianças e adolescentes em manifestações sociais, culturais e políticas, como a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, apresenta-se como uma atitude autoritária e pouco reflexiva, inclusive do ponto de vista jurídico e constitucional. A Constituição Federal do Brasil assegura o direito de livre expressão e de reunião, incluindo a participação de jovens nesses eventos como parte de sua formação cidadã. Limitar a participação juvenil em tais manifestações não só fere princípios democráticos, mas também impede que jovens desenvolvam um entendimento crítico e inclusivo da sociedade.

Atualmente, as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ no Brasil transcenderam sua origem como manifestações puramente políticas e culturais para se tornarem eventos de grande impacto cultural e econômico. A dimensão e a expressividade das paradas, especialmente na cidade de São Paulo, atraem investimentos significativos de diversos setores do mercado, incluindo turismo e entretenimento. Esse crescimento econômico transformou as paradas em eventos que não apenas celebram a diversidade e reivindicam direitos, mas também movimentam a economia

local e nacional. Dessa forma, a força econômica das Paradas LGBTQIAPN+ impõe-se como uma nova forma de legitimidade, consolidando-se como uma força política, cultural e econômica de grande expressividade numérica e financeira, tornando difícil encontrar argumentos que justifiquem sua obstrução pelo discurso neoliberal. São inúmeras as tentativas de cooptação dessas lutas e reivindicações pelo *marketing* e mercado publicitário, em que grandes empresas usam tal manifestação política para se projetarem comercialmente sob o argumento da diversidade.

Mesmo governos identificados com a direita conservadora, como o governo Tarcísio, em alguma medida podem não se esforçar em obstruir a realização do evento, pois em muitas cidades, como São Paulo, a Parada já faz parte do calendário oficial de grandes eventos da cidade. Internacionalmente reconhecida como a maior parada LGBTQIAPN+ do mundo, ela movimenta significativamente a economia paulista durante a semana de sua realização.

Figura 66 — Patrocínio de Tarcísio à Parada LGBTQIAPN+



Fonte: Holiday (2023y).

Holiday (2023y) utiliza esse argumento para explicar a verba destinada ao evento pelo governo de São Paulo, sob a gestão de Tarcísio. Ele ressalta que esse investimento já estava previsto no orçamento votado no ano anterior e que seu descumprimento poderia resultar em crime de responsabilidade. Além disso, Holiday afirma que, se o governador ignorasse a Parada, provavelmente seria alvo de um

inquérito do Ministério Público por "institucionalização da homofobia" ou outras alegações semelhantes.

Além dos ataques às Paradas LGBTQIAPN+, observa-se nesses perfis uma tentativa sistemática de desqualificar os movimentos LGBTQIAPN+ e suas articulações políticas (FIG. 1, FIG. 6, FIG. 7, FIG. 22, FIG. 23, FIG. 34, FIG. 36, FIG. 38, FIG. 40, FIG. 61, FIG. 63, FIG. 64, FIG. 65). O perfil Jessicão frequentemente se refere aos movimentos LGBTQIAPN+ como "militância colorida" ou "militância esquerdista" utilizando esses termos para ridicularizar ativistas e organizações da sociedade civil (FIG. 1, FIG. 7, FIG. 34, FIG. 36) que lutam pelos direitos LGBTQIAPN+. Nessas publicações e em diferentes vídeos, a militância LGBTQIAPN+ é associada a imagens descontextualizadas das Paradas LGBTQIAPN+, juntamente com acusações de práticas de profanação, alienação ideológica, desrespeito aos valores religiosos, à fé e à moralidade. No perfil Holiday, o movimento LGBTQIAPN+ também é relacionado a esses imaginários ideológicos e associado aos movimentos de esquerda (FIG. 23, FIG. 40, FIG. 63).

Ao longo das últimas décadas, os ativistas e movimentos LGBTQIAPN+ brasileiros se destacam na conquista de direitos que estavam estagnados nas casas legislativas. Entre as conquistas recentes estão a criminalização da homotransfobia em 2019, o reconhecimento do direito de pessoas trans a alterarem seu nome e sexo civil sem necessidade de cirurgia ou autorização judicial em 2018, e a aceitação da doação de sangue por homens gays e bissexuais em 2020. Essas vitórias são resultado de décadas de luta e resistência, mostrando o impacto do ativismo LGBTQIAPN+ no avanço dos direitos dessa população no Brasil.

Diante dos avanços progressistas, emerge a ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Atacar os movimentos LGBTQIAPN+ a partir de enquadramentos ideológicos enviesados constitui uma violência ao histórico de lutas e conquistas desses movimentos. Esses ataques, fundamentados na chamada "ideologia de gênero", não apenas desrespeitam esse legado, mas também perpetuam e atualizam a violência e a marginalização desses grupos.

A constante resistência dos movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil, diante dos ataques e tentativas de deslegitimação, reitera a importância de uma luta contínua pela consolidação dos direitos já conquistados e pela superação de outras fronteiras que dificultam o alcance da igualdade. Apesar das adversidades e do discurso

conservador que tenta minar suas conquistas, os movimentos LGBTQIAPN+ continuam articulados e atuantes, utilizando as Paradas do Orgulho e outros eventos como plataformas importantes de reivindicação e celebração. A força e a resiliência demonstradas por esses movimentos são um testemunho do seu impacto positivo na sociedade e da sua capacidade de fomentar mudanças sociais significativas, ao mesmo tempo que enfrentam e desafiam os preconceitos e as injustiças estruturais.

### **5.3 Instrumentalização das linguagens e ferramentas do Instagram na ofensiva antigênero**

No contexto das publicações selecionadas, o *Instagram* tem sido utilizado para disseminar narrativas que reforçam estereótipos e preconceitos contra a população LGBTQIAPN+ com o objetivo de atender a propósitos políticos, ideológicos e eleitorais. Através de memes, vídeos e postagens, essas narrativas são construídas de forma a deslegitimar as identidades de gênero e sexualidade diversas, promovendo uma visão conservadora e excludente. Essa estratégia não apenas marginaliza ainda mais esses grupos, mas também busca minar seus direitos e sua participação política e social.

Na ambiência do *Instagram*, os microfascismos se manifestam na forma de discursos transfóbicos, desinformação e campanhas coordenadas que visam atacar e silenciar vozes dissidentes, especialmente a comunidade LGBTQIAPN+. A plataforma, com suas ferramentas de circulação e viralização de conteúdo, facilita a disseminação rápida e ampla dessas mensagens, exacerbando o impacto negativo sobre as comunidades-alvo.

A linguagem memética, uma das ferramentas mais utilizadas nessa ofensiva, é particularmente eficaz na propagação de ideologias antigênero. Memes são facilmente compartilháveis e compreensíveis, permitindo que mensagens complexas sejam simplificadas e disseminadas rapidamente. Além disso, a natureza visual e humorística dos memes pode mascarar a violência das mensagens transmitidas, tornando-as mais palatáveis e menos suscetíveis a críticas imediatas. Essa estratégia de comunicação não é apenas usada para reforçar imaginários e preconceitos

existentes, mas também para criar outros e contribuir para a normalização do discurso LGBTQIAPN+fóbico e da discriminação.

A análise qualitativa revela que a linguagem memética transcende a plataforma do *Instagram*, sendo também utilizada em comportamentos e ações de figuras públicas e parlamentares, produzidos para reverberar nas mídias digitais. A seguir, será discutido como essas linguagens e ferramentas foram empregadas nessas campanhas, destacando a forma como temas específicos são utilizados para promover a regressão de direitos LGBTQIAPN+ como parte da propaganda política.

### 5.3.1 Linguagem memética

As observações analíticas sobre esse conteúdo publicado no *Instagram* apontam que a linguagem memética foi uma ferramenta fortemente utilizada na comunicação política e digital, principalmente para debochar e ridicularizar as pautas e algumas demandas da população LGBTQIAPN+. Esses memes, muitas vezes, foram produzidos a partir de estereótipos que tentam ridicularizar as identidades trans por meio de imagens e discursos com nuances transfóbicas. Ao fazer isso, esses memes não apenas perpetuam preconceitos sociais, mas também contribuem para a marginalização e exclusão social dessas identidades, bem como de suas demandas políticas e sociais.

Figura 67 — Meme “Toda sala de aula tem”



Fonte: Holiday (2022t).

Figura 68 — Holiday sobre “todes”



Fonte: Holiday (2023z).

Compreende-se que as plataformas de mídias digitais produzem estéticas que geram renovação e eliminação, afetos como ironia e diversão (Bratich, 2022). Elas estão permeadas por lógicas de informação, comunicação, trocas culturais, econômicas e simbólicas que são próprias do capitalismo de plataformas (Bucci, 2021;

D'Andréa, 2020) e que moldam a realidade e as subjetividades dos indivíduos, além de contribuir para a ação de corpos coletivos fascistas (Bratich, 2022; Fuchs, 2022; Guattari, 2016,). Bratich (2022) menciona que plataformas como fóruns e jogos *on-line* criam espaços onde ideologias fascistas podem proliferar e se cristalizar em ações coletivas.

As publicações desses vereadores no *Instagram* utilizam a linguagem memética e o humor para ridicularizar pessoas LGBTQIAPN+ e algumas de suas reivindicações, promovendo sua incapacitação social e política. A ironia e a diversão, presentes nas estéticas digitais, são ferramentas que alimentam esses discursos depreciativos e excludentes. Esses conteúdos são mobilizados para indicar seus posicionamentos políticos, engajar os seguidores em torno dessas publicações e temáticas e promover sua agenda política a partir da oposição às políticas progressistas e identitárias.

No *Instagram*, essas práticas microfascistas desdobram-se em microagressões contra a população LGBTQIAPN+ permeadas em diferentes publicações que versam sobre suas lutas e demandas políticas. No contexto plataformizado, a forma de ação coletiva mediada mudou de espectador em massa para participante em rede, o que resulta em uma composição distribuída de operações e manobras propiciadas pelas ferramentas digitais (Bratich, 2022).

Os memes atualmente podem ser percebidos em comportamentos e discursos produzidos por parlamentares, candidatos e figuras públicas. Eles são produzidos para reverberar em ambientes virtuais, aproveitando-se das estratégias de circulação desses conteúdos nas redes. A utilização de memes vai além de imagens engraçadas e se torna uma ferramenta para a dispersão de discurso e mobilização política, capaz de influenciar a opinião pública e moldar narrativas sociais e políticas. Nesse sentido, os memes se integram ao tecido social, amplificam mensagens e reforçam ideologias que, muitas vezes, promovem a polarização e a disseminação de desinformação. As figuras públicas e políticas, conscientes do potencial viral dos memes, utilizam essa linguagem para engajar suas bases e propagar suas agendas.

Um exemplo de como os acontecimentos são memetizados está no pronunciamento do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG)<sup>56</sup> no plenário da

---

<sup>56</sup> O deputado federal Nikolas Ferreira enfrenta diversas controvérsias legais e políticas sobre ações e comportamentos relacionados à agenda antigênero no Legislativo brasileiro. Ele é réu por LGBTfobia e violação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) devido à exposição de uma

Câmara, durante seu discurso sobre o Dia da Mulher (Bergamo, 2023). A memetização desse acontecimento reverberou nas publicações de Holiday e Jessião no *Instagram*.

Naquela ocasião, o parlamentar usou uma peruca e se autodenominou "deputada Nikole", declarando ironicamente que se sentia mulher. O objetivo era atacar as pessoas e o movimento trans, que se mobilizam nessa data para dar visibilidade às identidades e lutas políticas de mulheres trans e travestis. O parlamentar faz parte do grupo de políticos eleitos por suas plataformas conservadoras, com forte apelo à imagem de Jair Bolsonaro, e atua para fortalecer a articulação e o engajamento do *lobby* religioso no Parlamento brasileiro, no debate público e nas redes sociais.

Quando o deputado Nikolas produz essa performance no plenário para ridicularizar, desrespeitar e atacar a população de transexuais e travestis, ele utiliza a linguagem memética para tornar tal acontecimento midiático. Existe um interesse na circulação desse discurso pela cobertura política da imprensa, pelas reverberações em sites de notícias, programas de rádio, TV e, principalmente, sua repercussão nas mídias sociais, que potencializa sua visibilidade e alcance. Também há o interesse em reduzir e desqualificar algumas temáticas por meio da linguagem memetizada, no sentido de diminuir o debate à superficialidade produzida pelo deboche e sarcasmo. Recorrendo à violência transfóbica, ao escárnio e à ironia, ele transforma seu pronunciamento oficial em um meme instagramável.

---

aluna trans menor de idade em um vídeo nas redes sociais, em que criticou sua presença em um banheiro feminino. Além disso, quando foi vereador em Belo Horizonte, Nikolas foi autor de um projeto de lei que visava proibir o uso de linguagem neutra nas escolas municipais, argumentando que essa prática contraria valores tradicionais. Em muitas ocasiões no plenário da Câmara, atitudes do parlamentar foram consideradas uma clara agressão contra as parlamentares Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), que se identificam como transexuais/travestis. Esse meme transfóbico é um desses exemplos.



Figura 69 — Nikole tem razão



Fonte: Holiday (2023aa).

Em seu perfil no *Instagram*, Holiday compartilha diversos conteúdos meméticos em torno do pronunciamento de Nikolas, embora reconheça que houve excessos por parte do parlamentar<sup>57</sup>. Esses excessos são minimizados em relação às dimensões ideológicas e conservadoras e aos supostos perigos que as reivindicações do movimento LGBTQIAPN+ poderiam trazer para a sociedade brasileira. O vereador busca responder à pergunta se o deputado Nikolas teria sido transfóbico em seu pronunciamento na Câmara dos Deputados.

O grande problema é que a “ideologia de gênero” está relativizando cada vez mais o sexo. Está permitindo com que você simplesmente possa acordar se sentindo mulher e dormir se sentindo homem. Essa relativização é um perigo, porque no fim das contas vai significar que não importa o sexo com o qual você nasceu, importa simplesmente aquilo que você sente. E é óbvio que isso tira espaço das mulheres, é óbvio que isso joga no lixo toda a história das mulheres ao longo desses anos. Foi isso o que o Nikolas disse. Alguns vão dizer: não precisa ter colocado peruca, não precisava etc. Infelizmente na política é assim. Quando alguns absurdos vão acontecendo lentamente, você precisa dar um choque de realidade na população para que todos possam enxergar esse absurdo. E foi isso que ele fez. Tentar cassar o Nikolas por isso nada mais é do que mais uma demonstração de autoritarismo e de tentativa de censura da esquerda (Holiday, 2023s).

Nas postagens em que Holiday declara oposição à participação de pessoas trans no esporte, ele também recorre à linguagem e a produção memética para afirmar que "Nikole tem/tinha razão", referindo-se à decisão do governo do Texas (EUA) de

<sup>57</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CpkpAdfsioB/>. Acesso em: 12 out. 2023.

proibir a participação de mulheres trans em esportes femininos. O mesmo meme é utilizado em outra postagem sobre uma maratonista trans que teria vencido 14 mil mulheres "depois de competir como homem meses antes" (FIG. 4).

Figura 70 — Selo Nikole tem razão



Fonte: Holiday (2023ab).

Outro exemplo da mobilização da linguagem memética nesses perfis está no uso da expressão "todes", utilizada para ridicularizar não apenas a linguagem não binária, mas também as pessoas, suas lutas políticas, os movimentos LGBTQIAPN+ e as esquerdas. Além de a expressão "todes" ser memetizada e associada a uma estratégia ideológica, observa-se um movimento que objetiva atacar as identidades de gênero não binárias, trans e travestis, bem como o uso político dessas linguagens de resistência. Na publicação de Holiday, por exemplo, "todes" é associado a militantes LGBTQIAPN+ e de esquerda. Desse modo, negligenciam-se as críticas sobre os efeitos da colonialidade no arcabouço simbólico e linguístico. Essas publicações são desqualificadas e desacreditadas, atacam as identidades de

gênero não binárias, trans e travestis, bem como o uso político dessas vivências e expressões.

Em seu perfil no *Instagram*, Jessicão demonstra apoio ao deputado Nikolas diante das críticas que o parlamentar recebeu por seu comportamento transfóbico. Para isso, ela publica uma foto ao lado do deputado, replica a expressão "deputada Nikole" e utiliza a *hashtag* #somostodosnikolasferreira no sentido de segmentar, engajar e promover a circulação da publicação e de seu perfil em virtude da reverberação desse pronunciamento nas plataformas de mídias digitais. Além do gesto de se posicionar sobre essa temática, a publicação também objetiva demonstrar o grupo político ao qual a parlamentar se integra, bem como inserir-se nessa rede de publicações e conexões estabelecidas por meio dessas temáticas.

Figura 71 — Deputada Nikole passando por aqui



Fonte: Jessicão (2023c).

Tanto as expressões “deputada Nikole”, “Nikole tem razão” quanto o termo “*todes*” aparecem como memes pejorativos, operam na lógica das LGBTQIAPN+fobias, do escárnio e da desqualificação de suas lutas, demandas e identidades. Compreende-se que esses ataques se reforçam através da imagem e da caricatura e podem ser usados como instrumentos de agressões, violências e preconceitos. A partir de Eribon (2008), considera-se que as caricaturas homófoba, lesbófoba, transfóbica, entre outras, se inscrevem no horizonte da injúria permitindo,

a partir de esquemas mentais, rir a propósito das pessoas LGBTQIAPN+. A caricatura oferece um “retrato de grupo” para ser imediatamente reconhecível por todos.

A linguagem cotidiana (assim como a imagem das linguagens) é de um lado ao outro atravessada por relações de força, por relações sociais (de classe, sexo, idade, raça etc.), e é em e pela linguagem (e a imagem) que acontece a dominação simbólica, isto é, a definição - e a imposição - das percepções do mundo e das representações socialmente legítimas (Eribon, 2008, p. 95).

A piada, o deboche, entre outras formas de representação caricatural da comunidade LGBTQIAPN+, operam de modo a potencializar o preconceito e o escárnio público. Assim, o humor se torna um veículo de agressões, violências, difusão de estereótipos e preconceitos sociais, reforçando visões distorcidas e estigmatizadas sobre grupos sociais específicos. O humor manifestado nesses memes se configura em microagressões cotidianas, como piadas que ridicularizam características raciais, étnicas, culturais, de gênero e/ou orientação sexual, sendo vetores para a atualização e perpetuação de preconceitos, estigmas e discriminações.

Discursos que ridicularizam e/ou diminuem a humanidade de grupos de pessoas não podem ser vistos como piadas inofensivas, desconsiderando o impacto negativo e as relações de poder que os constituem. A normalização do humor e/ou piadas que evocam preconceitos e estigmas sociais canaliza a violência e a barbárie discursiva para o cotidiano das pessoas e é utilizada como estratégias de controle e normalização dos corpos, inclusive em relação ao gênero e à sexualidade.

### 5.3.2 Materiais eleitorais e comunicação digital

A análise das publicações de Holiday e Jessicão no *Instagram* revela a criação de diversos materiais e conteúdos digitais destinados a se posicionar contra as políticas LGBTQIAPN+, apresentando-se como conservadores e à direita do espectro político. No período eleitoral, *banners* e pôsteres compõem as estratégias de divulgação dessas ideias e agenda de governo. Como se viu na análise, a narrativa criada sugere uma dinâmica binária, oposicional entre direita e esquerda e entre os valores que cada uma defende. Observou-se que os valores associados à direita estão ligados à moralidade, aos valores religiosos, cristãos, nacionais, liberais na economia e conservadores nos costumes.

Nesses perfis, nota-se a instrumentalização do audiovisual para a disseminação de conteúdo com caráter controverso, ideológico, que contribui para a disseminação de desinformação e notícias enviesadas, especialmente em conteúdos sobre gênero e sexualidade. A análise revela que muitos desses vídeos foram gravados na estética dos *selfies* e compartilhados via *reels*. Esses vídeos frequentemente contêm afirmações desprovidas de credibilidade, responsabilidade crítica e intelectual, resultando em discussões superficiais, sem profundidade, baseadas em discursos religiosos tradicionais, preconceitos sociais e no senso comum, como, por exemplo, em temáticas como a linguagem não binária, a participação de pessoas trans nos esportes, o uso dos banheiros segundo a sua identidade de gênero, entre outras.

Figura 72 — *Jessicão Podcast*



Fonte: Jessicão (2023r).

Figura 73 — Gif Jessicaão



Fonte: Jessicaão (2022w).

Figura 74 — Vídeo apoio de Malta



Fonte: Jessicaão (2022f).

Nesses vídeos, também se observam recortes de participação de Jessicaão e Holiday em programas de rádio, *podcast* e TV, em que defendem essas pautas antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ sem serem confrontados

diante de seus discursos conservadores. A participação dos vereadores em programas de TV sensacionalistas da mídia tradicional oferece credibilidade aos seus discursos extremistas e informações sem fontes verificáveis. Isso ocorre, por exemplo, no programa *Pânico*, da rede Jovem Pan, que contribui para esse fluxo de desinformação, uma vez que as questões levantadas pelos participantes não são devidamente verificadas. Em muitos casos, os próprios apresentadores e profissionais que conduzem as discussões demonstram desconhecimento e preconceito sobre os assuntos tratados, endossando os argumentos desses vereadores.

Figura 75 — Holiday no Programa *Fio Diário*



Fonte: Holiday (2023j).

Os materiais visuais presentes nas publicações utilizam cores, símbolos e imagens que evocam emoções e sentimentos nacionalistas, principalmente no perfil de Jessião (FIG. 1, FIG. 10, FIG. 12, FIG. 15, FIG. 17, FIG. 22, FIG. 24, FIG. 25, FIG. 34, FIG. 36, FIG. 37, FIG. 38, FIG. 55, FIG. 59, FIG. 60, FIG. 72, FIG. 73, FIG. 74, FIG. 80). No perfil de Holiday, esses elementos nacionalistas aparecem com menos recorrência e estão mais localizados no período eleitoral<sup>58</sup>. Nos vídeos opinativos compartilhados nos *reels*, percebeu-se a utilização das caixas de perguntas por meio

<sup>58</sup> Um exemplo é a postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiNtbe8u-DR/>. Acesso em: 10 out. 2023.

dos *stories* para a produção de conteúdo para esses perfis, inclusive sobre temáticas observadas nesta pesquisa. É em resposta a essas caixas de perguntas que Jessicão se posiciona diversas vezes contra as pautas da comunidade LGBTQIAPN+.

Através dessa estratégia, busca-se não apenas contribuir com essa narrativa de identificação de inimigos e pânico moral, mas também influenciar e moldar a percepção do público sobre esses temas, reduzindo-os a uma dicotomia simplista e maniqueísta. Os elementos visuais, como cenário, roupas, textos, áudios, imagens, gifs etc., demonstram apoio à Bolsonaro e ao seu grupo político e mobilizam uma estética que sugere combatividade, força e determinação para enfrentar os efeitos da “ideologia de gênero” na sociedade e, nesse sentido, todas essas pautas que se associam a ela. Também se percebe a mobilização de símbolos da comunidade LGBTQIAPN+, como a bandeira trans e as cores do arco-íris, para endossar as críticas contra as políticas direcionadas a esses grupos, reiterando seu caráter negativo.

Figura 76 — Reels e enquetes



Fonte: Jessicão (2023g).



Figura 77 — Gifs Arco-íris



Fonte: Jessicão (2023b).

Figura 78 — Entrevista na TV



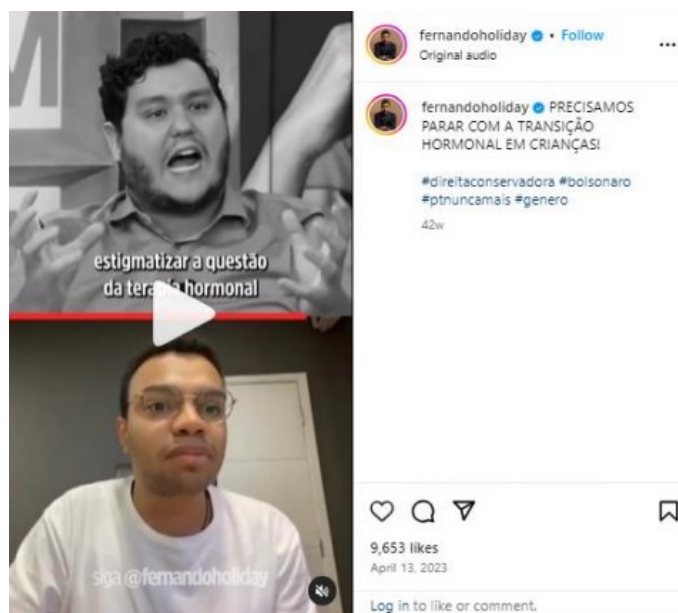
Fonte: Jessicão (2023s).

Elementos nacionalistas são utilizados por ambos os parlamentares em suas publicações no *Instagram*. Em algumas publicações de Jessicão, esse nacionalismo vem acompanhado de uma política antiLGBTQIAPN+ em que essa ideia de nação e soberania é baseada em realidades subjetivas, criadas e propagadas pelas

instituições e pelo meio social, que constroem uma identidade coletiva em oposição aos "outros", à agenda progressista e àqueles identificados com a esquerda e/ou LGBTQIAPN+ (FIG. 55, FIG. 58, FIG. 59, FIG. 60, FIG. 72, FIG. 74, FIG. 76, FIG. 77). Regimes totalitários e patriarcais, como o nazifascismo, exploram esses conceitos para justificar a concentração de poder e a repressão de grupos marginalizados, criando um senso de unidade e propósito nacional que é, na verdade, uma construção artificial.

A análise do *corpus* de pesquisa revela que, nos perfis de Holiday e Jessião, os vídeos opinativos são ferramentas centrais para expressar suas posições políticas e ideológicas, especialmente em relação às pautas LGBTQIAPN+. No perfil de Holiday, observam-se vídeos em que ele apresenta seu posicionamento político, destacando suas discordâncias sobre temas polêmicos como “banheiros *unissex*”, participação de pessoas trans nos esportes, cotas raciais, cotas trans e LGBTQIAPN+fobias. Holiday se coloca como um parlamentar corajoso, disposto a enfrentar esses temas espinhosos sem temor. Ambos utilizam seu próprio pertencimento à comunidade LGBTQIAPN+ como argumento para legitimar suas posições conservadoras e condutas LGBTQIAPN+fóbicas, como se os eximisse de reproduzir práticas de preconceito. Em diálogo com Mombaça (2021), é preciso destacar que utilizar o lugar de fala para endossar posições de privilégio pode ser visto como resistência política à marcação dessas posições de poder, no sentido de manter as estruturas de privilégio e dominação.

Figura 79 — Debate sobre transição hormonal



Fonte: Holiday (2023ac).

No perfil de Jessicão, os vídeos opinativos são amplamente utilizados para apresentar argumentos contra as pautas LGBTQIAPN+. Em muitos deles, a vereadora responde a supostas críticas recebidas em suas plataformas de mídias digitais. Ela também declara em suas publicações que sofre ameaças de opositores políticos, inclusive membros da comunidade LGBTQIAPN+. Em um desses vídeos, a vereadora relata uma situação em que uma travesti a ameaçou, e que ela a confrontou pessoalmente para ver se teria coragem de agredi-la enquanto mulher (Jessicão, 2023t).

O codinome "a opressora" reflete fortemente a estética usada por Jessicão nas plataformas digitais. Ela se coloca como alguém que oprime aqueles que pensam diferentemente dela no campo político, principalmente em relação às temáticas de gênero e sexualidade. Nesse sentido, utiliza expressões como "sapatão raiz", "sem vitimismo" e "LGBT blá blá blá" não apenas para ridicularizar, mas também para se distanciar desse campo político e se posicionar como conservadora.

A "Live" aparece no perfil de Jessicão durante o período eleitoral como uma ferramenta para discutir essas temáticas em torno da "ideologia de gênero" com outros atores políticos e figuras públicas de viés conservador. Um exemplo disso é uma *Live* transmitida no perfil de Jessicão, em que ela reiterou discursos hostis às pessoas e ao movimento LGBTQIAPN+, vinculando-os à retórica da "ideologia de gênero"

(Jessião, 2022x). Esse tipo de conteúdo influencia negativamente a percepção pública sobre as temáticas retratadas, especialmente entre aqueles que possuem poucas informações e recursos para compreendê-las. A propósito, as *lives* são ferramentas importantes no ecossistema das plataformas de mídias digitais, permitindo a interação em tempo real e a disseminação rápida de informações. No entanto, elas também podem ser instrumentalizadas para espalhar desinformação e conteúdo de caráter ideológico e controverso.

Figura 80 — Live contra a agenda da lacração



Fonte: Jessião (2023u).

A análise do *corpus* de pesquisa revela que, no perfil de Holiday, as *hashtags* foram usadas estrategicamente para a circulação de conteúdo nas redes sociais e para delimitar o alinhamento político e ideológico. As *hashtags* relacionadas às publicações contrárias às políticas LGBTQIAPN+ incluem #forapt, #foralula, #ptnuncamais, #direita, #direitabrasil, #direitaconservadora, #bolsonarotemraza, #bolsonaro, #nikolasferreira, #nikoletemraza, #liberalismo, #viral, #meme, #treta, #orgulho, #trans, #lgbt, #genero e #paradagay. Essas *hashtags* conectam a narrativa construída que associa questões de gênero, o movimento LGBTQIAPN+ e as pautas do movimento trans ao PT, à esquerda e a Lula, enquanto se posiciona como conservadora nos costumes e liberal na economia. Observa-se que o nome de Nikolas Ferreira aparece relacionado aos ataques antigênero, principalmente devido ao meme

criado em torno de sua performance de peruca. As *hashtags* como #viral, #meme e #treta emergem como estratégias para potencializar o alcance do conteúdo na plataforma. Esse recurso das *hashtags* é pouco utilizado no perfil de Jessião.

As *hashtags* no *Instagram* são ferramentas eficazes para direcionar conteúdo e alcançar públicos específicos. A partir dos perfis selecionados, observa-se que essas estratégias digitais têm sido amplamente utilizadas para promover discursos contrários aos direitos da população LGBTQIAPN+. Ao explorar *hashtags* populares e polêmicas, os comunicadores políticos conseguem ampliar o alcance de suas mensagens e atingir um público direcionado, conseguindo novos seguidores e apoiadores. Essas táticas permitem que esses ataques aos sujeitos e às políticas LGBTQIAPN+ reverberem no ambiente virtual na medida em que aproveitam do poder de disseminação das mídias digitais. Durante períodos eleitorais, essa instrumentalização das *hashtags* indica os contornos políticos e ideológicos dessas publicações, sendo utilizada para reforçar campanhas políticas e promover agendas alinhadas à direita do espectro político, muitas vezes a partir da oposição aos direitos LGBTQIAPN+.

#### **5.4 Enfrentamento aos microfascismos**

A reflexão sobre práticas de microantifascismo se tornou uma urgência diante do aumento da violência, incluindo microfascismos de gênero e digital, nos espaços sociais e midiáticos. Tais práticas envolvem a resistência a discursos opressores e a promoção de narrativas alternativas que desafiam o *status quo*. Em tais contextos digitais, os agenciamentos coletivos podem perpetuar ou criar condições de resistência aos microfascismos e às estruturas de poder que operam de forma mais ampla, dispersa e em escala micropolítica. Abordar os agenciamentos coletivos de enunciação (Deleuze; Guattari, 1996), em diálogo com os fenômenos de microfascismos digital e de gênero na sociedade platformizada (Bratich, 2022), contribui para a compreensão de que as plataformas digitais não apenas refletem, mas também moldam e transformam as relações sociais, os processos de subjetivação e a dinâmica do poder e a distribuição da violência na sociedade atual.

Enfrentar os microfascismos nas práticas culturais exige uma abordagem ética e antifascista. É essencial reconhecer e desarticular microagressões cotidianas que

perpetuam opressão e discriminação e promover uma educação crítica e conscientização sobre diversidades. Também é importante entender as relações de poder que influenciam nossas vivências e desafiar práticas que reproduzem (micro)fascismos. Apenas com uma postura ética e comprometida é possível transformar as estruturas de poder e opressão na sociedade.

Bratich (2022) discute o papel do humor nas práticas de microantifascismo, destacando sua capacidade de desafiar os poderes hegemônicos. O humor, que aparece em diversos memes compartilhados por Holiday e Jessicão no *Instagram* para atacar a população LGBTQIAPN+ e suas demandas políticas, é uma ferramenta ambivalente que pertence à multiplicidade de corpos sociais, capaz de apontar as dimensões e as nuances do poder (Bratich, 2022). Ele emerge como ferramenta poderosa no arsenal antifascista, permitindo que comunidades desafiem normas de gênero e gerem mecanismos de enfrentamento às microagressões.

Para Bratich (2022), o uso de humor no *Twitter* por comunidades negras que objetivam destacar questões de poder e engendrar práticas de resistência é um exemplo dessas ações. Segundo o autor, o humor também é uma forma de intervenção feminista performática, como nas marchas de protesto que empregam irreverência e humor para desafiar normas de gênero e poder. Performances similares ocorrem nas manifestações pela diversidade sexual, como as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+.

O humor pode ser usado como uma poderosa ferramenta de resistência contra a violência, a desinformação, os discursos de ódio e as práticas de microfascismo digital. Por meio da sátira e do sarcasmo, é possível expor a irracionalidade e a hipocrisia de argumentos preconceituosos e discursos de ódio, desarmando-os com inteligência e criatividade.

Apesar do desafio, o uso do humor estabelece uma conexão empática com o público, tornando as mensagens mais acessíveis e difíceis de ignorar. Dessa maneira, ao satirizar o extremismo e a intolerância, ressaltando suas nuances de poder, controle e violência, o humor pode contribuir por meio do questionamento e da reflexão. Por outro lado, é importante que o humor seja utilizado de forma responsável e sensível, evitando a reprodução de estereótipos ou preconceitos. O humor deve ser inclusivo e respeitar as experiências e identidades das pessoas, podendo promover diálogos e reflexão crítica. Ao desafiar narrativas de ódio e preconceito de maneira

criativa, o humor pode ajudar a desarticular estratégias do microfascismo digital identificadas nesta pesquisa.

Bratich (2022) também destaca práticas como a remoção de condições técnicas e midiáticas que favorecem o discurso fascista e a priorização da defesa comunitária em detrimento da liberdade de expressão, como uma dessas ações microantifascistas. Pequenos grupos de afinidade, como o Movimento Revolucionário Abolicionista, e a reapropriação de tradições religiosas ancestrais são estratégias mencionadas.

A recomposição da faculdade mimética para promover empatia e a utilização da cultura popular para contestar e resistir ao microfascismo são destacados. A faculdade mimética refere-se à capacidade humana de imitar e empatizar com os outros. Ao recompor essa habilidade, busca-se promover a empatia entre pessoas com diferenças significativas, superando barreiras que frequentemente conduzem ao preconceito e à violência. Esse processo é essencial para desconstruir narrativas fascistas que desumanizam "o outro". Além disso, a utilização da cultura popular, como memes, humor e práticas culturais diversas, funciona como uma arena de contestação. Ao empregar elementos da cultura popular, pode-se criar uma resistência acessível e abrangente contra o microfascismo, influenciando e moldando percepções públicas de maneira eficaz e subversiva.

O funcionamento dos algoritmos para as ações de enfrentamento da violência digital, os banimentos de contas, entre outras atividades de deplataformização (*deplatforming*), também são mecanismos importantes para o combate da composição e articulação fascista em sites e mídias sociais (Bratich, 2022). Essa tática busca interromper a capacidade de mobilização das plataformas para recrutar e construir uma base em sua ambiência, além de remover as condições técnicas e midiáticas para o discurso fascista.

A centralização da reprodução social refere-se à focalização nos processos e práticas cotidianas que mantêm e reproduzem a vida social. Isso inclui atividades como o cuidado, a educação e a manutenção das relações comunitárias, que são fundamentais para a sobrevivência das comunidades. Bratich (2022) argumenta que

ao valorizar e centralizar essas atividades, pode-se criar um movimento de resistência que desafia diretamente as estruturas de dominação microfascistas.

A ocupação de sujeitos LGBTQIAPN+ em diferentes espaços sociais, culturais, econômicos, políticos e de deliberação pública é fundamental para combater o microfascismo. Nos últimos cinquenta anos, o Brasil viu mudanças na sociabilidade e nas vivências de LGBTQIAPN+. Desde os anos 1960, houve maior presença dessas diversidades em espaços públicos das principais cidades. Contudo, apenas a partir da década de 2010 houve uma expansão significativa das candidaturas LGBTQIAPN+, abrangendo diversas posições ideológicas.

A paisagem política brasileira tem apresentado sinais de transformação com a eleição de parlamentares mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+ que estão comprometidas com suas respectivas causas políticas e identitárias. Essa mudança representa uma alteração na estrutura política tradicional, indicando um movimento em direção a uma maior diversidade e inclusão.

A Aliança Nacional LGBTQIAPN+ (2020a) faz um levantamento desde 1996 de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil. Naquele ano, 15 homossexuais assumidos concorreram a vagas no legislativo municipal em todo o território nacional (Gays pré-candidatos [...], 1996). Nenhum se elegeu (Aliança Nacional LGBTQIAPN+, 2020b). Vinte anos depois, o número de candidatos LGBTQIAPN+ e/ou aliados subiu para pelo menos 392, o que representa um crescimento de 2900%, ainda que seja um número pouco significativo em uma escala nacional (Aliança Nacional LGBTQIAPN+, 2020c).

Na eleição de 2020 no Brasil, observou-se um aumento significativo de 226% nas candidaturas de pessoas trans e/ou travestis. Entre as 294 candidaturas registradas naquele ano, a maioria estava participando pela primeira vez de uma eleição. Destaca-se que 30 dessas candidaturas trans foram eleitas, representando um aumento expressivo de 275% (Silva, 2020). Constatou-se que 16 candidaturas estavam associadas a partidos de esquerda, 11 a partidos de centro e 3 a partidos de direita. Além disso, 41% das pessoas eleitas se autodeclararam negras ou pardas<sup>59</sup>.

Em 2024, foram registradas mais de 3 mil candidaturas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, com mais de 1,75 milhões de votos contabilizados para essas

---

<sup>59</sup> Entende-se que as definições ideológicas e partidárias que localizam esses partidos nesses espectros políticos são controversas. Aqui prevaleceu a categorização feita pelo relatório da ANTRA sobre as candidaturas de pessoas trans eleitas em 2020.



candidaturas em todo o país. Esse número representa mais do que o dobro em relação às eleições de 2020. Foram 237 lideranças LGBTQIAPN+ eleitas em 186 cidades e 21 estados (Quem vai [...], 2024). Do campo progressista, as campeãs de votação em várias cidades do país foram pessoas LGBTQIAPN+, o que demonstra que esse campo político precisa cada vez mais de lideranças LGBTQIAPN+.

Os mandatos de muitos parlamentares LGBTQIAPN+ são focados na proposição de ações e políticas públicas que atendam às demandas específicas de setores dessa comunidade, considerando a ausência de representação e inclusão desses grupos no contexto político. Essas candidaturas geralmente refletem as experiências relacionadas à identidade sexual, de gênero e de sexualidade, trazendo suas vivências para enfrentar os preconceitos e participar da política. Marcadores sociais como raça/etnia, classe, entre outras dimensões de poder, podem influenciar diferentes pautas que direcionarão as prioridades dos mandatos e sua atuação. No entanto, nem todos os políticos, parlamentares ou pessoas LGBTQIAPN+ estão comprometidos com políticas identitárias e com os problemas que afetam as pessoas LGBTQIAPN+ em suas particularidades, que envolvem lutas políticas específicas dessa comunidade. É o caso dos parlamentares observados nesta pesquisa, cujos mandatos estão a serviço das mesmas estruturas opressoras que os constituem enquanto sujeitos não normativos, ainda que se reconheçam nesses lugares.

Defende-se que, apesar de haver LGBTQIAPN+ disposto a contribuir para reforçar estruturas opressoras e preconceitos sociais, é reconhecido que o aumento da representatividade LGBTQIAPN+ na política e nos espaços públicos é essencial para enfrentar as novas configurações do fascismo e microfascismo nas espacialidades pública e política. A presença de pessoas LGBTQIAPN+ em cargos políticos e posições de destaque na sociedade contribui para a visibilidade e normalização dessas identidades, desafiando narrativas de exclusão e preconceito. Além disso, a representatividade política possibilita a criação e implementação de políticas públicas que promovem a igualdade e a proteção dos direitos humanos, combatendo a discriminação e a violência. A ocupação desses espaços por pessoas LGBTQIAPN+ também serve como um contraponto às ideologias conservadoras e autoritárias, promovendo uma sociedade mais diversa e democrática. Em última

análise, a representatividade é uma ferramenta de transformação social e construção de um futuro menos desigual.

A não reprodução de preconceitos baseados no senso comum requer o reconhecimento e a compreensão das peculiaridades dessas relações de poder que se interseccionam e complexificam as vivências de uma diversidade de pessoas. É urgente ultrapassar os limites do tradicionalismo religioso, que afeta inclusive os próprios sujeitos analisados nesta pesquisa, para assegurar a laicidade do Estado e garantir que pessoas LGBTQIAPN+, principalmente trans e travestis, possam ocupar o espaço público sem sofrer violência física, verbal ou simbólica. As oportunidades de trabalho, o acesso digno aos banheiros, às escolas, às igrejas, às famílias e aos direitos de manifestações religiosas e de crença são direitos fundamentais para todas as pessoas, inclusive pessoas trans. Portanto, é inadmissível que a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil não ultrapasse os 35 anos (Benevides, 2024) e que o conservadorismo religioso e político não considere essas vidas dignas da plenitude de sua cidadania, de proteção, reparação histórica, cultural, econômica e social. Contribuir para as engrenagens dessa política de morte é a face mais visível dos microfascismos digital e de gênero quando se trata da agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+.

Rechaçar qualquer tentativa de desumanização baseada na expressão sexual e de gênero é um gesto microantifascista. É inadmissível normalizar discursos que sugerem que pessoas LGBTQIAPN+, especialmente trans, são subversivas, violentas ou perigosas simplesmente por reivindicarem seus direitos básicos, como o uso de banheiros públicos sem risco de violência. A garantia do direito à identidade de gênero e o reconhecimento jurídico desse direito são essenciais. Assegurar o acesso e o acolhimento de crianças e adolescentes trans aos serviços básicos de saúde pública, levando em consideração suas especificidades, é igualmente fundamental. Essas ações devem ser entendidas dentro do contexto das práticas de microantifascismo, que promovem a resistência cotidiana contra as estruturas de dominação opressivas.

Nas eleições presidenciais no Brasil de 2022, o acordo entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o grupo Meta, que inclui *Facebook* e *Instagram*, foi uma parte importante das ações do Programa de Enfrentamento à Desinformação (Veja [...], 2022). Esse acordo foi assinado com o objetivo de combater a disseminação de desinformação durante o processo eleitoral. No âmbito desse acordo, *Facebook* e

*Instagram* introduziram um Rótulo Eleitoral em postagens com conteúdo relativo às Eleições 2022. Ao clicar nesse rótulo, os usuários eram direcionados para informações oficiais sobre o processo eleitoral. No *Instagram*, foram incluídos *stickers* sobre as eleições, produzidos em conjunto com o TSE, para serem inseridos em publicações nos *Stories*.

A cooperação entre as plataformas digitais e o TSE é um passo importante para garantir a integridade e a normalidade do processo eleitoral. No entanto, a responsabilidade final pela verificação das informações compartilhadas nessas plataformas acaba sendo dos próprios usuários, que geralmente não possuem instrumentos eficazes de verificação, tornando-os mais vulneráveis à desinformação, abordagens tendenciosas e enquadramentos ideológicos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ nas plataformas digitais, com foco específico no *Instagram*. Buscou-se compreender como os discursos e práticas microfascistas se manifestam e se disseminam nas plataformas de mídias digitais, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder baseadas no gênero e no patriarcado. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adota uma abordagem teórico-metodológica que combina a análise crítica de textos e a observação de perfis no *Instagram*. A partir de um percurso sócio-histórico, esta investigação se debruça sobre dois perfis no *Instagram*, para compreender parte do processo de como os movimentos conservadores de direita, aliados a setores religiosos, têm promovido incursões moralistas na política nacional, incluindo uma ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ nessa ambiência digital.

A pesquisa também visou identificar e analisar as estratégias digitais utilizadas por esses movimentos para disseminar discursos controversos e desinformação, bem como as consequências dessas práticas para a população LGBTQIAPN+. Além disso, buscou-se compreender como essas narrativas são construídas e disseminadas midiaticamente, utilizando diferentes produtos digitais, como vídeos, memes e *lives*.

Outro objetivo importante da pesquisa foi analisar a dinâmica de restauração e eliminação dos microfascismos digital e de gênero nas postagens no *Instagram*. Observou-se como os ataques deliberados, a incapacitação política e a regressão de direitos são utilizados como estratégias para combater a política LGBTQIAPN+ e as demandas dessa população por reconhecimento, identidade, legitimidade, cidadania e direitos constitucionais.

A pesquisa sugere possíveis contribuições para o enfrentamento aos microfascismos, destacando a importância de ampliar o debate sobre os temas e de desenvolver políticas públicas e medidas protetivas para a população LGBTQIAPN+. Objetiva-se, assim, contribuir para a construção de uma sociabilidade mais inclusiva e igualitária, em que os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ sejam respeitados e garantidos, independentemente do viés ideológico e partidário.

Um dos principais achados da pesquisa é a identificação de uma cultura microfascista engendrada à agenda antigênero e contra os direitos LGBTQIAPN+ que

se espalha social e midiaticamente, incorporando-se nas relações e subjetividades cotidianas. Destaca-se que o gênero e o patriarcado estão profundamente implicados nessas práticas microfascistas, com o colonialismo e o capitalismo servindo como sistemas centrais que sustentam essas dinâmicas. A análise das postagens no *Instagram* revelou que a retórica política da extrema-direita frequentemente associa erroneamente o uso de banheiros públicos por pessoas transexuais e travestis à violência sexual, e a participação de pessoas trans em competições esportivas é obstruída por argumentos baseados em uma visão binária da biologia, entre outras associações que levam a uma conclusão enviesada e politizada. Essas e outras narrativas são disseminadas por esses perfis no *Instagram*, utilizando estratégias digitais como vídeos, memes e *lives* para simplificar debates complexos através do humor, escárnio e sarcasmo. A identidade de pessoas trans e suas demandas políticas são frequentemente ridicularizadas e memetizadas, contribuindo para a incapacitação política desses sujeitos.

Bratich (2022) analisa como o gênero se relaciona com a guerra, terror e morte no século XXI e seu impacto no crescimento da extrema-direita. Ele argumenta que o gênero é crucial para o microfascismo atual, especialmente na formação de uma subjetividade masculina microfascista. O microfascismo envolve a instrumentalização das mulheres, feminicídios, racismo, xenofobia e LGBTQIAPN+fobia, refletindo formas masculinas de soberania. Destaca-se a importância de observar atentamente a ascensão de movimentos políticos conservadores, populistas, neofascistas e reacionários, que se manifestam nas mídias digitais e influenciam as políticas públicas e decisões políticas no Brasil. A pesquisa sugere que é necessário ampliar o debate sobre os microfascismos na intersecção com a agenda antigênero e analisar suas dimensões cultural, histórica, social e econômica para entender melhor como essas dinâmicas operam e como podem ser enfrentadas.

Os resultados mais importantes desta pesquisa revelam um cenário preocupante de retrocessos e ataques deliberados aos direitos conquistados pela comunidade LGBTQIAPN+ ao longo das últimas décadas, bem como a tentativa de obstrução de novas conquistas. Além disso, a pesquisa destaca a instrumentalização de narrativas religiosas e moralistas, sob a retórica da “ideologia de gênero”, para justificar a ofensiva contra os direitos LGBTQIAPN+. Interpretações bíblicas controversas são frequentemente utilizadas para legitimar a visão de que práticas

homossexuais são pecaminosas e para defender a família heterossexual como o único arranjo familiar válido. Essa retórica é amplamente disseminada nas mídias digitais, criando um pânico moral na sociedade e influenciando decisões políticas que visam restringir os direitos dessa população.

Outro resultado significativo é a análise das conexões entre movimentos políticos conservadores e suas articulações por meio de plataformas de mídias digitais, que desempenham um papel central na promoção de políticas antigênero. Esses projetos são parte de um esforço coordenado para combater a política LGBTQIAPN+ e suas demandas por reconhecimento, identidade e direitos constitucionais. Os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de enfrentar os microfascismos digital e de gênero que permeiam as plataformas de mídias digitais.

### **6.1 Percurso da pesquisa**

Cada capítulo desta pesquisa aborda aspectos distintos e complementares, que juntos buscaram oferecer um panorama abrangente e detalhado sobre o percurso de pesquisa e seus achados. Como se viu no primeiro capítulo, sobre Plataformas, a pesquisa buscou explorar o papel das plataformas digitais na disseminação de ideologias de extrema-direita e na radicalização política. Destaca-se como a ascensão da extrema-direita no Brasil se articula com o uso estratégico das mídias digitais para promover discursos de ódio e desinformação. A análise crítica das plataformas revela que essas ferramentas são utilizadas para simplificar debates complexos e perpetuar estereótipos de gênero, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder patriarcais. Além disso, o capítulo discute a relação entre gênero e plataformas, evidenciando como as mídias digitais se tornaram um campo de batalha para a política de gênero.

Em seguida, aprofundou-se o conceito de microfascismo, traçando suas origens e desenvolvimento ao longo do tempo. O capítulo examinou as características do fascismo histórico e como essas características se manifestam nos microfascismos contemporâneos. O texto destacou a importância de entender o microfascismo como um fenômeno que vai além das questões raciais e étnicas, abrangendo também o gênero e o patriarcado. A análise revelou que o microfascismo de gênero e o

microfascismo digital são formas de opressão que se interseccionam e se reforçam mutuamente, perpetuando a marginalização da população LGBTQIAPN+.

No terceiro capítulo, buscou-se detalhar a abordagem teórico-metodológica utilizada para analisar as postagens no *Instagram*. A definição do *Instagram* como plataforma de análise foi justificada pela sua relevância na disseminação de discursos de ódio e desinformação nos interstícios dos conteúdos meméticos, dos materiais de campanha, das narrativas construídas nessas ambiências digitais sobre o cenário político brasileiro e, principalmente, sobre as políticas LGBTQIAPN+. O capítulo descreveu o processo de seleção e coleta dos *corpus*, bem como a análise dos dados coletados. Abordaram-se as considerações éticas envolvidas na análise de conteúdos digitais, destacando a importância de respeitar os sujeitos identificados nesta pesquisa, que são parlamentares democraticamente eleitos, porém sem se isentar de apontar para as reverberações dos microfascismos digital e de gênero permeados em sua comunicação pública e digital no *Instagram*.

No movimento analítico apresentou-se uma análise detalhada das características dos microfascismos digital e de gênero presentes nas publicações no *Instagram*. O capítulo discute como a retórica antigênero e contra os direitos LGBTQIAPN+ é utilizada para criar um pânico moral na sociedade e influenciar decisões políticas. A pesquisa revela que as conexões religiosas desempenham um papel central na promoção de políticas antigênero, utilizando a retórica da “ideologia de gênero” para justificar a discriminação e o *apartheid* social de pessoas trans e travestis. Além disso, analisou-se a dinâmica de restauração e eliminação dos microfascismos digital e de gênero nas postagens, evidenciando as estratégias utilizadas para atacar e deslegitimar a população LGBTQIAPN+.

Por fim, buscou-se sintetizar os principais achados da pesquisa e discutir suas implicações para a luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+. O último capítulo discute a necessidade de enfrentar os microfascismos digital e de gênero que permeiam as plataformas de mídias digitais, promovendo um debate mais inclusivo e combatendo a desinformação, os discursos ideológicos e a violência digital. A pesquisa concluiu que somente através de um esforço coletivo e coordenado será possível construir uma sociedade democrática, em que todos os indivíduos possam

exercer plenamente seus direitos e viver com dignidade, inclusive as mulheres trans e travestis.

## 6.2 Questões que emergiram na análise

A análise do conjunto de publicações revela que a plataforma do *Instagram* foi instrumentalizada pelos perfis analisados para criticar as políticas e o movimento LGBTQIAPN+, principalmente aquelas relacionadas às transexualidades, bem como políticos progressistas, seus planos e propostas de governo. Esses perfis também foram canais para a difusão de desinformação e de perspectivas pautadas no senso comum e em preconceitos sociais e reverberam práticas de microfascismos digital e de gênero.

A ascensão do autoritarismo de direita e do fascismo tem representado um desafio político, social e midiático em diversas nações do mundo. A ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ percebida nessas publicações no *Instagram* exemplifica como o microfascismo se manifesta nas plataformas digitais, impactando a subjetividade das pessoas, as relações sociais, a cultura política, e os preconceitos sociais. Observa-se o aumento dessas práticas e ideologias fascistas no Brasil, considerando o microfascismo uma ferramenta política que impacta na subjetividade das pessoas e na cultura política local.

Viu-se que esse fenômeno se insere em um contexto mais amplo de combate às políticas de gênero e aos direitos conquistados por grupos historicamente sub-representados, como as mulheres e a população LGBTQIAPN+. Destaca-se o papel do discurso antigênero, das LGBTQIAPN+fobias, especialmente a transfobia, como elementos que ocupam certa centralidade na tendência conservadora e autoritária que contribuem para a circulação do microfascismo na atualidade (Amaral; Silveira, 2023; Bratich, 2022; Butler, 2024). Essa narrativa antigênero construída no *Instagram*, pautada na "ideologia de gênero", distorce e dificulta a compreensão dessas temáticas, ao mesmo tempo que reforça estereótipos e preconceitos sociais, alimenta e atualiza imaginários historicamente construídos sobre as homossexualidades, como desvio de conduta moral e sexual, e contribui para a marginalização e incapacitação política e social desses grupos.



O diálogo proposto a partir das contribuições de Foucault (1977, 1988, 2006), Deleuze e Guattari (1996), Guattari (2016) e Arendt (1998, 2000, 2012) sobre o fascismo, o microfascismo e os regimes de exceção sugere que para resistir a essas formas micropolíticas do fascismo é essencial promover a ação política com inclusão e a participação ativa de todos dos cidadãos na vida política. Desse modo, busca-se garantir que os espaços público, político e digital promovam a liberdade, diversidade e deliberação coletiva.

As plataformas de mídias digitais podem favorecer a propagação de discursos de ódio, preconceitos e extremismos em suas ambiências a partir de narrativas construídas sobre as diversidades sexuais e de gênero. É nesse espaço midiático, simbólico e constituidor de sentidos que a agenda antigênero e antiLGBTQIAPN+ se desdobra em ações de microfascismos digital e de gênero.

A análise de conteúdo das publicações de Fernando Holiday e Jessião no *Instagram* indica como os embates nas casas legislativas são capturados para se transformarem em memes compartilháveis no *Instagram*. Observa-se a utilização do meme como uma estratégia discursiva e comunicativa usada nas políticas antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Os memes são produzidos no sentido de ridicularizar essas pautas, as identidades LGBTQIAPN+ e suas demandas políticas.

A garantia de direitos iguais e constitucionais para pessoas LGBTQIAPN+, especialmente transexuais e travestis, é fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática. É indispensável que se interrompam as barreiras institucionais, legais, jurídicas, legislativas e religiosas que perpetuam a discriminação contra as diversidades sexuais e de gênero. A manutenção dessas barreiras resulta em tratamento hostil e desumano àqueles que não se enquadram nas normas tradicionais de identidade de gênero ou orientação sexual. Portanto, é inadmissível que determinados corpos sejam submetidos a condições de sub-humanidade, excluídos dos espaços públicos, sociais, políticos, esportivos, escolares etc.

Embora comumente se ouça que a luta pela igualdade seja um compromisso de todos, é fundamental que a lei, o Estado e os aparelhos institucionais garantam a efetividade dessas conquistas para as pessoas LGBTQIAPN+. Isso é especialmente importante considerando que, historicamente, esses mesmos aparelhos atuaram (e ainda atuam) contra esses sujeitos. Nesse sentido, é extremamente importante que

conquistas como a criminalização das LGBTQIAPN+fobias, motivo de controvérsias e tensões entre os poderes republicanos, estejam efetivadas e em plena coexistência com o direito à liberdade de culto e religiosa. A proteção jurídica e institucional dessas conquistas é um passo essencial para promover mecanismos mínimos para o enfrentamento aos microfascismos, às políticas de morte e extermínio dessa população.

Em vez de promover visões ideológicas e informações superficiais que alimentam o pânico moral na sociedade e desviam o foco dos problemas realmente importantes, é necessário direcionar a atenção para as questões e os desafios reais enfrentados pela população LGBTQIAPN+. Isso inclui a garantia do direito à vida, à expressão e vivência de sua sexualidade e identidade de gênero, bem como a ocupação e permanência nos espaços sociais, políticos, educacionais e econômicos.

A análise crítica das publicações no *Instagram* desses parlamentares revelou os microfascismos que constituem a ofensiva antigênero nessa ambiência digital, perpetuando estereótipos e preconceitos. Essa dispersão sistemática de discursos que atacam a cidadania e os direitos da população LGBTQIAPN+, assim como a banalização da violência transfóbica, reforça a necessidade de enfrentar essas práticas opressivas e promover uma maior conscientização e resistência aos projetos que visam a regressão de direitos.

As plataformas de mídias digitais enfrentam desafios para a criação e manutenção de um ambiente onde o discurso de ódio, a desinformação e os microfascismos digitais sejam adequadamente tratados. A natureza dinâmica e expansiva dessas plataformas dificulta a identificação e rápida remoção de conteúdos prejudiciais. Além disso, os algoritmos que regem essas plataformas frequentemente priorizam o engajamento e a lucratividade, o que pode amplificar a disseminação de informações falsas ou práticas de microfascismo digital. A ausência de regulamentações mais rígidas e a resistência das empresas em adotar políticas eficazes de moderação contribuem para a perpetuação desses problemas. É fundamental que as plataformas aprimorem suas ferramentas de monitoramento e moderação, investindo em soluções de inteligência para assegurar um ambiente digital livre das manifestações de ódio, da intolerância e dos microfascismos digital e de gênero.

### 6.3 Implicações teóricas e práticas

As implicações teóricas e práticas desta pesquisa são vastas, especialmente quando se considera a interseção entre plataformas digitais, microfascismo digital e políticas antigênero. Teoricamente, a pesquisa procurou contribuir para a compreensão dos microfascismos digital e de gênero, fenômenos que se manifestam nas plataformas de mídias digitais através dos ataques contra a população LGBTQIAPN+, gerando desinformação e alimentando preconceitos sobre diferentes temáticas. Na prática, a pesquisa indica algumas implicações diretas para a luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+. A análise das estratégias digitais utilizadas por figuras públicas e movimentos conservadores para disseminar discursos violentos e desinformação é importante para o desenvolvimento de políticas e práticas que combatam essas narrativas e práticas microfascistas. A pesquisa revela que a retórica antigênero e antiLGBTQIAPN+ é utilizada para criar um pânico moral na sociedade e influenciar decisões políticas, promovendo leituras e perspectivas tradicionais do cristianismo que legitimem as violências exercidas. Ou seja, observa-se a instrumentalização de narrativas no *Instagram*, com conotações religiosas e moralistas, para justificar a discriminação e a marginalização da população LGBTQIAPN+.

A pesquisa também aborda questões específicas como a linguagem não binária, a parada LGBTQIAPN+, a identidade de pessoas trans, o acesso ao banheiro segundo a sua identidade de gênero, a participação de pessoas trans em esportes e os ataques ao movimento e às políticas LGBTQIAPN+. Essas temáticas reverberaram fortemente nos perfis selecionados durante o período selecionado e são fundamentais para entender como os microfascismos de gênero e digital se manifestam nas plataformas digitais e como isso impacta a vida cotidiana da população LGBTQIAPN+. A análise dessas questões revela a necessidade urgente de promover um debate mais inclusivo e combater a desinformação e os discursos de ódio que ameaçam os avanços conquistados por essa comunidade. As implicações teóricas e práticas desta pesquisa buscam se somar a um esforço para a compreensão desse fenômeno social e político com forte impacto na vida dessas pessoas e da sociedade como um todo.

#### 6.4 Dimensões comunicacionais

As dimensões comunicacionais desta pesquisa abrangem desde a ascensão de movimentos de direita na internet até a reverberação de microfascismos digital e de gênero em plataformas de mídias digitais. Observou-se como essas plataformas, especialmente o *Instagram*, são instrumentalizadas para promover narrativas contrárias às políticas LGBTQIAPN+, aos políticos e movimentos de esquerda, associados a um projeto de colonização ideológica a partir do gênero e das políticas LGBTQIAPN+.

A pesquisa destaca o papel das plataformas de mídias digitais na disseminação de ideologias conservadoras e na radicalização política. O *Instagram*, em particular, é utilizado como um campo de batalha onde esses vereadores disseminam discursos que corroboram a agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+, bem como a ridicularização de suas lutas, sua incapacitação política e regressão de direitos. A análise crítica das plataformas revela que essas ferramentas são utilizadas para simplificar debates complexos e perpetuar estereótipos de gênero, contribuindo para a manutenção de estruturas cisheteronormativas. A ascensão da extrema-direita no Brasil e sua articulação nas plataformas de mídias digitais são fenômenos interligados que amplificam a disseminação de microfascismos digital e de gênero.

A pesquisa também aborda como o *Instagram* é instrumentalizado para construir uma narrativa contrária às políticas LGBTQIAPN+. Estratégias como o uso de imagens, textos e outros elementos visuais são empregadas para atacar as políticas LGBTQIAPN+ e deslegitimar as demandas dessa população. Memes, vídeos e *lives* são criados para ridicularizar e desinformar, utilizando humor, escárnio e sarcasmo para simplificar debates complexos. Essas estratégias midiáticas são mobilizadas para criar um pânico moral na sociedade e influenciar decisões políticas que visam restringir os direitos da população LGBTQIAPN+.

Além disso, a pesquisa convida a refletir sobre os desafios em relação às políticas de governança e comerciais das plataformas de mídias digitais, que oferecem condições de possibilidade para a proliferação dessas práticas microfascistas. As políticas de governança das plataformas muitas vezes falham em regular e moderar conteúdos de caráter controverso e desinformação e, nesse sentido, contribuem para que narrativas prejudiciais e de cunho preconceituoso se proliferem. As dimensões

comerciais das plataformas também aparecem como questões desafiadoras, pois o modelo de negócios baseado em engajamento e publicidade incentiva a disseminação de conteúdos polarizadores e sensacionalistas, bem como a sua rápida proliferação. Essas questões desafiadoras exigem uma reflexão crítica sobre como as plataformas de mídias digitais podem ser responsabilizadas e reguladas para promover um ambiente mais inclusivo e seguro para todos os usuários.

Em conclusão, as dimensões comunicacionais desta pesquisa revelam a complexidade e a profundidade dos desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+ em ambiências digitais, na comunicação política e eleitoral de candidatos alinhados à direita do espectro político e que se apresentam como conservadores nos costumes. A instrumentalização das plataformas de mídias digitais para promover narrativas contrárias às políticas LGBTQIAPN+ é uma questão que emerge como um posicionamento político e partidário, ou seja, o que se vê é um projeto de poder cujo objetivo é a regressão de direitos.

### **6.5 Contribuições e limitações da pesquisa**

A pesquisa buscou desenvolver uma análise crítica sobre a ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ nas plataformas digitais, considerando as lógicas de eliminacionismo e restauração, características dos microfascismos, com foco no *Instagram*. Através de uma abordagem teórico-metodológica, a pesquisa buscou compreender como as narrativas dessa ofensiva contra as políticas LGBTQIAPN+ são disseminadas e perpetuadas no ambiente digital. No entanto, é fundamental reconhecer as limitações metodológicas e de escopo que permeiam este estudo.

Uma das principais limitações metodológicas reside na seleção e coleta dos *corpus*. A escolha do *Instagram* como plataforma de análise, embora justificada pela sua popularidade e influência, pode não abranger a totalidade das dinâmicas de microfascismo digital presentes em outras plataformas de mídias digitais. Além disso, a análise se concentra em perfis específicos, como os de Fernando Holiday e Jessicão, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos e atores políticos. A abordagem qualitativa também apresenta desafios em termos de replicabilidade.

Outra limitação percebida se refere ao escopo temporal da pesquisa. O estudo foca em um período específico, o que pode não capturar as mudanças e evoluções nas estratégias de comunicação e nas narrativas antigênero ao longo do tempo. As dinâmicas políticas e sociais são fluidas e em constante transformação, e um recorte temporal limitado pode não refletir plenamente essas variações. Além disso, a pesquisa se concentra em apenas dois perfis bem específicos, o que, embora relevante, pode não ser diretamente aplicável a outros cenários.

A não inclusão de perfis de outros candidatos à direita do espectro político e conservadores que não necessariamente corroboram a política antigênero foi um desafio imposto pelos recortes teórico-metodológicos. Considerou-se observar detidamente aqueles que se articulam em torno dessa ofensiva com o objetivo de compreender seu *modus operandi*, bem como as reverberações de microfascismos digital e de gênero. Portanto, não é possível fazer comparações com perfis de outros atores políticos, especialmente ao considerar candidaturas de direita, conservadora e LGBTQIAPN+, o que limita a generalização dos resultados e a compreensão das dinâmicas políticas mais amplas dentro deste espectro.

Outras questões importantes de serem destacadas residem na ausência de um aprofundamento nas discussões sobre o racismo, que também atravessa a experiência de pessoas LGBTQIAPN+ de maneira particular. A interseccionalidade entre raça e identidade de gênero/sexualidade revela camadas de poder e opressão que não foram exploradas em profundidade neste estudo. Embora a pesquisa tenha abordado a ofensiva antigênero e os direitos da população LGBTQIAPN+ no *Instagram*, as nuances raciais que permeiam essas experiências ficaram em segundo plano. Reconhece-se que o racismo e a LGBTQIAPN+fobia frequentemente se entrelaçam, criando desafios específicos para indivíduos que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. Portanto, futuras pesquisas poderiam beneficiar-se de uma análise mais detalhada dessas interseções, contribuindo para uma compreensão mais holística das dinâmicas de poder em jogo.

Além disso, outra limitação significativa desta pesquisa é a abordagem de questões que atravessam e constituem as experiências e vivências trans a partir da perspectiva de um pesquisador cisgênero. Embora tenha-se buscado contornar essa questão trazendo para o diálogo autoras trans e refletindo sobre algumas questões a partir do relatório da ANTRA, reconhece-se que diversas questões específicas podem

ter escapado à análise. A ausência de uma perspectiva trans pode resultar em lacunas importantes na compreensão dessas experiências. Assim, é fundamental que futuras pesquisas possam ser conduzidas por pessoas trans e não binárias, entre elas mulheres trans negras e periféricas, que possam preencher essas lacunas e enriquecer o campo de estudo com uma maior representatividade e inclusão nas discussões acadêmicas. Viabilizar o acesso e permanência de pessoas trans e travestis aos espaços de conhecimento é uma urgência para a contestação de saberes hegemônicos e excludentes.

Apesar dessas limitações, a pesquisa propõe oferecer contribuições para o entendimento dos microfascismos digital e de gênero. A análise detalhada das postagens e interações no *Instagram* revela como as narrativas antigênero são construídas e disseminadas, utilizando estratégias de desinformação, humor e escárnio para perpetuar estereótipos e preconceitos. A pesquisa também destaca a importância das plataformas digitais como espaços de disputa política e ideológica, em que esses atores buscam influenciar a opinião pública e moldar as percepções sociais sobre as temáticas da diversidade sexual e de gênero.

Em termos de implicações práticas, os resultados da pesquisa podem oferecer reflexões para estratégias de intervenção e combate à disseminação de microfascismos e promover reflexões sobre os direitos da população LGBTQIAPN+. A compreensão das dinâmicas de microfascismo digital pode auxiliar na elaboração de campanhas educativas e de conscientização, bem como no desenvolvimento de mecanismos de regulação e monitoramento das plataformas digitais.

Embora a pesquisa apresente limitações metodológicas e de escopo, oferecer contribuições para o campo dos estudos de comunicação e gênero foram questões motivadoras para o seu desenvolvimento. A análise crítica das narrativas antigênero no *Instagram* oferece possibilidades de críticas mais apuradas sobre as estratégias de disseminação das políticas de microfascismo em plataformas de mídias digitais, e fora delas, e destaca a importância de outras investigações combaterem essas práticas no ambiente digital. A pesquisa reforça a necessidade de um olhar atento e crítico sobre as dinâmicas de poder e resistência que permeiam as plataformas digitais e a importância de promover uma sociedade que supere as barreiras de gênero e sexualidade para a garantia de direitos e cidadania.

As reflexões apresentadas nesta pesquisa sobre os microfascismos digital e de gênero em plataformas de mídias digitais revelam a complexidade e a profundidade das dinâmicas de poder e opressão que permeiam o ambiente digital contemporâneo. A análise crítica das estratégias e narrativas utilizadas por movimentos conservadores e reacionários nas redes sociais, especialmente no *Instagram*, evidencia como essas plataformas se tornaram arenas de disputa política e ideológica, onde o escárnio e a incapacitação política de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente mulheres trans, são amplamente disseminados.

A contribuição desta pesquisa para o campo da comunicação e dos processos comunicativos está em explorar a interseção entre gênero, política e plataformas de mídia digital, em que se amplia a compreensão sobre como as plataformas digitais não apenas se configuram como espaços de interação social, mas também de construção e manutenção de estruturas de poder e da reverberação de microfascismos em sua ambiência, em que se atualizam dinâmicas de exclusão. A pesquisa demonstra que os microfascismos digital e de gênero não são fenômenos isolados, mas estão intrinsecamente ligados a contextos históricos, culturais e econômicos mais amplos, que incluem o colonialismo e o capitalismo.

Além disso, a investigação sobre as reverberações desses microfascismos nas mídias digitais contribui para o debate sobre a responsabilidade das plataformas na governança de conteúdos e na proteção dos direitos humanos. A análise das políticas de moderação de conteúdo e das estratégias de enfrentamento aos discursos de ódio revela a necessidade de uma abordagem mais rigorosa e ética por parte das empresas de tecnologia, bem como de uma maior regulamentação por parte dos governos.

Ao destacar as formas de resistência e enfrentamento aos microfascismos, a pesquisa busca indicar possibilidades para dismantlar e desarticular essas ações. A compreensão das táticas utilizadas por movimentos conservadores pode informar estratégias mais eficazes de combate à desinformação e à violência digital, sobretudo no que diz respeito à ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. Esta pesquisa não apenas buscou contribuir para o entendimento das dinâmicas de microfascismos digital e de gênero, mas também para a reflexão crítica sobre o papel das plataformas de mídias digitais na sociedade contemporânea e os desafios que elas apresentam para a comunicação e os processos comunicativos.



## 6.6 Outras possibilidades de investigação

Esta pesquisa desenvolvida sobre microfascismos digital e de gênero, especialmente considerando o contexto das ofensivas antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ no *Instagram*, abre algumas possibilidades para futuras investigações. As questões investigadas podem ser mais bem compreendidas se considerada uma abordagem interdisciplinar que contemple as dimensões comunicacionais, sociais, políticas e culturais. A seguir, busca-se refletir sobre algumas propostas e recomendações para futuras pesquisas, em que se indicam novas linhas de investigação que podem ser exploradas a partir deste estudo.

Primeiramente, é essencial aprofundar a análise das estratégias comunicacionais utilizadas por grupos conservadores e de extrema-direita nas plataformas digitais. A pesquisa atual já aponta para o uso de memes, vídeos e outras formas de conteúdo digital como ferramentas que possibilitam a reverberação de microfascismos digital e de gênero. No entanto, é necessário investigar mais detalhadamente como essas estratégias são operacionalizadas em uma escala mais abrangente, quais são os principais atores envolvidos e como essas mensagens são recebidas e interpretadas pelo público. Estudos de caso específicos, como a análise de campanhas digitais de figuras políticas influentes, podem fornecer novos questionamentos sobre a eficácia dessas estratégias e suas implicações para a comunicação política e social.

Além disso, futuras pesquisas podem explorar as interações entre os processos de incapacitação social e política, em face das políticas públicas. A pesquisa atual destaca a influência das narrativas antigênero nas decisões políticas e na formulação de leis que restringem os direitos da população LGBTQIAPN+. Investigar como essas narrativas são incorporadas nas políticas públicas e quais são os mecanismos de resistência e contestação pode ajudar a entender melhor o impacto das mídias digitais na governança e na proteção dos direitos humanos. Estudos comparativos entre diferentes países ou regiões também podem revelar variações nas estratégias e nos efeitos dos microfascismos.

Outra linha de investigação é a análise das respostas e estratégias de resistência da população LGBTQIAPN+ e de seus aliados. A pesquisa atual sugere

que, apesar das ofensivas conservadoras, há uma mobilização significativa em defesa dos direitos e da visibilidade dessa população, principalmente em relação à representatividade desses sujeitos e ocupação nos espaços público, político e digital. Futuras pesquisas podem investigar como essas estratégias de resistência são articuladas, quais são os principais desafios enfrentados e como as plataformas de mídias digitais podem ser utilizadas de modo a desarticular essas manifestações do microfascismo.

As questões levantadas pela pesquisa sobre microfascismos digital e de gênero abrem diversas possibilidades para futuras investigações nas dimensões comunicacionais. Aprofundar a análise das estratégias de desinformação e ódio, explorar as interações entre discursos *on-line* e políticas públicas e investigar as respostas de resistência são algumas das linhas de investigação que podem ser exploradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABID, Aman; ROY, Sanjit K.; LEES-MARSHMENT, Jennifer; DEY, Bidit L.; MUHAMMAD, Syed S.; KUMAR, Satish. Political social media marketing: a systematic literature review and agenda for future research. **Electron. Commer. Res.**, [s. l.], p. 1-36, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10660-022-09636-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10660-022-09636-7>. Acesso em: 21 nov. 2024.

AGOSTINE, Cristiane. Carlos Bolsonaro critica apoio do pai à filiação de Fernando Holiday ao PL: 'Surreal!'. **Valor**. São Paulo, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/07/25/carlos-bolsonaro-critica-apoio-do-pai-a-filiacao-de-fernando-holiday-ao-pl-surreal.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

AHMED, Saifuddin; MASOOD, Muhammad. Breaking Barriers With Memes: How Memes Bridge Political Cynicism to Engagement. **Social Media + Society**, [s. l.], v. 10, n. 2, 2024. DOI: 10.1177/20563051241261277. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/20563051241261277>. Acesso em: 1 out. 2024.

ALIANÇA NACIONAL LGBTQIAPN+. **Levantamento de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil de 1996 a 2018**. [S. l.], 2020a. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1gXrgDs4oThSCKJ1Nv2Lpp1F\\_NGjzti1D](https://drive.google.com/drive/folders/1gXrgDs4oThSCKJ1Nv2Lpp1F_NGjzti1D). Acesso em: 17 jan. 2024.

ALIANÇA NACIONAL LGBTQIAPN+. **Levantamento de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil de 1996 a 2018. Resultado de 1996**. [S. l.], 2020b. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Eh3SdgJXdRkBOg-kM3jrD7rRSAlrWHLc/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Eh3SdgJXdRkBOg-kM3jrD7rRSAlrWHLc/view?usp=drive_link). Acesso em: 17 jan. 2024.

ALIANÇA NACIONAL LGBTQIAPN+. **Levantamento de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil de 1996 a 2018. Resultado de 2016**. [S. l.], 2020c. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1yhM2Ki6f80fC7s\\_TEqRnGLhkiYFb7LsD/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1yhM2Ki6f80fC7s_TEqRnGLhkiYFb7LsD/view?usp=drive_link). Acesso em: 17 jan. 2024.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. **Revista Rua**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 353-376, novembro 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v28i2.8671122>. Disponível em: <https://labeurb.unicamp.br/rua/artigo/pdf/371-deus-patria-familia-os-sentidos-do-fascismo-brasileiro>. Acesso em: 8 maio 2024.

AMARAL, Augusto Jobim do; SILVEIRA, Felipe Lazzari da. Bolsonaroismo e o fascismo na Era Digital. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 127, p. 55-94, jul./dez. 2023. DOI: 10.9732/2023.V127.962. Disponível em: <https://dSPACE.almg.gov.br/handle/11037/52222>. Acesso em: 1 set. 2024.

APURAÇÃO das eleições 2022 - 1º turno - Paraná. UOL. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/apuracao/1turno/parana/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ARENDR, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARENDR, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro de. Pandemia e pandemônio neofascista: o microfascismo brasileiro em tempos de Covid-19. In: GONÇALVES, Emerson Campos; LOUREIRO, Robson; RAMALHETE, Mariana Passos. **Isolad@s**: reflexões artísticas e teórico-críticas sobre o isolamento social no contexto da pandemia (org.). Vitória: Nepefil/Ufes, 2020. p. 320-343.

ARRUDA, Anderson Matheus Alves. **A informação política como prática de cuidados de pessoas trans e travestis**: a mediação da informação no Twitter da ANTRA. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

AVELAR, Dani. Brasil tem pelo menos 77 leis antitrans em vigor em 18 estados. **Folha**. São Paulo, 28 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/brasil-tem-pelo-menos-77-leis-antitrans-em-vigor-em-18-estados.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BACHINI, Natasha; ROSA, Keila C. G.; COSTA, Andressa Liegi Vieira; SILVA, Robson Nunes de Farias. Comunicação política no ambiente digital: uma análise das campanhas eleitorais municipais de 2020 no Facebook. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 750-786, set.-dez. 2022. DOI: <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283750>. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283750>. Acesso em: 31 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEBIANO, Amanda. Eleições 2024: Veja lista de vereadores eleitos em Londrina. **G1**. Londrina, 7 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/eleicoes-2024-veja-lista-de-vereadores-eleitos-em-londrina.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

BANCADA Feminista denuncia Fernando Holiday em CPI da Transfobia em SP. Isto é. [S. l.], 30 out. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/bancada-feminista-denuncia-fernando-holiday-em-cpi-da-transfobia-em-sp/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BARON, Letícia. Os novos movimentos de direita no Brasil e o discurso partidário: ambivalências e contradições. **Leviathan | Cadernos de Pesquisa Política**, São Paulo, n. 13, v. 1, p. 1-29, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2016.144658>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/144658>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BERGAMO, Mônica. Deputados pedem a cassação de Nikolas Ferreira por discurso transfóbico com peruca. **Folha de S.Paulo**. [S. l.], 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/03/tabata-pedira-cassacao-de-nikolas-ferreira-por-discurso-transfobico.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BIANCHI, Tiago. Most popular social media websites in Brazil in August 2024, based on share of visits. **Statista**. [S. l.], 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/290220/market-share-of-the-most-popular-social-media-websites-in-brazil/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BONOTO, Carolina. Discursos antigênero nas eleições de 2022: a desinformação sobre “ideologia de gênero” no Instagram. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 32., 2023, São Paulo. **Anais** [...]. Campinas: Galoá, 2023. p. 1-26. Disponível em: <https://proceedings.science/p/167881?lang=pt-br>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm). Acesso em: 10 set. 2024.

BRATICH, Jack Z. **On Microfascim: gender, war, and death**. Brooklyn: Common Notions, 2022.

BUCCI, Eugênio. **A Superindústria do Imaginário: como o capitalismo transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. *Jessicão*. Site Oficial. Londrina, [2023]. Disponível em: <https://www.cml.pr.gov.br/camara/membros/show/102>. Acesso em: 1 abr. 2023.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 193-209.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-434.

CARRERA, Fernanda; VIEIRA, Eloy Santos; FERNANDES, Pablo Moreno; SOUSA, Leila Lima de. Interseccionalidade e plataformas digitais: dimensões teórico-metodológicas de pesquisas em Comunicação. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 1, n. 24, p. 14-21, janeiro/abril 2022. DOI: 10.4013/fem.2022.241.02. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7194039/mod\\_resource/content/1/%282022%29%20Carrera%20et%20al.%20Interseccionalidade%20e%20plataformas%20digitais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7194039/mod_resource/content/1/%282022%29%20Carrera%20et%20al.%20Interseccionalidade%20e%20plataformas%20digitais.pdf). Acesso em: 3 jul. 2024.

CARVALHO, Carlos Alberto de., AZEVÊDO, José Henrique Pires. Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. **Reciis – Rev. Eletron. Comun. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 246-60, abr.-jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1698>. Disponível em: <https://www.recis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/download/1698/2269>. Acesso em: 30 set. 2019.

CARVALHO, Jess. Como surgem e se espalham os projetos de lei contra LGBTQIA+ no Brasil. **Diadorim**. [S. l.], 29 maio 2024. Disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2024/05/como-surgem-e-se-espalham-os-projetos-de-lei-contra-lgbtqia-no-brasil/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CASTRO, Rakel de; NASCIMENTO, José Shirley Pessoa do; SANTOS, Francisca Izabel A. dos. Reforma da previdência e trabalhista no Brasil: a democracia midiaticizada no pós-impeachment de 2016. **Revista Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 2, n. 26, p. 273-287, 2018. DOI: 0.20287/ec.n26.v2.a20. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/ec/article/view/471/252>. Acesso em: 17 out. 2024.

CASTRO, Rodrigo. Em meio a tragédia, Aliança LGBTI+ vai ao STF contra lei que proíbe linguagem neutra no RS. **O Globo**. [S. l.], 16 maio 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/05/em-meio-a-tragedia-alianca-lgbti-vai-ao-stf-contra-lei-que-proibe-linguagem-neutra-no-rs.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CÉSAR, Caio. MPF defende veto ao PL que proíbe a participação de crianças em paradas LGBT em João Pessoa. **Carta Capital**. [S. l.], 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/mpf-defende-veto-ao-pl-que-proibe-a-participacao-de-criancas-em-paradas-lgbt-em-joao-pessoa/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CÉSAR, Caio. 342 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, aponta levantamento. **Carta Capital**. [S. l.], 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/342-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-aponta-levantamento/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1- 26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27025>. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27025>. Acesso em: 14 de nov. 2022.

CHAGAS, Viktor. Da memética aos memes de internet: uma revisão da literatura. **BIB**, São Paulo, n. 95, p. 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17666/bib9506/2021>. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/119>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM n.º 2.265/2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n.º 1.955/2010. Brasília: CFM, 2019. Disponível em: [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2019/2265\\_2019.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2019/2265_2019.pdf). Acesso em: 17 set. 2024.

D'ALMONTE, Edson Fernando; SILVA, George de Araújo e. O discurso e a narrativa discriminatória de Jair Bolsonaro: uma análise de suas postagens no *Twitter* com foco na homofobia. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v18i1.60045>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/60045>. Acesso em: 21 nov. 2024.

D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

DE ACORDO com a Anistia Internacional Brasil, em 2023, foram apresentados 293 projetos de leis anti-trans no Congresso. Desinstitute. [S. l.], 13 jun. 2024. Disponível em: <https://desinstitute.org.br/noticias/de-acordo-com-a-anistia-internacional-brasil-em-2023-foram-apresentados-293-projetos-de-leis-anti-trans-no-congresso/>. Acesso em: 10 out. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e Segmentaridade. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto *et al.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. p. 83-115.

DENISOVA, Anastasia. From Humour to Impact: Internet Memes in Political Discourse through Semiotic Resources. **ESI Culture**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 123-145,

2022. DOI: <https://doi.org/10.70082/esiculture.vi.788>. Disponível em: <https://esiculture.com/index.php/esiculture/article/view/788>. Acesso em: 21 nov. 2024.

DIAS, Adriana. O crime de ódio e o neonazismo na internet: análise de uma experiência etnográfica. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO FORENSE, 3., 2008, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Editora AFD, 2008. p. 1-13.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio**: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. Campinas: [s. n.], 2018.

DIXON, Stacy Jo. Leading countries based on Instagram audience size as of January 2024. **Statista**. [S. l.], 15 fev. 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DONHAUSER, Lucas; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Do fascismo histórico ao microfascismo tropical: um giro conceitual. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Campo Grande, v. 10, n. 24, p. 525-540, setembro-dezembro 2023. DOI: 10.48074/aceno.v10i24.15618. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/15618>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. Tradução: Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. São Paulo: Companhia de Freud, 2008.

FAÇA parte do movimento que está endireitando o estado! Direita Paraná. [S. l.], [entre 2017 e 2024]. Disponível em: <https://direitaparana.com/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FARIA, Flávia. Casamento gay não é lei, mas é direito garantido pela Justiça; entenda. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/casamento-gay-nao-e-lei-mas-e-direito-garantido-pela-justica-entenda.shtml>. Acesso em: 1 abr. 2023.

FELINTO, Erick. “Men Going their own way”: Red Pill e a Imaginação Reacionária na Internet. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 32., 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: Galoá, 2023. p. 1-13. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/men-going-their-own-way-red-pill-e-a-imaginacao-reacionaria-na-internet?lang=pt-br>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FERREIRA, Sergio Rodrigo da Silva. Transmasculinidades e a formação de rede como cogestão dos dados on-line: conversas compartilhadas sobre gênero e subjetividade no *Facebook*. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**,



Vitória, v. 2, n. 7, p. 77-87, jan./fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.34248>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/34248>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FIZ UMA metáfora contra ideologia de gênero, diz Damares sobre vídeo. Exame. São Paulo, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/fiz-uma-metaphora-contra-ideologia-de-genero-diz-damares-sobre-video/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. Prefácio. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Nova York: Viking Press, 1977. pp. XI-XIV.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A Filosofia Analítica da Política. *In*: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos V. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos por Manoel Barros da Motta; tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 36-55.

FUCHS, Christian. **Digital Fascism**: media, communication and society. V. 4. New York: Routledge, 2022.

FUCS, José. 'O combate ao aborto e a causa LGBT não são bandeiras do MBL', diz Holiday. **UOL**. São Paulo, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/29/o-combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GAYS PRÉ-CANDIDATOS a vereador em 96. Folha de S.Paulo. [S. l.], 13 fev. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/13/brasil/36.html>. Acesso em: 17 jan. 2024.

GENOSKO, Gary. I buchi neri della politica: risonanze di microfascismo. **La Deleuziana – Rivista Online di Filosofia**, [s. l.], n. 3, p. 59-67, 2016. Disponível em: <https://www.ladeleuziana.org>. Acesso em: 11 set. 2024.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Felix. Micropolítica do fascismo. **Cadernos de Subjetividade**. Da afasia aos gritos, São Paulo, n. 19, p. 9-26, 2016. DOI: <https://doi.org/10.2354/cs.v0i19.38156>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossujetividade/article/view/38156>. Acesso em: 4 mar. 2024.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Organização e tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

HOLIDAY, Fernando. **"Me lembrando da vez que derrubei uma presidente"**. [S. l.], 17 set. 2022a. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cinn2SZMqmd/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"Eu defendo a prisão perpétua"**. [S. l.], 3 set. 2022b. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiD5gGOhYwu/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"Fim dos eternos estudantes"**. [S. l.], 29 ago. 2022c. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch2r9TYM7OT/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"Vou privatizar as escolas?"**. [S. l.], 20 ago. 2022d. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Che0snrtmL8/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Banner de campanha eleitoral "Sou negro e defendo o fim das cotas raciais"**. [S. l.], 21 set. 2022e. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CixzuVgOLPS/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Banner De Volta para o Passado**. [S. l.], 20 set. 2022f. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ciu1xfduvTD>. Acesso em: 17 jan. 2024.

HOLIDAY, Fernando. **Foto na missa de Santo Agostinho**. [S. l.], 1 set. 2022g. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch-6vypOvNv/>. Acesso em: 8 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo de campanha eleitoral "Conheça a minha trajetória"**. [S. l.], 17 ago. 2022h. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChXYDnqstSY/>. Acesso em: 26. set. 2022.

HOLIDAY, Fernando. **"Deixei o PSOL sem palavras citando Martin Luther King"**. [S. l.], 22 set. 2022i. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci0DAghOhmQ/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo "As cotas raciais não funcionam?"**. [S. l.], 18 ago. 2022j. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/ChZ4e\\_mOxtA/](https://www.instagram.com/p/ChZ4e_mOxtA/). Acesso em: 28 abr. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Foto "Gays com Bolsonaro"**. [S. l.], 23 out. 2022k. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkC3LCGOjPO/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Notas sobre filiação ao Republicanos**. [S. l.], 6 out. 2022l. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjYGumouyj6/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Meme sobre o termo “fascista”**. [S. l.], 9 set. 2022m. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiTI1Qwu3CZ/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Críticas de Felipe Neto e Márcia Tiburi à Fernando Holiday**. [S. l.], 7 set. 2022n. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiNb3UaOMhj/>. Acesso em: 12 out. 2023

HOLIDAY, Fernando. **Material de campanha: Holiday odiado pela esquerda**. [S. l.], 12 set. 2022o. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CibOrUQuZSw/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo de campanha "De volta para o passado"**. [S. l.], 21 set. 2022p. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiyEPTBrNH3/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Comitê de Holiday atacado**. [S. l.], 26 set. 2022q. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Ci\\_V-XtuVle/](https://www.instagram.com/p/Ci_V-XtuVle/). Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo: "Lula transfóbico?"**. [S. l.], 18 out. 2022r. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cj366j0JP-p/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Holiday contra o PT**. [S. l.], 19 set. 2022s. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CisgGfJO9tT/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Toda sala de aula tem**. [S. l.], 15 set. 2022t. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiiE7mmuEdr/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Holiday quer proibir crianças na Parada Gay**. [S. l.], 12 jun. 2023a. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtZo8PnurL1/>. Acesso em: 3 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Maratonista trans derrota 14 mil mulheres em corrida**. [S. l.], 21 mai. 2023b. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Csg5qp-uBSq/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"Da esquerda só ganhei racismo e homofobia"**. [S. l.], 24 abr. 2023c. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Crb6q3msaZL/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Tweet sobre PL contra crianças e adolescentes na "Parada Gay"**. [S. l.], 11 jun. 2023d. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtXre-julLu/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Meme deputada Nikole tem razão.** [S. l.], 9 mar. 2023e. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cpk2mCGuTDR/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Comunicado de saída do Republicanos.** [S. l.], 13 jul. 2023f. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CupxeDFvYcE/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **“Brincadeira sadia, talkey?”**. [S. l.], 25 jul. 2023g. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CvI2WBttYIG/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Homofobia do bem?**. [S. l.], 28 jul. 2023h. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvQnOySuUQW/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **A esquerda se irrita com as verdades.** [S. l.], 14 mar. 2023i. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpxhR14OPKv/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo: Holiday quer proibir crianças na Parada.** [S. l.], 12 jun. 2023j. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtZZ8KFsnol/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo: O todes foi fazer bagunça na Câmara de São Paulo.** [S. l.], 16 jun. 2023k. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtkBEh4gvuo/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Ativista trans sonha em fazer aborto.** [S. l.], 14 jul. 2023l. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Cur\\_eJkO7Ag/](https://www.instagram.com/p/Cur_eJkO7Ag/). Acesso em: 13 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Elon Musk e crianças trans.** [S. l.], 3 jun. 2023m. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtCMiKeOUog/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Texas proíbe a transição em crianças.** [S. l.], 6 jun. 2023n. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtKRDRsPq62/>. Acesso em: 15 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Hormônio trans.** [S. l.], 12 abr. 2023o. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cq8MXuOO07x/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Meme de Holiday contra a USP.** [S. l.], 19 fev. 2023p. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Co2fZSAOmv3/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"Crianças trans não existem"**. [S. l.], 19 jun. 2023q. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtrzYS7Pp0X/>. Acesso em: 13 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"Relaxa, eu sou uma mulher"**. [S. l.], 26 jun. 2023r. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ct9sxGGumei/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Vídeo: "O Nikolas foi transfóbico?"**. [S. l.], 9 mar. 2023s. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CpkpAdfsioB/>. Acesso em: 8 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **"O gênero do termo não é fluido. É masculino"**. [S. l.], 2 mai. 2023t. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Crv-h0lukTT/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Meme lacrolândia**. [S. l.], 30 jul. 2023u. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvVcMc-vz2X/>. Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Desenhos de minha época/Desenhos de hoje**. [S. l.], 14 mar. 2023v. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpyL9ANv4xD/>. Acesso em: 13 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Tweet Pronome Neutro**. [S. l.], 20 maio 2023w. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CseoKBePvt5/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Sobre o orgulho**. [S. l.], 28 jun. 2023x. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuDgVjkuh7F/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Tarcísio ajudou a parada gay? Entenda o caso**. [S. l.], 12 jun. 2023y. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CtZ\\_1QtPtnJ/](https://www.instagram.com/p/CtZ_1QtPtnJ/). Acesso em: 5 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Tweet Se fala "todes" já sei que é retardade**. [S. l.], 16 fev. 2023z. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoukM16OzCE/>. Acesso em: 13 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Tweet A deputada Nikole tem razão**. [S. l.], 8 mar. 2023aa. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cpi-z6NOVul/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Mais uma vez, Nikole tem razão**. [S. l.], 17 jun. 2023ab. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ctml66JuX39/>. Acesso em: 12 out. 2023.

HOLIDAY, Fernando. **Precisamos parar com a transição hormonal em crianças**. [S. l.], 13 abr. 2023ac. Instagram: @fernandoholiday. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/Cq\\_aDS1O3VA/](https://www.instagram.com/reel/Cq_aDS1O3VA/). Acesso em: 12 out. 2023.

ITUASSU, Arthur; PECORARO, Caroline; CAPONE, Leticia; LEO, Luiz; MANNHEIMER, Vivian. Mídias digitais, eleições e democracia no Brasil: uma abordagem qualitativa para o estudo de percepções de profissionais de campanha. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. e20210063, 2023. DOI: 10.1590/dados.2023.66.2.294. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TwCX5jx4C48ZrNyRB9VSPtn/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

JARDELINO, Fábio; CAVALCANTI, Davi Barboza; TONIOLO, Bianca Persici. A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Pública**, Lisboa, v. 15, n. 28, p. 1-20, 2020. DOI: 10.4000/cp.7438. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/7438>. Acesso em: 14 abr. 2023.

JESSICÃO. **Banner da campanha de Jessicão à vereadora de Londrina**. [S. l.], 30 ago. 2022a. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch43teLL2ZM/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Jessicão contra a militância LGBTQIAPN+**. [S. l.], 10 set. 2022b. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiU7CZ4LINT/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **LGBT de direita**. [S. l.], 30 set. 2022c. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjJdBHdgSRZ/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Pôster político de Jessicão**. [S. l.], 21 set. 2022d. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CixfTVQLhI0/>. Acesso em: 16 out. 2023.

JESSICÃO. **O antídoto da militância LGBT**. [S. l.], 28 ago. 2022e. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChzfdB4Azlq/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo eleitoral com Magno Malta**. [S. l.], 18 set. 2022f. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cipz6OSgSM4/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Jessicão de joelhos**. [S. l.], 25 jun. 2022g. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfP-gCatEQ9/>. Acesso em: 08 out. 2023.

JESSICÃO. **TBT de Jessicão “Fora Dilma”**. [S. l.], 1 set. 2022h. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch-vq2CrRWs/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Número de Bolsonaro**. [S. /], 1 out. 2022i. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CjMfcesAj\\_w/](https://www.instagram.com/p/CjMfcesAj_w/). Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: O PT se apropria das pautas LGBT para conseguir votos**. [S. /], 29 ago. 2022j. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch3G6V7AUjm/>. Acesso em: 8 out. 2023.

JESSICÃO. **LGBTxyz**. [S. /], 30 dez. 2022k. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmzInLvrrXZ/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Luta do bem contra o mal**. [S. /], 18 ago. 2022l. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChZ7dyNLjgp/>. Acesso em: 5 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: Deixem nossas crianças em paz**. [S. /], 26 set. 2022m. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiDMusAwo0/>. Acesso em: 5 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: Comitê de Jessicão atacado**. [S. /], 11 set. 2022n. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiYS-b7J7qR/>. Acesso em 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: recado de Magno Malta a Andre Valadao**. [S. /], 19 out. 2022o. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cj62SCFghc0/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Jessicão sobre a esquerda II**. [S. /], 27 set. 2022p. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjA0ZZfrFSL/>. Acesso em 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Jessicão responde às críticas em comentários**. [S. /], 13 set. 2022q. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CidiyyVLMwI/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: Jessicão responde "as idiotices da esquerda hipócrita"**. [S. /], 18 out. 2022r. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/Cj31inTpe\\_C/](https://www.instagram.com/reel/Cj31inTpe_C/). Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Defesa da família**. [S. /], 26 set. 2022s. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Ci\\_MlwrtLn\\_/](https://www.instagram.com/p/Ci_MlwrtLn_/). Acesso em: 12 out. 2013.

JESSICÃO. **Deixem nossas crianças em paz I**. [S. /], 22 set. 2022t. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci0ugpirvww/>. Acesso em: 5 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: "Menine de barba"**. [S. /], 17 dez. 2022u. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CmSVjZpAqdA/>. Acesso em: 13 out. 2023

JESSICÃO. **Em Londrina/PR consegui aprovar o projeto, de minha autoria, contra a linguagem neutra... Agora é lei!!!** [S. /], 2 set. 2022v. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiA-LjfLQ7I/>. Acesso em: 13 out. 2023.

JESSICÃO. **Juntos com Bolsonaro**. [S. /], 2 set. 2022w. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiBatf5AtLk/>. Acesso em: 14 out. 2023.

JESSICÃO. **LIVE MARAVILHOSA COM Candidata a DEP. Federal - PR - @vereadorajessicao E @infanciaprottegida.oficial !!!**. [S. /], 26 set. 2022x. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/Ci\\_k6P4BdiN/](https://www.instagram.com/p/Ci_k6P4BdiN/). Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: nem sapatão você é**. [S. /], 12 jul. 2023a. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/CumUoC\\_gSTZ](https://www.instagram.com/reel/CumUoC_gSTZ). Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: o famoso direito de fala**. [S. /], 12 jul. 2023b. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtZfj9AA43r/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Deputada Nikole passando por aqui**. [S. /], 10 mar. 2023c. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpoDoMiL6EA/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: apoio ao pastor Andre Valadao**. [S. /], 15 jul. 2023d. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cuu5aFVJff7/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **"O PT abraçou os coitadinhos"**. [S. /], 5 jul. 2023e. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuVklEetzYz/>. Acesso em: 05 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: Jessicão responde a lesbofobia no Instagram**. [S. /], 26 jul. 2023f. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CvLj10eNGv8/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo: Jessicão responde "o que você tem contra as trans no esporte"**. [S. /], 23 mar. 2023g. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CqI2Zi8ArKH/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Trans recebe prêmio de mulher do ano**. [S. /], 23 mar. 2023h. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqJo3-xNXap/>. Acesso em: 8 out. 2023.



JESSICÃO. **Atleta trans vence pela 8ª vez.** [S. /], 22 mar. 2023i. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CqGo\\_zcJWQW/](https://www.instagram.com/p/CqGo_zcJWQW/). Acesso em: 5 out. 2023.

JESSICÃO. **Jessicão tenta impedir atletas trans de competir.** [S. /], 12 mar. 2023j. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpspkxArqt-/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **A babaquice do momento é fala igual o Mussum....** [S. /], 24 jan. 2023k. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cnzl-H-r-d0/>. Acesso em: 5 out. 2023.

JESSICÃO. **24H News. Polêmica em Londrina.** [S. /], 13 jun. 2023l. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CtcTLoOJDc\\_/](https://www.instagram.com/p/CtcTLoOJDc_/). Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Urgente. Vereadora Jessicão de Londrina quer proibir crianças na Parada LGBT.** [S. /], 13 jun. 2023m. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ctcl6Y9LZPD/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Vídeo. Urgente. Vereadora Jessicão de Londrina quer proibir crianças na Parada LGBT.** [S. /], 13 jun. 2023n. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtcebyaJEas/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Londrina: Vereadora lésbica Jessicão quer proibir propaganda LGBT.** [S. /], 21 mar. 2023o. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqEeg2FtaL5/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Tweet Sou homossexual e tenho nojo do evento que acontece hoje.** [S. /], 11 jun. 2023p. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtX8IM-NkMT/>. Acesso em: 11 out. 2023.

JESSICÃO. **Essa é pra aplaudir de pé.** [S. /], 11 jul. 2023q. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cukz0RBgYXt/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Chega de privilégios.** [S. /], 9 maio 2023r. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CsCGh9OJyWp/>. Acesso em: 14 out. 2023.

JESSICÃO. **Parada LGBT não é lugar de criança.** [S. /], 14 jun. 2023s. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cteru9oA1jh/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Você é contra a agenda LGBT?.** [S. /], 19 jul. 2023t. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cu4cSnpA7RL>. Acesso em: 12 out. 2023.

JESSICÃO. **Logo mais, às 19h, teremos uma convidada que vai acabar com os mitos da lacração.** Simbora @vereadorajessicao, hoje vai ser massa! [S. l.], 14 mar. 2023u. Instagram: @vereadorajessicao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpxWmE6ObG6/>. Acesso em: 5 out. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

LEAL, Dodi. **Performatividade transgênera**: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral. 1. ed. São Paulo: Hucitec: 2021.

LEMOS, André Luiz Martins. O futuro da sociedade de plataformas no Brasil. **Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 46, e2023115, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023115pt>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023115pt>. Acesso em: 21 out. 2024.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; REIS JÚNIOR, Leandro Passarinho dos. Algumas contribuições de Deleuze para pensar a sociedade de controle e o microfascismo. **Poiesis: Revista de Filosofia**, Montes Claros, v. 13, n. 1, p. 72-79, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/1690>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LONDRINA (PR): Jessicão (PP) é eleita vereadora nas Eleições 2024; veja votos. UOL. São Paulo, 6 out. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/10/06/londrina-pr-jessicao-pp-e-eleita-vereadora-nas-eleicoes-2024-veja-votos.htm>. Acesso em: 12 out. 2024

LÓPEZ-LÓPEZ, Paulo C.; BARREDO-IBÁÑEZ, Daniel; JARÁIZ-GULÍAS, Erika. Research on Digital Political Communication: Electoral Campaigns, Disinformation, and Artificial Intelligence. **Societies**, Basel, v. 13, n. 5, p. 1-5, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/soc13050126>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-4698/13/5/126>. Acesso em: 21 nov. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios e intervenções. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios e intervenções. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

LIBÓRIO, Bárbara. Movimento pró-impeachment, MBL elege um prefeito e sete vereadores. **UOL Eleições 2016**. São Paulo, 2 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/02/desempenho-do-mbl-nas-urnas.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

LITO SOUSA E JESSICA RAMOS - PÂNICO - 08/11/21. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (2 h 4 min. 20 s.). Publicado pelo canal Pânico Jovem Pan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hW1pyCYiPuw>. Acesso em: 7 out. 2024.

LÔBO, Edilene; MORAIS, José Luís Bolzan de; NEMER, David. Democracia algorítmica: o futuro da democracia e o combate às milícias digitais no Brasil. **Revista Culturas Jurídicas**, [s. l.], v. 7, n. 17, p. 255-266, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/rcj.v7i17.982>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45443>. Acesso em: 3 ago. 2024.

LONDRINA. **Projeto de Lei (PL) nº 207, de 20 de setembro de 2021**. Dispõe sobre a proibição da participação de atleta identificado em contrariedade ao sexo biológico de seu nascimento em equipes e times esportivos e em competições, eventos e disputas de modalidades esportivas no município de Londrina e da outras providências. Londrina: Câmara Municipal, 2021a. Disponível em: <https://www.cml.pr.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei/0/30/0/19090>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LONDRINA. **Projeto de lei nº 185, de 25 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a proibição de publicidade, por meio de qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que contenha alusão a gênero e orientação sexual bem como diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes no Município de Londrina/PR. Londrina: Câmara Municipal, 2021b. Disponível em: <https://www.cml.pr.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei/0/32/0/18298>. Acesso em: 21 nov. 2024.

LONDRINA (PR): veja votos de Lula e Bolsonaro na cidade no 2º turno. UOL. [S. l.], 30 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/londrina-pr-veja-votos-de-lula-e-bolsonaro-na-cidade-no-2-turno.htm>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MAIA, Rousiley C. M.; HAUBER, Gabriella; CHOUCAIR, Tariq. **The Deliberative System and Inter-Connected Media in Times of Uncertainty**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2023.

MANO A MANO: Fernando Holiday. Entrevistador: Mano Brown. Entrevistado: Fernando Holiday. [S. l.]: Spotify, 30 set. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2MdfHSziNAbsdCdj8ZmXVD>. Acesso em: 1. abr. 2023.

MARCHI, Leonardo de. Como monetizar seu vídeo no YouTube? Análise da produção de valor para conteúdos digitais através da lógica social do derivativo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. Campinas: Galoá, 2017. p. 1-20. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2017/autores/leonardo-gabriel-de-marchi?lang=pt-br>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MARGARITES, Ana Paula Freitas; RODRIGUES, Carla Gonçalves. Ideologia de gênero: Judith Butler no Brasil e os microfascismos nas redes sociais. *In*: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 20., 2018, Pelotas. **Anais eletrônicos** [...]. Pelotas: UFPel, 2018. p. 1-4. Disponível em: [https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2018/CH\\_00091.pdf](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2018/CH_00091.pdf). Acesso em: 2 set. 2024.

MATHIAS, Lucas. Fernando Holiday deixa Novo e se filia ao Republicanos, após partido não atingir cláusula de barreira. **O Globo**. Rio de Janeiro, 7 out. 2022.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/10/fernando-holiday-deixa-novo-e-se-filia-ao-republicanos-apos-partido-nao-atingir-clausula-de-barreira.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2024.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MINERVINO, Tiago. 'Sou homofóbico, sim, com muito orgulho', diz Bolsonaro em vídeo. **Catraca Livre**. [S. l.], 11 out. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Nota. [S. l.], 23 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/novembro/nota-1>. Acesso em: 14 set. 2024.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOVIMENTO brasileiro de pessoas vivendo com HIV/aids emite carta aberta em repúdio a redução de verba nos programas nacionais de aids e ao desabastecimento de medicamento antirretroviral. Agência de Notícias da aids. [S. l.], 8 out. 2022. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/80308/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MP ASSINADA por Bolsonaro retira população LGBT das diretrizes dos Direitos Humanos. Diário de Pernambuco. [S. l.], 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2019/01/mp-assinada-por-bolsonaro-retira-populacao-lgbt-das-diretrizes-dos-dir.html?form=MG0AV3>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MOURA, Júlia Frank de. **Primeiro como farsa, depois como tragédia**: a construção da imagem do MBL em contraposição à alteridade. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MORAIS, José Luís Bolzan de; LÔBO, Edilene; NEMER, David. Democracia em perigo: compreendendo as ameaças das milícias digitais no Brasil. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 8-380, jul./dez. 2021. DOI: [https://doi.org/10.57025/14145146\\_v15n2\\_mor.jos](https://doi.org/10.57025/14145146_v15n2_mor.jos). Disponível em: [https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/10843/2021\\_morais\\_democracia\\_perigo\\_compreendendo.pdf?sequence=1](https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/10843/2021_morais_democracia_perigo_compreendendo.pdf?sequence=1). Acesso em: 3 jul. 2024.

NARCISO, Rodi; ALVES, Daiane de Lourdes; LIMA, Laise Katiane Alencar; RAMALHO, Ronildo de Andrade; SENÁRIO, Flávia Fabiane Fernandes, DA SILVA, Jocely Gomes; ANDRADE FILHO, Marcos Antonio Soares de; PEREIRA, João Alves. Tecnologia como ferramenta de inclusão: promovendo o letramento em diferentes contextos. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [s. l.], v. 13, n. 1, e721, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n1-6-2024>. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n1-6-2024>. Acesso em: 21 nov. 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**: vivências, (r)ex(s)istências e autodeterminação. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FERREIRA NETO, João Leite. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 631-640, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140009>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140009>. Acesso em: 21 nov. 2024.

NEVES, Bárbara Coelho; COUTO, Edvaldo Souza; CUNHA, Maria Couto. Fundamentos e agenda da inclusão digital no Brasil: pesquisas em Educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 379-386, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.3.21782>. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.3.21782>. Acesso em: 21 nov. 2024.

NICARÁGUA: Perseguição a críticos antes das eleições. Human Rights Watch. Washington, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/22/379013>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NIKOLAS faz discurso transfóbico na Câmara no dia da Mulher: 'Imposição'. UOL. São Paulo, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/03/08/nikolas-faz-discurso-transfobico-na-camara-no-dia-da-mulher-imposicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2024.

NOMURA, Bruno; MALVEZZI, Paulo. Em 3 anos, deputados apresentaram mais de 120 PLs anti-LGBTI+ nos estados. **Diadorim**. [S. l.], 28 jul. 2022. Disponível em: <https://adiadorim.org/especial/2022/07/em-3-anos-deputados-apresentaram-mais-de-120-pls-anti-lgbti/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

NÚMERO de usuários do Instagram ultrapassa 2 bilhões e se aproxima do Facebook. O Globo. [S. l.], 26 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2022/10/numero-de-usuarios-do-instagram-ultrapassa-2-bilhoes-e-se-aproxima-do-facebook.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2023.

OLIVEIRA, Amanda Nogueira de; LEMOS, André Luiz Martins. Banida por ser trans? Enviesamentos algorítmicos, plataformas e denúncia no Tinder. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 45, n. 2, p. 129-160, maio-ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/cs.v45n2p129-160>. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/455#:~:text=Resumo,motivou%20uma%20s%C3%A9rie%20de%20rea%C3%A7%C3%B5es..> Acesso em: 21 nov. 2024.

ONU denuncia uso excessivo de força contra manifestantes na Bolívia. Expresso. [S. l.], 25 out. 2019. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2019-10-25-ONU-denuncia-uso-excessivo-de-forca-contr-manifestantes-na-Bolivia>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PASSMORE, Kevin. Theories of Fascism: A Critique from the Perspective of Women's and Gender History. In: Pinto, A.C. (ed.) **Rethinking the Nature of Fascism**. London: Palgrave Macmillan, 2011. p. 119-140.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, capitalismo digital e política social. *In*: MACIEL, Carine Elisabeth; DUARTE, Natalia; SIQUEIRA, Romilson. **Políticas educacionais**: resistência e retomada da democracia e do Estado. Brasília: Anpae, 2023. p. 17-34.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; ARAGUSUKU, Henrique Araujo; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/3811026/2023>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3811026/2023>. Acesso em: 21 nov. 2024.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 21 nov. 2024.

POLLARD, John. Fascism and Religion. *In*: Pinto, António Costa. **Rethinking the Nature of Fascism**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011. p. 141-164.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Prefácio. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022. p. 9-15.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 2020.

QUEM SOMOS. Rede de Pesquisa em Governança da Internet. [S. l.], [entre 2016 e 2024]. Disponível em: <https://redegovernanca.net.br/quem-somos/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

QUEM VAI nos representar em 2024? Vote LGBT+. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://2024.votelgbt.org/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

QUINALHA, Renan. **História do Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

REGIÕES metropolitanas do Paraná cresceram acima da média nacional, aponta Censo 2022. Agência de Notícias do Paraná. Paraná, 28 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Regioes-metropolitanas-do-Parana-cresceram-acima-da-media-nacional-aponta-Censo-2022>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCHA, Bruno Lima; KLEIN, Júlia. A mobilização digital através das redes sociais: a frágil estrutura que possibilita uma janela de oportunidades aproveitada pela nova direita no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Cristóvão, v. 20, n. 2, p. 87-99, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/9618>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>. Acesso em: 20 out. 2024.

ROLLEMBERG, Denise. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 1-20, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000200004>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000200004>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RUEDIGER, Marco Aurélio (Coord.). **Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4433>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SALES, Adriana; LOPES, Herbert de Proença; PEREIRA, William Siqueira. Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 56-72, maio-out. 2016. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17176>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17176>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SALES, Deivison Warlla Miranda; ROCHA, Jorge Alberto. Fascismo de Estado e Microfascismo. **Revista Ideação**, Feira de Santana, v. 39, p. 1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13102/ideac.v1i39.4584>. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/4584>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SANTIAGO, Lorenzo. Maduro anuncia iniciativa para conter avanço da extrema direita internacional e diz que Venezuela está no 'epicentro' de ataques dos EUA. **Brasil de Fato**. Caracas, 12 set. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/12/para-maduro-venezuela-e-pais-mais-atacado-pelos-eua-e-anuncia-iniciativa-antifascista>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 179-212, jan./jun. 2016. DOI:

<http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.005>. Disponível em:  
<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/393>.  
Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, Vitor Colleto dos; LOPES, Milena Ilha; RIZZATTI, nome; BATISTA, Natália Lampert. (Ciber)Espaço geográfico da política: o potencial educativo por detrás dos memes sobre as eleições presidenciais. **Revista Metodologias e Aprendizado**, [s. l.], v. 6, p. 450–464, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21166/metapre.v6i.3749>. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3749/3278>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SÃO PAULO. UOL Eleições 2016. [S. l.], 2016. Disponível em:  
<https://placar.eleicoes.uol.com.br/2016/1turno/sp/sao-paulo/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SÃO PAULO. **Projeto de lei 01-00052/2021**. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Município de São Paulo ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona. São Paulo: Câmara Municipal, 2021. Disponível em:  
<https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0052-2021.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Ligia G.G Rodrigues; MARQUES, Gabrielle. A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras "de direita" no Instagram. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 20, n. 1, p. 123-145, 2023. Disponível em:  
<https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/240>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SCHREIBER, Mariana. Lava Jato atingiu partidos de forma proporcional, mas PT foi foco de Moro, aponta estudo. **BBC**. Brasília, 23 set. 2022. Disponível em:  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62990375>. Acesso em: 1 abr. 2023.

SENNE, Fabio Jose Novaes de. Mapping the origin of digital inequalities: an empirical study about the city of São Paulo. **Law, State and Telecommunications Review**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 303-330, 2019. DOI: 10.26512/lstr.v11i1.24860. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/24860>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SILVA, Rodrigo Oliveira. **Um mapa da <<direita>> no YouTube do Brasil através dos métodos digitais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação — Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.



SILVA, Vitória Régia da. Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016. **Gênero e Número**. [S. l.], 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SIMON, Ellen. How Instagram Makes Money. **Investopedia**. [S. l.], 16 jun. 2024. Disponível em: <https://www.investopedia.com/articles/personal-finance/030915/how-instagram-makes-money.asp>. Acesso em: 10 out. 2024.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo de cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso em: 10 out. 2024.

THOMAZ, Danilo. Gays de direita: o que pensam jovens homossexuais conservadores. **Época**. [S. l.], 15 jun. 2018. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/06/gays-de-direita.html>. Acesso em: 1 abr. 2023.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

VAN DIJCK, Jose; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VARES, Sidnei Ferreira de. **Liberais e antiliberais**: um debate contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VENCATO, Anna Paula. Gênero e sexualidades em tempos instáveis: mídias digitais, identificações e conflitos. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 4, p. 808-823, 2017. DOI:10.20396/etd.v19i4.8646384. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646384>. Acesso em: 21 nov. 2024.

VENEZUELA: Systematic Abuses of Opponents. Brutality, Torture, Political Persecution Without Accountability. Human Rights Watch. Washington, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/11/29/venezuela-systematic-abuses-opponents>. Acesso em: 10 nov. 2024.

VEJA as novidades nos acordos de parceria do TSE com as plataformas digitais. TSE. [S. l.], 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/veja-as-novidades-nos-acordos-de-parceria-do-tse-com-as-plataformas-digitais>. Acesso em: 20 out. 2024.

VEJA os 55 vereadores eleitos em SP. G1. São Paulo, 2 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/veja-os-55-vereadores-eleitos-em-sp.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

VEJA os 19 vereadores eleitos para a Câmara de Londrina. G1. Londrina, 16 nov. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/veja-os-19-vereadores-eleitos-para-a-camara-de-londrina.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

VEJA os candidatos a vereador eleitos em SP e como fica a composição da Câmara. G1. São Paulo, 16 nov. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/11/16/veja-os-candidatos-a-vereador-eleitos-em-sp.ghtml>. Acesso em: 11. nov. 2022.

VEJA lista de derrotas emblemáticas para o Legislativo, como Holiday, Frota e Joice. Folha de S.Paulo. São Paulo, 3 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/veja-lista-de-derrotas-emblematicas-para-o-legislativo-como-holiday-frota-e-joyce.shtml>. Acesso em: 1 abr. 2023.

VEJA vereadores eleitos para Câmara Municipal de SP. G1. São Paulo, 7 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/veja-vereadores-eleitos-para-camara-municipal-de-sp.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2024.

VEREADOR Gabriel Monteiro é cassado pela Câmara do Rio. Exame. [S. l.], 19 ago. 2022. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vereador-gabriel-monteiro-e-cassado-pela-camara-do-rio/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VEREADORA Jessicão mobiliza bolsonaristas na região; assista. TNOline. [S. l.], 18 mar. 2022. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/politica/vereadora-jessicao-mobiliza-bolsonaristas-na-regiao-assista-626801>. Acesso em: 23 fev. 2024.

VOTAÇÃO das eleições em São Paulo definiu os 55 vereadores que vão compor o legislativo municipal. Eduardo Suplicy (PT) foi o mais votado. G1 SP. São Paulo, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/16/votacao-das-eleicoes-em-sao-paulo-definiu-os-55-vereadores-que-va-compo-o-legislativo-municipal.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2024.

WIGGINS, Bradley E. **The Discursive Power of Memes in Digital Culture: Ideology, Semiotics, and Intertextuality**. New York: Routledge, 2019.

WINQUES, Kérley; LONGHI, Raquel Ritter. Dos Meios às Mediações (Algorítmicas): Mediação, Recepção e Consumo em Plataformas Digitais. **MATRIZES**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.151-172, maio/ago. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p151-172>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p151-172>. Acesso em: 28 jun. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Gender incongruence and transgender health in the ICD. **WHO**. [S. l.], [2018]. Disponível em:

<https://www.who.int/standards/classifications/frequently-asked-questions/gender-incongruence-and-transgender-health-in-the-icd>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ZANINI, Fábio. Para atrair Bolsonaro, Patriota expulsa Holiday e inicia expurgo de críticos do presidente. **Blog "Saída pela Direita", Folha de S.Paulo**. [S. l.], 6 dez. 2021. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/?p=4213>. Acesso em 29 fev. 2023.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo. Lesbianidades em vídeos no YouTube: homonormatividade e violências. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 30., 2021, São Paulo. **Anais** [...]. Campinas, Galoá, 2021. p. 1-21. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/trabalhos/lesbianidades-em-videos-no-youtube-homonormatividade-e-violencias?lang=pt-br>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; BETTONI, Isabella; XAVIER, Kellen do Carmo; HOKI, Leiner Emanuella de Carvalho. O algoritmo anti-interseccional: contribuições do pensamento lésbico para análises em plataformas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 39, p. 221-232, 2022. DOI: 10.55738/alaic.v21i39.801. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/801>. Acesso em: 6 ago. 2024.